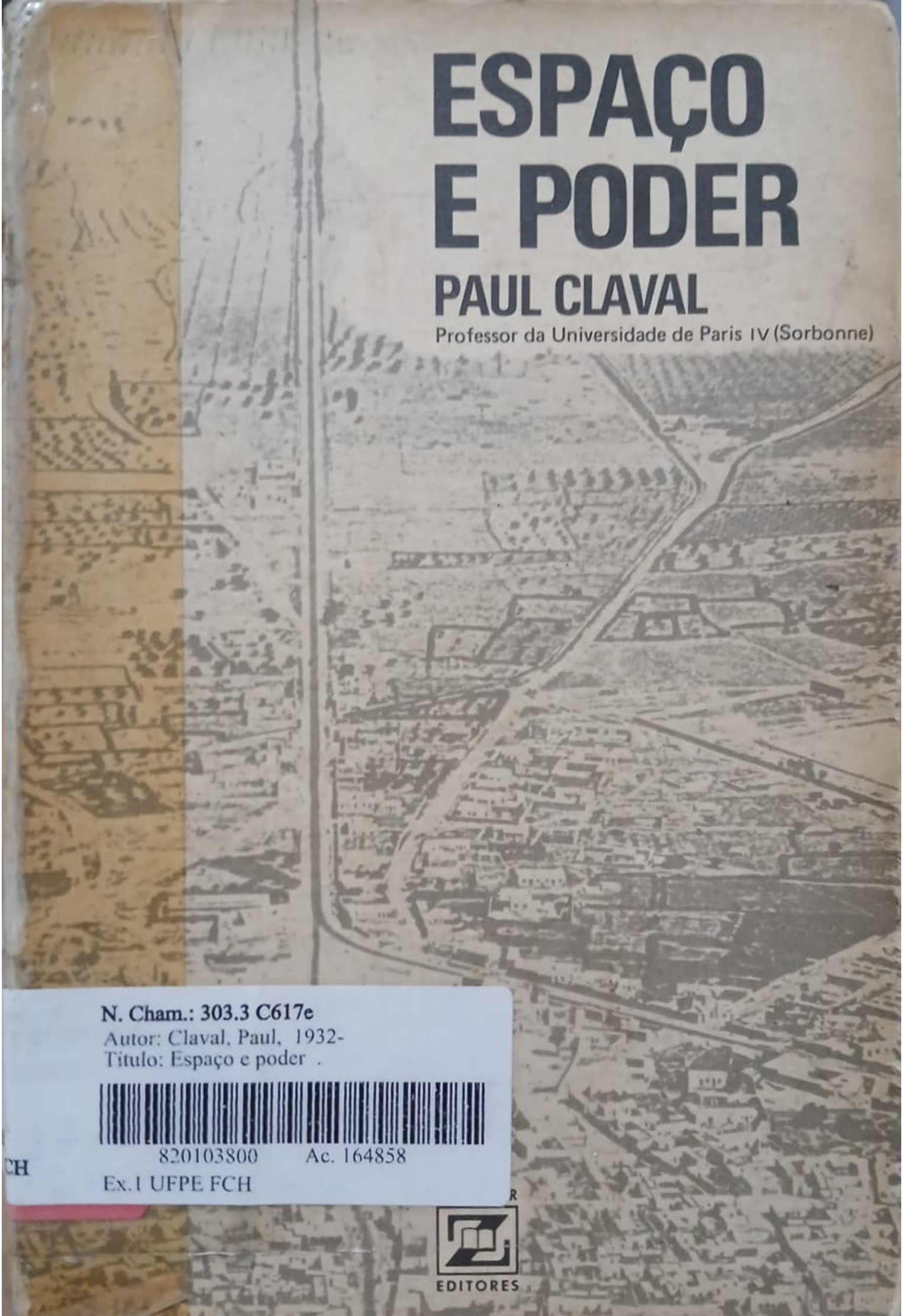
ESPAÇO E PODER

PAUL CLAVAL

Professor da Universidade de Paris IV (Sorbonne)



N. Cham.: 303.3 C617e
Autor: Claval, Paul, 1932-
Titulo: Espaço e poder .
820103800 Ac. 164858
Ex.1 UFPE FCH

EDITORES

930

BIBLIOTECA
DO MESTRADO
EM GEOGRAFIA

MESTRADO EM GEOGRAFIA

ESPAÇO E PODER

ESPAÇO E PODER

PAUL CLAVAL

Professor da Universidade de Paris IV (Sorbonne)

MESTRADO EM GEOGRAFIA

Tradução de
Waltensir Dutra

N.Cham.: 303.3 C617e
Autor: Claval, Paul, 1932-
Titulo: Espaço e poder .
820103800
Ac.164858
Ex.1 UFPE FCH

ZAHAR EDITORES
Rio de Janeiro

Título original:
Espace et pouvoir

Tradução autorizada da primeira edição francesa,
publicada em 1978 por
PRESSES UNIVERSITAIRES DE FRANCE, Paris, França.

Copyright (C) 1978 by Presses Universitaires de France

Direitos reservados.
Proibida a reprodução (Lei n.º 5.988)

Capa:
Eliane Stephan

GN0000023030

AC: 164858
EX: 820103800
IV.07

Universidade Federal de Pernambuco
BIBLIOTECA CENTRAL
CIDADE UNIVERSITÁRIA
50000 - Recife - Pernambuco - Brasil
1038-01-04-82

IX.2
CFCH/M.geog.

1979

Direitos para a língua portuguesa adquiridos por
ZAHAR EDITORES S.A.
CP 207 (ZC-00) Rio de Janeiro
que se reservam a propriedade desta versão

Impresso no Brasil

Índice

Introdução 7

1. **A Sociedade e o Poder** 11
   As raízes do poder 12
   O espaço, a vida social e o poder 15

2. **A Geometria das Formas Elementares do Poder** 22
   O poder puro e o espaço 22
   A autoridade 26
   A influência ideológica 31
   A influência econômica 34

3. **A Geometria das Formas Complexas do Poder: a Arquitetura Social** 39
   As relações entre o indivíduo e a sociedade 40
   As relações societais: as relações impessoais 42
   As relações societais: as relações personalizadas 44
   As relações societais: as instituições políticas ... 51

4. **A Arquitetura Social e a Economia do Poder** ... 56
   Os problemas da regulação social 56
   A regulação e as dimensões do corpo social 60
   Princípios de classificação 67

5. **A Geografia do Poder nas Sociedades Arcaicas** 70
   Os fatores das construções sociais arcaicas 70
   Os grandes tipos de arquitetura social do mundo arcaico 79

6. **A Arquitetura Social das Civilizações Históricas** 95
Os princípios de organização 97
O Estado 104
Os regimes feudais. As sociedades de ordens 112
A Cidade-Estado 115
O Estado hegeliano 123

7. **Os Fundamentos Ideológicos da Arquitetura Social do Mundo Contemporâneo** .. 128
A origem das novas ideologias sociais: o contrato social 129
A versão liberal do contrato social 132
As versões revolucionária e totalitária do contrato social 141

8. **O Estado e a Sociedade Civil nos Regimes Liberais** 150
Os condições novas da vida de relação 151
A arquitetura e a regulação da sociedade civil ... 157
O papel do sistema político nas sociedades liberais 169

9. **O Estado e a Sociedade Civil nos Regimes Autoritários e Totalitários** 181
Autoritarismo, totalitarismo e transição para a sociedade adiantada 182
As formas e a ação dos regimes autoritários 187
A ação dos regimes totalitários 190

10. **Poder e Relações Internacionais** 198
As relações internacionais..... 199
As relações internacionais e as sociedades civis .. 204
Os Estados e o sistema político mundial 209

Conclusão 215

Notas 223

Introdução

As ciências sociais estão sujeitas a certos entusiasmos passageiros. Há alguns anos os pesquisadores vêm colocando em primeiro plano o papel do poder, da dominação, da influência ou da autoridade. Há 20 ou 30 anos, insistia-se sobretudo nos mecanismos, nos automatismos, nas regulações inconscientes e benéficas; o que se pretende mostrar claramente, hoje, é que o jogo social nunca é inocente: atrás das retroações que limitam aparentemente o poder dos indivíduos, desmascara-se a ideologia que oculta os mecanismos reais e leva a esquecer o peso desigual dos participantes e os que instituíram as regras sociais e com elas se beneficiam.

O poder surge, assim, como um elemento de explicação indispensável, que é, porém, mais invocado do que analisado: denunciam-se os modelos clássicos de equilíbrio para ressaltar a existência de conflitos e tensões onde antes não se viam a harmonia e o entendimento. Na massa considerável das publicações que dão destaque ao papel dos fatos da dominação, é surpreendente constatar a pobreza das reflexões sobre a natureza do poder, a diversidade de suas manifestações e seu lugar no conjunto da arquitetura social.

Aos que não se interessam pelos aspectos concretos da vida social, pela articulação espacial dos grupos, pelas redes que os unem, pelas fronteiras que os separam, pelos domínios por onde se estendem, essa lacuna não parece fundamental: não bastará dizer que uma coletividade, uma classe ou um indivíduo são capazes de impor sua vontade aos outros, para que tudo fique explicado? Aparentemente sim, mas isso é falso, porque seria esquecer a influência da distância e da extensão: dependendo de como um homem age sobre os

outros, impondo-lhes sua vontade pela força, ou levando-os a aceitar a autoridade de que está investido, ou jogando com seus dons e a simpatia que sabe criar à sua volta, ou tirando partido de sua posição econômica, de sua situação geográfica ou de sua aptidão para inventar novas soluções e fazer com que sejam adotadas, os limites espaciais de sua influência variam. Em certos casos, nada retém os impulsos que partem dele; em outros, sua dominação se detém quase que imediatamente. As sociedades são modeladas pelo alcance das relações assimétricas: algumas são necessariamente curtas; outras unem, sem nada perder de sua eficácia, os pontos mais distantes.

A reflexão sobre as relações entre o poder e o espaço é bem posterior à reflexão que precisou a noção do alcance das relações econômicas. Ela nasceu dos trabalhos contemporâneos sobre a informação e sobre a comunicação: [1] não tem mais de 20 anos. Era estranha à geografia política [2] de princípios do século e à sua variante aplicada, a geopolítica, [3] cujas interpretações nazistas deixaram triste lembrança: por não se interessarem pelos processos elementares que estruturam os corpos sociais, essas disciplinas ofereciam explicações muito parciais da formação dos Estados, problema ao qual dedicavam o essencial de seus esforços. A ciência política há muito não inovava nesse domínio: desde o século XVII, ela se apresentava mais como uma reflexão normativa do que como uma teoria positiva; ignorava os pesos que modificam a aplicação dos princípios. Nada podia propor aos geógrafos. Havia, sem dúvida, muitos traços a serem tomados à sociologia, à história, à descrição das instituições — os melhores exemplos de estudo da política, no seu contexto espacial, derivavam delas sua originalidade: Mackinder [4] e o almirante Mahan [5] inspiravam-se na história estratégica, André Siegfried [6] na sociologia e na economia, como Isaiah Bowman [7] nos Estados Unidos; Ancel [8] inspirava-se na história do povoamento e dos Estados medievais. Esses estudos eram díspares e nada permitia a sua coordenação em bases lógicas. [9]

A cibernética e a teoria dos sistemas revolucionaram a pesquisa em ciência política, ressaltando a análise das redes de relação e dos circuitos de informação: o modelo de autoregulação ou de sujeição recém-explorado no domínio das ciências aplicadas não definia um tipo de organização que

operava em qualquer corpo político? Foi daí que partiram David Easton [10] e Karl Deutsch [11] para propor novos limites à análise política: o primeiro inspirava-se sobretudo na noção de sistema, e o segundo na idéia de informação, mas suas abordagens eram bastante semelhantes. Elas insistiam no intercâmbio de notícias, de ordens, de informações na vida política.

A partir daí, tornou-se logo evidente a possibilidade de se construir uma nova geografia política: Jackson [12] a entreviu em princípios da década de 1960; Soja [13] procurou definir seus contornos um pouco mais tarde. Desde então, ensaios de síntese foram tentados, como o de Minghi e o de Kasperson. [14] Os resultados não estão à altura das esperanças. [15] Isso porque não houve reflexão suficiente sobre os traços específicos da comunicação política — as trocas assimétricas que constituem os fatos do poder.

Michel Foucault [16] fez avançar, recentemente, as idéias nesse domínio. Focalizando as técnicas de controle e de vigilância, fazendo-se historiador minucioso do grande "encarceramento" da época clássica e, depois, dos procedimentos penitenciários, aprendeu a explorar os meios aparentemente insignificantes pelos quais o organismo social exerce pressão moral sobre os seus membros, exercendo em relação a eles uma inquisição mais ou menos permanente. Assim, o poder que ele analisa não é simplesmente negativo: é repressão, certamente, mas também inovação, instituição de ordem nova.

Foucault se aproxima, dessa forma, de certas pesquisas realizadas em outros países, nos Estados Unidos particularmente, onde os teóricos das organizações [17] fizeram progredir um pouco, nas mesmas linhas, a teoria do exercício do poder.

As pesquisas de Dahl [18] completam e nuançam as que os politicólogos e sociólogos consagram há longo tempo à influência que dá origem à riqueza — e vêm mostrar os limites das generalizações de Floyd Hunter, [19] de Wright Mills [20] e, numa geração anterior, de Robert Lynd. [21]

A autoridade atraiu menos, sem dúvida, os pesquisadores contemporâneos: eles só a abordam sob um aspecto, de tal maneira lhes parece difícil justificá-la no âmbito de uma sociologia ou de uma politicologia racionais. Os historiadores e os juristas não sofrem do mesmo constrangimento: não são teóricos da adequação perfeita dos meios aos fins, mas

constatam a existência de autoridades reconhecidas como legítimas pelos que estão a ela sujeitos; entre eles Jean Gottmann [22] encontrou o essencial da inspiração de sua grande obra sobre o território — uma das que mais contribuíram para o conhecimento racional das relações entre o poder e o espaço.

Poder, autoridade, dominação ou influência, são as categorias definidas há mais de meio século por Max Weber; [23] a análise moderna as escolhe como ponto de partida. Na medida em que a autoridade e o poder variam em função das doutrinas daqueles que os exercem ou sofrem, a contribuição da reflexão normativa desde Hobbes, Locke ou Rousseau integrou-se, mas sob uma forma nova, à teoria contemporânea dos aspectos espaciais do poder.

A primeira parte desta obra parte da definição das formas de relações assimétricas para explorar a maneira pela qual elas dependem da distância, da extensão e da significação que os grupos humanos atribuem ao espaço. Essa reflexão geral é indispensável para esclarecer os grandes traços das relações de poder nas sociedades arcaicas, nas civilizações históricas e nos países industriais do mundo atual: a segunda parte mostra isso em detalhe.

Não procuramos, aqui, abordar todos os aspectos da geografia política: [24] interessamo-nos pela sua faceta mais importante para compreender a arquitetura espacial das sociedades e para apreender o jogo das assimetrias que ao mesmo tempo limita e garante o exercício da liberdade. A grande lição dos fatos do poder é que não há, no espaço, liberdade sem um mínimo de organização, mas que essa organização é uma ameaça para cada pessoa e restringe a autonomia das escolhas: as alienações da humanidade moderna têm sua origem no desenvolvimento de dominações indispensáveis à formação de áreas de grande circulação e de livre deslocamento.

1

A Sociedade e o Poder

A vida social se inscreve no espaço e no tempo. É feita de ação sobre o meio ambiente e de interação entre os homens. Coloca em relação seres que, para subsistir, devem recolher do ambiente os víveres, a energia e as matérias primas que lhes são indispensáveis. A cultura, que estabelece a originalidade de cada grupo, só se pode manter e desenvolver pelas comunicações que reduzem a viscosidade e opacidade naturais do espaço.

Poder alguma coisa é estar em condições de realizá-la. A análise do poder é, numa primeira acepção, a análise da gama das ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário à vida.

Poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros. Ao império direto sobre o mundo acrescenta-se assim um império sobre os outros.

Nesse segundo sentido, o poder se traduz, nas relações, pelo aparecimento de assimetrias e desequilíbrios. Podem-se distinguir vários níveis: [1] 1) a situação mais simples é a do poder puro: a relação é perfeitamente assimétrica, aquele que ordena nada deve aos que dirige; pode utilizá-los como meios para chegar aos fins que determinou; age dando ordens e fazendo-as executar sem hesitação; 2) o exercício do poder é facilitado quando os que a ele estão submetidos aceitam a situação como natural e reconhecem a natureza legítima da autoridade; 3) a assimetria nem sempre é tão

marcada como no poder puro e na autoridade; ela surge nas relações em que cada qual dá e recebe, mas de maneira desigual — é o caso dos jogos de influência; 4) há, finalmente, os casos em que o desequilíbrio não é percebido pelos atores da relação: a liberdade de alguns é reduzida sem que eles o percebam; fala-se então do efeito de dominação inconsciente.

A dificuldade do estudo dos fatos do poder relaciona-se com o fato de que são multiformes: para chegar aos mesmos resultados, as sociedades utilizam tipos de relação muito diferentes, o que explica a variedade da organização espacial dos grupos e a complexidade de sua arquitetura.

As raízes do poder

O domínio dos homens sobre a natureza parece normal: só os ecologistas sentem, na violência exercida sobre o meio ambiente, uma das raízes da violência e desigualdade sociais. [2] Mas o fato de passarem os homens o seu tempo em rivalidade de poder, para se impor aos outros e reduzi-los à dependência, parece escandaloso a todos os que acreditam na igualdade fundamental do gênero humano.

A igualdade dos filósofos e moralistas está postulada: [3] é merecida por todos, independente de idade e de forças, na medida em que estejam, venham a estar, ou tenham estado, de posse de capacidades que fazem a dignidade humana. As situações reais comportam desigualdades de fato. O poder é conseqüência delas: é muito natural, mesmo contrariando as aspirações idealistas.

a A criança chega ao mundo num estado de dependência total. Tem aptidões, mas estas não se desenvolvem automaticamente. As potencialidades exigem, para serem reveladas, estímulos proporcionados pelo ambiente material e social. Sem relações com o mundo e com os outros, a aculturação seria impossível: os modelos que levam à compreensão daquilo que acontece e preparam para as escolhas são proporcionados pela sociedade, em particular a sociedade próxima dos pais, do grupo primário.

A criança vive intensamente sua dependência: tem necessidade de proteção, de amor, de afeição para resistir ao meio que a cerca e ameaça. Ela experimenta, portanto, desde

a mais tenra idade, a ambigüidade das relações de poder: ela se choca sem cessar, na sua conquista do ambiente, contra a vontade de seus pais; mas esta lhe proporciona a segurança de que necessita. A atitude disso resultante é um misto de revolta resmungada e submissão aceita, pois expressa humilhação e alívio: é nesse sentido que Pierre Legendre [4] fala do amor do censor, que lhe parece caracterizar nossa sociedade.

A relação de poder adquire sua dimensão social através dos conflitos vividos pelo menino com seu pai. Suas pulsões profundas o levam para a mãe, mas ele encontra em seu pai um rival de quem tem ciúme: aspira a eliminá-lo para continuar como senhor daquilo que lhe é mais caro. O pai surge como o intruso, o outro, o representante de uma ordem exterior que violenta, mas que é necessário aceitar se quiser entrar no jogo dos grandes e tornar-se adulto.

Fora do grupo primário, o poder tem outras raízes além das provas da aculturação — mas ele se aproveita, ao manifestar-se, dos reflexos ambíguos que a socialização criou em todos.

b O poder nasce, por vezes, do recurso ao constrangimento físico: assim, os fortes impõem aos fracos a sua vontade. Se não podem contar senão com seus músculos e sua determinação, sua ação encontra logo um limite: os que são dominados podem unir-se e libertar-se.

O poder nasce também da aptidão de certas pessoas para influenciar aqueles com quem mantêm contato: tornando-se sedutores, convincentes, insistentes, conseguem fazer aceitar seus pontos de vista, provocar dedicações, suscitar apegos. É assim que se destacam, nos grupos, líderes cuja autoridade é reconhecida pela maioria e que chegam a influir no comportamento de todos.

É fora de dúvida que o poder tem, portanto, raízes psicológicas individuais e coletivas, mas se ele não tivesse outras justificativas estaria tão limitado em suas manifestações que não mereceria nem mesmo ser estudado. Além disso, colocando em jogo uma variedade de relações de sentido oposto, seus efeitos quase que se anulariam.

c O poder é indispensável à solução de um grande número de problemas. O ambiente resiste à iniciativa dos homens:

quando isolados, certos empreendimentos não lhes são possíveis. Para aproveitar plenamente o meio, a ação deve ser ajustada e organizada. No domínio da vida de relação, ocorre o mesmo: enquanto não há certeza dos termos de uma troca, enquanto não existem convenções para dar valor constante aos bens, aos signos ou aos seres que passam de um ao outro, as questões são exaustivamente solucionadas uma a uma; cada transação pode fazer avançar ou recuar na escala de prestígio de consideração e de influência. A preocupação igualitária lhe dá, portanto, um valor político: não se deve permitir que os outros ganhem mais do que nós mesmos ganhamos. [5]

A aceitação de regras comuns facilita a vida social. Liberta o indivíduo da obsessão da má fé: ele sabe que será tratado com justiça enquanto as convenções forem respeitadas de parte a parte. Isso permite a ampliação da esfera da vida de relação.

A vida social limita-se, quando não institucionalizada, a sistemas estreitos, pouco mais amplos que o grupo primário onde a criança se forma. [6] Nessa escala, as vantagens do grupo são modestas, embora indispensáveis à aculturação. As pessoas querem, em geral, obter mais da coletividade, querem beneficiar-se com a exploração eficaz do meio ambiente possibilitada pela especialização mais acentuada e pelo uso de equipamentos e materiais mais poderosos. Para chegar a isso, é preciso romper as cadeias do universo limitado das interações espontâneas. A institucionalização das relações amplia as fronteiras do universo acessível, mas abre a porta às formas sociais do poder: é a outra face da moeda.

As regras que presidem às relações não são tão neutras quanto a sua justificação ingênua pode fazer crer: elas permitem a acumulação de vantagens por alguns. A influência se difunde por toda parte, toma por vezes uma forma insidiosa e pode, em geral, ser identificada com facilidade: cada um tem, então, consciência das estratégias à sua disposição para melhorar sua posição na coletividade onde vive.

Os meios obtidos graças a esse jogo de influência permitem conquistar adeptos: os que chegam a esse ponto dispõem então de uma força física que multiplica a capacidade de constrangimento ao seu alcance. A institucionalização das relações abre caminho à formação do poder puro. Para se subtrair aos seus efeitos negativos, não há outro meio —

se quisermos manter as vantagens das relações ampliadas — senão aceitar uma hierarquia legítima e respeitosa dos direitos de cada um: é a isso que corresponde a lógica da autoridade.

O poder, como fenômeno central da organização social, está ligado à dimensão das sociedades: a competição pelos bens e pelo prestígio existe em todas as civilizações, mas nas células pequenas traduz-se mais por uma consciência política aguda do que por uma estruturação geral. Nas sociedades amplas e numerosas, a situação é outra: o equilíbrio só é possível pela criação de instituições que autorizam a troca ampliada, limitam as tensões que dela resultam, mas levam em si a tentação do poder e necessitam a definição de arquiteturas complexas.

O espaço, a vida social e o poder

O espaço intervém de várias maneiras na vida social[7] e, portanto, no jogo do poder: 1) é o apoio da vida e da atividade e intervém, então, pela extensão; 2) é obstáculo à vida de relação; 3) serve de base à atividade simbólica.

a O espaço intervém primeiro pela extensão. Na agricultura, pecuária, exploração de florestas, nas minas, as superfícies utilizadas constituem um elemento ativo de combinações produtivas. As que exigem a implantação de equipamentos, de habitações, de vias de comunicação ou áreas de descanso e relaxamento são apenas apoios.

Acontece que o mesmo pedaço de terra pode servir a várias utilizações sem inconvenientes: os pastos dos criadores nômades serviam para a pastagem dos rebanhos e para a circulação das caravanas; as praças dos países mediterrâneos podiam ser utilizadas para reuniões políticas e para as feiras e favoreciam todas as formas de interação informal. Em geral, porém, as coisas são menos simples e uma utilização impede outras; entre a semeadura e a colheita, as terras agrícolas devem estar fechadas aos rebanhos e aos caminhantes.

A valorização e a utilização do solo implicam, portanto, um mínimo de ordem: o domínio do meio ambiente é questionado se não forem respeitados os imperativos da agricultura, da pecuária e do florestamento; os equipamentos pro-

dutivos são submetidos a um desgaste prematuro se não forem protegidos contra a inabilidade daqueles que não compreendem o valor e a finalidade dos equipamentos.

Enquanto a densidade populacional é fraca e a terra abundante, são poucas as regras que devem ser estabelecidas para melhor aproveitamento do meio: basta assegurar a cada qual o fruto de seu trabalho. Nos países de agricultura itinerante sobre queimadas, as glebas são concedidas por dois ou três anos, o tempo em que a terra produz, àqueles que as desbastaram e semearam.

Quando os recursos se tornam raros, impõe-se uma organização mais rigorosa. Os economistas ressaltam o paradoxo dos bens comuns.[8] Para atender com justiça as necessidades de uma coletividade, não seria melhor deixar livre o acesso aos bens raros? Assim, todos teriam oportunidades iguais. A experiência mostra que isso prejudica o bem-estar geral e o equilíbrio dos recursos. Quando as pessoas não são responsáveis pela terra que cultivam, pelos pastos para onde mandam seus rebanhos, pelas florestas de onde tiram a madeira e pelos instrumentos que lhe permitem produzir, certos *feed-backs* não funcionam: para que zelar pela conservação das terras, se isso traz mais lucros aos outros do que a si mesmo? Como impor a disciplina que evitaria o desperdício, quando isso aumenta o trabalho de todos? Assim, os bens comuns são mal cuidados: são superexplorados e ninguém pensa em mantê-los no devido estado. Quando a população cresce e as pressões sobre as terras se tornam fortes, não é mais possível deixar livre acesso a esse fator, que se torna raro: distribuindo-o a indivíduos ou grupos limitados, tem-se a certeza de sua utilização em melhores condições e evitam-se práticas que, a longo prazo, oferecem o risco de arruinar o meio e comprometer os equilíbrios ecológicos.

A definição dos direitos de posse e uso da terra, e de outros bens raros, traduz um esforço coletivo de organização e dá aos que deles se beneficiam mais direitos que a outros: ela lhes confere uma influência indireta considerável, porque lhes atribui o controle de meios indispensáveis à produção. Essa definição está também na origem de outras formas de influência cuja importância escapa, com freqüência, aos sociólogos e economistas.

O uso que se faz de uma terra tem repercussões fora dela: o agricultor que cuida mal de seus campos e deixa pro-

liferar as ervas daninhas cria, para todos os seus vizinhos, um centro a partir do qual sementes de plantas prejudiciais se propagam. O pecuarista que mantém em mau estado suas cercas deixa vagar seus animais em detrimento de plantações e colheitas de seus vizinhos. Na cidade, uma indústria malcheirosa incomoda por vezes todo um bairro; pessoas barulhentas e sujas tornam desagradável a vida de toda uma rua. A partir do momento em que o direito de propriedade dá a quem o exerce a possibilidade de fazer o que bem quiser, é difícil evitar esse tipo de efeitos externos. As legislações urbanas sobre o zoneamento têm por finalidade limitá-los, reduzindo a liberdade de uso concedido ao proprietário, mas não chegam a suprimi-los. A posse do solo proporciona, portanto, meios para agir sobre os vizinhos. À medida que se eleva a densidade populacional, as inconveniências ou externalidades negativas criadas pelos usos inconsiderados da terra multiplicam-se. Em sentido inverso, aqueles que utilizam as suas terras de maneira judiciosa, administrando-as bem e tratando-as com gosto, tornam mais agradável o ambiente: provocam efeitos positivos nas vizinhanças. No mundo urbano, essas formas de externalidades se transformaram numa das manifestações da influência e do poder social mais difíceis de controlar. [9]

b Como obstáculo à vida de relação, o espaço torna oneroso o transporte dos bens, difícil e lento o deslocamento das pessoas; ele cria uma opacidade difícil de penetrar.

Os custos de deslocamento dos bens e pessoas são elevados, embora existam em geral distâncias limites, além das quais os movimentos se tornam habitualmente impossíveis, nas condições técnicas, culturais e econômicas existentes. A arquitetura espacial das sociedades está estreitamente ligada à tecnologia dos transportes, que condiciona o âmbito do fluxo de bens e de serviços que normalmente são trocados.

O espaço dificulta igualmente a transmissão de informações. A comunicação só se faz bem quando a filtragem ligada à codificação e decodificação das mensagens se reduz ao mínimo e não há perdas em linhas. [10] É o caso da relação direta, frente a frente. Quando os participantes não se podem encontrar, a qualidade da relação baixa. Quando não há meio de transmitir a informação à distância, a quantidade de notícias que se pode divulgar diminui rapidamente: desde

MESTRADO EM GEOGRAFIA

que se ultrapassam os limites daquilo que as pessoas se dispõem a percorrer para se encontrarem, só se recebem informações de segunda mão, cujo valor diminui em relação ao número de intermediários.

Evidentemente, é possível a comunicação por mensageiro interposto — mas a ligação é lenta e custosa, e a fidelidade da transmissão não está assegurada.

A escrita modifica essas condições: ela dá ao texto transmitido uma forma material que dificulta a sua alteração e facilita sua conservação e seu transporte. Mas, infelizmente, nem tudo se processa bem na redação e as demoras de encaminhamento são prolongadas. O alcance efetivo da comunicação é, evidentemente, maior do que nas civilizações puramente orais, mas varia com os domínios: é forte para os conhecimentos de natureza abstrata, que não se prejudicam com a transcrição; é mais fraca para a atividade manual, as atitudes, os comportamentos, pois são setores onde a frase não substitui o gesto e o exemplo.

Com os modernos meios de comunicação à distância, o contato é, com freqüência, imediato. A filtragem é reduzida quando a comunicação é ao mesmo tempo visual e auditiva — é o caso da televisão e do cinema — mas são meios onerosos que não podem ser explorados de maneira sistemática: difundem junto às massas as notícias emitidas por um pequeno número de especialistas, mas ignoram os efeitos de retorno; o jogo de influência ideológica é favorecido por essas configurações: os que controlam o acesso aos meios de comunicação, os *gate-keepers* dos autores anglo-saxônicos, filtram e condicionam o que eles transmitem.

O problema dos transportes e comunicações não é unicamente técnico: é também econômico. As sociedades não podem dedicar uma parte demasiado grande de seus meios para assegurar o movimento dos bens e das pessoas, o que se traduz pelo aparecimento de alcances limitados. Isso, por sua vez, leva à estruturação das redes nas quais a concentração proporciona economias: [11] os transportes se fazem então sobre eixos melhor equipados e suficientemente freqüentados para que a operação seja lucrativa; as transferências de informação são mais fáceis e mais baratas quando são criadas centrais que facilitam a comunicação de um posto a outro — os nódulos da rede urbana desempenham esse papel.

A procura da transparência introduz, portanto, uma hierarquização dos eixos e dos centros da vida de relação: é independente, em seu princípio, do jogo do poder, mas facilita seu exercício. Os que estão situados nos pontos nevrálgicos da rede estão melhor colocados do que os outros: estão acima deles porque estão colocados nos mais altos níveis de um sistema hierárquico.

A colocação de infra-estruturas de circulação e de comunicação provocam, portanto, uma diferenciação do espaço que dá a certas localizações vantagens sobre as outras, tornando-se fonte de desigualdade e de influência

c A distância não é o único elemento que dificulta a troca de informações. A comunicação repousa sobre a existência de sistemas de signos conhecidos daqueles que estão em ligação. Graças a eles, torna-se possível trocar notícia, estabelecer um diálogo, concluir uma transação ou vencer a angústia que faz nascer a solidão.

Os códigos em que se apóiam as trocas são muito diversos. Alguns são ao mesmo tempo complexos e quase estáveis: a língua oferece o melhor exemplo, pois as modificações a que as formas e os sentidos são submetidos são muitos lentas. O sistema da moda baseia-se, ao contrário, em convenções que se renovam sem cessar — o que não impede, absolutamente, a cada temporada, a utilização de uma gama de formas, cores e ornamentos perfeitamente clara.

Os sistemas codificados que permitem a comunicação parecem a cada pessoa como limites impostos do exterior, aos quais convém conformar-se para ser compreendido. Eles dão a todos possibilidades de expressão, ao mesmo tempo que forçam a sensibilidade e a inteligência a se moldarem a formas arbitrárias.

Essas formas arbitrárias são adquiridas na aculturação: é por isso que os sistemas de comunicação continuam, com freqüência, prisioneiros das áreas culturais onde os códigos essenciais são comuns a todos. Às margens das áreas os signos se modificam, é necessário um esforço de tradução, de interpretação, de compreensão: as mensagens são deformadas ou empobrecidas. Toda a vida social é afetada por essas descontinuidades importantes do espaço humano.

Entre os elementos que vão de uma pessoa a outra, há alguns que pertencem ao domínio dos signos, mas que têm

uma significação particular: não se referem a objetos situados no ambiente material, fora do campo social, representam o que é mais importante para cada célula social e para aqueles que a compõem. A moeda estabelece a ponte entre os diversos instantes da existência coletiva e entre os diversos pontos onde se desenrola a vida econômica: ela constitui a unidade graças à qual tudo chega a se expressar de maneira clara.

Há moedas mais preciosas que a da economia. Todos os atos são coloridos pelo seu valor moral. Alguns se situam mais alto do que outros na escala da apreciação da coletividade: podem ser identificados pelo respeito que inspiram e pela deferência com que os autores são tratados. O prestígio constitui uma moeda invisível, mas tão ambicionada quanto o ouro. Ele duplica as relações materiais de fluxos inversos que tornam evidentes os méritos das pessoas: o conjunto de valores se reforça, a posição social melhora, na medida mesma da aptidão em corresponder às expectativas dos outros e conformar-se aos modelos recebidos pela coletividade.

A moeda e o prestígio têm muita coisa em comum: são capazes de fundar sistemas de troca generalizada pelos quais a regulação da sociedade é assegurada, como demonstram a teoria dos mercados e a dos papéis e estatutos. Mas diferem em algumas de suas propriedades espaciais. A moeda constitui uma unidade concreta, objetiva: há uma grande concordância quanto aos valores de que é portadora; ela se apresenta como um signo aceito pela maioria das culturas, um elemento permutável em quase todas as circunstâncias. O prestígio é muito mais complexo: mede qualidades mais diversas, leva mais em conta as particularidades de cada civilização, de cada sistema de valores, mas não toma nunca uma forma perfeitamente objetiva. Permanece confinado a espaços estreitos: é incapaz de criar circulações tão extensas quanto as expressas em dinheiro. [12]

d O espaço é um dos apoios privilegiados da atividade simbólica. Ele é percebido e valorizado de forma diversa pelos que o habilitam ou lhe dão valor: à extensão que ocupam, percorrem e utilizam se superpõe, em seu espírito, aquela que conhecem, amam e que é para eles signo de segurança, motivo de orgulho ou fonte de apego. O espaço vive assim sob a forma de imagens mentais; elas são tão importantes

para compreender a configuração dos grupos e forças que os trabalham quanto as qualidades reais do território que ocupam. A terra dos quebequenses não é simplesmente a área que vêm humanizando há três séculos: é a imensidão do deserto protetor que a limita ao Norte e que lhe dá o sentimento de dispor de um poderio fundamental.

Os fatos do poder têm uma dimensão espacial que se relaciona com os elementos por eles incorporados. São fatos de organização, que implicam a mobilização de recursos físicos, embora dependam indiretamente da maneira pela qual estes são explorados e empregados pela sociedade. São fatos de relação cujo alcance varia muito com a quantidade de informação cuja troca promovem e com a legibilidade dos códigos adotados. A geometria das formas mais puras do poder, relação hierárquica absoluta e autoridade, é relativamente simples, pois só coloca em jogo um pequeno número de elementos. A geometria dos fatos de influência é mais complexa e mais variável: a cada figura da dominação se liga um tipo particular de configuração. É importante analisar essa geometria das formas básicas do poder.

2

A Geometria das Formas Elementares do Poder

A geometria das formas elementares do poder depende da natureza dos ingredientes que elas incorporam. A relação de poder puro, quando instituída pelo uso ou pela ameaça da força física, só emprega informações relacionadas com códigos muito simples — mas implica fluxos tão importantes que tem uma eficácia limitada. A relação de autoridade é muito mais econômica, pois usa de forma mais inteligente os fluxos de comunicação — mas baseia-se numa concordância das consciências que se relaciona com o jogo da influência ideológica. Esta tem proporções muito diversas, segundo os sistemas sociais: ora é reduzida a pouca coisa, ora é ampliada até dar a certas minorias, a certas classes, um papel-chave no funcionamento da coletividade. A influência econômica está ligada, nas economias abertas, à configuração dos circuitos econômicos. São poucas as categorias que estão desprovidas dessa configuração, o que não quer dizer que ela esteja repartida de maneira uniforme.

A influência ideológica e a influência econômica implicam, ao lado dos poderes de controle, poderes de criação que explicam o dinamismo dos sistemas sociais e suas transformações incessantes.

O poder puro e o espaço

A relação de poder puro é, sem dúvida, a forma mais simples de exercício do poder social: é ela que se desenvolve

entre um chefe capaz de impor sua vontade pela coação e os que lhe estão sujeitos. A assimetria dos participantes é total: aquele que é obrigado a executar não recebe nada em troca — nem mesmo a segurança ou o bem-estar que podem justificar, por um efeito de retorno, a dominação.

Os que vivem sob um déspota não têm nenhum interesse pessoal em obedecer às injunções que lhe são feitas ou respeitar as proibições que vêm limitar sua liberdade. Se o senhor não pudesse recorrer à força física, ninguém se curvaria às suas ordens.

O poder puro só é efetivo quando acompanhado de um controle permanente, ou quando força um receio que aumenta a eficiência desse controle. De início, nenhuma preparação psicológica é necessária para exercê-lo: o chefe não tem necessidade de se fazer conhecer, de se fazer amar e de persuadir os dominados de que sua posição é bem fundamentada.

O poder puro não exige investimento preliminar em matéria de informação e ideologia, mas implica uma vigilância constante; para que esta atinja seu objetivo, deve aplicar-se em geral sem lacuna e sem falha: ela deve cobrir com a mesma intensidade todo o campo no qual se desenvolve a atividade daqueles que são observados.

O exercício do poder puro supõe, portanto, uma organização particular do espaço: só é possível nos limites de círculos onde todas as partes são igualmente acessíveis àquele que inspeciona e onde as aberturas estão guardadas, de tal modo que os movimentos de entrada e saída são controlados e, se necessário, interditados. [1]

A divisão do espaço em áreas de observação e vigilância deve processar-se até sua delimitação em circunscrições suficientemente pequenas para serem transparentes. Elas são muito exíguas quando o senhor quer governar tudo. Isso só é possível no universo carcerário. Se se trata de um Estado, mesmo despótico, suas pretensões são mais reduzidas: é mais fácil estruturar um país quando só se instituem algumas obrigações, o pagamento do imposto, o serviço militar, a obediência a um código geral de relações privadas ou públicas. Na maioria dos regimes políticos, as ambições não vão além disso. Basta, portanto, utilizar uma malha suficientemente ofertada para controlar os atos considerados importantes. Isso se consegue planejando uma divisão administrativa fina e instalando permanentemente representantes para obrigar

a maioria a conformar-se às regras instituídas e forçar à obediência aqueles que se inclinam a fugir dela: logo que sua ação se torna divergente, é preciso enquadrá-los, isolá-los do conjunto e fazer recair sobre eles o rigor da força a serviço do senhor. A tarefa é relativamente fácil nos meios humanizados regularmente, sem espaço virgem onde os insubmissos se possam refugiar; a presença de uma fronteira, no sentido americano,[2] isto é, a proximidade de uma zona não-controlada, encerra o risco de minar o esforço realizado. É o que ressalta Pierre Chaunu[3] quando marca a posição entre os mundos plenos (onde a pressão do poder se exerce por toda parte) e os mundos insuficientemente humanizados que os precedem (onde o poder encontra assim limites físicos). A construção, ao longo da linha de descontinuidade, de um sistema de controle, de uma barreira, de um *limes* à maneira romana, ou de uma muralha como na China, tem sem dúvida maiores virtudes no plano da gestão interna do espaço do que no plano de sua defesa contra os perigos externos. Essas fortificações são vulneráveis a uma pressão decidida de grupos assaltantes. Mas sua finalidade é outra: tornando difícil a evasão para os espaços de liberdade, elas se revelam indispensáveis à boa gestão da área organizada pelo governo central. O progresso colocou em lugar da muralha a cortina de ferro ou de bambu, mas nada mudou, no fundo.

A articulação do espaço em áreas bem delimitadas parece, assim, ser correlativa ao poder puro: sem essas decisões, esses "quadrados", suas injunções permanecem inaplicadas; quando estas vêm de um senhor temido, a maioria a elas se conforma, sem dúvida, desde o início; mas quando se percebe a possibilidade de furtar-se a elas sem risco, a insubmissão funciona como uma mancha de óleo.

Os geógrafos criticam com freqüência as divisões que as administrações criam onde se exerce um poder: os limites mantidos não levam em conta áreas homogêneas ou bacias polarizadas criadas pela natureza ou pelas atividades econômicas. Seu traçado parece arbitrário, o que leva ao comentário de que a prática administrativa é irracional. Mas não se trata disso: a finalidade das delimitações não é científica, é permitir o controle das pessoas;[4] o importante é escolher uma boa dimensão — esta depende do que se pretende obter das populações. É mais reduzida quando o poder é exigente,

mas se amplia quando a ação do senhor abarca apenas um pequeno setor da vida de cada qual — como era o caso, ainda há pouco tempo, mesmo nos regimes qualificados de absolutistas: não havia representantes diretos do poder acima da subdelegação, grande como um distrito, na França de 1789.

O exercício do poder puro envolve custos consideráveis. articulação do espaço em áreas contínuas, organização de sua vigilância, colocação de controles nos limites das circunscrições, contagem dos súditos, instituição de registros para acompanhar sua existência — o registro civil é feito para isso — e para marcar seus movimentos — a carteira de identidade não basta. Os regimes onde o poder se exerce sob a forma mais pura a ela acrescentam passaportes internos e externos.

A eficácia do controle depende do esforço de enquadramento consentido. Ela varia também com a textura do espaço. Quando a população é de densidade média, uniformemente dividida e pouco móvel, as condições de vigilância são ótimas. As dificuldades aumentam quando a população está muito separada. Quando os homens se acumulam nas cidades, as dificuldades são de outra ordem: é impossível subdividir o espaço em unidades bastante estreitas para que todos os seus habitantes fiquem sob a observação dos representantes do poder. Para isso, seria necessário estabelecer circunscrições menores que os domínios onde se inscreve a vida cotidiana, o que tornaria inútil o esforço. Não é possível, a pretexto de assegurar um controle, desorganizar o que dá valor às acumulações humanas, as oportunidades múltiplas de trabalho, de encontro e compra. A aglomeração forma um todo no interior do qual os movimentos são tão numerosos que há por vezes mais pessoas fora do bairro em que residem do que nele. A multidão das grandes cidades permanece anônima; seu controle é sempre imperfeito e se torna cada vez mais oneroso, à medida que a dimensão da aglomeração aumenta.

O exercício do poder puro exige uma organização *ad hoc* do espaço e necessita de transferências incessantes de informação. As ordens e injunções caminham de cima para baixo: é a parte teoricamente mais fácil da relação; da base para a cúpula circulam as informações sobre a boa execução das tarifas prescritas. Elas são necessárias para a tomada de decisões. Quando o detentor do poder deve delegar a outros a vigilância, nunca tem certeza de receber uma informação

completa e objetiva: os intermediários que designou têm interesse em guardar para si uma parte daquilo que sabem; com isso, adquirem um poder real não desprezível, às expensas do poder do chefe supremo. O absolutismo encontra nisso um limite ao mesmo tempo econômico e espacial: o déspota é obrigado a mandar espionar os que encarregou da vigilância; o custo das operações aumenta, sem com isso garantir sua qualidade. À medida que a transmissão de informações se prolonga, a sua dificuldade aumenta. A eficácia real do sistema diminui com a distância da sede central.

Apesar de sua simplicidade aparente, a relação de poder puro é incapaz de dar aos que a exercem o benefício da dominação fácil de vastos espaços e grupos numerosos. Em princípio, ela pode estender-se a populações muito importantes, divididas por grandes extensões: basta, para isso, multiplicar as subdivisões, colocar em cada uma agentes para transmitir as ordens vindas do centro e assegurar a vigilância. Uma estrutura hierárquica piramidal encaminha o fluxo de informação nos dois sentidos, e pode comportar tantos níveis quantos forem necessários para que se organizem na base unidades suficientemente pequenas. De fato, o custo cresce muito depressa com a extensão e o número. O poder se desgasta ao se afastar de seu centro: ele só se exerce em todo o seu rigor entre um indivíduo e aqueles controlados diretamente. Além disso, o espaço introduz atritos que enfraquecem e tornam mais pesado o sistema.

A autoridade

A figura do poder puro é caso limite: ela implica tantos encargos para um resultado tão incerto que as sociedades colocam em seu lugar, geralmente, uma organização mais econômica. O senhor surge então como detentor de uma autoridade legítima. Não lhe é mais indispensável tudo controlar: as normas que ele institui são voluntariamente interiorizadas por todos. Todos aceitam as ordens e as cumprem sem necessidade de ameaças, de vigilância e de constrangimento pelo uso da força física. Para conhecer o estado de progresso das tarefas, não há mais necessidade de uma rede de informações e de contra-redes encarregadas de vigiar a primeira. A relação de poder é reduzida ao máximo. Reina a

confiança entre o que decide e o que executa. Uma ligação eficaz é possível entre parceiros distantes: basta que possam comunicar algumas mensagens — isso nada custa.

O grande problema criado pela relação de autoridade é obter o acordo preliminar das consciências: os atores devem aceitar a delegação do direito de decidir, que possuem naturalmente. A fase em que as ordens e informações de retorno circulam é necessariamente precedida e preparada pela legitimação.

É difícil admitir que um homem se veja investido de um poder de natureza e extensão muito diferentes das reconhecidas ao comum dos mortais: em nossas civilizações, todos os homens são irmãos e portanto potencialmente iguais. A atitude é diferente quando as filosofias sociais repousam sobre a idéia da hierarquia,[5] mas o problema existe em toda parte. O poder que os parceiros da relação de autoridade reconhecem em seu chefe não tem, em geral, sua justificação nos méritos individuais daquele que se beneficia. Num grupo pequeno, a experiência que cada qual tem do outro pode provocar um consenso e designar um condutor ao qual todos se dirigem para certas decisões. Sua autoridade, porém, nunca é total: há sempre descontentes para contestá-la logo que ele comete um erro.

A autoridade que se exerce sobre a vida social tem uma amplitude maior: ela cobre todo o campo da atividade, não é posta em dúvida assim que um erro é cometido. Repousa sobre um consentimento profundo. O chefe é criticado se não está à altura da sua tarefa, mas o princípio de delegação de poder não é questionado: a maioria das revoltas de que a história política é testemunha não levam a modificações de estrutura; resultam da incapacidade dos senhores, mas não nascem do desejo de mudar de regime.

a Como se explica, então, a origem da autoridade? Weber designa três fontes.[6] A primeira é a tradição. A autoridade é atribuída, pelo costume, a tal ou qual pessoa, a tal ou qual família, a esta ou aquela instituição e seu campo é definido e limitado pelas práticas passadas. Em sociedades que não são inclinadas a mudanças, isso basta para tudo legitimar: se o regime conhecido é considerado como perfeito, se foi instituído na origem dos tempos por uma sabedoria superior, social ou religiosa, é normal aceitá-lo.

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

b A razão é a segunda fonte da autoridade. Ela extrai do balanço da ação do poder uma justificação em termos de interesse geral e de interesse individual bem compreendido: se os homens delegam uma parte de sua capacidade de decisão a um chefe, é porque consideram isso vantajoso. Hobbes [7] foi o primeiro a desenvolver esse argumento. Antes que o contrato pelo qual os indivíduos renunciam à sua independência primitiva seja firmado, a sociedade está em estado de guerra civil e a sobrevivência só é possível graças a uma vigilância constante. A vida e os bens estão todos expostos às exigências de homens sem moral. O contrato social, concentrando o poder nas mãos de um só, conferindo-lhe o monopólio do recurso à força física, criou a paz civil: ele assegura a prosperidade da coletividade, permite o enriquecimento de todos e dá a tranqüilidade de alma sem a qual o florescimento do indivíduo é impossível. A justificação é tão forte que legitima até mesmo o absolutismo: é melhor sujeitar-se a uma autoridade todo-poderosa, mas que assegura a ordem e a prosperidade, do que permanecer num estado em que as tensões tornam a vida insuportável.

Há outras maneiras de justificar racionalmente a autoridade: para Locke [8] a ênfase recai sobre a segurança material proporcionada pela ordem nova: o soberano ao qual se entrega o poder surge mais como o representante da coletividade do que como seu senhor. Para Rousseau, [9] o balanço da instituição social é mais discutível — a coletividade é portadora de taras que destroem a pureza natural do indivíduo. Para evitá-las, é conveniente firmar um contrato que concede à sociedade no seu todo aquilo que não se pode fazer por si só: só a vontade geral tem o papel da autoridade legítima.

O que o soberano encontra na razão é uma transcendência leiga cujo impacto, do ponto de vista social, não é muito diferente do impacto da transcendência social ou religiosa sobre a qual repousa a autoridade tradicional: se o poder é aceito, é porque encontra na razão um princípio que pode constranger a vontade de todos os homens de boa fé. Se existe uma verdade e se o espírito é capaz de alcançá-la, aquele que a reivindica e age em seu nome não pode ver contestado aquilo que exige. Ele fala de um além tão eficaz quanto o da divindade para impor o respeito: em lugar de encontrar seu fundamento na angústia existencial e no sentimento da

finitude do homem, ele encontra sua eficácia na afirmação da autonomia e do poderio do espírito. Ao contrário do princípio tradicional, ele justifica todas as ousadias e introduz na vida social um fermento de mudança, contendo ao mesmo tempo a evolução espontânea em limites estreitos.

c A terceira fonte da autoridade reside, como se sabe desde Max Weber, no chefe carismático, capaz de suscitar pelo arrebatamento que cria, uma legitimidade nova e justificar, pelo seu próprio movimento, o poder que exerce. De início, é um condutor, um líder: sua ação se inscreve no âmbito da psicologia da vida de grupo e do aparecimento de papéis de direção. Mas entre o líder do pequeno grupo e o chefe carismatico há uma diferença de nível: quando o orador é bastante convincente, a mensagem de esperança e de fé que propõe cria uma legitimação que encontra sua justificativa em algo além da missão a que se propõe — o chefe carismático é, com freqüência, um profeta; ele propaga uma nova fé ou se faz de restaurador de virtudes esquecidas da religião antiga. Nas sociedades tradicionais, é nos mitos religiosos que encontra sua inspiração. Nas sociedades modernas, os argumentos desenvolvidos são tomados de empréstimo às mitologias leigas segregadas pela ciências sociais há três séculos: o chefe atrai com freqüência os homens porque é o instigador de um desses grandes mistérios de purificação coletiva que constitui uma revolução. Ele se bate pela justiça social, pelo fim da exploração do homem pelo homem, pela igualdade, pela liberdade, pela fraternidade. Em outros casos, ele se faz defensor de um grupo ameaçado, de uma nação que não chega a se constituir, de uma raça que deve triunfar. Há valores dignos e outros que não o são, mas o princípio da autoridade carismática é sempre o mesmo. Em vez de falar em nome de um algo mais que se pode atingir pelos caminhos da razão, o chefe que remodela a sociedade à sua volta, num grande movimento de entusiasmo, prova que tem direito ao respeito e à obediência provocando uma reação emotiva de natureza religiosa. Ela mostra a todos que o chefe participa de forças superiores, ante as quais convém inclinar-se.

d As implicações espaciais das três formas de autoridade são, evidentemente, diferentes. O exercício do tipo tradicional

só pode ser o resultado da aquisição dos mesmos valores, da aquiescência aos mesmos princípios superiores. Ele se molda pelos limites das áreas culturais: sua formação necessita, com efeito, da transmissão, de uma geração a outra, de uma grande massa de informações — o que lhe impede de assegurar rapidamente a difusão e só pode ser feito pelo jogo das comunicações permanentes e da imitação direta. Mesmo realizada localmente, essa impregnação custa caro — mas a despesa assim provocada não é diretamente imputável ao poder: ela é, de qualquer maneira, indispensável; não é para justificar a autoridade que se formam os jovens, que se lhes ensinam a utilizar os conhecimentos do grupo, a se conformar com seus usos, mas sim para fazer deles adultos dignos de seus pais e para torná-los autônomos, capazes de atender, por sua vez, suas necessidades e as de sua família.

A autoridade racional transmite-se melhor e experimenta menos dificuldades para ampliar suas bases: ela repousa sobre uma série de demonstrações que se podem fazer aqui e refazer ali, até obter o assentimento de todos. Tratando-se de provas racionais, a escrita é tão eficiente para veiculá-las quanto a palavra ou o exemplo. A difusão é prodigiosamente acelerada quando a instrução se generaliza. Nada limita as possibilidades de conversão ao sistema proposto: os regimes de autoridade racional têm, com freqüência, um aspecto universalista que falta aos sistemas tradicionais, a menos que estes se apóiem sobre uma religião ecumênica. Quando o racionalismo se empenha em assegurar a fortuna de uma determinada comunidade, quando toma a forma de um nacionalismo, encontra limites naturais — a menos que se transforme em imperialismo e justifique a dominação de comunidades julgadas inferiores por um grupo eleito.

A autoridade carismática depende, em sua difusão, do contato que o líder estabelece com as massas. Como a relação deve ser direta para ser eficaz, era considerada recentemente como uma forma de poder um pouco fora de moda: era observada em grupos estreitos, trabalhados por intensas inquietudes religiosas; não era considerada como adaptada às sociedades desenvolvidas, instaladas em vastos espaços; para estas, só a forma racional parecia conveniente.

Os meios de comunicação de massa modificaram a situação: através do rádio e da televisão, um laço direto, intenso e muito emotivo estabelece-se com facilidade entre um

indivíduo e a totalidade de uma população dispersa. Por outro lado, a concentração urbana favorece os efeitos de multidão; as manifestações de massa criam um clima de tensão favorável ao carisma. Nunca os líderes inspirados foram tão numerosos: de Lênin a Hitler, de Mussolini aos ditadores do Terceiro Mundo, são com freqüência personagens de primeiro plano do cenário político mundial. Nas sociedades onde as instituições são fundamentadas em princípios racionais, a ascensão do carisma se associa ao êxito dos regimes presidenciais e à preocupação dos responsáveis em manter um contato permanente com a opinião pública, por intermédio dos meios de comunicação de massa.

A autoridade, ao contrário do poder puro, não coloca em jogo diretamente o princípio territorial: não há controle permanente necessário, não há quadriculação com o objetivo de vigiar. Mas a ideologia que a justifica se desenvolve, em geral, dentro de um espaço homogêneo, num país, por exemplo: é o caso da fé nacionalista, que há dois séculos se tornou fundamental, e que identifica com freqüência soberano e grupo unido pela cultura, língua, história, costumes ou religião. A autoridade do tipo tradicional tem também uma localização espacial definida: ela repousa sobre a comunidade de crenças que resulta de uma aculturação semelhante; isso se produz sobretudo nas áreas culturais bem unidas.

O espaço no qual a autoridade se desenvolve é, portanto, modelado pela percepção coletiva: ele está presente no espírito daqueles que aceitam um mesmo soberano; ele se exprime numa imagem que é geralmente territorial [10] — mas não necessariamente, pois existem patriotismos de base étnica ou religiosa que podem viver sem apoio espacial, tal como surgiram, há algumas gerações, fidelidades ideológicas que escapam às determinações locais.

A influência ideológica

A relação de autoridade supõe uma ação preliminar de uniformização de crenças. Ela é assumida pessoalmente pelo líder inspirado, no caso do carisma. É geralmente o resultado de um trabalho em profundidade, relativamente independente do poder: ela exprime a influência ideológica.

Entre os poderes de que o indivíduo dispõe, o de julgar o valor moral dos atos é primordial. Para exercê-lo plena-

mente, basta ter todas as suas faculdades mentais — é o caso da imensa maioria dos adultos — e ter acesso à verdade moral, às regras que definem o bem e o mal. Isso é menos simples e menos evidente do que parece ao exame superficial.

As leis, os costumes e os imperativos aos quais a ação se deve conformar não são inatos; são determinados pela sociedade. Nada mostra isso melhor do que o exemplo da infância: ninguém pensaria em dizer que o conjunto das prescrições a serem respeitadas na vida é conhecido desde que o espírito começa a funcionar. O papel dos pais e da sociedade é ensinar aos jovens a agir segundo a regra. É precisamente por isso que se diz que as crianças são educadas: são alçadas a um nível que não poderiam alcançar espontaneamente, o da existência moral.

Nas sociedades ocidentais, considera-se geralmente que o indivíduo dispõe, graças à sua consciência, dos meios de distinguir entre o bem e o mal, mas nem todas as civilizações o admitem. Quando há uma recusa de acreditar nessa autonomia do julgamento, nessa capacidade de reconstituir a partir de um esforço pessoal de reflexão ao menos uma parte dos imperativos morais, o homem fica desarmado contra os que fabricam as filosofias morais e sociais.

O poder de julgar a moralidade dos atos pode, portanto, estar dividido de maneira muito variável segundo as sociedades. Em geral, os muito jovens estão excluídos. Nas sociedades tradicionais nas quais os valores não estão sujeitos a transformações incessantes, todos os adultos reconhecem esse direito: os valores são transmitidos quando da aculturação e todos partilham então da mesma sabedoria social. Não há influência ideológica específica: a sociedade reproduz sua filosofia social sem que isso provoque desigualdades.

Quando a formulação das regras a serem respeitadas é reservada a uma minoria, a situação se modifica. Como ocorre isso? Um grupo elabora um corpo de regras esotéricas relacionadas com o comportamento — é, então, o único capaz de formular juízos. Por que a massa da população concorda em se ver privada de um direito que parece natural? Por motivos relacionados com a inquietação que existe no coração de todo ser.[11] Se a influência fosse exercida apenas pela persuasão e o raciocínio, é pouco provável que os iniciados chegassem a se impor. Mas a presciência da morte cria em

todos uma angústia surda: a destruição que ameaça a cada um não é o indício visível das taras que corroem o homem a partir de seu interior? Não é devido a nódoas ignoradas que o ser se encontra assim condenado? É fácil, a partir desse sentimento muito comum, desenvolver complexos de culpa que conduzem as pessoas à renúncia do uso da razão. Elas perdem confiança nos meios intelectuais de que dispõem. As minorias de iniciados o sabem muito bem: elas acrescentam aos argumentos racionais, ou aos apelos emotivos que conduzem a uma influência real, mas limitada, todo um arsenal de processos que se aproximam do terrorismo intelectual; elas não ignoram que, para consolidar seu domínio da opinião, é preciso desqualificar os opositores ou contestatários. E isso se consegue negando a qualidade de seres pensantes ou racionais aos que não aceitam como premissas os princípios da fé que se procura propagar. Quando a ideologia toma forma religiosa, os argumentos dos que ainda não se converteram são considerados como heresias; quando ela se reveste da forma leiga de uma filosofia moral ou social, recusa-se a ouvir os que não admitem certos credos políticos ou econômicos. À zombaria e à ironia, que constituem as primeiras armas do terrorismo intelectual, acrescenta-se então todo o arsenal do desprezo que procura aniquilar o adversário negando-lhe até mesmo o direito de existir.

A influência ideológica transforma-se assim em monopólio de grupos: trata-se ora de feiticeiros,[12] ora de sacerdotes, ora de teóricos da ordem social, política ou econômica. Nossas sociedades inventaram uma categoria cômoda para designar essa classe: os intelectuais[13] não contam na vida pública pelos seus conhecimentos técnicos, mas pelo monopólio que pretendem reservar para si — e que por vezes conseguem — de apontar o bem e o mal, de condenar ou louvar.

O exercício da faculdade de julgar determina, na sociedade tomada em seu conjunto, reações de natureza moral: é o que se exprime ao dizer que existe uma opinião pública. Imagina-se com freqüência que ela representa a opinião média da população: isso só ocorre nas sociedades em que todos têm acesso às regras, mas não em outras. Se o poder de julgar é reservado a alguns, a opinião pública é apenas a opinião dos pequenos grupos. As sociedades que aceitam a mudança admitem que os valores se transformam; o que foi

ensinado às gerações passadas deixa de ser válido hoje: a verdade não é dada a todos, ela é determinada por uma minoria que sabe percebê-la numa realidade difícil de ser decifrada.

A influência ideológica só se pode exercer se for admitido um esforço considerável de difusão dos temas da filosofia social. Isso implica que a classe que exerce essa dominação esteja presente na população, que nela esteja fundida. Quando os ideais que ela propõe parecem uma promoção, a difusão é facilitada, mas o esforço continua sendo necessário. Nesse sentido, a geografia da influência ideológica é a mesma das transformações de massa: implicam a interpenetração fina dos que procuram impor suas idéias e da população a ser convertida e dominada. Existem, além disso, pontos nos quais os valores são revelados e mantidos intactos — no caso de uma religião — ou bem desenvolvidos e colocados em destaque — no caso de uma filosofia política ou social. Isso equivale a dizer que a influência ideológica se ordena, com freqüência, a partir de centros.

Quando não se dispõe da escrita e dos meios eficientes de comunicação à distância, a difusão das novas dominações ideológicas é lenta e difícil; mas, uma vez recebidos os modelos, uma vez admitidas as submissões, as dominações têm tendência a se reproduzir sem dificuldade. Com a escrita, a propagação das ideologias e da influência que elas permitem é facilitada. Mas são os meios de comunicação de massa que mais transformam a situação: criam uma assimetria geral na troca de informações, instituem um contato direto entre o que propõe os temas novos e a multidão. Nada de surpreendente no fato de que as sociedades contemporâneas vêem desenvolver-se as formas mais diversas da propaganda.

A influência econômica

Às formas explícitas do exercício do poder e ao controle pela ideologia, que descrevemos acima, é conveniente acrescentar, para concluirmos as manifestações da dominação, o jogo das influências econômicas. Vimos, aliás, que sem elas a instituição do poder seria inútil e impossível na maior parte das sociedades.

A força da influência econômica é simples: não podemos viver sem recursos. Se não dispusermos de um mínimo para

subsistir, estaremos prontos a aceitar qualquer coisa para consegui-lo — e como esse mínimo é variável de uma sociedade a outra, a dependência pode ser provocada por rendimentos que não são desprezíveis.

a Quando a produção se faz em escala individual ou familiar e a autoconsumação é a regra, a maioria das pessoas pode chegar a uma verdadeira autonomia econômica e escapa, por isso, a todas as sujeições. Para dar à democracia americana bases sociais sadias, Thomas Jefferson [14] sonhava fazer de seu país uma nação de pequenos agricultores independentes.

Nas economias tradicionais, o jogo da influência encontra, portanto, sua origem no controle dos fatores de produção, da terra, do arrendamento do gado para os povos de criadores e da mão-de-obra, onde ela é escassa. Enquanto o espaço não é totalmente cultivado, o controle do solo não representa muito. Aliás, não é necessário no plano econômico: mesmo se a gestão é imperfeita e ocasiona desperdício, isso não é problema. A situação se modifica quando a pressão sobre os recursos aumenta. A instituição de um direito imobiliário permite uma melhor organização da produção, mas ela deixa uma parte da população sem acesso aos meios de trabalho: entrega-a aos que dispõem desses fatores ou a torna dependente, para sua subsistência, dos excedentes acumulados por outros.

b Quando a economia admite a troca, as condições do exercício da influência se modificam. Não é mais possível satisfazer ao conjunto das necessidades pelo trabalho individual: um homem passa a depender sempre de outro para uma parte de seu abastecimento; para as empresas, as condições são idênticas. Uma fazenda antiga produzia a sua energia, suas ferramentas e seus semiprodutos. Uma fábrica compra a energia, as matérias-primas, os componentes e peças de outras firmas.

Todos os indivíduos encontram-se englobados no circuito geral da economia e são, por isso, dependentes. Todos os que dele participam diretamente pela sua produção dispõem também de meios de influência — enquanto os jovens, as pessoas idosas e os desempregados não têm, pela sua posição, nenhum meio de pressão. Na maioria dos casos, a influência

que se pode exercer é puramente negativa: ela nasce da possibilidade de bloquear, pela greve, uma engrenagem do mecanismo geral — quanto mais extensas forem as repercussões, mais fortes podem ser as exigências.

Para compreender como se desenvolvem os efeitos assimétricos na vida econômica, temos de ver o circuito de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços de um ponto de vista estratégico: onde os laços são menos numerosos, é mais fácil o acordo para cortá-los. A concentração favorece o jogo das pressões econômicas. O efeito é ainda mais notável quando os circuitos comandados se relacionam com setores onde as necessidades são mais urgentes: a paralisação de escritórios dedicados ao planejamento de operações distantes não afeta a ninguém, ao passo que uma greve dos padeiros tem conseqüências sérias para toda a população e uma paralisação da produção de eletricidade é catastrófica nas áreas urbanas.

O jogo das pressões que faz nascer assim a ameaça de interrupção da prestação, ou da produção, toma por vezes uma forma direta: as sociedades liberais contemporâneas são, sem cessar, sacudidas por movimentos de greve que evidenciam os esforços dos diversos setores para aumentar sua parte da receita territorial global. Na maioria dos casos, a influência manifesta-se sem que se chegue a soluções tão graves: os mecanismos do mercado são constituídos de maneira a permitir aos que dispõem de uma posição de força ficar com a parte do leão nos benefícios das trocas ou da fabricação. Existe o hábito de contrapor os mercados de concorrência perfeita aos mercados em que se manifestam as assimetrias — os primeiros não existem nunca, na realidade, pois a distância cria os atritos.

O mercado de trabalho oferece condições particulares. Ali se encontram, confrontados, os empresários que dispõem de instrumentos de produção e os trabalhadores, empregados ou supervisores, que só dispõem para viver de suas forças e competências. Na medida em que as empresas já são poderosas e a oferta de trabalho continua atomizada, a situação é particularmente desigual e as tensões necessariamente fortes. O essencial dos lucros vai para a empresa, sem que haja necessidade de invocar a teoria marxista da expropriação da mais-valia pelos capitalistas.[15] A partir do momento em que os trabalhadores se sindicalizam, o equilíbrio se modifica.

Num conflito, leva vantagem o parceiro que é capaz de resistir mais tempo. Os patrões dispõem de recursos próprios e são apoiados pelos bancos e por clientes que não desejam ver um aumento de custos. Os trabalhadores só podem contar com suas reservas — que são consideráveis nas grandes confederações modernas. Eles sabem também que a opinião pública os apóia com freqüência — vantagem moral, mas que não é desprezível numa prova de força. Pode ocorrer que a parte das despesas com os salários comprometa o equilíbrio da empresa.

A influência econômica não está ligada apenas a esse jogo negativo da ameaça e da paralisia. Ela se manifesta também pelo poder de criar e inovar. Uma das principais conseqüências da divisão das tarefas é separar a concepção e a execução. Aqueles aos quais se confia a realização não têm praticamente nenhum outro meio de pressão a não ser o bloqueio da produção ou troca. Os que dirigem têm a responsabilidade de combinar os diversos fatores e a possibilidade de colocar tudo em questão, imaginando novos métodos de produção, novos meios de promoção, novos tipos de organização.[16] O poder essencial de que dispõem é o de modificar, melhorar, inovar. As perspectivas oferecidas à empresa são tanto melhores quanto melhor seus dirigentes souberem utilizar essas oportunidades: sua função é criadora. O grande problema, para que ela seja assumida em boas condições, é dar a direção aos que têm a capacidade bem rara de prever o novo e estruturar o elemento de certeza que existe no futuro.

Confiar a responsabilidade da empresa aos detentores de seu capital pode assegurar uma administração rigorosa, mas nem sempre leva a um aproveitamento pleno das possibilidades oferecidas pela inovação técnica e comercial ou pelos métodos modernos de organização. É por isso que a direção efetiva é, com freqüência, confiada a especialistas, a executivos, recrutados pela sua competência.

Na economia moderna, os capitais indispensáveis para promover a produção constituem o fator mais difícil de conseguir para realizar uma combinação produtiva. Os sistemas bancários permitem a mobilização de recursos indispensáveis para as experiências consideradas interessantes.

A influência econômica não está reservada a uma categoria estreita da população: ela depende dos efeitos de classe;

é exercida ora por uma categoria profissional, ora por uma categoria jurídica — a dos detentores dos bens de capital —, ora por especialistas da organização monetária, da engenharia econômica ou da inovação técnica. Com a abertura da economia e o fim das agriculturas de auto-subsistência, a assimetria das relações econômicas toma novas formas, deixa de ser unilateral, mas não desaparece. Dá a certas classes um peso maior que a outras. Permite-lhes exercer pressão, por meios diretos, sobre o desenvolvimento geral da economia, e, por meios indiretos, sobre os processos políticos.

A influência econômica é, no conjunto, difusa: ela não se concentra, em suas formas negativas, mais num ponto do território do que em outro; os grupos que detêm as situações estratégicas mais importantes são por vezes periféricos — os técnicos de controle das instalações de produção de energia, por exemplo. Não obstante, à medida que a produção se concentra, por motivos de economia de escala, de domínio do espaço (a informação viaja melhor dentro de uma empresa do que fora dela) e de controle dos mercados, os pontos onde o conflito pode explodir se tornam mais raros, o poder de conceber e criar cai em mãos menos numerosas. As regiões centrais onde a vida de relação é favorecida (o que se traduz no plano econômico dizendo que as externalidades são numerosas) conservam uma parte desproporcional dos que estruturam assim o mundo econômico. Ao aspecto social da influência econômica acrescenta-se um aspecto geográfico que é correlato: é a vontade de chegar a uma transparência maior que leva à atribuição de maiores responsabilidades às pessoas competentes e que as leva a se instalarem nas regiões centrais.

Os fatos do poder puro e da autoridade colocam em evidência as estruturas hierárquicas que dominam a vida social, enquanto o estudo das influências ideológicas ou econômicas ressalta os efeitos de classe. Isso nos conduz à análise da arquitetura social, que podemos agora compreender no espaço.

3

A Geometria das Formas Complexas do Poder: a Arquitetura Social

A vida social é feita de esforços para assegurar a subsistência de todos, socializar os jovens, transmitir a cultura, enriquecê-la ou adaptá-la a novas necessidades. Ela implica relações diversas: por sua vez, os jogos de influência e de poder se esboçam, surgem tensões. Procurou-se, no passado, descrever o conjunto dessas relações em termos de harmonia e equilíbrio: é uma empresa artificial; os conflitos são demasiado numerosos e a sociedade evolui demasiado, o que não seria explicável se o sistema estivesse perfeitamente equilibrado. As oposições e as contradições são os ingredientes necessários à vida social, mas se adquirem demasiada intensidade, as relações se envenenam e a coletividade corre o risco de mergulhar no caos. A existência em comum depende de um mínimo de ordem e entendimento — o sistema deve ser estruturado.

As relações de ordem e de poder contribuem para essa estruturação, mas podem também criar dificuldades e introduzir fissuras no corpo global: seu efeito depende da maneira pela qual são combinadas. Não se repartem ao acaso, associam-se em sistemas relativamente coerentes.

Para explorar a arquitetura social assim definida, procederemos por etapas. Partiremos das relações que existem entre a coletividade tomada em conjunto e os indivíduos isolados. As relações societais nos introduzirão na lógica das

organizações. Antes de passar às organizações globais, é conveniente nos interrogarmos sobre os grupos, coletividades, estados, castas ou classes, e sobre a influência que exercem na vida social. Restará estudar as arquiteturas propriamente políticas, que geralmente coroam a construção e lhe dão suas dimensões e sua coloração geral. A economia dos fatos do poder ocupará então nossa atenção.

As relações entre o indivíduo e a sociedade

Entre o indivíduo e a sociedade, tomada em seu conjunto, estabelecem-se relações. A sociedade não age em bloco, mas manifesta sua coesão através da ação de cada um de seus membros.

O indivíduo fica, assim, submetido à observação, à vigilância e à apreciação daqueles que o cercam. Disso resulta uma coação coletiva, anônima, mas infinitamente mais envolvente e mais forte que a imposta pelo déspota mais absoluto. A força do grupo vem de sua capacidade de tudo ver.[1] É raro que se possa agir sem ser observado pelos outros; quando se é conhecido de todos, os gestos feitos podem ser facilmente reconstituídos pela combinação de testemunhos diversos. É então temerário desafiar as regras e contestar as opções admitidas por todos. O sentimento de não poder escapar à vigilância pública leva à prudência, reforça o conformismo e dá ao grupo uma forte homogeneidade. Quando essa ação se exerce sobre adultos que não foram a ela habituados em sua juventude, julgam-na odiosa e reagem aparentando um acordo superficial aos princípios comuns, mas procurando, às ocultas, libertar-se das regras. Para os que foram educados no sistema, a situação é diferente: as normas comuns têm toda a oportunidade de serem interiorizadas quando a sociedade enquadrante une seus esforços aos do grupo primário.

O controle coletivo do indivíduo se aproxima por vezes da perfeição: a divisão em quadriláteros que o déspota tanto se empenha em estabelecer e que lhe custa tão caro é realizada, aqui, naturalmente, pois todos emprestam sua contribuição à obra comum. A transmissão de informações se faz bem, pois os que exercem a vigilância o fazem espontaneamente para colaborar com uma obra pública de moralização:

o sistema implica uma grande transparência, mas como ela é realizada por indivíduos mobilizados pela mesma inquietude e que participam dos mesmos valores, realiza-se nas melhores condições.

Esse controle, porém, só é eficaz sob certas reservas. O olhar coletivo se dilui quando a densidade se torna demasiado fraca e o espaço não é totalmente humanizado — ele encontra ali o mesmo limite que o poder puro, o que levou Claude Lévi-Strauss [2] a ressaltar a correlação que existe entre fraca densidade e liberdade. A vigilância de cada um por todos encontra um limite quando a densidade se reforça ao ponto em que a multidão se torna anônima: [3] as verificações se tornam então difíceis, o que torna aleatória a descoberta de comportamentos desviantes. Mesmo quando são comprovados, não se sabe a que atribuí-los; a opacidade do meio é demasiado grande para que seja possível colocar no ostracismo os que se afastam das normas: eles passam quase sempre despercebidos.

Portanto, a autoridade coletiva só é coagente para certos tipos de grupos. Ela se exerce plenamente nos grupos estáveis e divididos em pequenas células de contornos bem definidos: opera no mundo arcaico como as células rurais das sociedades tradicionais. Apaga-se nas civilizações adiantadas onde o urbanismo passa a predominar: numa pequena cidade ainda somos conhecidos de todos, mas isso deixa de acontecer numa grande aglomeração.

O exercício da observação coletiva repousa sobre uma opinião pública ativa: implica que todos tenham o direito de fazer julgamentos ou que a população tenha confiança na minoria à qual se reserva a avaliação dos atos. Essas condições são com freqüência realizadas no mundo tradicional, pois nele os valores são transmitidos de geração em geração e são conhecidos de todos.

Com o crescimento das sociedades, a maior mobilidade dos homens e o aparecimento de filosofias da transformação social e da relatividade moral, o exercício da autoridade do corpo social torna-se mais difícil. As condições da socialização da infância são modificadas, o grupo primário não pode mais apoiar-se, para fazer triunfar as normas comuns, na sociedade enquadrante. Os comportamentos divergentes escapam à vigilância coletiva quando mergulham na multidão. A opinião pública, que exprime apenas as opiniões de uma

MESTRADO EM GEOGRAFIA

minoria, não se preocupa mais em assinalar o que compromete o equilíbrio habitual. A regulação social que se apóia em grande parte na autoridade coletiva, nas células estreitas dos mundos tradicionais, deve adotar outros caminhos nas sociedades amplas, numerosas e voltadas para a novidade.

As relações societais: as relações impessoais

A maioria das relações que se estabelecem entre os membros das sociedades comportam um risco de subordinação: elas acarretam influência e poder. Podem, se não estiverem sujeitas a nenhuma regra, favorecer o desenvolvimento de relações desiguais e de tensões perturbadoras. É por isso que são institucionalizadas — fala-se, então, das relações societais. [4]

Algumas dessas relações englobam um pequeno número de indivíduos cujas relações são personalizadas. Outras estabelecem regras de comportamento entre grupos numerosos, se bem que as interações não adotem nunca uma forma individualizada: elas conservam uma certa generalidade, uma certa impessoalidade e tornam mais sensível a parte da convenção social que preside a vida de cada um de nós.

a As relações societais permutáveis e impessoais apresentam certos pontos comuns com as relações do indivíduo isolado com a coletividade global: nos dois casos, o exercício da autoridade é obra de grupos. A vigilância é facilitada, o olhar coletivo mostra-se eficaz, mas o jogo da opinião pública só utiliza frações do grupo global.

O controle mútuo do olhar universal se exerce então de uma categoria sobre a outra: as crianças estão submetidas, nas sociedades tradicionais, à vigilância de seus pais. A vigilância de grupo se exerce igualmente de uma faixa etária a outra, e de um sexo ao outro.

Esse controle coletivo só é possível pela aceitação de ideologias comuns a cada fração: o poder dos homens sobre as mulheres é ainda mais acentuado porque eles impõem um código comum de comportamento para suas esposas, suas mães e suas filhas, e justificam sua superioridade por uma filosofia social explícita. Mas esse poder é em parte contra-

balançado pelo contrapoder do grupo dominado: em toda parte onde as mulheres são senhoras de seus movimentos, elas sabem apoiar-se, invocar uma contra-ideologia e tomar medidas de retorção, se o equilíbrio habitual dos sexos é ameaçado.

b As relações de poder difusas e permutáveis encontram sua melhor expressão nas civilizações cuja ideologia admite uma desigualdade fundamental entre os homens: correspondem ao modelo do *homo hierarchicus* que Louis Dumont [5] desmontou de maneira admirável. Ele o ilustrou com o exemplo do regime das castas na Índia, mas mostrou seu alcance geral: a lógica da sociedade de ordens não é muito diferente da lógica de uma sociedade de castas, embora as regras deduzidas dos princípios sejam menos absolutas. Alexis de Tocqueville [6] havia percebido bem, desde o século passado, que a originalidade das sociedades do *Ancien Régime* provinha disso.

Numa sociedade de ordens ou de castas, os indivíduos pertencem, pelo nascimento, a uma categoria inserida numa hierarquia de estatutos. Apenas por isso, eles têm obrigações e direitos em relação aos que pertencem aos escalões superiores ou inferiores. Aos primeiros devem respeito, obediência e certas prestações econômicas. Em relação aos outros, gozam de uma autoridade geral que lhes permite solucionar os conflitos; estão igualmente em condições de exercer diversas formas de influência econômica. Colocados mais alto na hierarquia, eles dispõem finalmente de uma influência ideológica.

As relações societais permutáveis e impessoais repousam em doutrinas que dividem o corpo coletivo em categorias desiguais. Elas refletem a existência de uma filosofia social que todos admitem e que estabelece ao mesmo tempo a unidade do corpo social e o princípio de sua articulação hierárquica. Uma tal ideologia só pode ser estabelecida se as categorias inferiores admitirem sua indignidade: isso supõe que as camadas mais baixas são culpabilizadas e se consideram manchadas e indignas da consideração desfrutada pelos superiores em conseqüência de sua pureza. A configuração das relações sociais é o reflexo, nessa concepção, de uma ordem mais fundamental de relações morais.

A autoridade do grupo que acarreta a desigualdade generalizada tem uma eficácia muito variável segundo as condições que reinam na sociedade. O olhar coletivo só é capaz de instituir um controle dos comportamentos em áreas reduzidas onde todos são conhecidos de todos. Se a escala local é ultrapassada, o anonimato se impõe e a relação se enfraquece — restam apenas as regras de respeito exterior.

As relações hierárquicas generalizadas exercem muita pressão quando as categorias que se observam e se controlam estão intimamente fundidas — é o que ocorre nas relações entre os grupos de idade ou entre os sexos: mesmo que a ideologia justificativa de desigualdade seja benéfica, a coação instituída é forte. As relações de castas talvez sejam menos perpetuadoras, na medida em que levam a segregações espaciais: o controle só existe enquanto os grupos se encontram. No mais, cada qual é submetido apenas à sua própria responsabilidade, ao seu próprio olhar coletivo.

A ampliação do âmbito da vida de relação enfraquece o exercício da autoridade de casta ou de ordem, que só continua tendo função nas comunidades locais. No nível da sociedade global ocorre, porém, que uma nova interpretação é dada às relações impessoais de desigualdade. A melhoria das comunicações permite que membros isolados de grupos do mesmo nível tomem consciência de sua solidariedade e exerçam um poder de opinião e pressões coletivas. [7]

No todo, as relações permutáveis e impessoais desempenham um papel paralelo ao da autoridade coletiva: elas a reforçam nas sociedades tradicionais, onde florescem, e se enfraquecem com ela, quando a vida se situa em limites que ultrapassam os da comunidade local. Mas não desaparecem, como o mostram as sociedades multiétnicas.

As relações societais: as relações personalizadas

A arquitetura social é em grande parte criada pelas relações do tipo pessoal. [8]

As relações familiares constituem o conjunto mais importante das relações desse tipo, que se encontra em todas as sociedades, embora sob formas diferentes. As relações de associação e troca são igualmente freqüentes. Os laços

de clientela e o vínculo feudal constituem situações onde o jogo da força e do poder é mais evidente. As sociedades modernas se apóiam principalmente sobre a relação burocrática, que se fundamenta na combinação de certos traços de sistemas simples.

a As relações familiares implicam dois princípios: o da descendência e o da aliança. O primeiro une numa mesma árvore genealógica todos os que descendem de um mesmo ancestral, seja pelos homens, seja pelas mulheres: as linhagens assim estabelecidas não podem viver fechadas sobre si mesmas. As regras sociais que proíbem o incesto obrigam a procurar mulher em outros círculos: a aliança cimenta os troncos que se encontram ligados pelas trocas de esposas — ou de maridos.

A relação de descendência associa poder puro e autoridade e deve a essa combinação íntima a sua eficiência. Os pais podem castigar os filhos quando consideram indispensável, mas só o fazem quando os outros meios fracassaram. O objetivo da educação é inculcar nos jovens conhecimentos e um sistema de valores que lhes permitam dirigir-se sozinhos. A direção dos pais parece necessária e legítima, e toma por isso a forma de autoridade. A coabitação facilita a transmissão de atitudes e de referências comuns: os pais exercem uma vigilância quase constante e o meio próximo os reveza; nas primeiras fases da vida, o enquadramento é quase perfeito. Uma vez criados os hábitos, a solidariedade estabelecida entre as gerações ou entre irmãos e irmãs se solidifica: existe um clima de confiança. Não é mais indispensável controlar incessantemente a execução de ordens dadas: aliás, já não é mais necessário, em geral, recorrer ao modo autoritário: a colaboração se estabelece facilmente entre todos.

A relação familiar mantém seu conteúdo, entre adultos, quando estes vivem longe uns dos outros. São necessários anos de socialização atenta para se chegar a esse ponto, um controle e uma pressão constantes sobre cada um, para que as normas sejam interiorizadas, mas o investimento em comunicação assim realizado não parece, aos que o fazem, um ônus: corresponde à realização de um dever fundamental, o de educar os filhos, no melhor sentido da palavra.

A relação familiar pode dar coesão a indivíduos separados por grandes distâncias, mas é incapaz de cimentar

grupos numerosos: nisso reside sua grande fraqueza. Mexendo um pouco nas genealogias, chegamos a incorporar numa mesma linhagem algumas centenas de pessoas — mas quando o ancestral comum está muito distante, o laço criado encontra-se distendido. As tribos se atribuem, com freqüência, um fundador do qual todos descendem — mas nesse nível as relações sociais utilizam mais a retórica e a gramática das relações familiares do que sua substância.

A relação familiar tem um conteúdo bastante variável. Ela mobiliza poder e autoridade, bem como as formas simples da influência econômica: os jovens são dependentes de seus pais, os velhos dependem dos filhos. Qualquer que seja o regime econômico e político, não é possível ao jovem, de qualquer sexo, atender às suas necessidades antes da adolescência. A dependência das pessoas idosas se atenua quando pensões e aposentadorias são proporcionadas pela coletividade aos que não estão mais em condições de trabalhar, mas não desaparece. A célula familiar é um lugar essencial, embora variável, na circulação dos rendimentos: ela constitui a unidade fundamental de administração e despesa. A produção é, com freqüência, realizada nesse âmbito, mas isso é menos generalizado: assistimos a uma crescente socialização dos meios de produção, embora em certas civilizações a unidade de administração não seja a família, mesmo mínima, mas o indivíduo, o homem ou a mulher, e seus descendentes de pouca idade.

O papel cultural da descendência não pode ser esquecido; está presente em tudo, mas diminui quando a instituição escolar se desenvolve. É mais fraco quando a educação é realizada no âmbito do grupo local, e não da família, o que acontece na maioria das civilizações tradicionais.

b A relação de associação é sempre importante. Ela une os membros de uma mesma classe, de uma mesma confraria de iniciados, de uma mesma comunidade local. Resulta da adesão voluntária a um contrato freqüentemente explícito, embora ocupe somente uma parte da atividade e da responsabilidade de quem o aceita.

A associação é igualitária em seu princípio. Isso explica o clima de confiança no qual ela se desenvolve: os que estão ligados entre si sabem que não têm nada a temer de seus companheiros que têm os mesmos direitos e os mesmos po-

deres que eles. Como todos escolheram livremente a participação nas atividades comuns, as aspirações e motivações provavelmente serão semelhantes.

A relação de associação cria, portanto, um cimento sólido e pode estender-se a um grande número de pessoas — a uma infinidade, pois nada limita, em princípio, a cadeia de adesões. Em sua forma original, a dimensão dos grupos criados continua, porém, geralmente fraca: à falta de estruturação explícita, a associação perde logo sua eficácia, quando seus efetivos aumentam. Ela não é feita para assegurar a comunicação rápida da informação, ela não comporta especializações na elaboração e tomada de decisões. A associação está melhor preparada para assumir responsabilidades habituais e praticar atos de rotina do que para tomar a iniciativa de operações delicadas e novas.

A falta de canais estruturados para a transferência de notícias prejudica igualmente o alcance da relação: a confiança reina, evidentemente, entre pessoas inspiradas pelos mesmos princípios, mas isso não basta para criar uma grande coesão, se os participantes viverem longe uns dos outros. Quando se estende a um mundo social numeroso e amplo, a associação só atua como meio de apoio mútuo: ela pode veicular a influência e multiplicá-la, mas toma então uma forma mais estruturada que nas pequenas sociedades; ela se burocratiza.

O papel das associações[9] é por vezes econômico — permitem a reunião de equipes indispensáveis a certas operações, arroteamento, colheita, construção de habitação, por exemplo. Elas se prestam bem à conservação e à transmissão da cultura — o clima de confiança favorece a comunicação do saber e das habilidades. Podem, igualmente, constituir a força indispensável a serviço de um poder puro — em numerosas sociedades primitivas, o policiamento é realizado por grupos de idade.

Apesar de seus traços humanos e simpáticos, a associação não ocupa um lugar de primeiro plano na arquitetura das sociedades: é uma relação que carece, ao mesmo tempo, de envergadura e eficácia.

c A relação de troca é, também, fundamentalmente igualitária: põe em contato pessoas que desejam receber, em troca

daquilo que oferecem, alguma coisa do mesmo valor. Na maioria das sociedades arcaicas, não existe uma moeda objetiva para medir assim a adequação do que é oferecido e do que é procurado. Os termos da troca são geralmente costumeiros.

A relação de doação e contradoação que constitui a forma mais freqüente de troca no mundo primitivo constitui equivalências entre bens e serviços muito variados, mas sem buscar realizar ajustes imediatos; bem ao contrário. Ela tem por objetivo criar, entre os membros da sociedade, uma rede de obrigações recíprocas.[10] Estabelece, portanto, uma ponte entre os diversos momentos da vida do grupo e dá uma certa segurança aos que são credores. É sancionada, além das compensações materiais que chegam cedo ou tarde, pela acumulação de prestígio em proveito dos que praticam o jogo social com maior habilidade, generosidade e altruísmo.

A relação de doação e contradoação é capaz de unir de maneira muito sólida os membros de toda uma comunidade; os laços que cria são à prova de tempo, como os criados pela confiança — que, aliás, ela subentende, e que contribui para instituir. Infelizmente, ela só se pode desenvolver entre pessoas que têm a mesma escala de valores, a mesma maneira de comparar as coisas e os atos. Ela é interna às áreas culturais compreendidas no sentido de conjuntos que partilham das mesmas ideologias e dos mesmos códigos sociais.

Dentro dessas áreas, a relação só é eficaz na medida em que podemos desfrutar a moeda invisível do prestígio: esta viaja mal, pois só adquire significação quando lemos, na deferência de todos, a nossa realização na ordem dos valores recebidos — em geral, ela não ultrapassa os limites locais.

A relação de troca adquire um conteúdo diferente quando as transações se revestem de uma forma mais puramente econômica e nos apegamos mais à compensação dos valores. A definição de um sistema geral de equivalência facilita as transações e lhes aumenta o alcance. A troca econômica continua sendo, porém, incapaz de estruturar os grandes espaços, pois o transporte custa caro — o preço dos bens se torna, rapidamente, proibitivo. Ela não pode desempenhar o papel de regulador entre operadores distantes, porque não se apóia em nenhum clima preliminar de confiança — para ter certeza da qualidade dos produtos, é preciso tê-los ante os olhos. As transações devem desenrolar-se em mercados

concretos, com compradores e vendedores presentes, e a mercadoria entre eles: isso limita a área de confronto entre as ofertas e as procuras. A troca econômica, se realizada entre operadores individuais, evita os efeitos do poder e da influência econômica, mas não tem grande significação geográfica. [11]

d A relação de clientela tem igualmente raízes econômicas. Ela se estabelece entre quem dispõe de bens consideráveis e quem não tem meios de produzir, nem rendimentos. Em sua forma primitiva, é necessariamente local: primeiro, porque os excedentes são distribuídos localmente, em torno da residência do homem rico. Em seguida, porque os indivíduos ali presentes estão ligados apenas pela dependência econômica. Como ter confiança em pessoas que se vendem a quem oferece mais? Não apresenta a plebe de Roma a imagem da inconstância? Os grupos de dependentes que servem de sicários aos detentores da riqueza não têm coesão.

Quando se institui o elo de dependência, quando a ajuda concedida perdura, quando se sabe que o patrão está pronto a sacrifícios pelos que se entregaram a ele, a situação se modifica: um clima de confiança se estabelece. É ele que dá à relação feudal [12] sua verdadeira originalidade.

O vassalo depende evidentemente do suserano no plano econômico: dele recebeu seu feudo, se é nobre; seu arrendamento, se é camponês. Mas isso é apenas um dos aspectos da questão. O suserano e o vassalo participam do mesmo ideal social: valorizam a fidelidade, a dedicação, a lealdade e a honestidade. Isso cria a estima mútua que falta à relação patronagem-clientela. Já não é mais necessário às duas partes se vigiarem permanentemente. O elo adquire uma estabilidade temporal que falta à clientela e lhe permite resistir aos efeitos da distância: a relação feudal partilha, com a relação familiar, o privilégio de não se apagar com a distância. Ela é infelizmente limitada em sua força. O elo feudal é pessoal, só liga indivíduos na medida em que se conhecem e alimentam juntos uma relação privilegiada. Um suserano não pode multiplicar indefinidamente seus vassalos diretos. Pode solucionar a dificuldade estendendo os escalões da hierarquia — mas como as relações coatoras só podem ser mantidas com aqueles que estão imediatamente acima ou abaixo, isso não cria uma grande solidariedade de conjunto:

explicam-se assim os traços curiosos da geografia do poder feudal, a pulverização dos feudos, sua imbricação ou seu distanciamento.

e A relação burocrática é mais complexa.[13] Ela oferece uma solução satisfatória ao problema do enquadramento dos grupos numerosos e extensos, combinando num mesmo sistema elementos copiados de outros tipos de interação.

As organizações burocráticas são criadas para realizar uma missão. Elas representam exemplos puros de engenharia social: os estatutos e organogramas que definem o objetivo do conjunto e as missões de cada um são preparados em função da tarefa a realizar: procura-se chegar a ela pelos meios mais racionais.

A relação burocrática não é tão envolvente quanto as relações familiares ou feudais: ela visa apenas um setor particular da vida social. Seus membros são livres para ocupar-se, segundo suas preferências, em outras atividades. No interior da empresa ou da administração, devem em compensação conformar-se estritamente às diretrizes que lhes são impostas. Não se entra nesses serviços por direito de nascimento e deles se pode ser excluído.

A burocracia se apresenta sob a forma de uma construção piramidal que lembra a do poder puro: tem a propriedade formal de ser extensível a um número indefinido de indivíduos. Ela se apóia, com efeito, em relações hierárquicas: basta multiplicar as ramificações e as etapas para incluir todas as pessoas que desejarmos.

A fraqueza inerente dos sistemas em que a força bruta é a única a operar é eliminada pela solidariedade de que dão prova os membros das etapas superiores da hierarquia: eles têm as mesmas finalidades, a mesma ideologia; estão um pouco na mesma situação que os membros de uma associação. A autoridade do chefe é aceita como legítima por todos os que ocupam postos de responsabilidade: em lugar de pensar em seu interesse pessoal, em lugar de se aproveitar, na menor oportunidade, de sua posição de intermediários para desenvolver um poder autônomo, eles aceitam executar as ordens e informar fielmente a direção, a fim de favorecer o êxito da aventura comum.

O efeito de associação é fortalecido por um efeito estrutural de desigualdade: mesmo que o entusiasmo dos admi-

nistradores de uma empresa ou dos oficiais de um exército não seja total, sua situação os força a se mostrarem solidários com o poder: seu papel de representante da autoridade os torna suspeitos aos que estão colocados sob suas ordens. A solidariedade que os une a seus colegas não basta para lhes assegurar a tranqüilidade, pois ela disfarça com freqüência uma competição: frente à hostilidade dos dominados, eles se vêem na obrigação de adotar as teses do poder, para não ficarem isolados.

A organização burocrática contribui, assim, para o aparecimento de categorias opostas. Isso cria uma vigilância recíproca que facilita o jogo da autoridade: a direção é informada sobre os atos de todos pelo pessoal categorizado de que dispõe, mas os subalternos não deixam de lhe assinalar o que lhes parece, da parte de seus superiores, uma infração da moral. É possível, portanto, proceder a uma divisão eficiente do espaço: a relação burocrática se exerce com freqüência sobre os espaços estreitos da empresa, mas é capaz de estruturar, em sua forma administrativa, os mais vastos territórios.

A relação burocrática deve ao uso dos textos escritos e ao clima de confiança criado e mantido nos níveis superiores da hierarquia o fato de não perder sua eficácia com a distância. Para desenvolver a fidelidade, é importante que a direção possa recompensar aqueles cuja dedicação é mais evidente: ela precisa controlar as remunerações para ter pleno êxito.

Sob o aspecto da administração, a relação burocrática dá aos governos o meio de aplicar as leis da mesma maneira, em toda parte. Ela assegura a vigilância do espaço indispensável ao exercício do poder. Na empresa, ela dá à produção o instrumento necessário para obter lucro com as economias de escala ou para assegurar a transparência distanciada que leva à conclusão de bons negócios.

As relações societais: as instituições políticas

As organizações que mencionamos não têm como vocação principal veicular o poder: elas recebem uma parcela dele, facilitam seu exercício ou o regularizam limitando-o

com regras de reciprocidade — isso é válido para a troca, mas também para a associação, a relação de aliança, e sob a forma da solidariedade de gerações, para a relação de descendência. As relações societais permutáveis e pessoais são capazes de estruturar em parte a coletividade. Elas não têm como vocação dominá-la e dirigi-la. As burocracias ajudam evidentemente os governos a impor seus pontos de vista, mas sua vocação não é organizar a sociedade global. O conjunto dessas relações define a sociedade civil que a sociedade política vem normalmente dominar. Como é ela estruturada?

a Poder puro e autoridade. A relação de poder puro é por vezes empregada para organizar o conjunto da sociedade. Mas vimos sua incapacidade de unir efetivos numerosos, quando estão divididos numa área importante. O poder puro cria, onde se aplica, uma curiosa geometria de auréolas cada vez menos dominadas à medida que se afastam da residência do tirano.

A relação de autoridade é capaz de associar, sob as condições ideológicas que vimos, populações numerosas e fazer com que aceitem uma mesma direção, sem que isso implique custos proibitivos de controle e de gestão. Mas a aquiescência nunca é universal: existem em toda parte contestatários e maus espíritos, para rejeitar aquilo que a imensa maioria aceita. Isso basta para enfraquecer o sistema, se ele não dispõe de meios de coerção.

b A autoridade-poder e o Estado. A relação de autoridade-poder combina as duas formas simples e delas obtém sua eficácia. A partir do momento em que uma grande parte da população admite a legalidade do governo, o jogo do poder se modifica. O controle permanente e minucioso da totalidade da população não é mais indispensável: há apenas minorias a vigiar. Aqueles que são prejudicados pelas escolhas feitas pelo poder, ou que não admitem a legitimidade deste, contestam a política seguida, mas não contam mais com a simpatia de seu círculo. Se sua oposição se torna demasiado sistemática e demasiado violenta, ela fere a maioria que se recusa a ser cúmplice e se encarrega de informar os agentes do governo. O retorno da informação se faz facilmente e custa pouco; o uso da força não é mais chocante quando se exerce contra os que ameaçam a segurança: o

enfraquecimento do poder em razão do distanciamento do centro não se faz mais sentir da mesma maneira. Um grande espaço pode ser dirigido a partir de um centro único. O Estado representa legitimamente a sociedade em seu conjunto.

A relação de autoridade-poder implica, para desenvolver-se, redes de influência capazes de criar e difundir a ideologia sem a qual o consenso não existe. Ela é inimaginável sem a aceitação de princípios comuns. A autoridade-poder supõe a existência, como de uma cópia, de uma infra-estrutura que elabora e difunde a ideologia. Na maioria dos casos, essa infra-estrutura continua autônoma: ela traduz a concordância de todos quanto às fórmulas tradicionais, ou a ação de uma minoria capaz de reformular sem cessar o direito e as normas da moralidade política. Nos dois casos, o Estado encontra sua justificação na preexistência da nação onde essas correntes se desenvolvem.

Quando a autoridade-poder assume a fabricação e difusão da ideologia que a legitima, o sistema se torna totalitário.

c A influência política. O sistema político que estrutura e domina as sociedades não pode permanecer no vazio, sem contato com a população, sem capacidade para resolver seus problemas e reagir às suas inquietações. [14] Suas relações com os sistemas onde se trocam as notícias devem ser constantes e estreitas: a expressão de uma opinião pública [15] é indispensável ao jogo do governo; ela é bem tolerada desde que a ideologia que veicula reforce sua legitimidade, mas comporta sempre um perigo: correntes críticas podem utilizá-la. Muitos regimes conservadores tentam, portanto, controlá-la ou suprimi-la, e com isso se privam de um dos instrumentos essenciais do poder: perdem contato com a realidade social e correm o risco de não ter consciência das tensões, das aspirações e dos problemas a resolver.

A experiência mostra, porém, que uma boa transparência não basta para eliminar as dificuldades: não é possível estar informado de tudo, mesmo dispondo de administrações bem estruturadas. A premência das questões não se evidencia pela sua simples formulação: é preciso, para que se tenha a sua medida, saber a quem elas concernem e a que forças estão relacionadas. Só os interessados são capazes de dizê-lo: eles devem ter condições de se fazer ouvir.

Os sistemas de autoridade-poder procuram enfrentar esses imperativos sistematizando o jogo da influência política. Este existe espontaneamente em todas as sociedades: os que são mais poderosos, que falam em nome de uma organização vigorosa ou que representam grupos conscientes de sua unidade estão, com freqüência, em condições de impor seu ponto de vista: sabemos que são muito importantes e não podemos deixar de ouvi-los. Ocorre mesmo, por vezes, que o confronto desses portadores de influência basta, sem autoridade central, para regularizar a vida do grupo — é o esquema sobre o qual repousam as sociedades segmentárias. Mas o sistema de autoridade-poder institucionaliza a influência política para adaptar-se às conjunturas mais diversas e guardar o apoio da maior parte da população, enquanto as correntes corroem sem cessar seu apoio ideológico.

O regime representativo não tem outra finalidade: dá a cada cidadão o direito de se fazer ouvir pelo poder.[16] Com efeito, o indivíduo isolado não pode muito frente à máquina do Estado: nem sempre chega a convencer seu deputado de que suas solicitações são bem fundamentadas, e esse deputado não tem necessariamente o desejo ou a possibilidade de iniciar uma ação no sentido desejado. Mas a representação abre caminho à influência dos grupos.[17]

A vida econômica e a vida cultural levam à formação de categorias homogêneas pela sua situação, pelas suas dificuldades e pelos seus problemas.[18] Algumas dessas categorias estão em condições de exercer diretamente uma pressão sobre as outras, graças à sua posição no circuito econômico, graças ao direito à iniciativa ou inovação que se atribuem, ou graças à sua capacidade de remodelar as imagens, as crenças e as fidelidades de todos. Outras não têm as mesmas possibilidades. Enquanto tais categorias só existem como conjuntos de pessoas situadas no mesmo contexto, é cômodo qualificá-las de coletividades. A semelhança das ações a realizar, as dificuldades a solucionar, as tensões a desfazer, levam freqüentemente os membros de uma mesma coletividade a uma tomada de consciência: eles constituem, então, uma classe.

A formação de classes supõe relações fáceis entre os membros das coletividades. Ela se limita aos grupos locais se não existem meios de telecomunicação[19] — isso explica o papel dos sentimentos de apego local e regional nas socie-

dades pouco modernizadas e a virulência do tribalismo nos países do Terceiro Mundo que tentam adotar as instituições da autoridade-poder.

Com o crescimento da mobilidade individual e a intensificação do jogo dos meios de comunicação de massa, a tomada de consciência não está mais reservada aos que vivem no mesmo lugar. Ela ocorre mais facilmente quando grupos numerosos e idênticos vivem aglomerados — o que explica o aparecimento precoce da consciência operária no século XIX; mas a mutação se faz igualmente em grupos dispersos — as mulheres, os jovens, por exemplo, ou então aqueles que partilham do mesmo credo religioso ou ideológico.

A tomada de consciência dos problemas não é automática numa coletividade, mesmo que as dificuldades encontradas pelos seus membros sejam graves. É preciso, para chegar a isso, um trabalho de organização, de animação, de propaganda e de sensibilização. A coletividade não tem organização que lhe permita isso. São sistemas de enquadramento estruturados segundo o princípio burocrático que se incumbem de tal trabalho: [20] partidos, sindicatos, grupos de pressão e *lobbys* se desenvolvem nos regimes representativos. Eles asseguram a ligação entre a massa da população e o sistema político. Este, segundo Robert Dahl, [21] nunca é, nos grandes Estados, uma democracia no verdadeiro sentido do tempo: é uma poliarquia, isto é, um sistema que permite a uma pluralidade de grupos exercer uma influência política proporcionando ao governo as informações que lhe são indispensáveis e negociando com ele o apoio sem o qual não poderia viver.

A configuração dos sistemas de relações societais, dos fatos de influência coletiva e global, e das instituições propriamente políticas é, portanto, muito complexa. A arquitetura global das sociedades põe em atividade um número mais ou menos grande de peças. O número de combinações é, aparentemente, quase infinito, tão diversos são os elementos — mas é necessário, para que a regulação seja possível e eficaz, uma certa harmonia entre os subconjuntos. Para compreender as articulações do poder, é importante, analisar o funcionamento da sociedade e a economia dos fatos de poder.

4

A Arquitetura Social e a Economia do Poder

Os problemas da regulação social

A descrição das formas de organização e de suas propriedades espaciais não basta para esclarecer a arquitetura social. Para isso é necessário analisar a sua utilidade. As instituições proporcionam aos grupos um meio onde as necessidades individuais e coletivas encontram satisfação. Todos devem ter acesso aos recursos indispensáveis para alimentar-se, vestir-se e morar; são necessários filhos e os meios para educá-los; os conhecimentos e os valores lhes devem ser transmitidos; as inquietações e angústias que atacam o indivíduo isolado exigem pacificação. A vida do grupo implica, portanto, trocas de bens, notícias e conhecimentos, e a circulação de pessoas e sinais. Desses movimentos resultam, por sua vez, a satisfação das necessidades e o aparecimento de conflitos que devem ser solucionados, se não quisermos ver a construção ameaçada.

As decisões tomadas pelos diversos participantes da vida social não têm nenhuma razão de serem compatíveis entre si e de se voltarem todas para o mesmo sentido. A aculturação, quando imprime valores e atitudes comuns, cria as condições para que as vontades adotem um curso paralelo, mas isso não garante sua concordância quando têm de compor-se para uma ação comum, ou para concluir uma troca: os pontos de vista semelhantes facilitam a comunicação, mas não evitam os choques.

a As organizações que estruturam a sociedade na escala do pequeno grupo, da comunidade local, do pequeno conjunto regional ou profissional contribuem para a canalização das energias e para o fornecimento dos procedimentos de arbitramento e regulação. Na família, os pais têm a autoridade necessária para impor a razão aos filhos; têm por vezes o direito de usar a força física quando os conselhos e as ordens permanecem sem efeito: o *pater familias* tinha, como se diz, o direito de vida e de morte sobre os seus! Sem chegar a esse ponto, a maioria das organizações prevêem procedimentos para regularizar a ação coletiva. As que têm uma estrutura hierárquica utilizam o princípio de subordinação. Sob sua forma benigna, ele reserva a arbitragem final aos que estão em postos de responsabilidade: quando os conflitos explodem, os que estão em posição dominante intervêm e impõem sua vontade. Nas organizações rígidas, a decisão é reservada ao chefe, em todas as circunstâncias — é o caso, como vimos, do poder puro. A maioria das organizações se encontram numa posição intermediária: a harmonização é deixada, em grande parte, à confrontação direta dos interesses presentes. Quando esta fracassa, os superiores intervêm.

b As formas de regulação mais eficazes da sociedade civil são as que nascem da troca; esta dá origem, com efeito, a processos de resolução dos conflitos.

A relação de mercado oferece o melhor exemplo do sistema de auto-regulação sem direção imposta: a harmonia dos desejos é alcançada através de uma confrontação geral das ofertas e das procuras. Enquanto os atores são indivíduos e são mais ou menos iguais, não lhes é possível influir na oferta ou na procura — seu papel é demasiado fraco. São obrigados a inclinar-se ante a ação convergente dos outros. Pelo simples jogo de retroações sucessivas, uma negociação se estabelece sobre as quantidades oferecidas: cada um modifica suas intenções em função das proposições do outro campo. Vários termos de troca são tentados: o acordo se realiza no ponto em que a curva da oferta e a curva da procura se encontram: é o ponto em que as intenções de uns equilibram as exigências dos outros.

Que esse mecanismo possa funcionar, conduzindo ao equilíbrio, é algo de maravilhoso: pareceria mais normal que

a harmonia social e a regulação das trocas resultassem da intervenção de uma vontade consciente que organizasse o todo. O fato de uma mão invisível chegar ao mesmo resultado através do mercado cria um problema para os que não acreditam na capacidade dos sistemas funcionarem sem governo, pela simples auto-sujeição.

c Os mecanismos automáticos que operam nas sociedades nunca são perfeitos. Desde que os parceiros do mercado deixam de ter aproximadamente o mesmo peso, a troca funciona de maneira a aumentar a vantagem daqueles que já são mais favorecidos pela fortuna. Ela se torna geradora de desigualdade e de influência econômica. Para evitar isso, convém vigiar estritamente o desenvolvimento das transações, institucionalizá-las.[1] Nos países de economia liberal, é a esse enquadramento que se recorre desde que surge a consciência das conseqüências nefastas da concorrência selvagem. As condições de acesso às transações são regulamentadas, a negociação se faz nas áreas onde a transparência é tão perfeita quanto possível. Os árbitros do mercado intervêm como compradores dos excedentes, quando as cotações baixam, e voltando a colocá-los no mercado, quando têm tendência a subir.

As sociedades primitivas sempre conheceram esses problemas e os resolveram de uma maneira um tanto semelhante.[2] Isolando cada tipo de transação, evitando que a mesma moeda possa operar sobre todos os compartimentos, limitam-se os ganhos obtidos e seu efeito sobre o equilíbrio social. Os que tiveram êxito na exploração de seu rebanho, na cultura de suas terras, ou nas expedições comerciais, dispõem de excedentes que lhes dão uma influência econômica certa. Se querem aproveitar-se dela no sistema de prestígio, são obrigados a demonstrar liberalidade, multiplicar as ofertas: atraem clientes que os apóiam em suas ambições políticas — é assim que operam os *big men* descritos pelos antropólogos nas regiões melanésias.[3] A promoção de prestígio e de poder assim obtida os arruína, simultaneamente, embora os efeitos cumulativos não sejam sérios.

d A institucionalização das relações hierárquicas impessoais e das relações pessoais de qualquer natureza permite garantir a paz social em vários setores, solucionando os conflitos à

medida que surgem, organizando e normalizando o confronto das vontades e multiplicando os ajustes retroativos que evitam a acumulação de tensões. A vida social se assemelha então a um mecanismo perfeitamente lubrificado, e o aparecimento dos conflitos graves é evitado. Todo governo é inútil: se as contradições se resolvem por si mesmas, não há decisão propriamente política, não há escolha que crie responsabilidades irrevogáveis para a sociedade: é o fim das ideologias, segundo uma fórmula de Daniel Bell [4] que teve êxito há uns 15 anos, quando se supunha que o progresso das organizações permitiria eliminar finalmente os choques que ensangüentam a história.

Quaisquer que sejam os esforços para aperfeiçoar a administração das coisas, há conflitos inevitáveis: [5] nada garante a boa vontade dos cidadãos. Há o risco de ver um dirigente decidido impor sua vontade sem nenhuma justificação. O problema da regulação não pode, portanto, ser totalmente resolvido pelas organizações locais ou setoriais da sociedade civil; elas detectam e reduzem uma grande variedade de dificuldades de detalhe, mas não são feitas para os grandes confrontos. Estes são passíveis de dois tipos de tratamento: o equilíbrio do terror e o governo central.

e Ao contrário do que se acreditou durante muito tempo, depois de Hobbes, o abandono da liberdade de todos em proveito de um soberano não é indispensável à solução dos conflitos e das contradições da sociedade. A antropologia [6] descreve grupos sem instituições políticas especializadas, que não conhecem o estado de anarquia belicosa que o ilustre teórico inglês descreveu sob um prisma tão negro. Quando, numa coletividade, formam-se blocos após um incidente ou uma querela, a ameaça de um conflito generalizado é tão real que todos agem para evitar um resultado tão desastroso. O medo da guerra civil total introduz um *feed-back* que leva à negociação: chega-se geralmente a um *modus vivendi* sem muito esforço. Se ocorre um fracasso, o recurso à força permite solucionar o conflito de outra maneira — é a única possível, quando os grupos que se enfrentam não sabem conter suas paixões e seus interesses.

f A outra alternativa é evidentemente a institucionalização do poder. Esta pode ser mais ou menos completa — às vezes

se dispõe, para o arbitramento, de instâncias cuja legitimidade não é posta em dúvida por ninguém, mas às quais o recurso à força física não é permitido. Em outras situações, a estrutura política toma a forma do poder puro, ou da autoridade-poder: as contradições e os conflitos encontram ali um nível em que são desfeitos. A solução, porém, nem sempre é satisfatória: o papel do árbitro é difícil e a imparcialidade não é automática. O julgamento do soberano pesa por vezes demais em favor de uma facção, e por isso a solução dos conflitos parciais cria rancores e contradições graves que o sistema não é capaz de superar. Também nesse caso a regulação pacífica das dificuldades sociais encontra um limite: o recurso à força surge, para os que se sentem lesados, como o último meio de salvar sua liberdade e de manter a justiça.

A regulação e as dimensões do corpo social

O tipo de arquitetura social e o sistema de regulação predominante dependem da extensão ocupada pelo grupo estudado e pelos efetivos que comporta.

a Os problemas de regulação social são tanto mais freqüentes quanto mais densas as relações. Estas se reduzem à troca de alguns bens, à comunicação de certas informações e ao movimento das mulheres ou dos homens, de uma linhagem para outra, quando a autarquia é normal em cada célula elementar. A simplicidade da estrutura custa, evidentemente, um certo preço: a produção disponível para cada um é limitada pela ausência de especialização e de economia de escala. As pessoas devem ser capazes de atender a um número tão grande de necessidades que não podem adquirir um grande domínio dos diversos ofícios: as técnicas continuam pouco diferenciadas e pouco progressivas. A ausência de relações distantes multiplica os riscos associados à irregularidade do clima: de um ano a outro, as colheitas flutuam muito. As variações não são sempre no mesmo sentido em lugares diferentes, mas, à falta de transportes, não se pode tirar partido dessas oportunidades de compensação.

As desvantagens das pequenas dimensões podem ser sentidas no plano econômico, e também no plano cultural: as

oportunidades de encontrar individualidades originais e criadoras são menores num corpo pequeno do que numa sociedade de efetivos numerosos — as escolhas realmente oferecidas são reduzidas. A liberdade de agir é severamente limitada pela indigência das habilidades.

A situação não é, aliás, exatamente a mesma em todos os setores. A divisão econômica das tarefas é reduzida a muito pouco na ausência de economias de escala e de economias externas. A divisão social, promovida pelo jogo dos estatutos, não está sujeita aos mesmos imperativos. Sua eficácia não está ligada ao volume de interação dos participantes: ela pode ser elevada em corpos pouco numerosos. As sociedades de pequenas dimensões oferecem com freqüência um contraste surpreendente entre a pobreza das técnicas materiais, ou sua conseqüência, a uniformidade dos gêneros de vida, e a extraordinária diversidade das atividades ligadas à vida religiosa, à magia e aos ritos: as cerimônias e as festas atestam essa fecundidade social do pequeno grupo.

Na ausência de problemas de regulação difícil e, em conseqüência, do pequeno número de papéis conflituais nas sociedades onde a competição econômica é pouco desenvolvida, é possível assegurar o funcionamento e a coerência do grupo pelos meios mais simples: não há necessidade de instituições especializadas, a ameaça do conflito generalizado basta para tornar a conciliação possível. Aliás, existem papéis de mediadores[7] que facilitam a solução feliz.

O mecanismo de regulação pelo equilíbrio da ameaça ou do terror funciona melhor quando associado a um controle coletivo, vigilante e de pressão uniforme. É nas pequenas comunidades que esse gênero de situação é encontrado com mais freqüência. É difícil permanecer surdo aos apelos à conciliação quando todo o grupo exerce pressão nesse sentido. A vigilância permanente limita os casos em que os conflitos podem nascer e agravar-se: todos têm interesse em reduzir ao mínimo as ocasiões de confronto. É o que se observa nas sociedades segmentares.

Fora dos pequenos espaços, o mecanismo de regulação por retroação voluntária e equilíbrio da ameaça só se aplica quando as relações são reduzidas a pouca coisa: à medida que as trocas de toda natureza se multiplicam, as tensões a que o sistema está sujeito se tornam mais graves: no limite

extremo, não se vê como seria possível absorvê-las todas através da negociação, caso a caso.

Os sistemas políticos de pequena dimensão podem dar-se ao luxo, portanto, de não ter instituições políticas autônomas e de repousar, em sua estruturação, sobre formas elementares de organização e equilíbrios de tensão. Do ponto de vista dos custos materiais, é sem dúvida a solução menos pesada: não exige pessoal especializado, não há problemas de vigilância a solucionar por segmentações territoriais onerosas. No plano humano, o sistema oferece à primeira vista vantagens substanciais: todos participam sem cessar da coisa pública; as preocupações políticas não são eliminadas quando faltam instituições especializadas — é o inverso que ocorre: toda ação tem um aspecto político porque pode modificar o equilíbrio frágil sobre o qual se baseia a vida do grupo. Como os estudos de Pierre Clastres [8] mostraram, as sociedades sem governo e sem poder expresso são aquelas em que as questões de poder ocupam mais as pessoas: o problema é limitar a influência que algumas delas podem conseguir e que falseia o jogo das instituições — mas também conseguir para si o que procura proibir aos outros: na ausência de institucionalização, a busca do poder e a preocupação de limitar seus efeitos são realmente uma obsessão.

A politização das sociedades sem instituição especializada de regulação será compensada por vantagens no plano da liberdade? Poder-se-ia acreditar que sim, pois não há dominação do homem pelo homem; mas na realidade não é o que ocorre. A eficiência do sistema só se afirma quando a pressão da coletividade é decisiva. A liberdade real, já limitada pela pobreza das técnicas, o será também pela pressão da ideologia do grupo e pelo conformismo que cria a vigilância mútua. [9]

b Nas sociedades de grande dimensão, a multiplicação das trocas e da densidade das relações aumenta o número dos conflitos. Os mecanismos automáticos, os do mercado, por exemplo, resolvem muitos deles, para o bem da coletividade, mas não são feitos para solucionar todos os problemas. Aliás, não funcionam bem se não estiverem contidos nos limites estreitos que a institucionalização permite. Esta implica uma instância superior, capaz de fazer respeitar suas decisões e seus regulamentos.

As sociedades de grande dimensão têm, portanto, tendência, quando as relações entre suas partes se tornam numerosas, a criar órgãos especificamente políticos e a se cercar de um Estado. Ganham, com isso, uma certa eficiência — mas pagam por ela ônus materiais consideráveis. É necessário reservar, na receita global, o que é indispensável ao funcionamento das instâncias do poder — e bem além do que seria estritamente indispensável, na medida em que o Príncipe se vale de sua força para impor contribuições pesadas. A armadura política implica a criação de uma série de divisões para a vigilância, o que mobiliza um pessoal numeroso. O encaminhamento de informações de todo tipo, ordens num sentido e esclarecimentos e pedidos no outro, implica infra-estruturas permanentes e de rentabilidade difícil.

Os custos econômicos do poder são compensados pelas vantagens que nascem da regulação dos conflitos e da ausência de perturbação séria na vida de relação — ao passo que toda crise num sistema de equilíbrio de ameaça paralisa as trocas. Os custos destinam-se igualmente a propiciar a melhor utilização dos recursos permitida por uma divisão econômica do trabalho mais extensa: as economias de escala e as economias externas conduzem a uma produção maior com um mesmo esforço.

As vantagens essenciais da grande dimensão, como seus inconvenientes mais evidentes, devem então ser procuradas no setor das reações psicológicas. A vida cultural adquire maior profundidade e os corpos de conhecimento se enriquecem quando se pode mobilizar um número maior de bons espíritos e fazer com que comuniquem mais amplamente. No plano da vida espiritual, a concentração é considerada benéfica por motivos dos quais não temos hoje idéia, mas que no passado tiveram um papel decisivo.[10] O homem vive na ansiedade: está submetido a forças que o superam, ameaçado pela doença, pelo fracasso, pela morte; ele tem necessidade de proteção contra as desgraças. E consegue institucionalizando a religião e criando cultos coletivos mais eficazes do que os rituais familiares com que se contentava antes: a segurança psicológica melhora com a formação de um pessoal religioso especializado e o aparecimento de templos onde a divindade se manifesta de maneira habitual. A vida cotidiana está secularizada pela distinção introduzida entre o que tem

relação com o ambiente e o que tem relação com as forças superiores.

A instituição do poder oferece outras vantagens: ela liberta o indivíduo da obsessão política que caracteriza os grupos submetidos aos equilíbrios de ameaça. Isso se faz ao preço de uma certa alienação: o homem renuncia a exercer de forma permanente o controle da vida social, ou de contribuir para ele. Mas o indivíduo ganha uma grande paz de espírito. Pode, então, deixar-se absorver por outras tarefas, consagrar maior tempo e esforço à produção, à criação artística, à vida cultural e intelectual. Trata-se de um progresso.

No total, as oportunidades oferecidas pela vida num grande espaço são mais ricas do que as existentes numa célula local. Perde-se calor humano, mas escapa-se ao controle sufocante dos próximos e dos vizinhos; já não temos de responder por nossos atos a não ser ante a nossa própria consciência. As condições são melhores para os empreendimentos e para as inovações. Mesmo quando a liberdade política é limitada pelo poder central, existe um ganho de liberdade econômica, intelectual e cultural. Além disso, as possibilidades oferecidas à tirania são limitadas, quando um governo deve impor-se a um grande espaço, pela necessidade de obter um grande consenso: só é eficaz se adotar a forma de autoridade-poder. Ele se vê contido em limites razoáveis, exceto quando consegue acumular o exercício do poder e a influência que o legitima: a liberdade só é seriamente ameaçada nos regimes totalitários. Infelizmente, eles são numerosos quando a estrutura da sociedade não se presta ao funcionamento harmonioso dos sistemas representativos.

c Entre as duas situações extremas que descrevemos, há toda uma gama de situações intermediárias. Não se passa de um salto da célula arcaica estreita para a sociedade nacional moderna: durante muito tempo coabitam nas formações complexas células locais [11] que correspondem a uma parte das exigências da vida em grupo — à produção agrícola e artesanal, por exemplo — e uma sociedade enquadrante voltada mais especialmente para a direção ideológica, o governo das almas e a dominação política do todo. Vê-se então articularem-se conjuntos de poder expresso com fragilidade no nível local e de forte estruturação política no nível do todo.

Esses sistemas oferecem a vantagem de serem materialmente menos custosos do que os sistemas onde tudo está a cargo de um governo regular. Eles estão perfeitamente adaptados às sociedades abertas às trocas de uma maneira desigual. Oferecem, segundo a posição em que nos colocamos, vantagens e inconvenientes psicológicos contrastados. Mas só se podem manter enquanto a sociedade for estruturada de um modo dual, justapondo unidades de dimensões e de dinâmicas diferentes.

d No interior dos quadros gerais da arquitetura social assim definida, vê-se melhor como se dispõem as diversas categorias das relações societais. As que só podem abarcar efetivos pouco numerosos têm seu papel essencial nas pequenas sociedades — como ocorre na família, na associação, na troca primitiva. Quando essas instituições subsistem no âmbito da sociedade ampliada, como é o caso da família, seu papel se torna mais discreto, suas atribuições são menos numerosas. Como as relações de descendência e de aliança se desenvolvem num clima de confiança, podem ser úteis a construções extensas: as pré-burocracias comerciais se apóiam, para evitar a ação dissolvente do distanciamento, nas solidariedades familiares, religiosas ou técnicas.

Inversamente, a ampliação das dimensões do corpo social implica o desenvolvimento de estruturas adaptadas ao controle de efetivos numerosos e dispersos: multiplicam-se as administrações e as empresas. Elas invadem todo o campo da produção, desempenham um papel maior que o da distribuição. Sem elas, muitos dos serviços não poderiam ser assegurados à totalidade da população. O governo lhes deve a ação regular e firme que lhe é indispensável para bem conhecer os problemas do país e para fiscalizar a execução de sua política; deve-lhes, portanto, o fato de desempenhar realmente as atribuições do Estado. As informações por elas prestadas, que lhe permitem medir o nível de satisfação, conhecer as aspirações e também os motivos de tensão e descontentamento, são recolhidas pelos partidos e associações culturais ou políticas. São igualmente veiculadas pelas Igrejas. No seio das empresas, os sindicatos ocupam uma posição análoga: transmitem à direção a opinião da massa dos operários e empregados e se empenham em conseguir uma melhoria de sua situação. Quando eles constituem fe-

derações poderosas, dispõem de uma capacidade de pressão política tal que sua opinião não pode ser negligenciada.

e O poder, quando toma a forma de coação, está sempre contido em limites territoriais estreitos, nos quais a vigilância das ordens e das instruções é efetivamente possível. O mesmo não ocorre com a autoridade, pois esta resulta de uma adesão voluntária a normas comuns e de uma renúncia consentida ao exercício de parte da liberdade natural.

À medida que as dimensões da sociedade aumentam, as organizações dotadas de estruturas de poder eficazes se multiplicam: não pode ser de outra maneira, pois as relações são mais numerosas, como o são também as oportunidades de conflito. O indivíduo encontra-se preso numa rede de obrigações: não lhe é possível fugir a elas. As vantagens econômicas da simplificação das tarefas, possibilitada pela grande dimensão, se tornam mais sensíveis, mas a percepção da liberdade se reduz. No limite extremo, o sentimento experimentado é o da alienação: o homem tem a impressão de não trabalhar mais para si mesmo num sistema onde é esmagado por corpos demasiado poderosos. A liberdade subjetiva é limitada.[12]

Mas a situação não é irremediável. O peso de cada uma das organizações que compõem a sociedade civil é limitado às superfícies e às redes que ela domina. A administração do espaço e sua divisão em domínios oferece assim uma via para limitar, na escala de cada cidade, de cada aglomeração, de cada região, as coações que pesam sobre o indivíduo na nação moderna. A ordenação do espaço não é fundamentalmente um problema de estética, de proteção dos locais e de harmonia das paisagens. Sua significação é mais profunda: ao limitar estritamente as empresas sobre as quais as organizações exercem seu poder, ao oferecer espaços públicos onde são possíveis os encontros e a vida fora dos quadros institucionalizados, ao dar às famílias alojamentos onde podem escapar à pressão coletiva e às exigências do trabalho, restaura-se, na vida moderna, a parte de liberdade real que a proliferação das grandes organizações ameaça. Apesar disso, o caminho não é fácil: as tentativas de recriar, nas zonas residenciais das grandes cidades modernas, a atmosfera de coesão e de familiaridade das aldeias tradicionais fracassaram. Não é possível restabelecer, no âmbito de uma vida

ampliada na área metropolitana, a vigilância de cada um por todos, que dava à coletividade a consciência de sua unidade. As pessoas reunidas formam mais um agregado do que uma comunidade. Isso prejudica a qualidade da existência local, mas é difícil ver como seria possível restabelecer a ambiência da comunidade camponesa de outrora sem renunciar, ao mesmo tempo, às formas e vantagens da grande sociedade.

O fato de que a parcela de liberdade aumenta no total nos grandes grupos em que as relações são ampliadas, já se evidencia pela dificuldade dos Estados modernos, mesmo quando totalitários, de controlar efetivamente as ideologias e os comportamentos de seus membros. É esse, sem dúvida, o grande problema do mundo moderno: os temas da alienação e da perda de liberdade são reexaminados constantemente. Eles traduzem muito mais nostalgia da célula cordial do mundo fechado de outrora do que uma visão exata da evolução. Num universo onde os grupos locais perdem a maior parte de seu papel e de sua significação, o controle social e a repressão automática dos comportamentos sociais desaparecem. O Estado e as organizações estruturam a vida econômica, as relações culturais, as relações políticas, mas fracassam na socialização do indivíduo: a liberdade de que este desfruta logo é tão grande que ele não sabe mais o que fazer dela. Com freqüência, ele a utiliza mal.

A organização do mundo moderno implica, portanto, uma administração do espaço com dupla finalidade: limitando os domínios onde as burocracias privadas ou públicas têm meios de intervir, busca-se preservar a independência do indivíduo lá onde ela está ameaçada. Ao devolver a autonomia e a responsabilidade às células locais, visa-se restituir o mínimo de controle coletivo sem o qual a vida social se transforma em anarquia, as vontades individuais são inconciliáveis e o destino coletivo é imprevisível, porque está submetido às pressões de todos e à ação dos mais audaciosos e, com freqüência, dos menos bons.

Princípios de classificação

O estudo da arquitetura social deve ser levado mais longe do que o permite a simples consideração da economia do poder: no interior das células estreitas das comunidades camponesas do mundo arcaico, a variedade das soluções do

problema político é grande. Em nosso mundo, a tendência geral à constituição de grandes espaços é combatida pelos movimentos que lutam pelo retorno às formas mais estreitas da vida regional. Aos regimes liberais opõem-se os regimes totalitários. A justaposição de estruturas englobantes de grande dimensão e núcleos locais ainda semi-autônomos pode também manifestar-se de muitas maneiras. Que princípio escolher para ordenar todas essas formas?

a Seria possível, sem dúvida, esboçar uma classificação baseada nas ideologias dominantes, pois elas explicam a maneira pela qual as diversas peças do sistema social e político são articuladas. Poder-se-ia, assim, opor as sociedades onde as energias são empregadas para limitar as manifestações e os efeitos do poder e as sociedades que aceitam as coações e as justificam, legitimando-as. Reecontraríamos dessa maneira a oposição entre os sistemas pouco extensos e os que são capazes de controlar universos populosos e vastos. Dentro das sociedades onde o poder está institucionalizado, será possível opor aquelas onde a autoridade se vê circunscrita a limites estreitos e aquelas em que a autoridade tem a vocação de controlar toda a vida do grupo. Em certos casos, o poder se atribui mesmo o direito de fabricar os valores que o justificam; em outros, são os corpos ou grupos independentes que têm essa incumbência.

Uma tal empresa é interessante, mas oferece certas dificuldades. A ideologia é apenas um dos elementos da estruturação do sistema social e político. Não basta aceitar uma autoridade legítima para ver a sociedade ampliar-se e englobar, numa circulação cada vez mais ativa, um âmbito crescente: as condições técnicas influem nisso.

Podemos também indagar qual a significação real das filosofias sociais elaboradas pelos grupos. Serão elas variáveis autônomas na estruturação das relações? Não servirão para disfarçar as causas mais profundas e torná-las aceitáveis a todos? É a tese marxista. Ela resiste mal, em sua forma absoluta, ao exame dos fatos.[13] Há geralmente, numa sociedade, várias ideologias que se enfrentam; umas são melhor recebidas do que outras, mas é difícil, quando se vê como é viva a sua concorrência, afirmar que a ideologia que se impõe deve seu êxito a uma manipulação. Há fórmulas que se adaptam melhor do que outras às circunstâncias do mo-

mento: encontram, por isso, uma acolhida mais favorável, é evidente — mas nada indica que sejam essas que se inclinam no sentido de um sistema oculto que predeterminaria o conjunto das manifestações da vida social, que a dominaria.

b O critério ideológico corre o risco de deixar escapar uma parte importante dos determinantes da estrutura social. As condições técnicas da produção, da troca e da comunicação têm efeitos constrangedores mais diretos.[14] Enquanto os meios de transporte são lentos e onerosos e não existe a escrita, a realização de um grande espaço é praticamente impossível. As vantagens que ele pode proporcionar são, além disso, insignificantes: o custo das distâncias é tão grande que a especialização econômica é impossível. Os únicos elementos que defendem a constituição das grandes unidades são estratégicos — quando o país é ameaçado por vizinhos mais poderosos ou mais empreendedores — e religiosos, quando se acredita que um culto de Estado é mais adequado, para impor as vontades superiores, do que os cultos domésticos.

A invenção da escrita permite estruturar as primeiras organizações de tipo burocrático: a dominação política é facilitada por ela, mas a economia não se segue imediatamente. Fora do comércio dos produtos de luxo, a autarquia continua sendo a regra. Isso limita o campo de exercício do poder e torna difícil a sua prática: na falta de meios fáceis de mobilizar, o espaço não pode ainda ser estruturado pelas burocracias fiéis. O soberano procura cimentar os territórios que domina utilizando as pré-burocracias de criação e funcionamento menos caros.

Só com o advento da economia aberta os sistemas políticos especializados chegam realmente a se desenvolver: a autoridade-poder dispõe a partir de então de meios de informar-se e fazer-se respeitar, pois pode criar burocracias administrativas e fazê-las viver, graças a uma imposição regular. O aparecimento do Estado moderno está ligado ao progresso técnico, mas precede a revolução industrial, na medida em que a comercialização da economia basta para dar ao poder os recursos que lhe faltavam.

Adotaremos, portanto, no exame da diversidade dos sistemas políticos, uma linha histórica que justifica a importância da realidade da evolução técnica — muito mais técnica dos transportes e comunicações do que técnica de produção.

5

A Geografia do Poder nas Sociedades Arcaicas

As sociedades arcaicas não dispõem de memória objetiva, o que as leva a perpetuar o modo da reprodução indefinida do mesmo esquema de organização. Elas ignoram a história ou lhe atribuem um papel mítico. Dispõem de meios imperfeitos de controle do ambiente. São fragmentadas por não saberem estruturar-se em grupos extensos: faltam-lhes os meios de instituir comunicações à distância.

Os fatores das construções sociais arcaicas

a A indigência dos meios de transporte e comunicação torna difícil a constituição de grandes conjuntos solidários: a maior parte do que é produzido deve ser consumido localmente e a troca só se faz em relação a pequenas quantidades de matérias-primas e de bens de prestígio, cujo valor pode ser acumulado.

A aculturação se processa no âmbito da célula local — a família, o clã, o grupo de residência, segundo o caso. É pouco formalizada: o essencial do que passa de uma geração a outra é transmitido diretamente, por imitação e aprendizado. As técnicas de exploração do meio e as regras e normas sociais são inculcadas de maneira mais sistemática; os ritos de passagem, muito freqüentes, constituem um controle.

As sociedades arcaicas não têm geralmente o sentimento claro de um projeto ou um destino. É isso que dificulta suas transformações. Rejeitando a história, acusam tudo o que

cria desigualdade e se condenam a viver num universo estreito. [1]

A gramática pela qual se estrutura a arquitetura social dos primitivos é, portanto, reduzida: os tipos de relações societais dominantes [2] são os mais simples, relações de descendência e de aliança, associação, troca. As coisas se complicam quando o poder é melhor expresso e as pirâmides hierárquicas se delineiam: as situações de clientela se apresentam como as desigualdades generalizadas do tipo casta quando surgem as ideologias não-igualitárias; [3] são elas, com freqüência, a origem das pirâmides de autoridade de fundamento religioso que constituem as primeiras instituições de tipo verdadeiramente político. Quando o poder se concentra, tem tanta dificuldade de se fazer aceitar por todos e estabelecer os meios de controle que lhe são indispensáveis, que por vezes conserva traços do poder puro.

A arquitetura social dos grupos arcaicos varia com os apoios ecológicos que eles exploram e com a organização escolhida para administrar os recursos: a compreensão da geografia do poder passa pelo estudo dos direitos reconhecidos aos indivíduos ou aos grupos.

b A situação das sociedades arcaicas varia muito, segundo o tipo de economia praticada. [4] Quando o essencial da alimentação provém da colheita, da caça ou da pesca, não há propriedade fácil de definir sobre os territórios explorados. Os animais e os peixes migram, os cereais, os frutos e as raízes não exigem nenhum trabalho antes de sua colheita, mas sua abundância varia de um ano para outro. A maior parte do tempo é necessário deslocar-se para alimentar-se. Certos recursos só são mobilizáveis por um esforço coletivo — como no caso da caça e da pesca.

A organização de finalidades ecológicas manifesta-se, portanto, pela definição de territórios de grupos, [5] mas os limites nem sempre são bem delineados e flutuam facilmente: em função da evolução dos efetivos, certas áreas se contraem e outras se ampliam. No caso das populações que vivem da caça e da colheita, a instabilidade dos grupos por vezes é tal que os domínios são sempre postos em causa pela passagem de elementos de um para o outro.

Nas civilizações que vivem da colheita, da pesca e da caça, a acumulação das riquezas é sempre difícil: os alimen-

tos se conservam mal, sobretudo a carne e o peixe. Pode-se secá-los, mosqueá-los, defumá-los, mas as reservas assim constituídas duram apenas algumas semanas ou meses. Quando o grupo é móvel, as ferramentas, as armas, as provisões que constituem a riqueza do indivíduo nunca podem ser muito numerosas,[6] limitando-se àquilo que ele pode carregar. As únicas possibilidades de uma fartura relativa vêm da ajuda que se pode receber — daí a importância do controle dos efetivos pelas linhagens.

Quando a agricultura constitui uma parte importante da alimentação,[7] as condições se modificam: não é só o resultado da colheita, da pesca e da caça que é apropriado individualmente, são também as parcelas de terra cultivadas e as colheitas que proporcionam. Mas o direito de propriedade é limitado no tempo: dura enquanto a parcela é explorada; quando retorna ao pousio, depois de dois ou três anos de uso, para que se reconstituam as reservas do solo, ela volta a ser parte do todo. O grupo tem um direito coletivo sobre o território de rotação das culturas. Como entre os povos que vivem da caça ou da colheita, seus contornos são flexíveis e submetidos a modificações incessantes em função da pressão demográfica, dos laços entre as unidades vizinhas e da evolução das técnicas e do próprio meio.

À medida que a densidade cresce, que o sistema agrícola se torna permanente, que as restituições se tornam cada vez mais indispensáveis, a atitude para com a terra se modifica. Ela se torna mais rara, mais marcada pelo trabalho humano, e seu controle tem um papel crescente na estratégia do poder. Os estudos comparativos o mostram claramente: na Oceania, as sociedades polinésias se assemelham na maioria dos temas que as estruturam, mas a parte que cabe a alguns desses temas se modifica à medida que elas se elevam na escala da complexidade: passa-se de culturas onde o grupo familiar constitui a peça fundamental da arquitetura social para sociedades fortemente estratificadas, muito desiguais e organizadas em Estados; a terra deixa de pertencer aos grupos de linhagem e passa às mãos de senhores feudais, como o mostram os quadros de Irving Goldman.[8]

As civilizações pastorais[9] são aquelas em que a acumulação primitiva é a mais fácil: os direitos sobre os rebanhos são sempre definidos claramente e são com mais freqüência individuais do que coletivos. O grupo dispõe de direitos cole-

tivos sobre os pastos; têm ao mesmo tempo a permanência que assegura a cada célula o que lhe é necessário como área de pastagem e a flexibilidade que facilita as adaptações indispensáveis devido à evolução demográfica das unidades sociais e de seus rebanhos.

c O estudo da vida econômica dos grupos primitivos leva a insistir sobre uma noção familiar aos autores anglo-saxônicos e de difícil tradução: a do *corporate group*; [10] o grupo responsável em conjunto, é o que dispõe dos direitos sobre os recursos e assume a responsabilidade de sua gestão em caso de exploração coletiva, e de sua divisão quando a utilização é individual.

Quando falamos de estruturas de linhagem, esquecemos por vezes de precisar sua função econômica. Sua importância é decisiva quando detêm recursos raros, a terra sobretudo. As linhagens não são as únicas a desempenhar tal papel: em muitos casos, ele cabe às comunidades locais, e em outros as associações de classes etárias dele se incumbem. Em nível superior, nas sociedades mais complexas, o conjunto do apoio ecológico é por vezes administrado pela autoridade que estrutura o todo: pode-se falar, ainda nesse nível, de grupo incorporado.

Para os pescadores, os caçadores [11] ou os que vivem da colheita, a exploração dos recursos impõe a mobilização de forças suficientes para as tarefas comuns: o grupo familiar as realiza facilmente — pouco importa que os laços sejam estabelecidos em linhagem materna ou paterna. A partir do momento em que a terra se torna relativamente rara — é o caso das agriculturas sobre queimadas — uma certa organização da vida econômica se torna indispensável: a linhagem [12] matrilinear ou patrilinear, atuando em conjunto, encontra então o campo de atividade ao qual se adapta melhor. Seus efetivos são perfeitamente delimitados; seu domínio territorial também, a curto prazo, mas pode evoluir com o tempo. Os sistemas políticos construídos sobre essa estrutura têm necessidade, para sobreviver, de estratégias espaciais. Bailey [13] o mostrou a propósito dos *Konds* do Nordeste da Índia. Até a chegada dos ingleses, os clãs dispostos por unidades territoriais guardaram sua vitalidade; as flutuações do efetivo dos diversos grupos levaram a ajustes nas dimen-

sões das áreas, sem que fosse posta em causa a estrutura do conjunto. A administração congelou os limites territoriais. Certos domínios se tornaram demasiado extensos para grupos em declínio, outros foram pequenos para grupos em expansão. De uma unidade a outra, a transferência dos homens se processou sem que os limites fossem reajustados: o clã perdeu sua significação de célula de administração dos recursos. O poder passou a outras mãos.

Com o advento de formas de agricultura mais intensivas, com as técnicas da cultura permanente, desaparece a fluidez da organização espacial que permite a adaptação dos territórios aos efetivos das linhagens: o grupo de administração se modifica; impõe-se, quase sempre, o grupo de vizinhança. Encontramos aí a oposição, clássica desde Henry Sumner Maine, [14] entre as sociedades estruturadas segundo um princípio familiar e aquelas cujo cimento é territorial. A noção de grupo incorporado, responsável pela administração de um conjunto de recursos, leva a compreendermos a significação desse fato e revela a articulação das bases técnicas e ecológicas e das formas da vida social.

Não só a produção exige ser conduzida tendo em vista o interesse comum: a vida cultural, os rituais, a religião, são atividades coletivas. Os grupos unilineares de descendência desempenham bem esse gênero de responsabilidades. Na medida em que a linhagem acumula funções econômicas, funções religiosas, a reprodução biológica e a aculturação dos jovens, ela surge como princípio suficiente de organização social. Quando a passagem para uma agricultura mais regular e mais intensiva favorece, para a gestão da terra, os grupos de vizinhança, as linhagens perdem uma parte de suas atribuições. Continuam, porém, sendo o lugar onde se formam as crianças e o centro da vida religiosa e cultural: sua influência continua forte no plano político, mesmo depois de perdidas as suas principais funções econômicas.

2 As associações de classes de idade se vêem investidas de responsabilidades importantes em numerosas sociedades: organizam a ajuda entre produtores, as sessões de trabalho em comum e as relações de reciprocidade. Encarregam-se da iniciação, de uma parte importante da educação, portanto. Detêm, por vezes, o essencial dos poderes religiosos. Chegam mesmo a controlar a gestão dos recursos ecológicos: existem,

entre os bantos,[15] sociedades onde os membros das mesmas classes etárias habitam em aldeias separadas, o que significa que lhes é confiada a organização da agricultura e da pecuária, bem como a distribuição das terras.

3 O princípio territorial encontra-se, com freqüência, na base dos grupos que assumem o encargo da vida coletiva. Estão bem situados para regularizar a produção e velar pela divisão dos recursos. Suas funções são geralmente mais amplas. No plano religioso, cultos cívicos tomam o lugar dos velhos cultos familiares ou os transcendem. Na Grécia préclássica, a revolução que faz nascer a *polis* e provoca sinecismos nas regiões de povoação antiga e a colonização dos novos espaços além-mar explica-se pelo aparecimento de novas aspirações religiosas que a comunidade territorial é a única a satisfazer.[16]

Os conhecimentos, as técnicas e a história são transmitidos oralmente; apenas uma minoria os conhece. Os feiticeiros e os memorialistas devem a um treinamento especial uma capacidade extraordinária de memorização. Nos grupos onde os contornos do passado têm tendência a se apagar muito depressa, são eles os detentores naturais da autoridade e exercem um magistério decisivo. Onde esses especialistas não existem, são as pessoas idosas que dispõem do mais rico tesouro das tradições, o que explica a deferência de que são cercadas e o lugar que ocupam.

d A administração dos recursos implica uma certa circulação dos meios de produção e das riquezas: isso ocorre sobretudo em sociedades nas quais o grupo incorporado coincide com a linhagem, pois as regras de exogamia implicam a troca de esposas. Como o trabalho é a riqueza essencial e a fecundidade é a segurança da vitalidade e da expansão futura, essa troca se relaciona com as estruturas essenciais da vida social: é indispensável que seja cuidadosamente codificada.[17]

Ocorrem, evidentemente, outras circulações: em função do ambiente, certos grupos estão melhor situados do que outros para fornecer a caça, o peixe ou os frutos; existem assim monopólios técnicos que obrigam a recorrer a especialistas para certos bens de capital e para os objetos ligados à vida religiosa; não se trata apenas de fabricar aquilo de

que se tem necessidade — as forças que dominam o mundo devem estar associadas ao preparo, sem o que sua cólera atingiria os que se utilizassem desses produtos. São os rituais, mais do que os conhecimentos técnicos, que constituem o apanágio de alguns.

A ajuda mútua é freqüente para certos trabalhos, nas civilizações que praticam a agricultura de queimada; ela é indispensável ao preparo dos campos, quando se torna necessário abri-los na floresta secundária.

Dois modos de troca se oferecem sobretudo às civilizações arcaicas: [18] a doação e a troca mercantil. A redistribuição é rara.

1 Uma das descobertas da antropologia econômica é a raridade, nas células que não foram influenciadas pelas civilizações superiores, do princípio do mercado, que pressupõe uma elaboração delicada: a idéia de reunir pessoas num mesmo lugar para o confronto da oferta e da procura é muito difundida, mas é mais difícil de utilizar um procedimento de ajustamento automático, como o dos preços. Além disso, os grupos lhe são hostis: temem a acumulação de riquezas que o movimento dos preços pode provocar e o jogo de influências que pode resultar. Quando existem mercados, neles só se desenrolam as transações sobre os bens de consumo mais comuns: os bens de capital e os bens de prestígio, através dos quais a influência é mais suscetível de se exercer, são submetidos a outros princípios; sua distribuição é, assim, melhor controlada. Observa-se, porém, alguns casos, na Melanésia, de "selvajaria comerciante": [19] a conquista de uma posição importante na comunidade passa pelo enriquecimento que nasce de transações bem realizadas.

2 O mundo mais geral de troca é a doação: [20] evita a necessidade de uma contabilidade exata de objetos que não são da mesma natureza e cria, pelo jogo das dívidas e créditos que suscita, solidariedades entre pessoas e entre grupos. Torna necessária a manutenção da paz, para que as dívidas sejam honradas. As regras que presidem à doação e contradoação asseguram a circulação equilibrada das riquezas fundamentais: entre as linhagens, as mulheres ganhas são compensadas por transferência de gado e de trabalho; entre os grupos vizinhos, os bens de prestígio viajam sem cessar, como

na *kula* descrita por Malinowski: [21] os argonautas do Pacífico Ocidental e os nativos das ilhas Trobriand estabeleciam assim uma rede de solidariedades ampliadas à dimensão de um mar importante. No interior de cada grupo, a obrigação de fazer doações, e de serem estas tanto mais importantes quanto maior a riqueza de que se dispõe, limita a acumulação. Só se pode usar a influência econômica pela distribuição de doações e pelo consumo ostentativo. O caso do *potlach* dos índios *Kwakiutl* [22] da Colômbia Britânica é justamente célebre: leva à destruição periódica, durante competições por prestígio, de tudo o que havia sido poupado.

3 A economia de redistribuição permite estabelecer solidariedades mais distantes que as formas da troca mercantil ou da doação, mas depende da manutenção de uma contabilidade que evite as malversações: ela só pode ser generalizada nas civilizações que já conhecem a escrita. [23] Em nível primitivo, o recolhimento e sua distribuição só são possíveis em pequeno número de produtos fáceis de contar e transportar — o gado, por exemplo. [24]

e As sociedades primitivas dispõem, paradoxalmente, de maiores meios de limitar as manifestações espontâneas do poder do que de métodos para utilizá-lo na estruturação do espaço. Enquanto não se desenvolvem ideologias não-igualitárias — e elas estão geralmente ligadas ao aparecimento de formas muito bem elaboradas de crenças religiosas — o ciúme predomina sobre a idéia de que uma estrutura mais ordenada pode ser vantajosa para todos. Quando o poder surge finalmente, ele parece tão suspeito que o chefe tem a obrigação, como diz Georges Balandier, [25] inspirado nesse ponto por Pierre Clastres, [26] de manifestar a cada instante a inocência de sua função. Isso lhe impede a usurpação e evita o advento de formas mais eficazes de controle social. A concentração dos poderes é quase sempre evitada.

Quando as dimensões da sociedade são limitadas, isso não oferece nenhuma dificuldade. No interior de cada segmento há, devido às estruturas familiares, princípios de subordinação que asseguram a ordem. Quando os segmentos são de linhagens, isso é evidente; quando são estruturados à base de unidades territoriais, as decisões são geralmente

tomadas por um conselho de chefes de famílias, o que basta para eliminar as discordâncias.

O problema político que essas sociedades primitivas têm a resolver é o da articulação dos segmentos entre si. Quando não há recursos raros a administrar, a abertura e a instabilidade dos grupos podem bastar. Quando as relações se complicam em sistemas econômicos mais complexos, é conveniente regulamentar as trocas e relações de modo a assegurar sua continuidade sem prejuízo do equilíbrio. A regulamentação das transações possibilitada pela economia de doações tem esse papel: [27] ela constitui um instrumento eficaz de controle de ordem social, ao institucionalizar as ligações intersegmentares.

Qualquer que seja a habilidade na codificação das relações, qualquer que seja a pressão exercida para que a aculturação leve a comportamentos conformes às normas coletivas, os conflitos são inevitáveis: o sistema político deve solucioná-los ou evitá-los. Vários métodos são possíveis, para isso.

O primeiro é o recurso à força física. Os segmentos estão ligados apenas pelas obrigações recíprocas criadas pelos laços de aliança e pelas trocas que lhes são complementares. Se surge uma querela entre os membros de duas linhagens, cada um deles procura obter justiça. Na medida em que todos os membros da linhagem são solidários, o conflito corre o risco de generalizar-se: é o efeito de dissuasão. [28] Para evitar o pior, os arbitramentos se multiplicam.

A segunda solução implica a hierarquização dos segmentos: em certas sociedades os troncos familiares não são iguais: alguns têm direito a um prestígio e a uma autoridade particulares, porque descendem dos ancestrais fundadores da comunidade, ou porque forneceram líderes religiosos. Se a sociedade se constitui em termos de desigualdade generalizada, essa hierarquia parece natural. Quando surge um desentendimento entre dois segmentos, é o de posição mais elevada na escala de prestígio que faz predominar o seu ponto de vista. Quando dois segmentos iguais se opõem, ou quando um segmento inferior contesta o ponto de vista daquele que lhe é superior, invoca-se a arbitragem de um segmento situado acima dos dois. Os estudos de Leach [29] sobre as estruturas políticas da alta Birmânia nos informam sobre os sistemas desse tipo.

Um terceiro tipo de organização surge quando os diversos segmentos são englobados numa estrutura hierarquizada permanente, dotada de instituições específicas; [30] sobre elas recai então a responsabilidade de assegurar a paz e a concórdia. Quando não há meios de coação próprios para esses casos, a sociedade só se materializa numa autoridade que a representa, ante a qual todos se inclinam voluntariamente, mas que não tem grande eficácia prática. Quando autoridade e poder puro se fundem num sistema de poder-autoridade, o sistema político torna-se autônomo, o Estado começa a se formar. Faltam-lhe, para dispor de instituições duráveis, meios de transmissão de ordens e estruturas societais suscetíveis de estruturar burocracias: a sociedade arcaica não ultrapassa o nível do proto-Estado.

Os grandes tipos de arquitetura social do mundo arcaico

Durante uma ou duas gerações, depois do fracasso das interpretações evolucionistas da segunda metade do século passado, as pesquisas sobre as sociedades arcaicas foram realizadas sob a forma de monografias, sem preocupação de ordenar os resultados em sínteses coerentes. Adquiriu-se assim consciência dos caracteres específicos das organizações políticas. As sociedades sem chefe revelaram a originalidade dessas construções: Henri Labouret [31] é o primeiro a chamar a atenção para as tribos sem órgãos de governo aparentes. Em seu estudo sobre as tribos *Lobi*, ele explica os problemas encontrados pela administração colonial francesa quando procurou assegurar o enquadramento dessas populações. Em 1931, os 69.000 *Lobis* do Alto Volta estavam divididos em 1.252 aldeias independentes e sem sistemas políticos! Pouco depois, Evans-Pritchard [32] mostrou que os *Nuer* do Sudão não têm nenhuma instituição política autônoma, que não têm chefes nem meios de coação, e sua vida social é, apesar disso, bastante tranqüila.

A obra coletiva publicada por Fortes e Evans-Pritchard [33] em 1940 marca o início das investigações sistemáticas sobre as formas de organização política do mundo arcaico. A África oferece o melhor terreno de estudo: em nenhum outro lugar se encontra uma variedade tão grande de formas e níveis tão

diversos, desde grupos de algumas dezenas de pessoas até os Estados solidamente estruturados englobando centenas de milhares, ou milhões, de súditos.

Evans-Pritchard e Fortes insistiram na oposição entre as estruturas segmentares sem poder aparente e as sociedades onde existem instituições especializadas. As monografias que se multiplicam então mostram as insuficiências desse enfoque. No Oeste da África, Paula Brown [34] descobre as funções políticas das associações de classes etárias ou de títulos. Em outros lugares, assinala-se a existência de estruturas de autoridade e de hierarquias bem marcadas, sem que haja monopólio da força física e instituições políticas autônomas. [35] Nos países da África interlacustre, do lago Vitória ao lago Tanganica, descrevem-se arquiteturas muito complexas, nas quais as relações familiares se combinam com feudos, divisões de castas, sistemas de poder-autoridade armados por protoburocracias que anunciam as organizações históricas. [36] São elaboradas, portanto, tipologias mais aperfeiçoadas: Peter C. Lloyd [37] escolheu como critério o modo de recrutamento do pessoal administrativo e dos responsáveis políticos, contrapondo os casos em que a organização política é aberta a todos e os casos em que ela provém de uma classe dirigente limitada. Descrever a lógica das carreiras é mostrar como são divididos os recursos e as responsabilidades e como se desenvolvem as estratégias que permitem o acesso ao poder: é, portanto, ir ao fundo do mundo social e se interrogar sobre sua coerência e sobre as variáveis que o determinam.

As preocupações tipológicas de Southall [38] o levam a inserir, entre as sociedades segmentares e os Estados já fortemente estruturados e hierarquizados, uma classe de sociedades segmentares piramidais: reagrupa os sistemas nos quais as instâncias superiores só dispõem de uma autoridade — geralmente religiosa — sobre o conjunto que lhes está sujeito.

As tipologias são sempre questionadas pelo progresso do conhecimento. Isso é particularmente válido no que concerne às sociedades arcaicas, pois muitos dos trabalhos recentes não se enquadram nos moldes habituais: as idéias de Claude Lévi-Strauss [39] sobre a circulação das mulheres, das riquezas e a estruturação de conjunto dos grupos, as de Gluckman [40] sobre o papel dos conflitos e das lutas dos sistemas políticos africanos, os trabalhos de Lucy Mair [41] e de Schapera [42] sobre

a lógica do poder, as pesquisas de Evans-Pritchard [43] sobre o papel da feitiçaria nas tribos *Azande*, a análise das raízes religiosas na China proto-histórica, que se depreende da fundação das cidades descritas por Paul Wheatley, [44] tudo isso introduz uma efervescência que parece derrubar, sob todos os aspectos, as fronteiras da tipologia.

Mas, se refletirmos bem, veremos que o esforço da tipologia não é em vão, como demonstra a renovação do evolucionismo. Desde que renunciemos ao formalismo que isola a política dos outros aspectos da vida dos grupos e levemos em conta as dimensões ecológicas, culturais e religiosas, é perceptível uma certa ordem, que é no geral a ordem das análises de Southall: Marshall D. Sahlins, [45] que representa bem a corrente neo-evolucionista, distingue quatro níveis de organização da sociedade e do espaço no mundo arcaico.

a **Os bandos primitivos.** [46] Nas sociedades que praticam a caça, a pesca ou a colheita, as densidades são baixas; é raro que se possa substituir sem migrações, impõem-se deslocamentos incessantes para buscar a caça, seguir os cardumes de peixes ou recolher as raízes e os frutos. A dispersão da população é calcada sobre a dispersão dos recursos. Ela não é completa, porque há um limite além do qual um grupo não poderia passar de maneira permanente sem perigo para a sua sobrevivência: os grupos isolados demasiado estreitos têm dificuldades em vencer os acasos da reprodução e os riscos do meio; um mínimo de cooperação se impõe para certas tarefas, a caça grande, ou a pesca, por exemplo, o que reduz igualmente a dispersão.

Os recursos combinados pelos primitivos não exigem investimentos preliminares em trabalho, seu total é independente do esforço coletivo; nada leva à concentração; a sabedoria é adaptar-se às condições oferecidas pelo meio, fazendo variar os efetivos com a freqüência necessária. Para evitar um desequilíbrio permanente entre os homens e seu apoio ecológico, o malthusianismo é freqüente.

A mobilidade impede a acumulação da riqueza: só se pode possuir aquilo que se tem condições de transportar às costas. A desigualdade social tem limites estreitos: nasce da idade, do sexo, da diversidade das aptidões, bem como dos laços próximos, do número de mulheres e filhos de que cada homem dispõe.

Não sendo os recursos resultantes de um trabalho regular, sendo limitada a acumulação, o controle coletivo das riquezas não precisa ser exercido pelo mesmo poder durante longos períodos. O bando primitivo agrupa algumas dezenas de pessoas, raramente mais de uma centena. São unidas pelos laços de parentesco, mas raramente constituem grupos de descendência unilinear: a gestão dos recursos só dá valor à linhagem se impuser um controle permanente. Não é o que ocorre: os parentes pelo lado paterno e os parentes pelo lado materno se encontram, portanto, em igualdade.

Os efetivos do bando flutuam rapidamente: indivíduos isolados, coisas e seus filhos, passam de um grupo ao outro. O ajustamento do efetivo às possibilidades do apoio ecológico se faz sem que a coerência social seja posta em causa. Essa mobilidade limita ao mesmo tempo o exercício do poder: os descontentes partem, os grupos mal conduzidos se desagregam.

Os bandos são, com freqüência, dirigidos por um chefe que se vê com a responsabilidade de operações importantes — migrações, escolha de itinerários e de pontos de água, direção da caça. Lévi-Strauss [47] assinala isso entre os *Nambikuara* do Brasil central, e Lorna Marshall [48] entre os *!Kung Bushman*. No primeiro caso, o chefe assume a direção da migração durante a estação seca; no segundo caso, ele decide o conjunto dos movimentos do grupo.

A institucionalização desse poder é muito medíocre: o chefe não tem meio de coação à sua disposição. Tudo depende de seu prestígio, de seu brilho e da autoridade que suas qualidades de caçador, pescador e organizador lhe valeram. Seu sucesso se marca pelo número dos que confiam nele; seu fracasso, pela desagregação de seu bando. É mais um condutor, um líder, do que um governante. O poder assim concebido é pesado para quem o exerce: deve ajudar os fracos e mostrar-se generoso, o que assegura a redistribuição das vantagens por ele asseguradas. O acesso à poligamia constitui, como Lévi-Strauss assinala, [49] uma compensação, um meio de concentração elementar das riquezas indispensáveis ao exercício do poder e uma incitação a aceitar grandes responsabilidades.

A esfera em que a autoridade se exerce é limitada: corresponde aos setores da atividade que necessitam de um mínimo de organização coletiva. A maior parte dos problemas

são solucionados no seio de unidades elementares, famílias e grupos de descendência, ou por negociação e transação entre eles: compensações e vinganças asseguram a justiça. A estrutura da autoridade nem sempre é permanente: dissolve-se quando as tarefas comuns desaparecem. Marcel Mauss [50] explicou assim a morfologia dupla das sociedades esquimós: no verão, quando a pesca e a caça individuais asseguram a subsistência de cada família, o grupo se separa e cada casal parte para seu lado; as atividades ligadas à existência comum, os rituais, a vida religiosa, entram em recesso.

A organização territorial é instável como o são os grupos que exploram o espaço: as passagens de um a outro são facilitadas pela multiplicidade dos laços familiares e pela flexibilidade dos hábitos de residência — patrilocal ou matrilocal, segundo o momento. Mas nem tudo flutua sem cessar no espaço arcaico. Quando existem recursos estratégicos, eles são atribuídos a certas linhagens, que dispõem por isso de uma influência sobre as outras. Os chefes são recrutados então naturalmente nesses segmentos familiares privilegiados. Mas a escolha dos responsáveis continua aberta à competição: as qualidades pessoais contam mais do que a posição genealógica. Lorna Marshall [51] mostra isso analisando os *!Kung Bushman:* os pontos de água cabem a certas linhagens, entre as quais os chefes do bando são escolhidos, mas sem que exista nenhuma regra de sucessão. Há, para a fixação dos territórios, outros imperativos além da ecologia: Elkin [52] assinala, na Austrália, o papel estabilizador das crenças religiosas: cada grupo está ligado à moradia dos ancestrais fundadores e o afastamento desequilibra profundamente o indivíduo e a sociedade.

Os bandos constituem grupos pouco numerosos. São freqüentes as transferências de um bando a outro. As fronteiras do sistema social global são imprecisas, pois a passagem de uma unidade a outra se faz através de umbrais quase imperceptíveis. A etnologia das sociedades de caça ou de colheita deixa por vezes a impressão de um *continuum* onde as nuanças são múltiplas, mas onde os limites nunca são nítidos.

Acreditou-se por muito tempo que as sociedades nas quais o poder não era institucionalizado ignoravam os problemas políticos: na realidade, elas vivem num clima de desafio e competição pelo poder e pelo prestígio. [53]

b As organizações tribais: as sociedades segmentares e suas variantes hierarquizadas. [34] Ao nível tribal, as dimensões dos grupos já são sensivelmente superiores e seus contornos mais firmes: o sentimento da comunidade étnica está vivo e se exprime na convicção de que o grupo descende de um ancestral comum. O apoio ideológico é explorado de maneira mais eficaz: agricultura e vida pastoril têm um lugar importante. A caça, a pesca e a colheita são apenas atividades sazonais e seu papel na alimentação se torna desprezível. As densidades continuam modestas, mas ultrapassam com freqüência um habitante por quilômetro quadrado.

A administração dos recursos cria para essas sociedades seus problemas essenciais. É preciso assegurar a utilização permanente da terra através de rotações que assegurem sua regeneração, empregar bem a mão-de-obra, as ferramentas e os animais que nunca são abundantes. Uma certa disciplina é indispensável se quisermos que cada qual produza o que lhe é necessário. Mas a atividade econômica, atingido esse estágio, presta-se melhor à acumulação: é indispensável ao grupo controlar seus efeitos se não quiser ver multiplicarem-se as desigualdades e o jogo de influência.

A organização repousa na justaposição de segmentos que assumem a administração dos recursos raros, ou sua distribuição: esses *corporate groups* são de linhagem nos exemplos mais clássicos, mas às vezes dispõem de uma base territorial ou correspondem a classes etárias. Muito freqüentemente, a estrutura dos segmentos é mista: os territórios pertencem a linhagens maiores, mas a elas vão se juntar troncos externos.

As regras de submissão aos mais velhos, herança e aliança bastam para resolver os problemas econômicos fundamentais: os que surgem da divisão dos recursos estratégicos, como mulheres, animais e terras. Como as trocas de longo alcance são raras e a autarquia é quase total, tudo se encontra mais ou menos solucionado ao nível do segmento.

A estrutura política fundamental é que dá aos segmentos (de linhagem ou territoriais) sua coerência: ela confere a um dos descendentes do fundador, o mais idoso ou aquele que representa o ramo mais velho, por exemplo, uma autoridade considerável e uma influência econômica decisiva. Não há necessidade de recurso à força física para aplicar as

decisões — que são geralmente elaboradas em comum e aprovadas pelos participantes: a pressão social é essencial na organização da vida local.

Às vezes as estruturas segmentares são as únicas a organizar o conjunto: é o caso do sistema *Tiv-Nuer*.[55] Quando ocorre um choque entre duas pessoas pertencentes a segmentos diferentes, isso provoca uma mobilização automática de todas as linhagens que descendem, de uma parte e de outra, do primeiro ancestral comum. A sociedade vive, portanto, no receio de confrontos que ameaçam assim sua existência. A sabedoria está em recorrer às soluções negociadas — elas o são geralmente por especialistas desprovidos de todo poder de coerção, os homens de pele de leopardo, no exemplo *Nuer*. Em caso de atrito com estrangeiros, toda a tribo é mobilizada em função de um mesmo princípio de solidariedade estrutural, o que lhe dá um poder que ultrapassa o daqueles aos quais se opõe. Isso explica a tendência expansionista manifestada por essas etnias.

A articulação dos segmentos de linhagem e das divisões territoriais é essencial para compreender a dinâmica dos grupos. Cada segmento se ordena sobre uma parte do espaço. É isso que leva os *Tiv* à conquista perpétua de novos territórios: as culturas sobre queimadas exigem uma reorganização incessante das terras agrícolas. Os segmentos cuja progressão demográfica é rápida têm necessidade de ampliar seu território: isso ocorre onde a resistência é a menos forte, às expensas das tribos próximas,[56] que não opõem uma resistência tão grande quanto a dos segmentos parentes: há sempre um meio, invocando a solidariedade étnica, de conseguir isso. Há gerações, os *Tiv* se infiltram entre seus vizinhos e os dominam graças à força de sua massa reunida.

A maior parte das tribos têm arquiteturas sociais mais complexas que a das sociedades segmentares. Têm chefes cujo prestígio é inegável, mas cuja responsabilidade é estreitamente definida: estamos numa situação próxima dos bandos primitivos, mas os papéis são agora institucionalizados, os sistemas de devolução mais explícitos e a autoridade melhor reconhecida. Ela já não é incessantemente posta em causa pela transferência e mobilidade dos bandos. Ela se exerce num âmbito bem delimitado — o de um conjunto de segmentos que se sentem solidários, admitindo que descendem dos mesmos ancestrais e reconhecendo a existência de

uma entidade superior. Aqueles que a exercem não dispõem de poder de coerção. Quando este é exercido, isso é feito por outros corpos — as associações de classes etárias ou de títulos; [57] elas são independentes da chefia e só lhe obedecem na medida em que as ordens se harmonizam com a opinião geral.

As sociedades tribais africanas comportam, com freqüência, uma oposição entre funções de senhores do solo, senhores do fogo ou senhores do machado, e as que são mais exatamente políticas. [58] As primeiras cabem aos descendentes dos primeiros ocupantes, aos que abriram a região à cultura. Concluíram um pacto místico com as forças naturais dos lugares habitados e dispõem de uma autoridade que vem de seu papel de intermediários entre a população e as potências do ambiente. Detêm uma parte da influência ideológica em conseqüência da história da valorização; disso obtêm o direito de intervir, pelos seus conselhos e pelos ritos de que só eles são capazes, em toda uma série de circunstâncias.

Os chefes políticos têm missões precisas e limitadas: eles intervêm nos problemas que colocam em jogo o equilíbrio dos diversos segmentos e no que se relaciona com a guerra e a paz. Afastam a ameaça permanente de guerra civil que caracteriza as estruturas segmentares puras, mas suas funções são reduzidas e sua ação é marcada mais pela negociação, pela arte de transigir, pela preocupação de não ir contra a opinião pública, do que pela voz de comando.

Nas sociedades norte-americanas das grandes planícies, pouco dependentes da agricultura depois da introdução do cavalo, a preocupação de controlar o poder atribuído aos chefes se evidenciava pela dualidade entre chefes de guerra e chefes de paz, cujos papéis eram complementares e alternados. [59]

Já se falou muito da fragilidade do poder assumido pelos que se encontram à frente de tribos numerosas: desfrutam um prestígio inegável, estão protegidos, por proibições, de agressões e ameaças, mas são mais líderes obrigados à demagogia do que autocratas.

A arquitetura social das sociedades tribais é a dos espaços segmentares cuja solidariedade orgânica é fraca, e onde as instituições só permitem o exercício de uma autoridade incompleta e sempre vigiada. Mesmo onde existem chefes, o controle que exercem é tão frágil e tão episódico que a cen-

tralização não existe. O espaço se apresenta como um mosaico de pequenas peças — e a passagem de uma tribo a outra marca-se apenas por um salto um pouco mais acentuado do que entre as unidades de linhagem ou locais vizinhos. As associações, as redes de troca e as instituções de autoridade e poder estabelecem uma organização de escala superior à dos bandos primitivos e muito mais estável no tempo. [60] No plano econômico, as áreas de transação traçam uma rede freqüentemente regular e indiferente aos limites de etnia, mas estas têm uma significação cultural que se evidencia nas diferenças entre as relações societais dominantes: segundo a maneira pela qual a magia, a religião e os rituais são concebidos, segundo as regras de administração e devolução dos bens e os sistemas de parentesco, a arquitetura social varia muito, e a carga humana também. É a partir do nível tribal que a cultura se torna uma das variáveis essenciais da geografia: os trabalhos de Gourou [61] o demonstraram tão bem no Sudeste da Ásia quanto na África tropical.

c Chefias de estrutura segmentar e piramidal. [62] As funções políticas são mais evidentes quando um chefe exerce toda a autoridade sobre o grupo e dispõe de um mínimo de instalações coercivas. A evolução que conduz ao Estado não se faz, geralmente, de um só golpe: é inicialmente marcada pelo aparecimento de chefias ou de monarquias tradicionais, apoiadas em formas ainda imperfeitas de administração.

A passagem da tribo ao Estado é, com efeito, difícil: este último implica um apoio ecológico bem dominado e capaz de sustentar populações bastante densas, uma autoridade admitida por todos e um controle destinado a mobilizar o excedente da produção necessário para administrar o conjunto. As condições materiais são importantes para explicar a mutação, mas não são decisivas: o essencial é uma revolução nas mentalidades. Em vez de sociedades que se recusam ao poder institucionalizado — mas são obrigadas a viver na competição pelo prestígio e em engajamento político perpétuo — encontram-se grupos nos quais as pessoas aceitam privar-se de suas prerrogativas e ceder uma parte de seus direitos a um terceiro, que as domina.

O esquema de evolução mais freqüente é, portanto, aquele que leva da estrutura tribal à organização piramidal da autoridade que precede o Estado no qual o poder está real-

MESTRADO EM GEOGRAFIA

mente institucionalizado. Não é a única possível: a partir de um certo nível, as correlações entre condição das técnicas e formas de arquitetura social são menos rígidas do que na base da escala. A passagem à monarquia centralizada se faz diretamente quando há conquista por um grupo externo.

As tensões e os conflitos mudam de natureza com o aumento da população devido ao desenvolvimento de técnicas agrícolas: a terra se torna rara, o que reduz as estratégias ao alcance dos que administram os recursos. Na Polinésia,[63] a pressão sobre a terra constitui o fator decisivo da transformação das formas políticas: enquanto os maoris, ao largo da Nova Zelândia, continuam fiéis à estrutura tribal tradicional, as ilhas não-coralianas da zona tropical, onde a população se acumula, vêem a constituição de sistemas políticos cada vez mais hierarquizados e autoritários. O que se deve explicar é a configuração que tomam as instituições sociais por ocasião dessa mutação.

A centralização nasce de uma revolução de ordem religiosa:[64] a revolução que dá a aparência de superiores aos cultos e rituais coletivos que liberam os homens de seus medos e asseguram, nos contatos com o Além, a intervenção de mediadores poderosos, porque representam todo o grupo. Quando se raciocina unicamente em função dos elementos materiais da situação, o nascimento da autoridade parece incompreensível. Quando admitimos que ela resulta de um desenvolvimento religioso, a passagem às formas hierarquizadas se explica naturalmente. Compreende-se também por que o chefe ou monarca assim imposto se encontra sem poder e sem meio de coerção: é que isso não lhe é exigido. O essencial é a sua função de intercessão e de projeção. Em certas monarquias africanas, isso justifica o costume — ou o mito — do regicídio:[65] quando as forças do rei declinam, quando ele não tem mais condições de desempenhar suas responsabilidades de mediador com as potências celestes ou informais, os que lhe estão próximos devem assassiná-lo de maneira a preservar o grupo das desgraças que, sem isso, sobre ele recairiam.

A transformação ideológica que permite o nascimento de uma autoridade reconhecida leva, com freqüência, a admitir também uma desigualdade constitutiva entre os homens: amplia-se, portanto, a gama das relações societais sobre a qual se estrutura a arquitetura do grupo. A relação

de clientela, que nasce espontaneamente de toda influência econômica, se exprime com precisão e se solidifica quando os que lhe estão sujeitos julgam-se membros de grupos cuja natureza difere: ela tem com freqüência, e ao mesmo tempo, uma estrutura de desigualdade generalizada, uma estrutura de ordens ou castas. Nota-se isso na Oceania, nas sociedades polinésias [66] das grandes ilhas tropicais, Taiti ou Havaí, bem como na África interlacustre. [67]

O reconhecimento da autoridade tem, como outro resultado, facilitar uma divisão contrastada dos recursos: o que representa o grupo e que dele assume a responsabilidade ante o Outro Mundo tem direito a presentes e doações sem estar obrigado a uma contrapartida material: a reciprocidade continua a vigorar, mas o que o chefe distribui são bens morais, a segurança religiosa, a libertação em relação aos temores até então experimentados: os membros do grupo já não se insurgem contra a acumulação, pois ela parece normal na nova configuração de papéis. A mesma transformação ideológica está na origem do reconhecimento de uma autoridade coletiva, da concentração das riquezas, da generalização das relações de clientela e do aparecimento de filosofias não-igualitárias.

Enquanto a realeza não dispõe de meios de coerção, a evolução social continua limitada: os recursos mobilizados são fracos; os intermediários entre os segmentos e o centro adquirem prestígio graças à sua posição, mas são incapazes de se valer dele. A concentração da influência econômica é apenas esboçada. Na vida do grupo, as estruturas segmentares continuam essenciais: [68] administram os recursos raros e os dividem entre seus membros, resolvem as querelas internas; em caso de tensão, chegam a evitar o agravamento da maior parte dos conflitos sem que o centro intervenha — aliás, a única exigência feita ao centro é que sirva de árbitro.

Nesse sistema, a arquitetura social já é piramidal, mas os níveis superiores não dispõem de meios autônomos e não dão origem a funções realmente diferentes das que operam no espaço tribal. O sistema é muito flexível, mas sua natureza não lhe permite estruturar grandes espaços, porque nenhum recurso importante é utilizável para melhorar a transparência geral: isso explica a extensão medíocre dos espaços dominados pelas chefias e monarquias primitivas: muitos soberanos ponderados preferem, aliás, as construções

limitadas, se necessário descontínuas, a um gigantismo que os condenaria a mutações mais profundas.

As chefias são feitas principalmente para atender a necessidades culturais ou religiosas e não a imperativos econômicos ou estratégicos. Na ausência de recolhimentos importantes, a redistribuição permanece modesta. O impacto militar da concentração é desprezível quando esta não proporciona instrumentos de expansão e de conquista. Tudo se modifica quando as forças são fáceis de serem reunidas e utilizadas sem exigir a mobilização de meios excepcionais — é o caso das civilizações nômades. Isso explica o seu dinamismo, mesmo quando nenhum poder é capaz de exercer a coação.

A distribuição das chefias piramidais era muito grande no mundo do século XIX, na América, na Oceania e na África em particular. Podemos incluir nesse tipo um bom número de estruturas de poder muito fraco, encontradas no Sul dos Estados Unidos, nos Andes, nas regiões sudanesas, em certos litorais da África e numa parte da Polinésia. A história antiga [69] lembra que organizações análogas deviam existir, em Roma ou na Grécia, no momento em que as civilizações tomaram sua forma, como indicam claramente a imagem semi-religiosa dos reis, seu fraco poder e a dualidade de seus papéis.

d O aparecimento dos proto-Estados. [70] A passagem da chefia para o proto-Estado implica o aparecimento de um poder autônomo. Às vezes este é atribuído àqueles que já exercem a autoridade, mas essa regra não é absoluta — há também situações de dualidade, onde quem serve de intermediário entre o grupo e o Além não é senhor dos órgãos políticos: isso já se observava, num nível mais modesto, na dualidade entre os senhores do fogo ou do machado e os chefes nas sociedades tribais.

A partir do momento em que se reconhece ao chefe o direito de impor suas opiniões aos recalcitrantes e lhe são proporcionados os meios para isso, a sociedade se estrutura sobre princípios diferentes dos que operaram até então: o monarca centraliza as notícias, toma decisões que interessam ao grupo inteiro e as faz executar. Nas civilizações arcaicas, a evolução é, porém, contida por dois fatores: 1) as riquezas são poucos móveis; os recolhimentos são fracos e de utilização

difícil; 2) na ausência da escrita, a transparência é medíocre e o controle sobre as partes distantes de um todo territorial é logo limitado pela infidelidade dos intermediários do poder. Na ausência de burocracia regular e de meios de fazê-la, estamos ainda em presença de proto-Estados.

Os recursos que permitem então o jogo do poder são diversos: eles provêm, em certos casos, do recolhimento exercido por uma minoria conquistadora sobre o território que ela domina; resultam de *rezzous* lançados por um proto-Estado sobre os espaços vizinhos, e por vezes tem como origem o controle do comércio exterior. O negócio distante não é, em geral, uma atividade espontânea e livre, ameaçada por pessoas privadas: é organizado por um soberano que monopoliza as trocas com o resto do mundo e se reserva os seus lucros. Como Polanyi mostrou, [71] as relações exteriores dos impérios primitivos são então asseguradas por uma ou duas cidades, o que facilita sua vigilância permanente. É o que se observa, por exemplo, na China imperial, como no Benin pré-colonial ou no império asteca.

O recolhimento, sob a forma de imposto e taxas, existe também, mas é difícil de impor regularmente sem administração. É igualmente difícil deslocá-lo, quando os meios de transporte são deficientes. Quando a economia é pastoril, as possibilidades são um pouco melhores, mas não nos devemos iludir: sem burocracia para uma contabilidade exata das quantidades lançadas, o recolhimento é variável e seu total diminui quando nos afastamos do centro. Um reino tão evoluído como o dos *Ankolé*, em Uganda, [72] ainda se caracterizava, apesar de sua prosperidade, pelo nomadismo do soberano e da corte: iam de lugar a lugar para consumir o que o tributo havia permitido arrancar dos agricultores e o que as fidelidades dos nobres haviam contribuído para o rebanho real. Não estava também Carlos Magno condenado a uma mobilidade semelhante?

A mediocridade dos recolhimentos e as dificuldades da comunicação de informações objetivas levam ao apoio em relações societais mais grosseiras para estruturar o Estado nascente. Peter Lloyd [73] insiste na diversidade dos modelos; muitos reinos primitivos recrutam seu pessoal entre segmentos de linhagem ou territórios sob sua autoridade; utilizam as estruturas de associação que a vida tribal fez surgir, há

muito tempo. A isso se acrescentam as relações desiguais e as clientelas.

Para limitar as tendências centrífugas que se desenvolvem espontaneamente, o responsável pelo proto-Estado não tem outra solução senão utilizar as relações societais que resistem melhor à distância: com freqüência, ele coloca nos postos estratégicos parentes nos quais pode confiar. Os reinos zulus do século XIX agiam assim.[74] No ciclo da monarquia magrebiana descrito por Ibn Khaldoun,[75] são os membros de uma tribo conquistadora solidamente estruturada por uma fé comum que desempenham esse papel — mas a construção se desmorona quando os descendentes se deixam absorver pela população a que estão necessariamente misturados.

Em muitos casos, o poder se apóia em estruturas desiguais para cujo desenvolvimento ele contribui, e que oferecem o perigo de arruiná-lo: nas monarquias da África interlacustre,[76] o soberano é o representante e o chefe dos pastores conquistadores; estes constituem a aristocracia à qual a massa dos agricultores está sujeita pelos duplos laços de uma desigualdade generalizada e de relações pessoais do tipo feudal. No âmbito do reino de *Ankolé*,[77] os membros de uma raça conquistadora, os *Bahuma*, só estabeleceram sua autoridade sobre a etnia dominada, os *Bairu*, impondo um regime de castas e criando clientelas locais.

A organização do reino *Nupe*,[78] na Nigéria, proporciona uma variação sobre o mesmo tema: o soberano assegura o governo direto de uma fração de seu Estado, mas é obrigado, para a maior parte dos grupos, a confiar a administração a uma feudalidade de função que é ao mesmo tempo uma feudalidade de base étnica.

Qualquer que seja a engenhosidade utilizada para assegurar ao poder central intermediários indispensáveis para informá-lo e executar suas ordens, a construção continua frágil e relativamente ineficaz. Isso se manifesta de duas maneiras. No plano espacial, o controle efetivo se enfraquece rapidamente com a distância do centro; no domínio das competências, o registro do que é decidido pelo soberano é reduzido.

Na medida em que a relação que arma os proto-Estados já é uma autoridade-poder, ela engloba sem dificuldade populações numerosas que aceitam o soberano como legítimo e

estão prontas a submeter-se à sua autoridade. Mas, na prática, o poder deixa de manifestar-se pelo controle rigoroso quando o mestre está distante: a geografia política dos proto-Estados é feita de círculos sucessivos nos quais o domínio é cada vez menos acentuado — segundo o modelo do *bled maghzen* e do *bled es siba* xerifinos.

Não podendo o soberano ocupar-se senão de uma pequena parte de todos os assuntos que exigem escolha e engajamento em seu reino, a organização do espaço se faz em dois escalões: os problemas da existência cotidiana são resolvidos no nível dos segmentos (de linhagem ou territoriais) que armam localmente a sociedade. As estruturas enquadrantes tratam das questões gerais, prestam serviços religiosos a toda a comunidade — o que lhes assegura a relação de autoridade — e decidem a guerra e a paz com os espaços vizinhos.

Num proto-Estado, o poder do chefe parece ao observador superficial perfeitamente autocrático e muito próximo do poder puro. A realidade é mais complexa, como demonstra a arquitetura social em vários níveis. O tema da dualidade do espaço e da dualidade da sociedade, fundamental em todas as civilizações tradicionais, tem aí sua fonte.

A concentração do poder suscita, na organização do espaço, o aparecimento da centralização. Existe, além disso, onde o soberano reside, meios que faltam em outras partes, oportunidades maiores e estruturas sociais mais complexas. Os recursos obtidos servem para fundamentar o prestígio religioso que justifica aos olhos de todos a autoridade exercida pelo soberano: Paul Wheatley [79] insiste na função cultural comunitária da cidade, tanto na China primitiva como no Mediterrâneo clássico e no mundo pré-colombiano.

As formas do proto-Estado são menos imperfeitas quando o espaço por ele organizado é muito reduzido: isso explica o papel do pequeno reino no pensamento político indiano [80] e da pequena comunidade de base étnica na Grécia pré-clássica. [81] O efeito de concentração dá a esses micro-Estados a forma da Cidade: deve à sua precária extensão o fato de ser cada vez mais perfeita, mais totalmente englobante, o que não ocorre com o grande espaço: veremos melhor esse aspecto ao estudarmos as civilizações históricas.

Nas civilizações arcaicas, a forma fundamental do poder continua sendo a exercida pelo grupo sobre cada um de seus

membros: ele modela homens perfeitamente integrados no meio social circundante. Graças a isso e aos equilíbrios de ameaça, essas sociedades raramente se encontram em estado de guerra de todos contra todos, que Hobbes supunha — isso só se produz nos grupos cujas instituições são artificialmente desagregadas, como entre os *Iks* de Colin Hurnbull. [82] Muitos estão solidamente estruturados e mantêm a paz graças à rede difusa de suas relações societais — isso dá ao espaço uma aparência mais uniforme, sem contrastes acentuados. O equilíbrio é assegurado ao preço de um constante esforço de ajustamento político: a individualização, mesmo imperfeita, das instituições encarregadas do destino do grupo libera energias consideráveis e autoriza a organização de espaços mais vastos. Ela não pode levar a construções sólidas enquanto a memória coletiva permanecer tão imperfeita que as formas superiores das relações societais não podem surgir.

6

A Arquitetura Social das Civilizações Históricas

A invenção da escrita está intimamente ligada ao progresso das instituições políticas: as organizações centralizadas continuam ineficazes enquanto as comunicações à distância não são seguras e a memória permanece subjetiva e caprichosa. O escriba é o personagem-chave dos sistemas que conseguem finalmente dominar o espaço e os homens: ele torna possíveis as relações à distância, mantém a contabilidade dos recolhimentos, limita a prevaricação e a malversação e controla a economia de redistribuição.

A invenção da escrita tem outras conseqüências: dá às sociedades o senso da continuidade, instala-as na história objetiva, permite-lhes se conhecerem e se julgarem melhor e deixa testemunhos que nos permitem vê-las do seu interior. Ela leva os povos a deixarem o modelo de reprodução imutável em que freqüentemente se fixam.

A arquitetura social das civilizações históricas difere, em muitos aspectos, das sociedades arcaicas, mas a escrita não basta para transformar totalmente as condições que haviam modelado estas últimas: enquanto as técnicas de produção permanecem rudimentares e exigem muito em trabalho, a maior parte da população deve dedicar-se à exploração do meio — caça, pesca, colheita e, cada vez mais, agricultural, vida pastoril, exploração de florestas e minas. As populações que se entregam a essas atividades são necessariamente dispersas, e o tempo de que dispõem para se instruir

é curto. Antes da invenção da imprensa, a coisa escrita custa tão caro que não pode ser difundida amplamente. A maior parte das sociedades históricas permanece à margem da história: as massas rurais vivem num mundo no qual a oralidade domina; as condições não são muito diferentes daquelas que predominam nas sociedades arcaícas. [1]

As formas tradicionais de organização societal não desapareceram, portanto, como as sociedades históricas: na Grécia clássica, não se perdeu a lembrança das tribos entre as quais a humanidade helênica se dividia inicialmente. Os grandes reformadores, como Clisteno, [2] empenham-se em remover os obstáculos que essas estruturas herdadas opõem à evolução social.

No escalão superior da vida social, as formas políticas são de dois tipos: o Estado, ou o regime feudal. Trata-se de sistemas há muito complementares e que se reclamam mutuamente, o que dá à história das civilizações intermediárias um aspecto cíclico — na China, por exemplo, ou nas civilizações islâmicas medievais, como o mostram as reflexões de Ibn Khaldoun em seus *Prolegômenos*. [3] A sorte do Estado depende de suas dimensões: quando a autoridade que permite o exercício do poder é de essência universalista, nada limita de direito a construção política, mas os meios de administração de que ela dispõe são insuficientes para assegurar sua perenidade. Se é limitada a um território exíguo, o domínio do espaço e dos homens é mais perfeito: a Cidade-Estado constitui a forma mais completa de construção política do mundo tradicional.

Quando meios econômicos suficientes permitem aos grandes Estados eliminar os fermentos que os enfraquecem, as formas superiores de organização do espaço se tornam possíveis: o poder político tem autonomia suficiente para se impor a todos os domínios e para superar as limitações que até então o caracterizavam. O Estado descrito por Hegel em princípios do século XIX resulta de progressos realizados desde fins da Idade Média: emprega políticas racionais, autoriza a evolução social, é um dos motores da transição da sociedade tradicional para a sociedade industrial.

Os princípios de organização

a Sujeições ecológicas e dados econômicos. As sociedades históricas obtêm sua subsistência da exploração agrícola e pastoril do meio ambiente. Enquanto a pressão demográfica é fraca, permitindo a prática de formas itinerantes de cultura, os excedentes disponíveis em cada comunidade são medíocres e a diluição dos grupos no espaço contribui para a constituição de um poder forte. Os agrupamentos humanos já numerosos, as agriculturas permanentes ou a criação capaz de dar bons lucros oferecem ao poder os recursos indispensáveis às funções de comunicação, vigilância e controle, sem o que permanece ineficaz.

À medida que aumentam as densidades, a gestão do ambiente se torna mais delicada: é necessário prever a rotação das terras e seu repouso, assegurar as restituições, limitar os efeitos da erosão ou da manutenção inadequada das glebas.[4] Para isso, são concebíveis duas formas de unidades de exploração; elas desempenham um papel variável e por vezes complementar nas civilizações históricas. No primeiro caso, a responsabilidade da exploração cabe a grupos; no segundo, é uma questão privada. A apropriação é por vezes limitada ao resultado do trabalho de cada um — ao que é abatido, pescado ou colhido. Os fatores de produção podem, assim, ser entregues de maneira permanente aos que os mobilizam: a qualidade da administração é melhorada, mas a fluidez que fazia variar a divisão dos recursos com o número dos homens desaparece.

A propriedade individual permanente é um fato de desigualdade no campo: dá aos que dispõem das terras a possibilidade de fazer com que parte importante da população trabalhe para eles. Quando a pressão demográfica aumenta, a competição pelas terras se acentua: os que desejam explorações aceitam remunerações mais baixas e a influência dos grandes proprietários se consolida.

Entre a Antigüidade e o século XVIII, as técnicas de exploração evoluíram, mas há mais ajustes de detalhes do que inovações importantes:[5] aprendeu-se a trabalhar melhor a terra, a utilizar com mais eficiência a força dos animais domésticos, a mobilizar o vento ou as águas correntes para moer os grãos — isso tornou mais fáceis certas tarefas, melhorou os rendimentos, mas não modificou muito a produti-

vidade global do trabalho. A estabilidade geral das técnicas agrárias explica a persistência de traços estruturais notáveis, o dualismo entre as massas ligadas à terra e os grupos dominantes pouco numerosos, a preponderância numérica das massas — pelo menos 80% do total — a influência decisiva dos grupos. [6]

b Transporte, moeda, troca. Os meios de transporte melhoram também, mas lentamente: [7] a domesticação dos animais, a albarda, a roda, os arreios, tornam mais fácil o transporte terrestre. Este, estretanto, continua difícil e oneroso; a maioria das sociedades são incapazes de fazer os investimentos necessários para tornar as estradas utilizáveis permanentemente. Por vezes, as técnicas para isso são conhecidas, como o mostram os impérios romano e inca, mas custam demasiado caro: sua aplicação só é feita para assegurar a circulação dos mensageiros e soldados dc príncipe.

Os transportes são mais eficazes e menos caros quando feitos por rio e pelo mar. O progresso os facilita: a utilização da força do vento, o leme de cadaste, a bússola, marcam essas melhorias.

Nos continentes, não é concebível trocar em lugares distantes tudo que é produzido num determinado ponto: os custos são demasiado elevados. A maior parte da produção é consumida pelos que a obtiveram ou trocaram num âmbito limitado: a tendência é para a economia doméstica de autosubsistência e as autarquias locais. São poucos os bens que podem tolerar os longos deslocamentos. As regiões cuja economia se abre facilmente limitam-se aos litorais e às margens dos grandes rios, onde as condições de navegação são boas.

Nas células pequenas, a organização das trocas pode tomar a forma de transação comercial, de redistribuição ou de doações e reciprocidade. [8] No primeiro caso, nem mesmo o uso da moeda é necessário: taxas convencionais de equivalência entre os produtos possibilitam transações regulares e equilibradas. [9]

As condições se modificam quando a sociedade é mais ampla. A economia de doações e reciprocidade presta-se mal às relações entre pessoas dispersas em grandes áreas. Tornando mais objetiva a escala em que se apóia a classificação dos méritos, codificando os comportamentos esperados, am-

plia-se evidentemente o alcance das doações: os signos exteriores das regras obrigam, por toda parte, as pessoas a se conformarem aos modelos gerais de deferência, mas tiram à economia da doação e reciprocidade seu valor psicológico e a privam de sua função principal da regulação. [10]

A economia de redistribuição é mais eficaz para estruturar um conjunto importante: é possível realizar recolhimentos em todo um país, reuni-los em armazéns onde são conservados e utilizá-los segundo as necessidades do Príncipe e os imperativos de sua política. [11] Mas as dificuldades de transportar os bens constitui um problema: consegue-se, sem muito esforço, realizar uma punção notável sobre o rendimento dos grupos locais, mas sem meios de transporte baratos não se pode enviá-los muito longe. Enquanto a redistribuição se faz com produtos naturais do solo, ela não pode levar a uma circulação geral.

As trocas comerciais são limitadas quando repousam sobre a troca. A partir do momento em que se utiliza um equivalente universal cujo valor é invariável e viaja bem, o repatriamento do resultado de uma venda deixa de ser oneroso: o alcance das transações duplica, em geral, quando os pagamentos se fazem em dinheiro. As compensações reduzem os movimentos em espécie e o crédito torna flexível o sistema: em sua forma extremada, as transferências de fundo já não custam nada. Os saldos podem se expressar por um reconhecimento de dívida; a economia de mercado, por vezes pouco distinta da economia de doações nas células quase autárquicas do mundo rural, individualiza-se quando as relações se tornam distantes.

Surge um laço fundamental entre a moeda e a economia de redistribuição. O dinheiro é indispensável para estender a área das trocas comerciais. Estas oferecem ao poder uma matéria na qual basear mais facilmente seu recolhimento. Enquanto os bens requisitados pelo governo têm de ser estocados e conservados em armazéns, seu transporte se torna caro e sua acumulação é limitada pelas possibilidades de guardá-lo. Desde o momento em que o imposto é recolhido em dinheiro, essas limitações desaparecem: o recolhimento pode ser levado para o local onde seu uso se faz necessário. O que é guardado pode ser relançado no circuito econômico no momento em que for conveniente ao príncipe. Quando uma parte do dinheiro se encontra congelada no

Universidade Federal do Pernambuco
BIBLIOTECA CENTRAL

Tesouro público, as tendências deflacionárias se manifestam. As tensões inflacionárias se tornam perceptíveis quando os fundos são recolocados em circulação, o que perturba o equilíbrio do corpo social. O domínio da intervenção do poder é ampliado e torna-se capaz, depois da intervenção das moedas fiduciárias, de assegurar uma administração racional da economia.

Os meios de que dispõe o poder para criar uma divisão administrativa, informar-se de tudo, encaminhar ordens e controlar sua execução, dependem portanto da amplitude da economia de mercado: enquanto domina a autarquia, as transferências são tão difíceis que a direção centralizada dos vastos espaços é, em geral, ineficaz. Com a abertura dos horizontes do negócio, tudo se modifica: a esfera política se torna plenamente autônoma e libera o poder das contingências locais. Os períodos em que as grandes construções políticas podem prosperar são aqueles em que a troca à distância está melhor desenvolvida: as duas ordens se influenciam mutuamente. A paz interna e o respeito às autoridades autorizam maior ousadia entre os comerciantes, os negociantes e os armadores; a monetarização da economia oferece ao poder central maiores possibilidades de recolhimento e redistribuição.

c **Informação, comunicação e escrita.** As sociedades tradicionais dispõem da escrita: sua invenção está, com freqüência, ligada ao aparecimento de construções políticas extensas. As civilizações pré-colombianas, que ignoram a notação dos sons, das sílabas ou das palavras, utilizam-se de procedimentos de cômputo e de pictogramas ou sinais materiais — nós em cordões, por exemplo — para registros: não é um alfabeto, mas a função visada é a mesma.

O aprendizado da leitura e da escrita é longo e oneroso, enquanto não existem materiais baratos para inscrever as mensagens e reproduzi-las. Só os pequenos grupos possuem o manejo desse sistema. No mundo rural, a população não dispõe de tudo o que é necessário à boa manutenção dos campos: a escrita é um luxo. Para que as pessoas a ela recorram de maneira habitual, precisam de uma motivação extra-econômica.

A escrita se presta melhor à manutenção das contas ou à transmissão de ordens, recomendações ou noções abstratas,

do que à difusão de técnicas utilizadas na vida cotidiana pelos agricultores ou artesãos. Ela é um instrumento a serviço das elites, uma ferramenta indispensável ao poder, mas ainda não se constitui num meio oferecido às massas para romper o isolamento no qual a dificuldade de comunicação as mantém. Assegura aos grupos dominantes, freqüentemente urbanos, o monopólio das relações à distância: é a esse traço que as civilizações tradicionais devem o trágico das manifestações de mau humor de seus camponeses, freqüentemente explorados, pilhados, desprezados. Suas revoltas evidenciam o seu desespero, mas estão fadadas ao fracasso pois se chocam com a união dos ricos ou privilegiados — mesmo minoritários, eles tem a última palavra, pois se comunicam facilmente. Aqueles que os contestam são, em contrapartida, incapazes de coordenar seus movimentos.

A invenção da escrita dá ao chefe a possibilidade de controlar a execução de suas ordens: a partir do momento em que recebe informações precisas do que se passa ao longe, tem facilidade de criar duas redes paralelas de circulação de notícias, controlar uma com a outra e impedir o aparecimento de poderes independentes em cada etapa da pirâmide hierárquica. Para que o Príncipe estabeleça uma vigilância permanente no espaço que governa, ele precisa de uma administração fiel, o que é possível graças aos meios de comunicação à distância. Ao utilizar a escrita, podem-se criar estruturas sociais de base voluntária, onde os adversários e os maus executantes estão excluídos e onde o interesse de cada um coincide com o do chefe. O período das burocracias tem início, e encerra-se o período das pré-burocracias que empregavam, para dominar o espaço, os elos de solidariedade e o clima de confiança específicos da família, do feudalismo ou da casta. Essa evolução é lenta. As primeiras burocracias do tipo moderno aparecem nos setores da vida social onde as condições de uma ação unitária e a dedicação à causa comum são facilmente realizadas: elas desaparecem no domínio religioso muito antes de ganhar o mundo político ou o dos negócios. Os controles são então menos necessários e o seu funcionamento é menos oneroso.

A partir do momento em que as burocracias começam a se desenhar, introduz-se nas sociedades um escalão intermediário de relações assimétricas de poder: entre o controle anônimo de todos por todos, que caracteriza as células

locais e lhe permitem viver sem instituições políticas autônomas, e as estruturas do Estado que encerra uma grande sociedade num quadro comum e a modela segundo uma vontade única se interpõe uma série de dependências e mandamentos que perturbam a vida religiosa, a vida administrativa, a vida militar e a vida cultural. Já não se trata, como na relação de clientela, de uma relação desigual, determinada pelo controle dos meios de produção ou de informação: a solidariedade da burocracia resulta de sua capacidade de criar um enquadramento aceito devido à causa de que está investida a organização e pronto a assegurar a transparência sem a qual ela não pode triunfar.

A história das civilizações intermediárias é, em grande parte, a da criação de estruturas adequadas ao domínio de grupos numerosos e de espaços amplos: ela é feita de progressos seguidos de retrocessos. São necessárias, com efeito, duas condições para que surjam regimes eficazes. Uma delas é econômica, a outra é de comunicação. É difícil que surjam simultaneamente; o declínio do comércio à distância ou o enfraquecimento de solidariedades ideológicas mantidas pelas comunicações distantes bastam para colocar em questão toda a estrutura.

d A autoridade, a ideologia e as estruturas de comunicação. Nas sociedades arcaicas, onde a ideologia é estável, todos os adultos participam igualmente do sistema de valores fundamentais. A aculturação lhes assegura um conhecimento semelhante das regras e dos costumes e leva a uma interiorização notável dos valores. Todos se consideram investidos do direito de julgar a conformidade das ações com o modelo admitido por todos: é o fundamento do controle mútuo, cuja eficiência já foi mostrada, desse olhar permanente que obriga as pessoas a fazerem o que delas se espera, mesmo que suas motivações secretas se inclinem para um sentido distinto.

Para ver surgir a influência ideológica, para assegurar a sua concentração nas mãos de uns poucos, é preciso conhecimentos esotéricos reservados aos iniciados. O aparecimento do privilégio dos fazedores de ideologias está ligado ao exercício do pensamento selvagem,[12] às explicações fundamentadas nas analogias e nos símbolos de que os mitos são portadores e à idéia que expressam com freqüência de uma

ordem hierárquica universal. A formação das sociedades piramidais e dos proto-Estados encontra, ali, o seu ponto de partida: todos renunciam ao exercício da plenitude de seus direitos e se confiam aos iniciados para decidir as regras da vida privada e pública.

Nas sociedades arcaicas, essa mutação é capaz de criar desigualdades profundas. Em Atenas, antes da reforma de Sólon, os eupátridas tinham o monopólio do acesso à Regra e disso se aproveitavam para exercer um arbítrio penoso. As tábuas de Sólon rompem esse desequilíbrio: todos podem a partir de então saber o que devem e podem fazer; cada um reencontra o poder de julgar de maneira autônoma.

A escrita tem com freqüência efeitos inversos: ela reforça então a autonomia da ideologia: os que sabem ler têm acesso aos textos que servem de fundamento à ordem social, revelados por um Deus que é o fiador da vida coletiva e lhe impõe valores, preferências e instituições. Certos reformadores não têm necessidade desse recurso ao sobrenatural para modelar novas modalidades de conceber a vida social; a escrita difunde suas idéias. Em vez de um universo estático onde as transformações da ordem social resultam apenas da lenta marcha da aculturação, temos meios que podem modificar em pouco tempo os fundamentos ideológicos da vida comum. O poder de vigilância de todos sobre todos não é abolido, mas, para ser válido, deve ser exercido segundo princípios revelados ou pensados, e não em função de hábitos e costumes transmitidos localmente.

As sociedades intermediárias vêem, portanto, enfrentar-se dois modos de definição da autoridade: o primeiro dá destaque às tradições do grupo; o segundo, à reflexão daqueles que demonstram sabedoria, ao seu conhecimento dos textos ou à vontade superior que os inspira. Os dois tipos de autoridade tendem a assegurar o triunfo de princípios comuns e terminam por dar a todos o poder de julgar moralmente seus atos. Elas favorecem o exercício das formas coletivas do controle social, mas nem sempre são compatíveis entre si.

As massas rurais não conhecem a escrita e são naturalmente levadas à fidelidade aos princípios morais e políticos tradicionais; elas permanecem fiéis a filosofias sociais habituais que são intensamente vividas, pois correspondem às necessidades populares. Na sociedade enquadrante, os novos

modos de pensar se difundem, em contraposição, com bastante facilidade e acabam eliminando as tradições.

As sociedades intermediárias não são apenas marcadas pela dualidade do gênero de vida das massas e das elites dominantes: elas revelam com freqüência oposições profundas de ideologias entre o mundo urbano e o campo. Isso permite a manutenção, durante longos períodos, de estruturas políticas cujos princípios diferem ao nível das células locais e ao nível dos grupos globais.

Os traços característicos da arquitetura social do mundo tradicional marcam-se claramente pela organização do espaço: a margem de autonomia das células locais e a dificuldade de assegurar a transparência se relacionam com a diversidade regional dos costumes, dos modos de exploração e das formas do *habitat* rural. A ação uniformizante do poder dominante marca-se pelo triunfo das religiões de vocação universalista, pelo vigor das grandes construções políticas e pela semelhança dos valores admitidos em toda parte pela elite. As cidades romanas se parecem, como as catedrais góticas.

O Estado [13]

As estruturas políticas do mundo tradicional ordenam-se em torno de três tipos principais: o Estado, o sistema feudal e a Cidade-Estado. Os dois primeiros são capazes de ordenar vastos espaços, mas de maneira imperfeita — e, no segundo caso, criando um mosaico de unidades imbricadas independentes. A Cidade-Estado está mais apta a assegurar um enquadramento eficaz, mas tem dificuldades em se estender sem se desfigurar. Por vezes o conseguiu — na Grécia e em Roma — mas tornando-se uma engrenagem de um Estado mais amplo.

O Estado começa a constituir-se antes que se inicie a história. Ele realiza a síntese da autoridade e do poder puro, indispensável quando se quer vigiar e controlar um grande conjunto.

a As fontes ideológicas da autoridade e as relações entre o Estado e a Religião. A legitimação da autoridade resulta do desenvolvimento de ideologias que colocam a huma-

nidade num cosmos hierarquizado; este se ordena em séries que se repetem de um nível a outro; a sociedade é vista como reflexo da estrutura ordenada dos astros e planetas — a justificação dos fatos de subordinação e da disposição piramidal do corpo social ali se encontra. [14]

A legitimação do Estado na maioria das civilizações intermediárias não tem sua origem numa delegação de poder consentida pelo povo: ela é apenas o assentimento de todos a uma ordem superior da qual os céus oferecem a imagem.

O consenso social que serve de base ao poder é fruto de novas concepções do homem, da sociedade e das forças que governam o mundo desenvolvidas por grupos cujas funções são religiosas e que por isso dispõem de uma influência considerável: eles definem o ideal a que o poder deve aderir para ser aceito por todos.

Nas sociedades intermediárias, duas redes ligadas, mas autônomas, concorrem portanto para a boa marcha do governo: a primeira recebe, inventa ou manipula as ideologias; a segunda assume as funções propriamente políticas. Como a justificação do poder não se baseia num contrato negociado à moda de Hobbes, mas na idéia de uma hierarquia natural, o soberano é a emanação de uma força superior. Isso lhe dá uma autoridade incontestável, mas limita-a ao que está de acordo com a ordem moral e atribui aos depositários ou intérpretes da ideologia um direito de controle: a Igreja e o Estado se encontram, por isso, intimamente associados.

1 Existem nuanças importantes nessa arquitetura da autoridade e do poder. Ocorre que todos, numa construção política, aderem à mesma fé — foi durante muito tempo o caso da Europa cristã: o Príncipe recebe o poder do Além; [15] é de direito divino e, como todos aceitam a mesma imagem de Deus, todos se encontram envolvidos na mesma rede de obrigações e direitos. A Igreja dá seu aval às construções políticas, mas não as controla; em relação a elas, só pode ter uma atitude — respeita-as enquanto o poder respeitar a lei natural que permite a cada qual viver decentemente e dá a todos a oportunidade de praticar os ritos. Essa neutralidade não é indiferença, pois os governantes devem prestar conta de seus atos a Deus e, portanto, à Igreja, cujo magistério moral se estende assim à coisa pública.

2 Há filosofias sociais nas quais as esferas religiosas e políticas não se colocam da mesma maneira. Na sociedade indiana, o sagrado está na essência de todas as preocupações e os responsáveis pelo culto estão na cúpula da hierarquia social.[16] Sua religião endossa a ordem política, pois esta repousa sobre a idéia de uma desigualdade essencial dos homens e habitua pensar as relações sociais em termos de hierarquia — mas a esfera da fé está situada tão longe do mundo que as preocupações do poder lhe são estranhas: os atos dos governantes atingem um domínio onde nada é moral; um poder vale tanto quanto o outro, pois nenhum deles pode ser bom. A autoridade de que o soberano dispõe não tem a mesma profundidade que em outra parte. Admite-se que reine, que faça recolhimentos, que recrute exércitos e utilize a força para fazer respeitar suas ordens, para resistir aos inimigos ou para conquistar novas possessões, mas aquele que o derruba tem imediatamente acesso à mesma legitimidade, pois todo poder capaz de impor obediência está na ordem universal que a cosmologia descreve e institui.

3 Ao contrário das situações nas quais a influência ideológica domina de tão alto a sociedade que ela é indeferente às formas de governo, há casos em que as crenças que justificam o exercício da autoridade santificam o Estado e o Príncipe que o personifica. As duas hierarquias, a das influências ideológicas e a dos poderes, ficam então confundidas na sua cúpula: os sacerdotes são os instrumentos da religião, mas esta tem uma dimensão política que torna ambíguo o seu relacionamento com o governo; eles o controlam na medida em que definem a ideologia, a que toda ordem se deve submeter — mas aceitam sua autoridade como a de um representante da divindade na terra. Encontra-se essa imagem no Oriente antigo — do Faraó a Alexandre — na Roma clássica, onde Augusto a copiou das monarquias helenistas — na America pré-colombiana ou na China imperial.[17]

A sacralização do poder permite a justaposição, numa mesma construção, de povos que têm fés diversas: para que isso seja possível, basta que as religiões sejam politeístas ou panteístas e que possam ampliar-se o culto do Estado, sem que isso coloque em questão seus princípios. Na China clássica, o confucionismo, o taoísmo, o budismo e os cultos domésticos coexistiam assim sem prejudicar o funcionamento da instituição imperial. Alexandre aceitou, após a conquista,

aparecer, em cada país subjugado, sob a máscara do soberano divinizado tradicional; apesar das resistências dos gregos e dos macedônios, ele teve êxito; recolheu, em bloco, o legado de Dario, casando com sua filha e identificando-se assim com o Rei dos Reis.

O imperador detém uma autoridade que transcende a de todas as religiões e lhe permite reinar sem ter de justificar de outro modo seu ascendente: ele é instrumento de uma vontade superior a todos os grupos, o que lhe dá uma vocação universal. As religiões monoteístas são as únicas a recusar, por vezes, o princípio imperial, como demonstram as relações entre Israel, Babilônia e Roma. Os cristãos só apoiavam o Império quando este colocava seu universalismo a serviço da verdadeira fé.

4 O fundamento do Estado tradicional deve, portanto, ser procurado nessas ideologias: elas criam um elo direto entre o soberano e a população por ele dominada; esse elo é por vezes uniforme e lembra a todos os homens a sua insignificância; ele se diversifica, além disso, segundo as castas ou as ordens, embora os direitos e deveres variem em função da posição de cada um. Mas por toda parte onde as pessoas tenham fé na autoridade delegada ao Príncipe, seu poder é em tese absoluto: ao nível das obrigações, o efeito de distância não tem mais influência.

A dimensão ideológica da autoridade-poder é, portanto, também uma dimensão geográfica: [18] todos os que são suscetíveis de aceitar os mesmos princípios e as mesmas hierarquias podem combinar-se num mesmo conjunto; a continuidade territorial não é indispensável.

Quando a religião ou os valores leigos que constituem a base da ideologia estão ligados a um grupo particular, a uma etnia, ou a um povo, a área abarcada pela relação de poder é, desde o início, limitada.

Na medida em que os súditos colocam seu destino nas mãos de um Príncipe que garante a ordem, que encarna a hierarquia necessária a tudo e participa da divindade, a homogeneidade cultural da área dominada não é indispensável: todos os que caem sob a sombra do poder lhe devem obediência, porque ele exprime a ordem a que todos se devem submeter.

5 As ideologias imperiais são, portanto, as mais adequadas a criar espaços amplos. Em seu princípio, elas são

de base universalista: o *Imperium* deve impor-se a todos os grupos e dobrá-los à lei geral para o maior bem da humanidade e a maior glória do Príncipe. Quando um Estado dirigido segundo o princípio imperial tem vizinhos, estes são necessariamente inferiores. O Império não tem fronteiras, no sentido em que hoje entendemos a palavra, isto é, marcos divisórios separando-o de um Estado diferente, mas organizado de acordo com princípios semelhantes e também respeitáveis. Ele está cercado de bárbaros: quando encontra povos bastante adiantados para sumbetê-los às regras da administração e da paz comuns, ele se estende; sua expansão se detém nos limites do universo cultivado: [19] são necessários grandes excedentes para fazer funcionar uma administração, um exército ou uma Igreja. As zonas de agricultura sobre queimadas, ou de vida pastoril, não servem para a construção imperial: as campanhas militares são, ali, difíceis, por falta de recursos; a ascendência humana é muito fraca para tentar um poder que conhece o preço de dividir eficazmente um país.

O Império termina, portanto, num *limes*, ou numa muralha que o separa dos povos que não são governáveis e colocam assim em risco sua vocação universalista: Roma renunciou aos espaços ainda florestais da Germânia, às landas do país dos pictos, às estepes e desertos da África; a China se detém onde a cultura deixa de ser possível e onde começam as civilizações nômades que dominam a Ásia Central.

6 Quando o princípio de autoridade não reside na preeminência do político, mas na conformidade a uma inspiração religiosa, suas tendências expansionistas são fortes se a fé é universalista. O Islã é uma ilustração desse caso: num século e meio, as tribos mal cimentadas do Hedjaz constituíram um Império mais vasto que o de Alexandre; as fronteiras são sempre apenas uma linha de armistício, ao longo da qual se detém por algum tempo a conquista. Mas a diferença entre as formações políticas armadas de uma ideologia imperial e as formações onde o poder está em segundo lugar em relação à fé religiosa surge logo: quando os principados partilham entre si os crentes, elas dão como referência a mesma fé, têm as mesmas orientações religiosas, a mesma vocação e a mesma filosofia social; têm o mesmo direito de viver e recursos idênticos de autoridade.

O Ocidente conhece a mesma evolução no momento em que triunfa o Cristianismo. A idéia imperial não desaparece: ela soube conciliar-se maravilhosamente com a nova fé; os dois universalismos, o da religião e o do poder, se atraem; Bizâncio [20] supera durante muito tempo as crises mais graves, graças a essa convergência. Mas as circunstâncias que predominam a partir do século V no Ocidente cristão levam a outras formas de organização. Os povos bárbaros que penetram no Império não estão suficientemente imbuídos da ideologia romana para sentir a sua grandeza e para se tornar seus instrumentos. Reinos étnicos e militares se instalam na Espanha e na África do Norte, na Bretanha e na Germânia. A idéia imperial subsiste como mito entre os que sonham com o universalismo. Carlos Magno restitui forma a essa idéia. Mas o Santo Império não chega a estender-se a toda a Cristandade: os Príncipes que lhe escapam, apesar de cristãos, não são também, de direito, iguais ao imperador? É o que os legistas ensinam sem demora ao rei da França: o rei é imperador em seu reino. Apesar do apoio, durante certo tempo, do papado, a idéia imperial perdeu seu poderio de antes. Assim se forma a doutrina moderna, a que considera os Estados como iguais de direito. As fronteiras separam então vizinhos que merecem igualmente sobreviver e prosperar.

Jean Gottmann [21] traçou admiravelmente a evolução do princípio territorial incluído nas ideologias do poder: do *Imperium* ao reinado, passa-se de um magistério universal à justaposição de áreas ao mesmo tempo semelhantes e diferentes. A ligação entre ideologia religiosa, ideologia política e articulação territorial nunca surge tão nitidamente quanto no século XVI, quando o Cristianismo se divide: as lutas demonstram rapidamente que é impossível restabelecer a unidade destruída. Para assegurar a paz, a Alemanha adota, depois da paz de Augsburg, o adágio: *cujus regio, ejus religio,* a cada reino sua religião; a cada unidade política, sua ideologia política, social e religiosa. Entre as diversas soberanias assim definidas, as oposições são claras, pois cada qual reclama uma verdade que opõe a todas as outras; mas as semelhanças são ainda mais claras, pois a arquitetura social é a mesma em suas grandes linhas e cada Estado é reconhecido pelo concerto das nações.

b As fraquezas do Estado tradicional: o controle impossível do espaço. Os Estados tradicionais são, entretanto, infinitamente menos poderosos e menos opressores do que a ideologia que os arma deixa supor: os meios de que dispõem para cimentar e dirigir o espaço que dominam são medíocres.

O poder deve usar a coação física para evitar a proliferação dos não-conformismos e para assegurar a solução das dissensões. O problema, para ele, é criar uma administração territorial, controlar as pessoas e o espaço, informar-se sobre as dificuldades que se manifestam e tomar as medidas que se impõem. Para isso, é preciso um pessoal numeroso; é necessário remunerá-lo para que se dedique em tempo integral a essa tarefa. A autoridade de que dispõe o soberano permite-lhe efetuar recolhimentos, mas é difícil exigir que esses recolhimentos sejam importantes quando a vigilância é imperfeita: a centralização e a administração racional dos recursos arrecadados são quase impossíveis quando o pagamento é feito em produtos naturais do solo e os transportes custam caro.

Existe, portanto, um desequilíbrio permanente entre a capacidade de expansão da autoridade, sobretudo quando repousa sobre uma ideologia imperial, e os meios de que dispõe realmente o governo para estruturar o espaço.

1 A solução implica a criação de uma administração regular. A estrutura burocrática surge precocemente em vários sistemas: ela já está presente nas monarquias e teocracias do Oriente meditarrâneo antigo.[22] Ela está na base das realizações notáveis do poder chinês:[23] procedendo ao recrutamento dos administradores por concurso, abre a todos a carreira das honras; remunerando os funcionários, conquista sua fidelidade; formando-os longamente pelo preparo das provas que dão acesso ao mandarinato, lhes transmite a mesma ideologia do serviço público. Mas numa sociedade em que as bases são agrárias, a gestão centralizada dos excedentes de produção que devem ser recolhidos e redistribuídos para manter a administração, é difícil: os esforços nesse sentido são notáveis, a rede das vias navegáveis que unem os grandes rios e convergem para a capital traz de todas as partes os gêneros básicos — arroz e cereais. O lugar que, em toda parte, é dado à cultura dos grãos torna fáceis o recolhimento e a redistribuição. Mas o regime está sempre no

limite extremo de suas capacidades técnicas: o pagamento dos funcionários só é possível, com freqüência, pela arrecadação antecipada e direta do imposto local. Isso lhes permite cercarem-se de clientelas que minam o poder central: constituem-se periodicamente feudos de função.

A maior realização, em matéria de estruturação burocrática, é a da administração romana, pois a Igreja nela se molda a partir da reforma de Diocleciano.

Em Roma, o Império criou uma administração centralizada cujo papel é vital: [24] a ela se devem a proteção do conjunto do Império e o reabastecimento de uma parte das populações urbanas. Em sua base, a arrecadação resulta das conquistas e dos recursos do fisco — no Egito e na África, detém terras que são trabalhadas em seu favor e fornecem o trigo indispensável à vida de Roma e ao bom funcionamento do conjunto. Mas esses recursos quase não bastam para dotar o Império de algumas instituições comuns — o exército, em particular. Quanto ao resto, Roma deve recorrer a outros princípios de financiamento dos serviços públicos.

A Igreja não enfrenta as mesmas dificuldades que os poderes civis para estruturar uma burocracia sólida: seus dignitários não têm as mesmas tentações e a fé comum cria um clima de confiança que torna toleráveis os controles. Apesar de muitas fraquezas, a burocracia eclesiástica resiste a séculos de gestão pouco centralizada; os recursos obtidos pelo dízimo são absorvidos localmente, redistribuídos para a manutenção do clero, a construção de templos e a assistência aos necessitados, sem que a finalidade do sistema seja esquecida. A burocracia eclesiástica dá, assim, a imagem de uma hierarquia eficaz, estruturando, graças a uma implantação local regular, vastos espaços: ela mostra o que todo poder deve fazer para controlar a base. À falta de uma administração regular, o Príncipe é incapaz de ação em profundidade: ele deve transigir em relação a sistemas de relações societais que não criou, ou que não pode dominar.

Em muitos casos, o Estado é apenas uma superestrutura ambiciosa que disfarça mal a persistência de organizações locais arcaicas: as comunidades rurais, as organizações segmentares, os grupos étnicos subsistem; [25] outras vezes, a ligação entre o poder central e a massa da população cabe a um regime feudal que deve sua autoridade e o essencial de seus

meios ao Estado no qual lhe se inseriu e que esse regime reduz a uma simples ficção jurídica.

2 O Estado utiliza os recursos que recolhe para se dotar de uma polícia e de um exército, mas é pobre: surpreende-nos a fraqueza dos efetivos que pode mobilizar e equipar — o empreendimento é demasiado oneroso. Concentrando as tropas em alguns pontos estratégicos, o Príncipe procura utilizá-las da melhor maneira para forçar à obediência os súditos recalcitrantes, dissuadir os perturbadores e proteger o país contra os ataques externos. A resistência das pequenas células rurais ou pastoris decididas pode colocar em xeque, durante anos, talvez gerações, um aparelho militar tão precário: o banditismo de que falam os textos oficiais revela essa impotência de controlar a massa da população. [26]

Frente ao estrangeiro, a situação nem sempre é mais favorável: o Príncipe dedica todos os cuidados ao seu exército, mas os efetivos treinados e equipados não correspondem, nas civilizações sedentárias de agricultores, senão a uma pequena fração da população. A força mobilizável só é notável quando o Estado congrega os nômades que podem imediatamente transformar-se em guerreiros, sem exigir soldos e dispondo de uma mobilidade que falta aos infantes que a eles se opõem.

Os grandes Estados tradicionais parecem muito frágeis quando enfrentam forças dos impérios das estepes, de que falava René Grousset. [27]

A fraqueza fundamental do Estado tradicional provém da sua incapacidade de arrecadar recursos importantes e controlar seu uso: falta-lhe uma base econômica monetarizada.

Os regimes feudais. As sociedades de ordens

Entre os sistemas de relações societais em que se apóiam os Estados tradicionais, alguns apenas prolongam as pequenas células do mundo arcaico. É o caso do controle de todos por todos, que estabelece um conformismo favorável à reprodução indefinida dos mesmos modelos: é também o caso dos segmentos de linhagem, das comunidades territoriais ou das associações de classes de idade. Outros sistemas estão mais

intimamente ligados ao aparecimento das ideologias da autoridade.

A influência econômica exercida pelos que dispõem dos meios de produção ou de excedentes alimentícios dá origem a relações de clientela. Na maior parte das civilizações, estas constituem apenas um traço menor da organização social.

Com a formação das ideologias de autoridade a aceitação das estruturas hierárquicas, tudo se modifica. Quem exerce uma influência econômica pode igualmente exercer uma autoridade e um poder que reproduzem, na escala das relações pessoais diretas,[28] a relação entre o soberano e seus súditos: os dois sistemas se legalizam pelas mesmas razões: os princípios em que se baseiam têm a mesma origem. Os regimes feudais desenvolvem-se no interior de estruturas estatais, e não à margem delas. A Europa medieval não esqueceu o imperador ou o rei, e os súditos feudais professam sempre fidelidade a esses suseranos supremos;[29] daí a dominação que exercem. No Japão dos daimios, a situação não é diferente e a multiplicação dos poderes locais não coloca em causa a devoção ao Imperador.

Se o regime feudal procura sua justificativa ideológica nas doutrinas que fundamentam a autoridade superior, e se pela mesma razão cria relações gerais de desigualdade institucionalizada, castas, ou ordens,[30] que fortificam seu princípio, isso não explica as razões práticas de seu êxito e a maneira pela qual esvazia o Estado de seu sentido. É ao nível das realidades substanciais do enquadramento local e da arrecadação indispensável a todo sistema político autônomo que a relação suserania-vassalagem revela sua eficácia.

O Estado tradicional está paralisado pela dificuldade de controlar uma população numerosa e dispersa e mobilizar recursos importantes numa economia não-monetarizada. O laço pessoal que se estabelece entre o senhor e os servos tem mais força que o princípio abstrato de subordinação do súdito ao soberano. Os nobres vivem no meio de populações sobre as quais exercem seu poder: residem em elevações ou castelos de onde vigiam os campos. O poder de coerção de que dispõem é sentido por todos; todos conhecem os homens armados que os servem, e sua disposição. A proteção que estes são capazes de proporcionar, contra os perigos externos, é bastante evidente. Os laços que se formam assim entre a célula local e os que a cercam são estreitos[31] e o controle mútuo de uns

sobre os outros é permanente. Na medida em que o senhor reside em suas terras, pode utilizar sem esforço tudo o que arrecada.

A relação feudal é a primeira a impor uma direção exterior e, no entanto, próxima das pequenas unidades do mundo rural e a fazê-las sair do regime de fidelidade à tradição, que as caracterizava até então. [32] Ela permite a manutenção de uma força armada numerosa e onipresente nas áreas ameaçadas pela insegurança: os povos do mar e os nômades vindos das estepes da Europa Oriental, através da Panônia, ameaçam toda a Cristandade; a resistência se torna eficaz quando cada célula local dispõe de uma cavalaria para enfrentar as incursões dos bárbaros. O regime feudal realiza isso: como Fox ressalta,[33] tal situação provoca a transferência do centro de gravidade política da Europa: do mundo mediterrâneo, onde a força militar da cavalaria feudal é limitada pela indigência do meio rural, ela passa para a Europa setentrional, cujas planícies são capazes de sustentar populações numerosas e pagar uma milícia permanente e dispendiosa.

Quando se ultrapassa a relação do servo com o senhor, o sistema feudal revela-se capaz de estruturar espaços importantes, mas não de maneira ordenada. Os laços entre o vassalo e o suserano são pessoais e repousam sobre a fé jurada, o que os situa num clima de confiança — o distanciamento das partes não contribui para a solidez do pacto. As posses de um nobre podem estar dispersas, sem que isso prejudique sua autoridade — basta que ele se desloque sem cessar de uma a outra para consumir o que lhe é devido, e que não pode armazenar num mesmo lugar. Como a reunião das terras se faz segundo a lógica da descendência e da aliança, o parcelamento do território é inevitável. É isso que impede que o poder senhorial substitua a autoridade central, à qual priva de todo conteúdo. Mas toda vez que uma família reúne um bloco compacto de posses, a lógica da situação tende a fazer dele um pequeno Estado, cujos objetivos e políticas estão em contradição com os do Reino que deu origem ao regime feudal.

Vê-se, portanto, que a geografia do mundo tradicional tem um caráter cíclico: passa-se do Estado ao regime feudal, e deste a uma nova geração de Estados progressivamente reunidos em conjuntos mais extensos, até o momento em que o controle que exercem perde sua eficácia.

Para fugir à repetição obstinada desses temas, temos apenas as Cidades-Estados cujos traços são, ao mesmo tempo, diferentes do Estado centralizado e do regime feudal.

A Cidade-Estado

Frente às flutuações incessantes dos Estados e ao jogo dos regimes feudais que os servem, mas que os esvaziam de sentido, há construções que permanecem obstinadamente pequenas, não procuram geralmente estender-se, mas são mais modernas, em certos aspectos, do que os impérios mais orgulhosos.

a A diferença entre o Estado e a Cidade-Estado é, evidentemente, geográfica: ela resulta de suas dimensões desiguais e da preeminência da cidade no caso da Cidade-Estado. A geografia do Estado é a concentração de um poder que organiza intermediários. Ela implica, quando a administração é regular, uma capital e uma rede urbana que assegura o tratamento das informações. A indigência do Príncipe, porém, o obriga a apoiar-se num feudalismo necessariamente rural, o que reduz muito o papel das cidades. Na Cidade-Estado, o núcleo essencial é, ao contrário, a cidade: quando o território engloba também uma área rural, esta é dominada, freqüentemente explorada e não tem direitos iguais aos do território urbano. [34]

Há, na origem dessa diferença geográfica, uma oposição nas ideologias que proporcionam ao poder a sua justificação: no Estado, o cidadão se submete a uma autoridade que encontra sua fonte num Além respeitado, numa cosmologia que faz admitir a hierarquia e a necessidade de ordem, ou numa razão que faz do Soberano, elevado à dignidade de abstração sagrada, o instrumento dos mais altos desígnios. Na cidade, é o grupo que se consolida em sua unidade e que busca organizar-se. [35] Nos dois casos, a evolução se inscreve numa história e o futuro coletivo é vivido como destino — mas nesse caso a sociedade assume a responsabilidade de seu futuro, em lugar de confiá-la a um Príncipe que é o instrumento e o testemunho de forças superiores.

É desse egoísmo coletivo que a cidade tira seus traços fundamentais: se geralmente não procura estender-se, é por-

que seus membros não querem partilhar seus privilégios com estranhos; se uma cidade se torna expansionista, ela considera os espaços conquistados como anexos a explorar em seu próprio interesse, e não como partes a integrar num corpo maior.

b O agrupamento urbano traduz os objetivos coletivos e a vontade de assumir em comum a direção dos negócios. A história da Grécia pré-clássica é, sob esse aspecto, exemplar: o movimento que leva à criação das cidades tem fundamentos religiosos; [36] é para participar de uma nova forma de culto, o do grupo em sua totalidade, considerado superior aos ritos da devoção familiar, que as velhas divisões políticas, as etnias pequenas da Grécia peninsular e das ilhas adotam novas instituições. Para que a transformação adquira toda a sua significação, para que os membros de um corpo civil se transformem realmente em cidadãos e participem daquilo que faz a superioridade dos novos modos de existência, é importante que todos estejam à vista de todos: a concentração geográfica é o instrumento da mutação social.

Por vezes a agregação do *habitat* precede a evolução política. É o que se observa na Idade Média: [37] os artesãos, os comerciantes e os que vivem do serviço dos nobres ou do clero se aglomeram à volta das catedrais, nas cidades, ou nos burgos que se multiplicam junto às abadias. Na população assim reunida, surgem logo necessidades específicas — relacionadas com problemas de higiene, administração do espaço urbano, manutenção de feiras e mercados, ou a legislação necessária à prosperidade do artesanato: as autoridades que têm a tutela das cidades estão muito distantes para corresponder às expectativas da população. Esta forma, então, uma comuna e assume a responsabilidade do seu próprio destino: transforma-se em Cidade-Estado. A autonomia não é a única coisa que reivindica: ela deseja também um acesso mais amplo e melhor à vida religiosa — como demonstram o impulso de que é testemunha a construção das catedrais e, mais ainda, a penetração — sob a influência dos frades pregadores — de uma devoção profunda e carregada de misticismo. Os ingredientes que fazem a originalidade da cidade antiga se reencontram na comuna medieval, mesmo quando surgem numa sucessão diferente.

c O princípio de autoridade que dá à Cidade-Estado sua razão de ser e limita seu tamanho implica a participação dos cidadãos na gestão da coisa pública. Se todos têm o direito de fazer ouvir sua voz, estamos na democracia; se esse privilégio é reservado a uma parte da população, com freqüência a mais rica, estamos na oligarquia; fala-se de plutocracia se o dinheiro é o critério de seleção dos cidadãos atuantes. Por momentos, o poder foge do povo, sendo confiscado por um tirano, que o exerce de maneira absoluta, um pouco como um soberano sobre seus súditos, mas sem pretender a mesma legitimidade e a mesma autoridade: ele só consegue se impor pela força. É portanto na Cidade-Estado que reencontramos as formas políticas mais próximas do poder puro; como o espaço dominado é limitado, elas chegam a se impor, apesar da fraqueza inerente a todo sistema que ignora a confiança. As categorias sobre as quais a análise das instituições política ainda repousa foram imaginadas pelos gregos da época clássica para descrever as pequenas células que lhes eram familiares.

A democracia está em conformidade com a ideologia que é a base da Cidade-Estado: o objetivo é assumir um destino em comum. Para atingi-lo todos devem poder se expressar, participar da discussão de medidas e a elas se opor quando lhes parecem absurdas. Se seu ponto de vista não triunfa, eles se inclinam ante a vontade coletiva, mas não experimentam a sensação de sofrer uma política arbitrária e indiferente às aspirações e desejos das massas.

d A vida econômica das cidades facilita o exercício do poder. As condições de um funcionamento eficiente das instituições são bem atendidas quando o dinheiro é empregado universalmente: isso torna mais fácil a arrecadação fiscal e dá ao governo a possibilidade de empregá-la à vontade, e no local escolhido. Certas cidades ignoram, é certo, os negócios à distância — são povoadas de agricultores, comerciantes ou artesãos, mas isso não lhes impede de participar na vida de trocas. Para que os agricultores consigam viver das pequenas glebas disponíveis em torno de uma cidade, devem especializar-se nas produções intensivas de alto valor; numa boa parte da Europa eles cultivam assim a vinha e oferecem suas colheitas aos camponeses das montanhas vizinhas, ou aos nobres e burgueses dos campos — estes preferem

os vinhos dos viticultores profssionais à aguapé de servos pouco cuidadosos.

As cidades que obtêm sua subsistência da renda territorial são as únicas que escapam à economia monetária e que se prestam mal ao desenvolvimento de um sistema de impostos: os proprietários residem em casas urbanas durante todo o ano, passam poucas semanas em suas terras, no momento da colheita, para receber o que lhes é devido. Vivem do que recolhem assim, e o utilizam para pagar, em produtos naturais do solo, àqueles que para eles trabalham e para manter uma clientela.

Em toda parte onde as funções urbanas predominantes são artesanais e comerciais, a Cidade-Estado encontra uma infra-estrutura favorável ao seu desenvolvimento. As cidades capitalistas são menos capazes de se autogerirem — constituem, na trama dos Estados centralizados, intermediários indispensáveis entre o centro e a periferia, mas não conseguem, em geral, tornar-se politicamente independentes.[38]

Quando o negócio e a fábrica prosperam, o poder municipal não tem dificuldades em recolher impostos e pagar empregados diretamente interessados na boa marcha da instituição urbana. São funcionários civis e, quando há necessidade, soldados que tornam a Cidade uma potência militar. Os recursos autorizam igualmente a construção de defesas permanentes: a cidade resiste à pressão dos nobres que dominam as planícies e às incursões dos saqueadores que ameaçam periodicamente até mesmo os Estados mais sólidos.

A administração das cidades adquire, desde logo, um aspecto moderno: a proporção dos que sabem ler e escrever é maior do que em outros lugares, a prática do comércio leva à manutenção de livros contábeis e mostra que é indispensável manter registro de todas as decisões e de todos os atos passados. O pessoal municipal se especializa: há secretários, inspetores, juízes, tesoureiros...

e Os problemas enfrentados pela Cidade-Estado são mais diversos do que os enfrentados pelos soberanos absolutos dos grandes Estados: não se pode, nesse caso, depender dos grupos locais para resolver os problemas econômicos e para solucionar as dissensões que eles não deixam de criar. Não se trata simplesmente de guerra e paz, de religião e justiça — é preciso manter o bom andamento do comércio,

criar as instituições graças às quais as transações se desenvolvem num bom clima, assegurar a ordem e garantir a propriedade das terras e dos bens móveis e imóveis. Os artigos produzidos só têm mercado assegurado quando sua qualidade é boa: um controle severo de sua fabricação é indispensável. A política econômica e social tem nas cidades um papel considerável bem antes que os grandes Estados decidam exercer pressão, por sua vez, sobre a produção e a divisão das riquezas.

Essa competência quase universal e os meios que permitem seu exercício colocam em perigo os princípios sobre os quais a cidade é construída. O objetivo é defender o interesse da coletividade, mas nem todos participam da mesma maneira da produção ou dispõem de rendimentos análogos. Os mais ricos contribuem mais do que os outros para a formulação da política comum: são tentados a transformar em poder político a influência que a fortuna lhes assegura. Procuram cercar-se de uma clientela que lhes seja fiel nas assembléias de cidadãos: exercem pressão, então, pelos votos conseguidos, nas decisões coletivas. Agindo em grupo, os mais afortunados chegam a limitar o poder popular. Se conseguem substituir as milícias que mobilizam todos para a defesa da cidade por um corpo permanente de mercenários, oferecem empregos remunerados aos que não dispõem de recursos e liberam todos os que alegam não ter tempo, ou não dispor de fibra guerreira, de uma obrigação que lhes parece demasiado pesada: desta vez, a maioria perde a força política que lhe era garantida pelo recurso às armas. Toda vez que uma medida importante é discutida, todos sabem que sua execução depende das contribuições dos cidadãos abastados — não se pode usar a força para obrigá-los a pagar: eles controlam a força pública. Nada se pode fazer, se não for bem aceito por eles. As instituições democráticas pendem então para situações oligárquicas. Uma vez iniciada a evolução, nada permite a sua interrupção sem ameaçar o regime: as tiranias encontram ali a sua origem; elas se tornam possíveis devido ao apoio que o povo concede àquele que o livra de uma opressão permanente, hipócrita e com freqüência odiosa.

A evolução para a oligarquia é facilitada pela maneira pela qual os encargos públicos são assumidos em várias Cidades-Estados: em lugar de colocar em prática um sistema centralizado de arrecadação, capaz de atender a todas as

despesas, cada cidadão rico é encarregado da organização e do financiamento de certos serviços, armação de navios e tropas, preparo de festas ou de cerimônias coletivas, ajuda aos pobres e aos necessitados. Na língua da Grécia clássica, diz-se que são impostas liturgias.[39] Aliás são aceitas voluntariamente pelos que as assumem, pois lhes asseguram uma grande influência política e lhes proporcionam um controle cada vez mais direto das medidas adotadas pela coletividade. Aquele que se antecipa à obrigação adquire uma influência considerável nos setores em que intervém; conquista mais prestígio do que se esperasse ser forçado a pagar; desarma os críticos e respeita a ideologia que fundamenta o Estado-Cidade sobre a participação de todos nas decisões e no poder. O *evergeta,* o que assume voluntariamente o encargo das despesas públicas, não é um cidadão dedicado e virtuoso? Ele não tem os traços do oligarca desejoso de se aproveitar, sem compensação, do regime em que vive; dispõe de mais meios do que os outros e tira disso a conseqüência que se impõe — o ideal é a participação de todos, proporcionalmente às suas forças, na coisa comum. Sendo mais rico, ele faz mais do que os outros, o que vale dizer que é também um bom cidadão. Como demonstra Paul Veyne,[40] o evergetismo grego, depois romano, é motivado por uma ideologia que conforta os poderosos, levando-os a esquecer que perturbam, pela sua fortuna, a harmonia na mediocridade em que se baseia toda democracia.

f A Cidade-Estado se inclina naturalmente para a acentuação dos contrastes sociais: ela vê aumentar as diferenças de riqueza e as transforma em diferenças de poderio político. Ela é o modelo da sociedade de classes:[41] a transformação da influência econômica em poder é evidente; a partir do momento em que a desigualdade se instala, a oligarquia que controla o governo a utiliza para fortificar e perpetuar a sua situação privilegiada. O Estado se transforma no instrumento do domínio de um grupo sobre os outros.

As teorias sobre a divisão das sociedades modernas em classes nasceram do estudo das Cidades-Estados do passado:[42] os historiadores descobriram a burguesia no início do século XIX e perceberam que ela é a origem das primeiras formas de organização política, que é o instrumento do desenvolvi-

mento econômico medieval, e depois moderno, e que constitui o agente primordial das transformações que minam progressivamente o regime feudal. Essa evolução é marcada por lutas — lutas que as cidades travam pela obtenção de sua carta e pelo direito de se governar; lutas que logo afligem as cidades mais prósperas e opõem os ricos aos pobres, os proprietários à massa trabalhadora que eles exploram e subjugam à sua vontade. De Flandres à Itália do Norte, são os mesmos temas que se repetem. Quando a oligarquia se torna demasiado opressora, é, como na Grécia antiga, a hora das tiranias: as tensões se resolvem em novas formas políticas.

g Apesar de suas imperfeições, a Cidade-Estado oferece um âmbito incomparável para a criação de instituições eficientes: [43] ela organiza administrações regulares, assegura o enquadramento permanente da população, encarrega-se da educação dos jovens — as cidades gregas a isso dedicavam parte de seus recursos e muito se orgulhavam das instituições criadas com esse fim. A cidade sabe dividir o espaço de maneira que ninguém escape ao seu controle. Quando as velhas estruturas locais parecem demasiado fortes, como na Grécia antiga, ela as enfraquece pela manipulação dos grupos e de seus limites: Clisteno [44] desmantela, em Atenas, as solidariedades de clãs, dividindo a população em dez tribos que combinam os diversos meios geográficos e as diversas classes sociais. No mundo medieval, o poder urbano se entende com a Igreja para fazer do bairro e da paróquia uma célula viva: todos se conhecem, o controle social coletivo é muito eficiente. Não se reencontrarão ali, simplesmente, os traços herdados das unidades locais arcaicas? Não: o fato novo é que a administração se encarrega da estruturação — ela mantém uma contabilidade das pessoas, registra seus nascimentos, casamentos e falecimentos, e financia o enquadramento de todos.

Num espaço pequeno, as deseconomias externas podem introduzir notáveis jogos de influência. O poder mantém-se, portanto, atento à organização do território. A legislação da Cidade-Estado limita as perturbações que os grupos podem criar entre si; uma regulamentação rigorosa da construção visa impedir os incêndios e epidemias; as atividades poluidoras são afastadas para além dos limites do espaço construído, ou para bairros especializados. A autoridade pública

é bastante forte para reprimir os comportamentos perturbadores onde tendem a se manifestar: isso torna inútil a generalização da segregação social. As famílias ricas não se reúnem num mesmo setor da cidade, seus palácios se distribuem por todos os bairros. A preocupação de criar clientelas leva, aliás, a essa dispersão.

h A Cidade-Estado pratica, com freqüência, no plano externo, uma política expansionista. Ela estabelece um domínio nas planícies circundantes: na Itália, é o campo que lhe dá seu nome; o *contado* é o condado onde o senhorio urbano impôs-se muito cedo; na Itália do Norte e do Centro, o poder feudal foi substituído por um feudalismo coletivo urbano.

A influência da cidade adquire com freqüência formas menos brutais, mas também eficientes: comprando as terras, os burgueses conseguem o meio de modelar à sua vontade a exploração dos campos vizinhos, de implantar ali as culturas que lhe parecem as mais judiciosas, de impor os modos de administração racionais e reduzir à dependência os camponeses que não podem mais encontrar trabalho senão como arrendatários, meeiros, criados, trabalhadores braçais explorados pelos citadinos. A cidade cria um novo modo de enquadramento rural: [45] ela arruína os modos de vida locais tradicionais de maneira ainda mais completa que os Estados mais poderosos, e substitui com vantagem os velhos regimes feudais: o controle das células locais criado pelas relações senhoriais é fortalecido e duplicado pelas novas burguesias com uma exploração econômica mais exigente. Às tensões de classes infra-urbanas, a expansão pelas planícies circundantes acrescenta uma oposição entre as cidades e os campos, entre as burguesias urbanas que se tornaram proprietárias e as massas camponesas.

A conquista pode, assim, fazer-se maior e estabelecer, em torno das cidades, verdadeiros Estados. Eles são, por vezes, estruturados à base de uma hierarquia de autoridade-poder que coloca os súditos sob a dependência absoluta do governo — mas aqui o soberano não é um indivíduo, é uma coletividade territorial. Em outros casos, a cidade cria, no espaço que organiza, cidades concebidas à sua imagem, dando-lhes porém um *status* inferior: isso assegura seu domínio, permite-lhe intervir em certos setores e recolher um tributo. A

Cidade-Estado, quando assim cresce, pratica o imperialismo.[46] A Atenas de Péricles transforma assim as cidades da liga aquéia em simples dependências e utiliza em seu próprio proveito — para o ornamento e magnificência da Acrópole — o tesouro que arrecada. Veneza multiplica as escalas na rota do Levante, controla as ilhas e anexa, a um certo momento, o império de Bizâncio.

Ao mesmo tempo frágil e moderna, a Cidade-Estado é mais transparente aos nossos meios de investigação do que o Estado tradicional ou a sociedade feudal. Foi transpondo para a escala das formações poderosas alguns de seus traços que nasceu o Estado moderno.

O Estado hegeliano

O Estado ocupa, no pensamento de Hegel, um lugar privilegiado. Não constitui ele a forma mais completa da sociedade política, o instrumento capaz de impor à sociedade civil, diversa e freqüentemente imperfeita, a marca da racionalidade? Hegel[47] sabe que o Estado é capaz de cimentar os grandes espaços e realizar grandes projetos. O modelo que o inspira é a Prússia de Frederico II, o Estado onde os filósofos sonhavam com o século XVIII: o do déspota esclarecido.

Entre esse Estado moderno e o Estado tradicional, são consideráveis as diferenças. Um e outro se baseiam numa relação de autoridade-poder extensiva até o infinito, mas seu fundamento está, de um lado, na crença num Além a que se conforma o soberano e, do outro, na afirmação de uma razão que ele encarna e que impõe ao mundo.

O Estado tradicional sofre da mediocridade dos meios que pode mobilizar para levar a termo as políticas que concebe e decide: não pode apoiar-se numa administração eficiente e deve compor-se com os sistemas de relações societais que estruturam a sociedade civil. O Estado hegeliano dispõe de um orçamento regular, de abundantes recursos monetários que emprega à sua vontade; cria uma divisão em quadrículas para controlar o espaço e as pessoas e assegurar constantemente a fidelidade daqueles que emprega: todos comungam do mesmo sentido do dever, da mesma dedicação à coisa pública e da mesma vontade de assegurar a todos, e ao Príncipe, a prosperidade e o poderio que a razão torna possíveis.

As remunerações são de tal modo graduadas que cada um recebe a recompensa de seu esforço. Sua escala leva em conta também a antigüidade, o que dá um prêmio à fidelidade.

A passagem do Estado tradicional para o Estado racional, para o Estado hegeliano, implica transformações de dois tipos: 1) a formação de uma ideologia que justifica a autoridade pelo uso esclarecido que o soberano faz de seu poder; 2) a ampliação dos recursos mobilizáveis, isto é, a monetarização da economia, condição de uma arrecadação regular e de sua gestão centralizada. A primeira transformação não implica modificações nas técnicas. Podemos observá-las nos séculos XVII e XVIII, quando o progresso da Razão se afirma e ela proporciona, nas mãos de Hobbes e de sua teoria do contrato social, a melhor justificação do absolutismo. Mas houve, em outras épocas, filosofias sociais análogas: a racionalidade do poder está presente tanto na China e na Índia como em certos momentos da história helenista, da história romana, ou do Islã. Portanto, o aparecimento de uma administração fiel como complemento indispensável à relação geral de autoridade-poder depende sobretudo da evolução da economia.

Os Estados tradicionais procuraram sempre soluções pouco onerosas para o problema da vigilância e do enquadramento espacial. A feudalidade de função proporciona uma solução válida, desde que o soberano saiba impor-se e disponha de meios militares suficientes: os exemplos de regimes desse tipo são numerosos. Na China,[48] o imperador permite uma grande autonomia aos mandarins, desde que não tentem contestar-lhe a autoridade; no império otomano, a administração é remunerada com base nas arrecadações efetuadas diretamente nas terras dadas em feudo: é o regime do *tchiflik;* como o corpo administrativo é recrutado entre homens sem passado, renegados, os perigos de ver o Império submetido a dissidências é reduzido ao mínimo.

A estratégia mais sábia para assegurar uma dominação racional e uma administração moderna consiste em apoiar-se na Cidade-Estado. Alexandre é o grande iniciador nesse setor: as fundações urbanas, as Alexandrias multiplicadas desde o Egito até a Aracósia, têm instituições inspiradas na Grécia e dão uma grande autonomia aos gregos macedônios que ali desfrutam a qualidade de cidadãos. Alexandre cria assim intermediários fiéis em seu domínio: são da mesma

cultura e partilham do mesmo interesse, o da predominância helênica. Ele não precisa financiar diretamente os serviços que essas cidades prestam à coletividade imperial.

Em Roma, a estratégia global dá ainda maior importância à cidade: a estruturação do Império é concebida sobre essa instituição de base. Em cada circunscrição, o enquadramento rural fica a cargo da cidade que representa a comunidade, a administra, a explora também na medida em que ela atrai os ricos proprietários agrários. A economia local assegura o financiamento da administração da cidade — como todos participam da ideologia romana, o evergetismo é praticado em toda parte, o que torna o sistema mais leve. A manutenção das estradas, uma das tarefas mais pesadas exigidas pela organização romana do espaço, é assegurada pelas cidades e as coletividades rurais por elas compreendidas.

A construção romana funciona bem enquanto uma hierarquia é mantida no corpo social: as cidades são criadas sem igualdade jurídica; o predomínio de Roma é mantido assim com poucas despesas — os recursos centralizados pelo fisco representam pouca coisa. A hierarquia é utilizada então para recompensar a fidelidade das cidades, sua posição é pouco a pouco equiparada à das cidades italianas, depois à de Roma. A coerência do Império depende então, cada vez mais, da administração centralizada. A organização do Império segundo o modelo da Cidade-Estado se revela, a longo prazo, portadora de princípios de desestruturação. Resta do sistema romano uma divisão territorial sobre a qual a Igreja se modela; a ele se deve a surpreendente estabilidade das redes urbanas e dos espaços regionais, em boa parte do Ocidente.

A maneira pela qual o Estado utiliza a Cidade-Estado para dotar-se de instituições eficazes é um pouco diferente na época medieval e na moderna. As cidades comerciais chegam, por vezes, a se constituir em possessões territoriais que delas fazem pequenos Estados. É o que acontece na península italiana; essas construções não têm, porém, argumentos para justificar uma extensão importante: como a Cidade-Estado nasce de uma ideologia comunitária e busca preservar os interesses dos grupos territoriais limitados, é difícil englobar, em pé de igualdade, novas células. Roma fizera isso substituindo o egoísmo local pela dedicação imperial. Na

Europa medieval, como na Europa de princípios da modernidade, o Império se confunde com um grande Estado, o que impede às cidades aventuras desse tipo.

É por vias indiretas que o Estado tradicional tira partido, desde o século XI ou XII, do renascimento da vida urbana. Ele se serve da abertura da economia de que as cidades livres são instrumento para assegurar uma arrecadação fiscal mais importante. À medida que a economia de troca progride, o Estado se encontra em melhor situação. Tem interesse em proteger as cidades: estas se colocam sob sua proteção: ele obtém com isso rendimentos regulares e possibilidades de empréstimos para enfrentar imprevistos. As cidades apreciam a ação dos Estados, pois tudo o que facilita as relações à distância e a paz lhes é favorável.

O Estado encontra no âmbito da Cidade-Estado [49] o pessoal de que necessita para as novas tarefas administrativas que assume: é ali que recruta os contabilistas, os financistas, os secretários e os juristas indispensáveis ao enquadramento regular do espaço. Do século XVI ao século XVIII, vê-se o controle do poder intensificar-se à medida que seus agentes se tornam mais numerosos e mais competentes. O Estado, lógico consigo mesmo, tudo faz para acelerar o monetarismo da economia e para desenvolver o comércio exterior, em relação ao qual é particularmente fácil a coleta de impostos. Inspirando-se na Igreja, ele aperfeiçoa a divisão do espaço; na medida em que se está num mundo repleto valorizado em toda parte, nenhum setor escapa à segmentação minuciosa que dá à vigilância o seu valor.

Ao enquadramento administrativo do campo, que por muito tempo se manteve fora da evolução geral, o Estado moderno acrescenta, num plano diferente do plano do regime feudal, o controle social e econômico assegurado pela cidade capitalista — pois a Cidade-Estado, uma vez integrada numa grande formação territorial, tem mais facilidade em viver dos impostos prediais do que do comércio e do artesanato.

A arquitetura social consegue, assim, escapar, graças à monetarização da economia, à repetição indefinida de conseqüências estereotipadas que até então caracterizavam o mundo tradicional. O Estado hegeliano realiza as promessas que justificavam, desde há muito, o exercício centralizado do poder, pois cria, para a atividade econômica e a realização das inovações, condições excepcionais. A revolução industrial

foi preparada pela transformação que as estruturas políticas sofreram a partir do século XVI.

A medida que se precisa assim a imagem do Estado moderno, seu conteúdo se modifica, sob a influência de fermentações ideológicas que marcam, após a Reforma e a partir de Hobbes, toda a vida social do Ocidente.

7

Os Fundamentos Ideológicos da Arquitetura Social do Mundo Contemporâneo

As sociedades arcaicas se recusam a institucionalizar as relações de subordinação, o que as mergulha numa atmosfera de tensão política permanente e as condena à pulverização. As sociedades tradicionais vivem na aceitação de uma ordem hierárquica que é ao mesmo tempo a ordem do cosmos e a dos homens. A autoridade encontra nisso uma justificação: ela consolida facilmente os numerosos grupos divididos em vastos espaços. O Estado hegeliano que acumula todas as virtudes do enquadramento social tradicional não comporta nenhum canal de retorno, nenhum *feed-back* institucionalizado para apreciar o efeito de sua política. A sociedade não tem espessura, ela é transparente para quem vê nela uma criação da razão; já que o bom senso é a coisa mais bem dividida no mundo, para que consultar as pessoas? Se uma escolha foi preparada por espíritos esclarecidos, todos devem aceitá-la. O aparelho do poder inscreve-se assim numa vida institucional quase total: isola-se totalmente a política do resto da vida social e cultural.

Essa evolução é paradoxal, pois se situa no momento em que as ideologias que nascem do racionalismo e da crítica das religiões reveladas se afirmam igualitaristas,[1] questionando as filosofias sociais anteriores e modificando o sentido e as modalidades do exercício do poder e da autoridade. Atinge-se um mundo onde não é mais possível decidir pelos outros, pensar por eles: a espessura do tecido social é finalmente

reconhecida pelos governantes, o que impõe uma estratégia nova de organização do espaço e dos laços sociais.

A origem das novas ideologias sociais: o contrato social

a As ideologias sociais que se desenvolvem a partir do fim do século XVI e se impõem gradualmente à Europa nasceram da Reforma [2] e dos abalos políticos que ela provocou. No ponto de partida, há um escândalo: como admitir a autoridade de um príncipe que se diz agente do anticristo? Para os huguenotes, o rei de França que provocou a noite de São Bartolomeu não passa de um tirano. Para os papistas, a situação não é melhor: quando Henrique III tergiversa e faz rodeios entre os partidos, os apelos à revolta se multiplicam. Com um pretendente convertido à religião reformada, não se fala mais em submissão: o dever é insurgir-se! O cansaço acaba impondo um acordo. Aparentemente, tudo volta à ordem, mas as convicções se modificaram e uma nova maneira de ver o poder nasce entre os monarcômacos.

Na Inglaterra, a situação política não satisfaz aos calvinistas e aos dissidentes: a Igreja anglicana impõe uma ortodoxia tão difícil de aceitar quanto a dos católicos. Os puritanos contestam a justificação da soberania dos príncipes, até então aceita. Têm consciência da necessidade da ordem social: o homem foi pervertido pelo pecado original e tem necessidade de ser dirigido e ajudado para se tornar melhor. A sociedade é feita para isso. Mas como justificar a ordem política e a arquitetura da sociedade se o rei não é mais o lugar-tenente de Deus neste mundo? Interrogando a Bíblia, os puritanos encontram uma resposta: [3] o Estado e a autoridade nasceram de um acordo, de um pacto celebrado entre Deus e o seu povo, e que devolve aos homens a possibilidade de escapar ao desespero. A nova aliança é o fundamento da ordem social sem a qual o homem continuaria fadado à decadência. O pacto foi celebrado entre todos os membros do povo de Deus: a autoridade não é a transcrição, no plano da organização terrestre, de uma ordem hierárquica à frente da qual se encontra Deus. Ela é o resultado de uma convenção, testemunha a vontade de assumir, em comum, um destino. Ela não institui uma ordem calcando-a sobre um Além ho-

mólogo — fundamenta-se sobre a razão dada por Deus aos homens, para bem escolher. Deus se manifesta na ordem social, na medida em que os homens procuram agir, sob todos os aspectos, segundo as diretivas de seu critério e as leis da moral.

b É possível fazer sobre esse mito do contrato social toda uma série de interpretações e de filosofias políticas. Elas têm certos traços comuns. Elas despem as hierarquias religiosas tradicionais de sua influência política: já não é mais num Além transcendente que a autoridade encontra suas raízes. O papel desempenhado pelo clero na definição dos valores fundamentais da ordem social passa aos intelectuais, que interpretam o mito instaurador da sociedade policiada.

O questionamento da ordem social, que surge das inquietações da Reforma e da Contra-Reforma, só se relaciona, a princípio, às instituições do Estado: tudo o que se refere ao âmbito da vida cotidiana continua regido pelos valores tradicionais, o que deixa à religião um papel importante.

Cada pessoa, desde que tenha feito seus os mandamentos de Deus, pode julgar seus atos e os atos de outros, o que lhe dá uma ampla autonomia moral e cria as condições de uma opinião pública autêntica. No que concerne às regras da vida pública, a situação é análoga: o soberano deve agir segundo a razão — todos podem medir o valor do que ele decide, aprová-lo ou criticá-lo.

A crítica da ordem tradicional aprofunda-se com o tempo; as regras a seguir na vida moral e política deixam de ser evidentes; o poder de julgar decorre do poder de instituir as máximas e os princípios de ação. Os intelectuais que refletem sobre as origens da sociedade detêm o seu monopólio. A opinião pública emana dos pequenos grupos que exercem uma dupla influência: agem diretamente sobre o mundo político que lhes exige justificações das quais tem necessidade; exercem pressão sobre o público que modelam através de seus escritos. Nunca a influência ideológica foi tão importante e concentrada em tão poucas mãos quanto em certas sociedades contemporâneas. [4]

c As filosofias do contrato social partilham de certos traços herdados do pensamento cristão: são igualitaristas. Todos

os cidadãos do povo de Deus são, de direito, perfeitamente equivalentes no momento em que o contexto é celebrado; todos possuem a mesma aptidão de aceitar o que se conforma aos termos do pacto, ou de rejeitar o que o contradiz; todos merecem, da parte do poder, a mesma consideração, pois todos têm a mesma dignidade.

Num primeiro tempo, o aspecto igualitário das doutrinas do contrato social não é plenamente ressaltado. Hobbes,[5] que assegura a sua celebridade e as laiciza, excluindo Deus do pacto concluído, preocupa-se em restituir à monarquia absoluta a justificação que lhe foi roubada pela crise da Reforma. Para ele, os participantes são iguais, mas o contrato obtém sua força da renúncia total deles à direção das coisas públicas. É a esse preço que a sociedade é purgada de sua mancha original, que o homem deixa de ser um lobo, para ser homem. Submetendo-se ao Leviatã, os cidadãos fundam uma ordem nova que assegura a harmonia entre todos. Todos são iguais, mas na sujeição que a razão lhes fez escolher para escapar à guerra perpétua. Hobbes é o teórico de um sistema político em que o poder e a autoridade não têm nenhuma limitação: quaisquer que sejam seus erros e as exações do soberano, a ordem que ele assegura é superior à desordem do Estado natural. O Estado hegeliano corresponde a essa visão: o príncipe nele exerce um magistério que depende apenas da razão. Esta é fiadora de uma hierarquia mais exigente e mais total do que a instituída pela religião tradicional. Não tem a complexidade das pirâmides de regras e o prestígio das sociedades de ordens: comporta apenas dois estágios, o da autoridade e o da massa que lhe está submissa. A vontade soberana se exerce num vazio social: nada existe abaixo do legislador. O poder age num universo que lhe é totalmente transparente; tem o direito de empregar todos os meios para chegar aos fins que a razão lhe fixa.

A versão hobbesiana do contrato social prolonga, portanto, no mundo racional, a visão tradicional da hierarquia política e a liberta daquilo que vinha limitar o exercício da vontade do príncipe: ela o libera do magistério moral que a Igreja e a religião exerciam até então. Os absolutismos à moda Luís XIV e dos que se pretendem esclarecidos, no século XVIII, encontram nela a sua justificação. Mas é em outras direções, em conseqüência de outras interpretações, que o contrato social contribui para transformar em profundidade

a arquitetura social do mundo contemporâneo. Duas versões se opõem, a de Locke, que é a origem do individualismo liberal, e a de Rousseau, ponto de partida das interpretações revolucionárias e totalitárias da sociedade contemporânea.

A versão liberal do contrato social

a **As origens.** Em seus *dois tratados,*[6] John Locke adota o argumento do contrato e baseia a sociedade e o Estado num pacto original que justifica a existência da autoridade e o exercício do poder. A reflexão que consagra à sociedade civil difere, em compensação, da de Hobbes. Para este, o contrato apaga as instituições anteriores e nivela as situações. Ele se demora, porém, no que existia antes da criação do Leviatã: tem consciência de que um pacto só é válido se as partes signatárias forem livres. É preciso, portanto, que algumas delas tenham sido independentes, para que o acordo seja válido.

Locke utiliza essa idéia e a desenvolve. Não terão todos os homens alguma coisa a mostrar, no momento do contrato, para atestar sua liberdade e a sinceridade de seu compromisso? Sim, responde ele. As virtudes do homem não são inatas, mas adquiridas no curso da existência. O indivíduo é, ao nascer, uma massa moldável. É pouco a pouco estruturado pelo que o mundo nele imprime e pelas reações que isso lhe suscita. O trabalho é assim, em todo homem, a origem de uma parte do ser — e as produções são o prolongamento do ego e fazem, logicamente, parte dele. O direito de prosperidade encontra aí sua justificativa: ele é anterior ao contrato social cujo valor universal estabelece: todos os homens, no momento em que o celebram, são igualmente responsáveis, pois todos têm posses. Ao contrário de Hobbes, que restringia a cidadania original aos distinguidos pela fortuna, Locke a estende a todos — dando uma base legal ao enriquecimento. Ao estender a teoria do direito de propriedade baseado no esforço pessoal aos frutos dos investimentos monetários, ele estabelece a ordem econômica liberal numa base tão sólida quanto a ordem política.[7]

Se todos os homens participam da mesma liberdade e da mesma dignidade fundamental, o conteúdo do contrato social se encontra definido e precisado: não é uma página

em branco que os homens subscreveram, pois nenhum pacto os pode despojar daquilo que sua natureza lhes confere, de seus direitos naturais. O contrato social não pode ter outra finalidade, se for verdadeiramente racional, senão a de garantir a todos a liberdade de agir e o direito de possuir. O contrato social não instala o poder num absoluto de onde pode tudo dirigir. Dá-lhe por missão permitir o desenvolvimento de todos, respeitar suas iniciativas e confiar em seu senso de responsabilidade.

A ideologia igualitarista que se depreende da interpretação dada por Locke ao contrato social insiste, portanto, sobre um aspecto até então negligenciado da teoria política: ela aceita e justifica a autoridade na medida em que esta está a serviço dos homens. Ela coloca o poder num circuito que parte dos cidadãos, remonta até o soberano, para descer de novo até eles: o príncipe não está mais acima de tudo — ele é a emanação do conjunto, pensa por ele, age por ele, leva em conta seus problemas, suas dificuldades e as soluciona quando a iniciativa individual não o pode fazer. O poder está necessariamente limitado em sua extensão: não se manifesta enquanto a sociedade civil, pela simples virtude de seus mecanismos, consegue estabelecer equilíbrios satisfatórios. O dever do soberano é deixar fazer e deixar passar, enquanto a liberdade de alguns não prejudicar a de outros. Quando, em conseqüência do ensaio de Mandeville e das pesquisas de Adam Smith,[8] descobre-se no mercado o princípio de uma regulação espontânea e automática da vida econômica, a doutrina liberal exige que o Estado se abstenha de toda intervenção nesse domínio. A partir do momento em que a imperfeição dos mecanismos de troca se torna evidente, a mesma doutrina aceita uma dose de dirigismo proporcional aos desequilíbrios a corrigir.

As intervenções do poder não são boas em si: elas só se tornam boas quando correspondem às necessidades da sociedade para a qual ele é exercido. Isso introduz na ordem liberal dois tipos de exigências que o mundo tradicional ignorava: 1) a primeira é relativa à natureza da soberania; esta só tem um fundamento na população com a qual se relaciona; 2) a segunda exigência relaciona-se com a transmissão da informação no corpo social: não basta a um governo ser capaz de exercer por toda parte a mesma pressão e exigir de todos os cidadãos o mesmo respeito da lei, é preciso

que ele conheça todos os problemas que os mecanismos sociais não resolvem; deve dispor, ao lado da hierarquia administrativa que dá à sua ação perfeição e uniformidade territorial, de um sistema que recolha e transmita as exigências do público.

b Os fundamentos da soberania

1 A primeira exigência transforma a geografia da autoridade. No quadro das sociedades tradicionais, o *Imperium* tinha uma vocação universal, embora a autoridade pudesse estender-se indefinidamente, submeter povos diversos e adaptar-se, em sua forma, aos seus costumes e religiões. Os espaços exteriores só apareciam como zonas a conquistar, ou territórios marginais ocupados por uma humanidade inferior, por bárbaros irredutíveis ao princípio da ordem.

Quando a autoridade encontra sua origem na integração do sistema político numa ordem transcendente revelada pela religião, os Estados se tornam iguais, mas nada determina qual deve ser sua extensão, sua forma e seus limites: são os acasos da história, alianças entre as linhagens reinantes e, por vezes, o jogo das solidariedades culturais ou econômicas que explicam o traçado das fronteiras e suas flutuações. Nada fixa logicamente sua posição.

Com o desenvolvimento de ideologias liberais, a atitude se modifica: para que um poder seja legítimo, deve ser a emanação de uma comunidade: só pode ser a expressão de uma entidade que lhe seja anterior. O Estado se confunde a partir de então com a nação: [9] quando os grupos humanos passam a se considerar como diferentes, quando manifestam o desejo de se unirem para assumir juntos o seu destino, o Estado encontra o fundamento natural que faltava às construções que o precederam.

Enquanto a ideologia nacional permanece viva, a fixação de fronteiras é justificada, mesmo quando difícil. Todo povo aspira à independência, pois é a única maneira que tem de dotar-se de uma estrutura social completa e dividir seus membros na totalidade da escala das regras e privilégios.

A dificuldade da delimitação relaciona-se com o fato de que, na sociedade tradicional, os grupos são freqüentemente imbricados. A estrutura dual da arquitetura coletiva o permite: os contatos entre as massas rurais e as elites urbanas

são reduzidos e a língua e os valores dominantes não são necessariamente os mesmos. De uma célula camponesa à outra, as relações são fracas, se bem que possam justapor-se aldeias povoadas de etnias diferentes: isso não oferece nenhum inconveniente. Basta que a elite seja capaz de dirigir uns e outros.

Pode-se respeitar, num Estado liberal moderno, essas divisões complicadas? Nada se opõe a que a mesma autoridade estruture áreas separadas, mas a boa administração sofre com isso: ela impõe uma divisão regular; os territórios encravados em outros e os isolados prejudicam a condução dos assuntos públicos, pois multiplicam as oportunidades de fraude e as incitações à dissidência. A lógica da organização territorial do Estado leva, portanto, à constituição de áreas homogêneas e de um único mantenedor. Como a geografia cultural preexistente é feita de um mosaico de células que diferem em língua, religião e costumes, existe uma contradição. Os administradores e os militares querem fronteiras simples, apoiadas se possível em acidentes naturais que facilitem seu controle — criam, inevitavelmente, minorias.

2 Se o sentimento da originalidade das culturas e dos legados históricos diminui, o Estado não tem mais moldura natural. Para quem se sente irmão de todos — é a lógica do sentimento liberal — as divisões políticas são sempre arbitrárias: o mundo deveria prescindir de barreiras. Por muito tempo a oposição entre os dois princípios permaneceu disfarçada: a máxima do Estado era deixar fazer e deixar passar, o que tornava tolerável o seu peso e o artifício de seus limites. Com as maiores exigências dos partidários da idéia nacional e as guerras de aniquilamento que disso decorrem, o verdadeiro liberal deve insurgir-se: não seria melhor um governo mundial único?

Voltamos, portanto, a encontrar a mesma indecisão territorial das sociedades tradicionais: toda fronteira é um indício de irracionalidade e por isso é contestável.

3 Se as pessoas não são mais sensíveis à solidariedade nacional, se como coletividade só acreditam na humanidade em seu todo, o Estado não pode mais contar, para conquistar a dedicação daqueles a quem dirige, com o entusiasmo patriótico e com o desejo de superar os outros grupos em riqueza, poder e brilho cultural. A única justificação do exercício da autoridade encontra-se na satisfação das necessidades de

cada um. A sociedade liberal leva naturalmente à sociedade do bem-estar: seu objetivo é assegurar a todos os seus membros o mais elevado dividendo possível. A política no sentido tradicional, de intrigas para conseguir o primeiro lugar, desaparece. Numa óptica utilitarista, a única justificação do poder é assegurar a todos a maior felicidade.

Durante a primeira metade do século XIX os radicais ingleses [10] achavam que, para chegar a isso, bastava abolir todos os controles da vida econômica. Desde 1850, as desigualdades provocadas pela livre empresa são tais que o resultado parece intolerável à maioria da população. [11] Começa-se a perguntar o que é útil às pessoas. Ao lado dos bens que o mercado pode proporcionar, há outros que só podem ser repartidos de maneira satisfatória recorrendo a uma economia de redistribuição: são os bens de mérito, cujo consumo é insuficiente enquanto têm de ser pagos; trata-se também de bens públicos aos quais não é possível atribuir um valor de mercado, embora a livre empresa não os produza. A autoridade é, portanto, levada a praticar uma política de *welfare,* [12] a lançar-se nas ações sociais e econômicas que ampliam sem cessar a esfera do poder. Nos casos extremos, o Estado torna-se o primeiro empresário do país: isso coloca em risco a liberdade de empresa e reduz perigosamente a competência da sociedade civil.

Se a atividade abarcante do Estado utilitarista fosse seguida de uma adesão mais ardente aos princípios que o inspiram, o peso do enquadramento seria justificado. Mas não é o que se observa, e a teoria marginalista o explica bem: [13] quando uma pessoa dispõe de um rendimento medíocre e se vê impossibilitada de um consumo que lhe parece vital, ela é sensível a qualquer melhoria no poder de consumo que lhe é proporcionado pela redistribuição de que se beneficia. À medida que as leis sociais se tornam mais numerosas e mais completas, o número de taras a corrigir diminui: os ganhos registrados pelos beneficiários são cada vez menores, do ponto de vista psicológico. Acabam deixando de ter importância. Assim, os regimes liberais que se transformam em regimes de bem-estar perdem, devido ao seu próprio êxito, o apoio daqueles para os quais trabalham.

4 Os princípios do liberalismo são, portanto, notáveis: impõem, pela primeira vez desde as sociedades arcaicas, uma limitação de origem popular ao poder. O soberano de onde

emana a autoridade é a coletividade; é através do que é feito para ela que o aparelho de coerção se justifica. O Estado liberal não é feito para afirmar seu poderio e exibir sua munificência: seu papel se mede por sua ação material e pela maneira como respeita as liberdades individuais. À pompa e à afirmação suntuosa do prestígio, ele prefere um perfil moderado que lhe assegure a gratidão das populações modificadas pelo senso do interesse bem compreendido. O drama é que o próprio êxito dessas políticas enfraquece o regime que as adota: elas desarmam as vontades, pois criam pessoas satisfeitas que não têm nem mesmo o sentimento do que devem à coletividade. A última coisa que essas pessoas dela recebem é considerada como praticamente sem valor.

Substituindo assim a administração das coisas pelo governo dos homens, o poder liberal destrói sua base utilitária ao mesmo tempo que ignora a natureza do fato político.[14] O que os homens procuram nas instituições sociais não é apenas a satisfação egoísta de suas pequenas necessidades, é uma direção para a sua ação, um princípio para a sua fé, uma certeza ante as suas inquietações. Tudo isso é estranho, desde as primeiras formas que lhe foram dadas pelos puritanos, à doutrina do contrato social: o pacto é concluído entre os seres racionais que procuram conjurar suas fraquezas eventuais e os possíveis erros de julgamento.

O vazio afetivo instituído pelo liberalismo não é grave, se houver instâncias para preenchê-lo. Os partidários do liberalismo pluralista, que procuravam renovar o pensamento político inglês e americano[15] nos primeiros decênios de nosso século compreenderam bem isso. O Estado não deve interessar-se pela alma dos cidadãos — é demasiado, ou é muito pouco para ele. Mas deve fazer com que a sociedade civil satisfaça as aspirações que ele ignora. Os pluralistas ingleses insistem, portanto, no papel indispensável da Igreja: querem que seja separada do Estado porque ela atende mal às aspirações das massas quando surge como agente do poder oficial. Da mesma forma, o poder deve ser perfeitamente neutro no plano religioso: não deve favorecer uma Igreja às expensas de outra.

A fragilidade desse neoliberalismo está no fato de que as religiões tradicionais são incapazes de acalmar todas as angústias e satisfazer todas as necessidades de dedicação dos homens; os problemas que agitam a sociedade nascem, com

freqüência, da desigualdade das condições e da injustiça das situações nesta terra. Eles traduzem a contradição entre o ideal igualitarista do qual o liberalismo é portador e a realidade feita do contraste das fortunas.

O liberalismo, em suas formas clássicas ou em suas formas renovadas, foi portanto traído por aqueles que dele recebem muitos benefícios materiais, e pelos movimentos aos quais dá toda liberdade para satisfazer as necessidades morais e espirituais das pessoas. A lógica de sua ação os leva, com efeito, a um engajamento político, à luta ideológica e à contestação de um sistema que lhes assegura as melhores oportunidades de desenvolvimento. [16]

c O sistema representativo

1 A segunda exigência que deve ser satisfeita pelo regime liberal é a de corresponder às expectativas de todos: deve conhecer a vontade popular, levar da base até a cúpula as informações relativas às tensões e às dificuldades, e assegurar a representação dos diversos grupos e das diversas correntes.

Na sociedade tradicional, há em geral apenas uma hierarquia abaixo do governo: ela desempenha um duplo papel, pois informa o centro sobre as necessidades da periferia e aplica as medidas tomadas na cúpula. A usurpação tão freqüente da soberania do Estado pelos escalões subalternos encontra nisso uma de suas causas; os funcionários locais se vêem colocados entre duas possibilidades: defender seus administrados, fazendo-se intérpretes de suas reivindicações, ou satisfazer o poder, aplicando sua política de maneira intransigente. [17] Como é o apoio aos interesses locais que assegura a marcha mais suave da máquina administrativa, é ele com freqüência o preferido.

Esse sistema ambíguo continua a funcionar nos regimes liberais, mas reforçado por um circuito autônomo, o da representação popular.

Como dar ao povo o meio de expressar-se? Para que todos participem da coisa pública e se sintam interessados pelas decisões tomadas, seria conveniente que fossem consultados diretamente sobre cada decisão. Isso só é possível em Estados muito pequenos. A assembléia de todo o povo, além disso, não assegura que as medidas tomadas sejam a

expressão da vontade geral: deve-se obedecer à regra da maioria? Não encerra isso o risco de uma opressão à minoria? A experiência dos Estados pluriétnicos tende a comprová-lo.

Na prática, porém, o princípio da democracia representativa majoritária triunfou: o poder legislativo cabe aos eleitos; a minoria não é lesada quando as linhas segundo as quais a sociedade se divide são tão numerosas que, de um período a outro, as fronteiras dos grupos dominantes se modificam: toda corrente tem possibilidades de participar, um dia, da responsabilidade suprema. Aqueles que governam sabem disso; sua arrogância é limitada, pois correm o risco de se encontrar um dia na oposição; então, não seriam corretamente tratados, se não tratassem bem aqueles que hoje os contestam — é um exemplo das retroações que asseguram a virtude das instituições democráticas.

2 Há várias maneiras de conceber a representação do povo em bases eletivas e majoritárias. Como a soberania é popular, a lógica seria que a totalidade do povo se pronunciasse, em bloco, sobre os programas dos candidatos: a nação participa ao mesmo tempo da mesma eleição; ela constitui uma circunscrição única. Quando esse princípio é observado, as cadeiras são divididas proporcionalmente ao número de votos recolhidos em cada lista.

Há outras maneiras de conceber a unidade representada. O país é geralmente dividido em circunscrições geográficas. É também possível propor uma articulação sobre bases não-geográficas: os interesses de certos grupos devem expressar-se legitimamente. É o caso dos produtores, dos consumidores ou das famílias. Pode ser também o das crenças religiosas.

Não há sistema de representação perfeito: a partir do momento em que um intermediário se coloca entre o povo e o governo, as preferências da massa deixam de expressar-se espontaneamente. Elas são traduzidas e interpretadas por pequenos grupos — há um grande risco de vê-las mal apresentadas.

Mede-se o valor de um sistema de representação pelos limites que impõe às possibilidades de manipulação. Desse ponto de vista, a representação direta é superior às outras. Suponhamos um sistema de dois graus. No primeiro nível, um grupo dispõe de 25% dos votos, mais um; une-se ao se-

gundo nível com formações que recolheram 25% dos votos. Se obtiver delas a solidariedade de voto, disporá da maioria no segundo nível (50% dos votos, mais um) sem representar mais de um quarto do eleitorado! Há muito o mundo dos negócios mostrou as possibilidades de controle proporcionadas pela disposição em série das instâncias representativas. Pelo jogo das filiais, uma *holding* cujo ativo é relativamente modesto consegue por vezes dominar setores inteiros da economia. Os partidos comunistas, incapazes de assumir, pelo jogo exclusivo da maioria, o poder nos países liberais, tentam conquistá-lo constituindo alianças, frentes populares ou programas comuns, que unem os parceiros de maneira irrevogável. Desde que sejam um pouco mais numerosos do que seus parceiros, esperam com isso chegar ao governo e impor suas políticas.

Mede-se igualmente o valor de um sistema de representação pela sua capacidade de refletir todas as nuanças do eleitorado. Se as opiniões são fixas e imutáveis e não dependem de condições próprias a cada eleição, o sistema da representação proporcional é o mais perfeito, pois oferece possibilidades a todos os concorrentes. Mas as escolhas políticas não são imutáveis; elas se fixam progressivamente no curso das campanhas eleitorais, quando os debates se iniciam. Os cidadãos têm consciência do caráter particular de cada tipo de escrutínio; seu comportamento depende dos modos de designação sem que se possa dizer que um sistema majoritário uninominal é necessariamente menos democrático do que um sistema de proporcionalidade integral. O que varia de um tipo de escrutínio a outro é a natureza dos partidos: a eleição proporcional favorece a expressão de opiniões marcadas e de opções ideológicas puras. O escrutínio uninominal majoritário modela partidos cujo eleitorado é diverso: são as coalizões. O jogo dos *feed-backs* que incita a votar de maneira útil, num sistema uninominal, tem tendência a esclarecer a situação e facilitar a formação de agrupamentos com poder suficiente para dispor da maioria; o escrutínio proporcional deixa aos eleitos a responsabilidade de proceder a essas aproximações.

As sociedades liberais têm necessidade de representação popular: a prudência as leva, para evitar as manipulações do eleitorado e facilitar a transmissão de reivindicações dirigidas ao governo, a basear a votação numa divisão territo-

rial — só os pequenos países podem ignorar a divisão em circunscrições eleitorais. O contrato social dá assim uma segunda dimensão geográfica às ideologias que justificam, no mundo moderno, a aceitação da autoridade e o exercício do poder.

As versões revolucionária e totalitária do contrato social

a Rousseau [18] retoma o mito do contrato social, mas as modificações que introduz alteram seu alcance e dão origem à segunda grande família das ideologias modernas do poder e da ordem social. Hegel lhes dá uma dimensão filosófica que Marx explora.

No ponto de partida da interpretação de Rousseau há uma observação que se relaciona com o progresso do conhecimento histórico; uma demora muito prolongada transcorreu entre as formas primitivas da vida social e as do mundo contemporâneo. A distância é tão grande que não se pode saber diretamente qual era o estado natural, o homem antes da sociedade. Estamos reduzidos, nessa apreciação, a interrogar a juventude, a ver qual é a natureza individual antes que ela seja condicionada pelo ambiente. O que Rousseau descobre é que a infância é pura; a perversão vem da sociedade. Nesse contexto, o problema social modifica a sua natureza. A finalidade não é defender o homem contra suas más inclinações, mas preservar o indivíduo contra as influências deletérias da vida em grupo. Não se trata de voltar ao estado natural, do qual nada sabemos, fora da intuição do que nos proporciona a introspecção e que garante a inocência do indivíduo. Houve talvez num passado distante um primeiro contrato entre os homens, mas os resultados mostram que não foi satisfatório. É necessário então romper com a sociedade atual e fundar uma nova, por um pacto cujos termos sejam perfeitamente claros: ele deve proteger o indivíduo contra as exações que a sociedade tem a tendência de cometer, se sua ação não for rigorosamente controlada.

A significação do contrato é, desta vez, profundamente modificada. Em lugar de basear a sociedade num alicerce racional que exclua as inclinações do coração e os movimentos da alma, evita que a coletividade perca o que há de melhor em cada um de nós — essa sensibilidade que nos faz

participar das dores do mundo, que atesta nossa bondade original e que faz de nós, realmente, homens. O contrato social não exclui mais o que é de natureza religiosa, emotiva ou mística, ele salva isso em cada um de nós: ele é feito para defender essa parcela de nós mesmos que o raciocínio não esgota e que nos permite comungar com o mundo e com os outros, como acontece ao caminhante da *Dixième Rêverie*.[19]

O contrato torna-se um acontecimento do futuro, não é mais um episódio de uma história terminada e da qual temos simplesmente que deduzir as conseqüências. A tarefa do intelectual era explicitar a lógica de uma aposta feita num passado distante por uma geração que comprometeu todas as outras: sua função não era muito diferente da função do sacerdote que interpreta os livros sagrados de uma religião revelada. O que fazem Hobbes, os Niveladores, Locke e todos os que se apaixonam pela vida e as instituições políticas,[20] é comentar um texto que reconstituem, mas que não redigiram. Na óptica de Rousseau, o contrato ainda está por ser escrito: o intelectual pode e deve deliberar os seus contornos e mostrar sua lógica, mas cabe à humanidade torná-lo vivo. A filosofia do contrato recorre mais à ação coletiva do que à reflexão de alguns especialistas encarregados de elaborar as instituições mais de acordo com o espírito do contrato original.

As primeiras filosofias do contrato social implicavam uma concepção da história na qual o passado foi a idade de ouro: tudo o que podemos fazer hoje é reconstituí-lo, reencontrando as suas formas mais autênticas, como os artistas do Renascimento com os grandes princípios da criação, no dia em que tomaram por modelos os tesouros da Antigüidade e os tratados de estética que dela nos chegaram. Sob esse prisma, o mundo da felicidade já acabou: o que se pode esperar, reencontrando os princípios que guiaram os primeiros arquitetos da sociedade, é reconstituir o que fazia sua perfeição. Com Rousseau, os limites do possível não foram ainda atingidos: se nos mostrarmos vigilantes, podemos sonhar para amanhã um mundo melhor. Até então, os teóricos da vida social se colocavam, para falar com autoridade, em algum outro lugar no passado — à maneira de Hobbes ou de Locke — ou numa outra esfera que não a deste mundo — do céu, da divindade ou da razão. A partir de Rousseau, eles se colocam neste mundo, mas antes do que já foi produzido;

designam o futuro como uma meta a atingir. Nessa marcha para a realização da humanidade, há duas fases separadas por um ato essencial: a conclusão do contrato social. Até então, o mal inerente às formas da sociedade não pôde ser conjurado, mas a partir do dia em que a coletividade é purgada de tara de seus laços tradicionais, tudo lhe é possível.

Na ideologia resultante da primeira interpretação do contrato social, a religião é radicalmente separada da ideologia social. Admite-se que ela tem um papel, o de responder às angústias e às incertezas da vida, mas nada tem a ver com a organização das relações entre os homens. Em Rousseau, o rompimento com as religiões tradicionais é igualmente consumado, mas o conteúdo da ideologia social é diferente: uma parte dele é feita de esperança de um mundo melhor. Para chegar a esse mundo, é conveniente estabelecer solenemente laços novos e celebrar rituais purificadores. A ideologia política substitui, de certa maneira, as crenças religiosas: ela é portadora da esperança que até então era atribuída ao Além. Em lugar de criar instituições com o olhar frio de quem leva em conta a fraqueza dos homens, seu egoísmo, mas também sua capacidade de assumir seu destino individual, elas são fundadas para cimentar uma comunidade perfeita, sem a qual o homem não pode desenvolver-se. São imaginadas para que a justiça seja assegurada, mas também o amor e a proteção do que há de mais frágil no ser, a sua sensibilidade.

b Os acontecimentos revolucionários vão dar à doutrina do contrato social uma dimensão nova. Quando Rousseau escreve, pode-se pensar que a conclusão do contrato será o resultado de um movimento de entusiasmo, que ela se fará sem perturbações e marcará, pacificamente, o advento do mundo da harmonia reencontrada, o início de uma era de inocência. O período dos grandes entusiasmos coletivos, com que se inicia a Revolução Francesa, leva a augurar isso. Há alguns choques, a tomada da Bastilha, o Grande Terror, mas é num clima de emoção indescritível que a Assembléia Nacional aprova a abolição dos privilégios, na noite de 4 de agosto. Os dias seguintes são duros: os que perdem com a transformação da ordem política não estão dispostos a aceitar isso: exasperam-se as tensões. Como consultar a vontade popular? Como lhe permitir expressar-se? Será pelo recurso

ao sufrágio de todos? Mas como deduzir daí uma vontade clara? Como acreditar que a multidão dos franceses esteja a par dos grandes problemas que surgem na tempestade, para que seu julgamento seja esclarecido? Não é verdade que a soberania popular pode ser conhecida mais pela razão e pelo trabalho de um grupo de cidadãos esclarecidos do que pelo recurso a uma democracia cega? Passa-se assim da interpretação liberal dos ideais do século XVIII à sua versão totalitária. Não se renuncia a nada que os filosófos sonharam em matéria de instituições e de renovação social; não se rompe com sua maneira de esperar o bem de um déspota esclarecido, mas como os reis são tiranos limitados, é preciso substituí-los. A vontade popular deixa de ser a expressa pelo povo: é aquela que um punhado de doutrinários a ele atribui; o Clube dos Jacobinos anuncia todos os regimes de partido único e Robespierre e Saint-Just, todos os manipuladores de ideologia que desde então proliferaram. Com eles surge o Estado totalitário: os que assumem a direção do país e são investidos da soberania legitimam ao mesmo tempo o poder pela sua reflexão. [21]

A Revolução introduz, portanto, na esteira da segunda interpretação do contrato social, as formas totalitárias da democracia. Reveste o ritual da instituição do contrato de uma interpretação surpreendente: a Revolução assegura o nascimento da ordem nova e os mortos que ela provoca são apenas o preço a pagar por essa passagem necessária. O Terror é apenas um acidente, não um erro: seu papel é mostrar, por um sacrifício coletivo, que o velho mundo passou; é o sangue das vítimas que garante a convicção inflexível do poder novo: não é Saint-Just o incorruptível?

Ao passar da invocação de um contrato firmado ao furor revolucionário, a carga emotiva e religiosa das novas filosofias da ordem social se multiplica. Para que a teoria seja perfeita, é necessário dar ênfase ao senso de história e explicar por que a verdade não está nas mãos de todos, mas só se manifesta a uma minoria de eleitos.

c Com Hegel,[22] o esquema da transcendência é abalado em proveito da história: a razão não se situa num Além de onde domina o real, mas em nosso mundo, em seu futuro. Ela continua a reinar sobre as coisas, como antes, mas não há como descobri-la de um golpe, pois não está ainda

totalmente presente no universo: ela se manifesta através de ardis, de desvios, pela própria evolução das civilizações. Ela se encarna progressivamente no espaço onde vivemos, na sociedade que formamos. O tempo da verdade completa, da transparência do mundo à razão, é o tempo em que a história estará terminada — e Hegel o sente próximo, pois acha que o Estado moderno é o instrumento da razão pura. Não há, portanto, em Hegel, um contrato, mas duas épocas na história do mundo — a que é feita do progresso dialético da idéia, e a que é imóvel e fixa, da realização concluída. Como na interpretação revolucionária, a violência encontra sua justificação na grandeza da obra a ser realizada.

Hegel foi interpretado em todos os sentidos. Isso será fácil: o que ele propõe de original é a idéia de um mundo em gestação, onde todo devir é explicado e justificado pelo estado futuro. Para quem foge da religião ou da metafísica, o passe de mágica hegeliano é o único que permite prescindir da revelação ou do Ser Supremo e manter o essencial da velha filosofia, integrando melhor suas partes. A ética é, com efeito, tão bem absorvida pela filosofia da história que os valores parecem criados pelo sentido do devir, sem que se tenha necessidade de invocar princípios transcendentes.

d Marx[23] tem perfeita consciência do poder do esquema hegeliano, mas para ele o que está no fim da história não é a idéia, mas o homem finalmente realizado. O indivíduo colocado numa sociedade que o mantém prisioneiro de ilusões não é capaz de desejar e de compreender o que será esse estado final. Somente os que têm a oportunidade de ser projetados à frente de seus contemporâneos pelo universalismo a que estão condenados pela sua condição podem compreender essa verdade do devir: o proletariado é o instrumento da última fase da história; é o único grupo social consciente das transformações que se impõem para que seja levada ao seu termo. Os intelectuais que se identificam com o proletariado se colocam em sua situação e compreendem o sentido da história, têm o privilégio de compreender o que acontece; desta vez devem assumir a responsabilidade do mundo. Os sistemas totalitários encontram nisso sua justificação perfeita, a única que se reveste do manto das novas ciências sociais.

Há outras maneiras de aproveitar a lição de Hegel [24] e utilizar a história como filosofia e como moral; alguns se inspiram no nacionalismo mais suspicaz — o mundo é feito para o florescimento de algumas sociedades — e outros num racismo que apenas acentua o trágico dessas filosofias, pois condena uma parte da humanidade ao serviço de super-homens que constituem a raça eleita.

À parte as interpretações nacionalistas e racistas do totalitarismo, as filosofias sociais oriundas da segunda leitura do contrato social conservam numerosos pontos comuns com o liberalismo. Sua ideologia é fundamentalmente igualitária: todos os homens tiram a sua substância da mesma essência.

A prevenção igualitarista tem conseqüências importantes no plano especial: já não há uma moldura natural para o Estado revolucionário, ou totalitário, como não há para o Estado liberal. O poder só é legítimo se exercido em nome de uma coletividade que se considera comunidade. Ele só pode apoiar-se sobre os limites dos grupos aos quais a história deu uma consciência aguda de valores partilhados — ele adota então a forma nacional. Se esses grupos não existem, o poder deve estender-se à dimensão da humanidade inteira, pois os homens são iguais: é daí que os movimentos revolucionários tiram o seu universalismo; é isso que os leva a estender sua ação além das fronteiras, até questionar a trama do velho mundo.

O poder revolucionário ou totalitário se exerce em nome de uma coletividade; ele só encontra justificativa prática se satisfizer as aspirações, as necessidades e os interesses daqueles que o apóiam. Ao contrário do poder puro do Estado hegeliano de fins do *Ancien Régime*, o Estado totalitário não tem liberdade de modelar o mundo sem se preocupar com a sociedade civil que preside, e que procura absorver. Deve informar-se, sem cessar, sobre o que o povo quer: não se trata, como nas democracias liberais, de conhecer seu veredicto numa consulta popular — o povo está mal colocado para julgar as coisas essenciais. O que conta é compreendê-lo, interpretar fielmente as suas aspirações, antecipá-las. O chefe do Estado revolucionário ou totalitário deve saber o que é suscetível de mobilizar os corações, congregar as energias e acalmar as inquietações que assaltam o indivíduo. Deve, portanto, dispor de um órgão além da administração

que assegure, paralelamente a esta, o fluxo de informações. O regime totalitário ou revolucionário inventa, para esse fim, o partido único: [25] cria uma burocracia cujas funções são essencialmente ideológicas. À sua frente, coloca intelectuais capazes de definir as doutrinas políticas e reatualizar sem cessar a legitimidade do poder: eles sabem ler a história e indicar em que sentido se deve fazer a evolução. Sob ele, uma hierarquia assegura o enquadramento territorial e social da população pela minoria totalmente convicta da ideologia do poder: assim, é possível associar, por uma propaganda incessante, o conjunto da população à ação de apoio ao regime. Os valores que legitimam a autoridade são difundidos, explicados e ensinados por toda parte. Ao mesmo tempo, os dirigentes do partido estão à escuta do que se diz, acompanham o que se passa: transmitem ao governo suas observações. A representação do povo é assegurada por instituições diferentes das instituições do regime liberal, mas também capazes de assegurar a transmissão das informações indispensáveis.

f Na medida em que o Estado revolucionário ou totalitário esposa os contornos das nacionalidades, é ameaçado em seu apoio popular e no entusiasmo que lhe é indispensável pelo enfraquecimento dos chauvinismos: é tão sensível quanto as democracias liberais ao nivelamento que dá a todos os países as mesmas instituições fundamentais. Teme perder apoios indispensáveis e começa a zelar pelo bem-estar daqueles a quem dirige: sem isso, sua fidelidade poderia vacilar, ao ver o que se passa em outros lugares. Os ganhos que o Estado pode esperar desses esforços consagrados à melhoria das condições de existência são, infelizmente, decrescentes, pelo efeito marginalista.

O Estado revolucionário ou totalitário escapa, porém, melhor da usura que o Estado liberal, pois satisfaz algo diferente dos egoísmos econômicos. Ele vai de encontro às aspirações individuais profundas, assume a função política como um poder religioso; seu objetivo não é administrar as coisas, ou governar os homens da maneira mais eficaz: sua justificação é afirmar, sem cessar, a pureza de sua origem, lembrar o grande ritual purificador que lhe permitiu romper com os erros do passado e exorcizar assim os temores e as angústias dos homens. Para chegar a isso, organiza a comemoração dos

sacrifícios humanos passados, festeja as datas do passado revolucionário e estimula assim o entusiasmo popular. Como tudo isso pode, a longo prazo, parecer metódico, explica que a vitória nunca é total e que a perversão procura, sem cessar, reintroduzir-se no corpo social. A partir do momento em que um regime político deve demonstrar permanentemente sua pureza, não há para ele outra solução senão organizar, sem esmorecimento, a luta contra o mal, criar novos inimigos e proceder a novos sacrifícios coletivos: é a lógica do *gulag*, bem como da Revolução cultural. O destino do regime revolucionário, quando a Revolução triunfa, é institucionalizá-la, como dizem os mexicanos, isto é, torná-la perpétua, como havia prometido Mao Tsé-Tung. O liberalismo conduz à despolitização, sendo a boa administração das coisas suficiente para assegurar as missões do Estado. As ideologias revolucionárias e totalitárias criam um clima permanente de luta e de contestação, fora do qual a sua pureza deixa de ser verificada.

g O Estado revolucionário ou totalitário difere, finalmente, do Estado liberal pela extensão do campo que deve cobrir. Na ideologia liberal, a parte deixada à sociedade civil, a tudo o que se passa sob o Estado e se processa, graças a mecanismos sociais, sem sua intervenção, é tão grande quanto possível. O Estado só intervém quando forçado, quando os cidadãos não conseguem solucionar, por si mesmos, os desacordos entre si.

Na sociedade revolucionária e totalitária, tudo o que resulta de mecanismos sociais espontâneos é suspeito, pois é aí que está a tara original, o pecado de que é necessário purificar os homens. Não se trata mais de permitir a liberalidade: o contrato social, em sua segunda maneira, e a Revolução que constitui a sua tradução histórica revogam todos os tipos de relações antigas: sob a Revolução Francesa, a lei Le Chapelier proibiu todas as formas de associação; no âmbito das revoluções socialistas, questiona-se a relação jurídica entre os homens e os bens, a definição dos domínios que o direito antigo havia criado; todos os fatores de produção são objeto de uma apropriação coletiva, que ataca o mal em sua raiz, pois suprime a exploração do homem pelo homem.

Uma das contradições essenciais que os regimes totalitários devem resolver, nasce disso: eles têm, pela sua competência universal, um impacto mais profundo que os outros sobre a organização minuciosa das relações sociais, mas só dispõem, para reunir as informações indispensáveis a todas as suas decisões, de um canal freqüentemente infiel e pouco transparente: o partido.

8

O Estado e a Sociedade Civil nos Regimes Liberais

Até o Renascimento, o Estado constitui uma engrenagem bastante secundária da arquitetura das sociedades: mesmo quando o Príncipe é soberano absoluto, tem direito de vida e morte sobre seus súditos, dispõe de um exército numeroso e se cerca de uma pompa impressionante, aquilo que ele controla efetivamente se reduz a pouca coisa: 1) dispõe de uma arrecadação que, pela sua modéstia, faria sorrir os dirigentes das mais democráticas nações do mundo moderno; 2) assegura a defesa do território e a organização da polícia e da justiça — para as causas que as instâncias normais não resolvem; 3) tem um direito de fiscalizar as relações comerciais com o mundo exterior. Esse poder é incapaz de manifestar-se em toda parte; seus representantes, demasiado independentes, intrigam contra ele e procuram enriquecer às suas expensas e criar feudos. As cidades escapam à sua autoridade e se apresentam sob a forma de áreas quase autônomas. As comunidades rurais, os notáveis que asseguram sua inserção na sociedade global e as isolam ao mesmo tempo, os organismos urbanos, as associações, as clientelas, as pré-burocracias ou as burocracias são mais importantes, para compreender essas sociedades, do que as instituições do Estado.

A crescente monetarização da economia, ligada ao prolongamento do alcance dos bens, dá aos governantes os meios que lhes faltavam para dominar totalmente o espaço: com

o Estado hegeliano, parece chegada a hora da intervenção do governo e da administração em todas as esferas da vida social. Mas as correntes ideológicas igualitaristas que triunfam então modificam a ação do poder: em lugar de dominar a sociedade e dobrá-la à sua livre vontade, ele só conserva sua autonomia servindo ao interesse geral. Isso dá à sociedade civil, ao conjunto das relações societais que se tecem sob as questões públicas, um lugar de primeira escolha: ela domina, de direito, a estrutura das sociedades liberais que procuram eliminar todas as manifestações inúteis do poder. Na verdade, ela desempenha assim um grande papel nas sociedades totalitárias que lhe negam toda autonomia, mas que são obrigadas a contar com as forças e as tensões que a interação social produz espontaneamente.

As condições novas da vida de relação

a Concentração e economias de escala.[1] Até o fim do século XVIII, as atividades produtivas quase não são mecanizadas e as economias de escala desempenham apenas um papel secundário. Existem, é claro, equipamentos indivisíveis, mas de dimensão modesta: para fazê-los funcionar são necessárias apenas equipes reduzidas.

Com a revolução industrial, os setores de fabricação são sucessivamente atingidos pelo progresso do maquinismo: as economias de escala, ligadas à utilização de ferramentas poderosas, tornam-se cada vez mais evidentes. Uma parte crescente das atividades se organiza em bases que implicam a colaboração de numerosos trabalhadores: a transformação só é possível porque se sabe estruturar as unidades de grande dimensão. À modificação técnica se acrescenta uma modificação social que também é significativa.

A criação de grandes indústrias torna necessário que as matérias-primas, a energia e os artigos fabricados sejam transportados sem dificuldades e que os custos de transporte sejam baixos, para não neutralizar as vantagens da concentração: como já dizia Adam Smith,[2] a divisão do trabalho está limitada pela dimensão do mercado, isto é, pelo alcance dos bens. Quando este aumenta, graças à invenção da máquina a vapor, da estrada de ferro, do navio a carvão mineral, torna-se interessante promover a pesquisa técnica.

Num universo onde a rugosidade do espaço está na iminência de desaparecer e onde os transportes custam pouco, é importante operar em mercados distantes sem sofrer desvantagens em relação às firmas locais: uma empresa bastante poderosa para ter correspondentes e agentes em todas as praças tem melhores condições do que as outras; a procura da transparência dá uma segunda vantagem aos grandes negócios: à concentração técnica acrescenta-se uma concentração cujo motivo é comercial. Ela interessa tanto às formas que se especializam na produção quanto às que se voltam para a distribuição ou os serviços.

O progresso dos meios de comunicação da informação à distância facilitam as trocas rápidas de notícias e pedidos e os jogos de controle. No domínio da cultura, a maior transparência leva a uma uniformização sem precedente das técnicas e dos modos de vida, o que facilita a implantação de unidades comandadas de longe, segundo processos normais, utilizando métodos semelhantes e um pessoal intercambiável. A difusão dos produtos fabricados é mais fácil, já que eles convêm perfeitamente a uma clientela dividida em grandes espaços, mas cujos gostos são modelados pelos mesmos apoios, solicitados pelas mesmas mensagens publicitárias e ordenados segundo as mesmas prioridades.

A transformação das tecnologias se faz em favor da concentração: economias de escalas diretas e indiretas, poder de negociação superior nos mercados, padronização crescente dos métodos, dos conhecimentos, do pessoal e dos produtos, tudo concorre para isso; a primeira característica do mundo contemporâneo é o lugar que nele ocupam as organizações capazes de operar em vários pontos e servir a uma clientela numerosa e dispersa.

b Economias externas, poluições e inconvenientes. [3] À medida que a divisão do trabalho se acentua, as atividades se tornam mais interdependentes. Qualquer que seja o tamanho das empresas, elas são obrigadas a recorrer a serviços especializados. As necessidades familiares se diversificam da mesma maneira: as pessoas aprendem a apreciar a acessibilidade dos serviços, a qualidade dos centros de lazer e a abundância do comércio e das instituições.

Há, portanto, vantagens que nascem da proximidade das atividades ou da aglomeração dos homens: fala-se, para defi-

ni-las, de externalidades. Estas se manifestam sobretudo nas cidades cujo papel crescente elas explicam: quando os custos de transporte diminuem, o peso das vantagens externas se torna mais sensível.

A concentração humana que resulta do progresso das técnicas de produção, da melhoria dos transportes e da variedade das atividades de troca cria problemas de coabitação. Ao lado das vantagens, ou economias externas, multiplicam-se as deseconomias externas: as fábricas poluem sua vizinhança pelos cheiros que exalam, pelo barulho que provocam, pelo tráfego que exigem. A circulação é retardada por engarrafamentos; as moradias, demasiado próximas e mal isoladas, não protegem mais das indiscrições nem das múltiplas agressões da vida urbana. Como o nível de vida aumenta e o tempo passado no domicílio se torna mais longo, as pessoas se tornam mais exigentes nesses setores. Os jogos de influência em conseqüência da vizinhança se tornam mais numerosos e mais embaraçosos.[4]

A microgeografia do poder, a definição dos direitos de uso e a delimitação dos setores eram da competência das comunidades locais e não criavam problemas propriamente políticos, pois tudo estava regulamentado pela sociedade civil ou pelos escalões inferiores da hierarquia administrativa. A concentração e o crescimento das grandes aglomerações modificam a situação: o governo não pode mais ignorar essas questões.

c **O controle social.** A evolução que se processa há um século e meio torna o controle coletivo cada vez menos pesado.

Nas sociedades arcaicas e nas sociedades tradicionais, esse controle se torna mais fácil pela estabilidade dos grupos locais, sua pequena dimensão e o fato de que todos conhecem e adotam as regras a respeitar em matéria de comportamento. À medida que a economia se abre e as trocas se multiplicam, a mobilidade da população aumenta. A parte das comunidades rurais na população total diminui: de 80% no século XVIII, ela cai para menos de 20%. As pequenas cidades onde o olhar coletivo ainda tem muito peso conhecem uma expansão mais lenta do que os centros importantes.

No interior das grandes aglomerações, a organização detalhada do espaço torna difícil o controle: enquanto as casas permanecem baixas, alinhadas ao longo das ruas e as

densidades são moderadas, é possível conhecer os vizinhos — eles passam ante as nossas janelas, nossos filhos brincam com os filhos de nossos amigos, não há espaço onde estejam livres da vigilância dos adultos. Com a construção vertical e a supressão da rua, os espaços verdes e os grandes espaços livres desaparecem. Nos edifícios, as pessoas só se encontram na escada ou no elevador: continuam estranhos entre si. Os espaços onde é possível fugir aos olhares inquisidores existem por toda parte, nos subsolos, nos estacionamentos, nos corredores desertos. As possibilidades materiais do autocontrole desapareceram. [5]

Esses traços novos da geografia humana transformam as condições nas quais a aculturação se faz e privam cada vez mais a família e o grupo local da responsabilidade dessa tarefa. O papel atribuído à escola, na transmissão do saber, aumenta. Da mesma forma, a escolha dos temas aprendidos e dos valores reconhecidos passa do conjunto da população para os pedagogos.

É importante, para que a vida social se desenrole na continuidade, que a influência exercida sobre a infância seja firme e que favoreça sua integração no mundo dos adultos. A sociedade tradicional local conseguia isso mobilizando todas as energias para cercar, perpetuamente, aqueles que ela formava de um olhar atento e, ao mesmo tempo, amistoso. Na cidade, os jovens escapam ao controle de seus mentores. Eles constituem grupos onde predomina a igualdade de condições, estruturam-se por classes de idade e constituem "micromeios" à margem do mundo adulto. O poder não desaparece desse mundo, mas são os camaradas que o exercem. Os valores discordantes se impõem mais facilmente. A sociedade local perde seu domínio sobre a infância; a sociedade global, que procura substituí-la criando um sistema educativo, só o consegue imperfeitamente. Ela abre caminho ao exercício dos poderes coletivos estranhos às instâncias que dirigem o conjunto.

d A opinião pública e os especialistas. As condições do controle social são igualmente modificadas pelo desenvolvimento de novos conhecimentos. As pessoas viviam em universos onde as regras eram simples e acessíveis a todos. O progresso das ciências sociais questiona todas as máximas. Os homens não podem ser considerados sempre como responsáveis pelos

seus atos, e, antes de julgá-los, quando manifestam um comportamento divergente, é conveniente examinar sua saúde mental e levar em conta sua história pessoal. A recusa em se conformar às regras nem sempre evidencia uma perversidade, e sim, com freqüência, um drama que leva à revolta uma sensibilidade ferida. As pessoas ferem o consenso social para despertar o interesse, para que sejam ouvidas, para que justiça lhes seja feita. Se queremos evitar que recomecem, não seria melhor examinar sua lógica em vez de reprimir cegamente as manifestações culpadas, mas cuja origem não é o desejo de fazer mal?

O poder dado aos especialistas [6] e retirado dos pais, dos próximos e dos vizinhos, vai muito mais longe: as próprias normas devem ser sondadas. Serão tão puras quanto se afirma? Aqueles que as defendem não as estarão utilizando para fortalecer sua posição social, para acalmar instintos de dominação e para esquecer a angústia que os corrói? O exercício do poder coletivo sob o qual as sociedades viveram muito tempo nada tem de inocente, declaram os novos especialistas em ciências humanas e sociais. Reclama-se o respeito à propriedade individual? Quem não percebe que isso é um meio de levar o maior número a aceitar os mecanismos de exploração? Exige-se o respeito a uma moral sexual rigorosa, mas isso não tem outra finalidade senão criar em cada um o sentimento de culpa que enfraquece e faz de nós presa fácil a todos os domínios: a autoridade que delegamos a outros não terá aí a sua origem? [7] Se aceitamos nos desfazer de nossas responsabilidades, não será porque estamos intimamente convencidos de nossa indignidade?

A lista dos questionamentos provocados assim pelas ciências humanas e sociais contemporâneas é longa: a descoberta de um inconsciente ignorado pelo senso cumum que deve ser penetrado e interpretado para que surjam relações humanas, comportamentos e discursos verdadeiros é o ponto de partida da crítica ao saber tradicional: segundo o caso, invoca-se um insconsciente individual de ordem fisiológica — foi assim que a psiquiatria se formou no século XIX — um inconsciente individual de ordem psicológica — à maneira de Freud e seus discípulos — um inconsciente coletivo ligado à pressão da linguagem sobre o ser que ela não chega a expressar corretamente — à maneira de Lacan — ou um inconsciente social que oculta, sob os véus de uma ideologia, a finalidade real

das relações entre os homens — a contribuição do marxismo. Em todos os casos, o senso comum é desqualificado. A influência dos especialistas é justificada por sua reflexão teórica e propagada pela ação dos meios de comunicação em massa, que lembram sem cessar às multidões os desvarios da razão vulgar. Ela se transforma em poder institucionalizado de classe, quando as decisões são reservadas a um punhado de especialistas. A justiça dá um exemplo dessa evolução, como Michel Foucault mostrou.[8] A Revolução instituiu na França uma justiça popular para as causas criminais — é a um júri formado por sorteio que cabe dizer se o acusado é culpado. As regras assim instituídas nunca foram modificadas profundamente, mas a prática foi transformada pelo papel atribuído aos psiquiatras. Antes que o júri se pronuncie, eles indicam se o acusado é responsável pelos seus atos: seu relatório pesa profundamente sobre os veredictos.

O controle social direto, permanente e sufocante que o grupo local e a família exerciam sobre o indivíduo é, portanto, substituído por uma arquitetura mais distante, menos limitadora em seus princípios e menos estrita em sua aplicação, porque ninguém pode verificar a execução exata. Terão escapado os homens, com isso, às relações de influência, ao jogo da autoridade e aos efeitos do poder nesse nível elementar e cotidiano da existência? Certamente não: se toda pessoa se sente a partir de então ao abrigo da indiscrição que constrangia ao conformismo, nada lhe garante que ela age bem: não basta interrogar sua consciência para ter certeza, pois suas indicações são com freqüência enganosas. Somos obrigados a recorrer a outros. Nas sociedades influenciadas por certas correntes das ciências humanas e sociais, a pessoa se dissolve porque não possui mais uma instância legítima para julgar-se a si mesma: esse poder é reservado aos outros.

Nem todos os países são afetados da mesma maneira por essas transformações. Quando elas são incompletas, o totalitarismo não pode jamais levar à escravização total do homem. Desse ponto de vista, há cumplicidade entre as disciplinas do inconsciente e as ideologias totalitárias: se o terreno não foi preparado pela renúncia universal ao direito de julgar, o poder mais absoluto encontra um limite no protesto das consciências.[9]

Nas sociedades liberais, o questionamento dos valores tradicionais limitou-se, de início, ao que se relaciona com

a moral individual, com a vida do casal, com os impulsos sexuais: a psicanálise abriu a primeira brecha na autonomia até então concedida ao indivíduo. Ela atingia assim a esfera da religião, mas não a da política: os fundamentos das instituições não eram postos em dúvida. [10] O que se questionava era a moral inspirada pela fé revelada que o poder respeitava e à qual pedia que se ocupasse dos tormentos existenciais, das dúvidas sobre a natureza dos seres e das coisas e da ansiedade que provoca a presciência da morte. Permitindo que se solapassem assim os fundamentos da vida religiosa, as sociedades liberais instalaram-se pouco a pouco num vazio emotivo que leva uma parte de seus membros a outras ideologias: as doutrinas revolucionárias oferecem, num registro leigo, o equivalente da fé religiosa tradicional.

As transformações sofridas pelo controle social desde o início da revolução industrial são profundas. Suas formas tradicionais se enfraqueceram, desapareceram mesmo em muitos casos. A liberdade de ação de cada um é mais forte que no mundo de ontem, mas isso ao preço de uma aculturação menos controlada e da proliferação de desvios. A evolução está ligada à acumulação dos homens em cidades onde a transparência decresce na medida da concentração; ela resulta de uma transformação fundamental das ideologias sociais: o indivíduo perde progressivamente o senso da responsabilidade e a capacidade de julgar o próximo: ele se sente instrumento de forças de que não tem consciência, reconhece a autoridade dos especialistas aos quais se submete; o controle dos atos de cada um deixa de ser exercido por um olhar coletivo e volta às minorias investidas de uma autoridade crescente. [11]

A arquitetura e a regulação da sociedade civil

As sociedades liberais favorecem o florescimento, sob o Estado, de uma sociedade civil à qual ele transfere muitas responsabilidades. Os velhos sistemas de organização das relações sociais não desapareceram no mundo moderno, mas suas funções se reduzem. O controle coletivo diminui pouco a pouco. A família se vê privada de suas funções produtivas — a não ser na agricultura, na distribuição e no artesanato,

mas esses setores decrescem rapidamente. Ela guarda uma parte de seu papel na formação dos jovens, mas é corroída pelo progresso da escolarização. Sua importância só se mantém como unidade de consumo.

O essencial das atividades, dos lazeres e das relações está estruturado pelas burocracias: empresas, grandes negócios, escolas, hospitais, igrejas... Participando assim da atividade das organizações, as pessoas assumem sucessivamente papéis variados, embora pertençam a uma multiplicidade de coletividades. Estas tomam por vezes consciência de sua solidariedade e se transformam em classes. Uma parte essencial da vida política das sociedades liberais situa-se nesse nível.

a **As burocracias.**[12] Na sociedade moderna, as estruturas de poder mais freqüentes são as burocracias. Elas asseguram a execução das decisões do governo, tomando a forma de administrações. Organizam a vida econômica, a produção, as trocas, a distribuição dos serviços e asseguram o enquadramento da vida cultural. Só o setor agrícola resiste ainda à evolução: a ausência de economias de escala e de economias externas apreciáveis em matéria de exploração da terra explica essa anomalia, mas está na iminência de desaparecer. As cooperativas, as organizações profissionais e as empresas de transformação dos produtos alimentares desempenham um papel crescente.

As administrações podem recorrer à força física para impor sua vontade. As burocracias econômicas, culturais ou sociais não têm a mesma possibilidade. Durante muito tempo, não se soube criar uma organização eficiente sem o apoio e a caução do poder público: a Igreja recorreu ao braço secular para extirpar a heresia e combater os cismáticos; não lhe bastava, para impor suas idéias, excluir pela excomunhão os que se afastavam da verdade.

As primeiras companhias comerciais e as primeiras manufaturas exigiam, da mesma maneira, a concessão de privilégios pelo Estado: evitavam a concorrência dos pequenos produtores ou de fabricantes estrangeiros e podiam lançar-se na produção sem ter uma reserva de segurança; escapavam à ameaça de estouro que o espírito de iniciativa dos empregados sempre faz surgir; a situação de monopólio forçava sua clientela a comprar o produto, o que contribuía muito para o seu escoamento.

A concessão dessas vantagens não era compatível com a filosofia igualitária e não-intervencionista do Estado liberal, que assim estava mobilizando o poderio público a serviço de interesses privados. Desestimulava a iniciativa e limitava artificialmente a atividade da expansão. As burocracias privadas tiveram então de imaginar outros métodos para se estruturar.

Elas utilizaram a influência econômica que lhes valia o controle dos fatores de produção: será necessário a força pública para impor obediência aos empregados? Não: eles podem ser despedidos e correm o risco de ficar sem trabalho. Um sistema de remuneração que reconhece os méritos de todos e leva em conta a antigüidade basta geralmente para assegurar a fidelidade dos altos funcionários.

Tais métodos, porém, não tornam as empresas totalmente independentes do poder do Estado. Sem definição jurídica da propriedade dos fatores de produção, os meios de influência desapareceriam.

A empresa organiza à sua vontade os espaços onde se desenvolve a produção: eles são sempre demasiado pequenos, sendo fácil exercer vigilância sobre o trabalho. Uma das aplicações mais célebres do *panopticon* de Bentham [13] é proporcionada pela fábrica onde Jedidiah Strutt [14] mecanizou, pela primeira vez, a filatura do algodão. Não é sintomático?

Uma empresa nunca está fechada no espaço em que se desenrola sua produção: ela compra, vende, se informa. Como obter o concurso daqueles que, trabalhando fora do estabelecimento, não podem ser sempre vigiados? O ideal é que todos reconheçam a autoridade da direção. Isso evita as verificações e os controles. Por que não despertar-lhes o interesse pela sua tarefa, remunerando-os bem e levando em conta seus esforços e seus resultados? Dentro em pouco, as experiências realizadas nesse setor pareceram tão satisfatórias que se procurou generalizá-las: se todos participam diretamente dos lucros das empresas, esta deixará de parecer aos seus empregados como um sistema de coação ao qual é preciso resistir; todos considerarão o negócio como seu, como já ocorre com os técnicos e os engenheiros. A esperança de uma adesão desse gênero levou os industriais a conceder salários mais elevados, à maneira de Henry Ford, e justificou as pesquisas da escola de sociologia das relações humanas. [15] Os objetivos não foram atingidos — a dualidade estrutural

dos interesses de direção e da massa dirigida não desaparece nem mesmo depois da nacionalização da empresa ou de sua colocação em regime de auto-administração — mas o clima melhorou e as empresas mostraram que podiam ser eficientes sem colocar em jogo outras coisas além da utilidade egoísta: o espírito da casa é um fator para o seu êxito.

Nesse caminho, porém, as possibilidades de sucesso são função de políticas econômicas do poder público: o impacto psicológico de uma escala de salários depende do que ela rende à margem. Quando o Estado liberal perde o apoio que lhe era proporcionado pelo entusiasmo nacional, procura manter seu predomínio proporcionando emprego a todos, dando-lhes um salário mínimo e garantindo-os contra todos os riscos. As vantagens que as empresas podem conceder perdem, então, o seu valor. A política de bem-estar faz assim surgir uma contradição entre a sociedade civil e o poder político. Ela enfraquece a eficiência das firmas, sem proporcionar ao Estado a fidelidade que dela esperava.

Algumas pessoas exercem na empresa o poder de decisão e outras são simplesmente executantes. Segundo os sistemas, o direito de decisão cabe a uma ou outra categoria, mas na realidade é sempre confiado a especialistas capazes de elaborar decisões esclarecidas. Num regime liberal, eles medem as preocupações dos bancos ou grupos financeiros cujo concurso é indispensável; realizam uma política social que evita choques e cria um espírito de empresa, sem o qual nada será possível; aproveitam-se daquilo que os serviços de pesquisa da firma apresentam como inovação. A decisão é, portanto, com mais freqüência, negociada: [16] há uma pessoa que toma decisões em última instância, mas o faz em função da influência que cada um pode utilizar em caso de conflito.

As organizações devem sua virtude reguladora à qualidade dos sistemas de retroação que elas utilizam: elas nunca são dirigidas sem preocupação com o contexto, sem referência às resistências sociais das categorias implicadas e sem preocupação de conciliar, na medida do possível, as suas aspirações muito diversas. Para que esse jogo seja possível, convém que cada grupo seja capaz de mobilizar suas forças.

b As coletividades e as classes.[17] Toda vez que os homens partilham de papéis idênticos e ocupam um lugar análogo na vida de relação, aproximam-se pelos seus inte-

resses e pelos seus problemas: têm pontos comuns e constituem objetivamente conjuntos homogêneos, coletividades. No mundo tradicional, as divisões essenciais são introduzidas pela idade, sexo, ou jogo das relações de subordinação. No mundo contemporâneo, a multiplicação das empresas e das administrações faz surgir novas categorias, cuja justificação é ao mesmo tempo econômica e social. Da mesma maneira, o florescimento de ideologias sociais ou de religiões concorrentes cria tipos de coletividades ignorados pelas sociedades arcaicas.

Para que a solidariedade dos membros das coletividades se torne ativa, é preciso que tenham consciência daquilo de que dispõem em comum. Isso não oferece dificuldade nas pequenas células da vida tradicional, mas o isolamento no seio dos grandes conjuntos territoriais torna problemático o aparecimento da consciência de classe.[18] No século XIX, esta só é possível se as pessoas estiverem geograficamente concentradas: é o caso das massas trabalhadoras. Com os meios de comunicação modernos e os meios de comunicação de massa, coletividades muito dispersas finalmente se consolidam: é o que se observa no êxito dos movimentos feministas e das agitações de jovens.

A coletividade, mesmo transformada em classe, não pode agir, decidir e pressionar diretamente: ela constitui um todo não-organizado. É preciso, para dar-lhe forma, que seja estruturada por uma burocracia voltada de preferência para a comunicação, e não para a produção ou a execução.[19]

O aparecimento de coletividades modernas marca-se, portanto, pela floração de novas formas de organização: partidos, sindicatos, associações ideológicas e seitas. Os problemas por elas enfrentados não são os mesmos das empresas ou das administrações. Os partidários de um movimento têm em comum os mesmos ideais e as mesmas aspirações: não é necessário controlá-los sem cessar.[20] As burocracias ideológicas podem ser mais leves do que as outras, mas devem lembrar sempre os princípios que as animam e as orientações que escolhem, se não quiserem que a desconfiança se instale entre a massa: os líderes são com efeito tentados a utilizar o poder que lhes dá a influência sobre seus partidários para satisfazer suas próprias ambições.

As associações, os sindicatos, os grupos ideológicos, não surgem, ao nível da sociedade civil, como contrapoderes cujo

fim é limitar e controlar as empresas e as administrações. Sem eles, a negociação das decisões, tão característica do mundo moderno, seria difícil, talvez impossível: não haveria possibilidade de retroação entre a massa da população enquadrada ou empregada e os que asseguram a sua direção.

As burocracias de partido, os sindicatos, os grupos ideológicos e religiosos assumem uma outra tarefa: servem de intermediários entre os cidadãos e o poder: o sistema representativo implícito na ideologia liberal lhes deve muito. Voltaremos ao assunto.

c As formas econômicas da regulação social. As empresas não vivem voltadas sobre si mesmas: elas trabalham para satisfazer necessidades, para ter lucros e para garantir a segurança e o emprego daqueles a quem agrupou. Ao lado da regulação social interna que permite solucionar os conflitos e chegar a um equilíbrio satisfatório para os interesses existentes, convém dispor de processos que asseguram o ajuste das transações entre as empresas: o mercado desempenha esse papel.

Quando a produção é realizada na escala das explorações familiares, os compradores e vendedores são muito numerosos: as transações se estabelecem por confronto de ofertas e vendas, sem que exista um poder individual. O preço que disso resulta é o mais vantajoso para o conjunto da coletividade. Esse mecanismo só pode aplicar-se a células territoriais reduzidas, devido aos gastos necessários à realização da transparência.

No mundo contemporâneo, os mercados formais onde compradores e vendedores se encontram para confrontar seus projetos tornaram-se raros, com exceção de alguns produtos de base. Quando existem, as grandes empresas ali se enfrentam, embora as condições não sejam as da concorrência pura e perfeita.[21] Um equilíbrio, porém, é possível: Galbraith[22] demonstrou isso ao ressaltar que poderes compensadores se criam cada vez que a concentração tende a perturbar o mercado. As empresas são, por outro lado, bastante poderosas para recolher à distância as informações de que têm necessidade: exprimem as ofertas e as procuras que emanam dos grandes espaços. Os mecanismos de mercado são, assim, capazes de assegurar o ajustamento das decisões em escala

internacional. Somente os pequenos operadores se sentem lesados por essa evolução.

Em muitos setores, o mecanismo formal do mercado desapareceu. As empresas fixam suas condições de venda por decisões unilaterais relacionadas com preços e qualidades. Isso não quer dizer que escapem à concorrência: elas vivem sob a ameaça de firmas que as espreitam e buscam minar as vantagens que conseguem obter. Os clientes são os árbitros da situação: se se recusam a responder, toda a política deve ser revista. A retroação do mercado subsiste, portanto, embora sob uma forma alterada: ela permite, para os produtos de consumo final, confrontar dessa maneira indireta as intenções de um punhado de grandes firmas e as de uma multidão de compradores dispersos. Os riscos são tais que os industriais não se lançam impensadamente na sua produção: os estudos de mercado dão a conhecer antecipadamente as prováveis reações dos compradores em potencial.

Os modos de regulação da vida econômica estão em constante transformação: nos regimes liberais, as empresas demonstram uma plasticidade notável; elas souberam adaptar-se a mercados mais vastos, à transformação constante dos produtos e a uma procura cada vez mais exigente. Para limitar os perigos que resultam dessa transformação, as firmas organizaram em seu proveito a transparência: elas descobriram as vantagens da publicidade.

Estamos muito longe dos modos de regulação da sociedade tradicional. As grandes empresas empregam milhares, às vezes dezenas de milhares de pessoas, e têm necessidade de mercados do tamanho das maiores nações, ou dos espaços internacionais. Os efeitos do poder parecem gigantescos mesmo que as desigualdades entre os parceiros econômicos sejam menos esmagadoras do que no mundo tradicional. [23]

O funcionamento dos mercados supõe regras para :noralizar as transações. As decisões de compra e venda são condicionadas pela abundância ou raridade do crédito. O Estado se encontra, portanto, ameaçado de ampliar sua competência na medida mesma da prosperidade da economia: uma contradição se esboça assim entre o ideal de *laisser faire* do liberalismo e as transformações da sociedade civil que provoca. O poder não pode se desinteressar pelas lacunas da produção — a penúria dos bens de mérito e dos bens públicos

— nem pelas injustiças e tensões que os mecanismos de ajuste não deixam de provocar.

d As formas sociais da regulação. Nas sociedades liberais, o jogo dos mercados é essencial para o funcionamento da sociedade civil. É a eles que se deve o desenvolvimento das relações distantes e o enriquecimento da gama dos serviços oferecidos às empresas e às famílias; a esfera da economia invade progressivamente domínios nos quais a solidariedade, a doação e a redistribuição ocupavam tradicionalmente um lugar dominante, mas uma parte importante da vida civil continua a ser comandada pelas considerações morais e de prestígio.

A ideologia igualitária das sociedades contemporâneas apaga o que assegurava a regulação social em nível local: o olhar coletivo que cada grupo exercia sobre seus membros se enfraquece com a maior mobilidade, enquanto desaparece a hierarquia que permitia a solução de conflitos entre parceiros desiguais. As diferenças de riqueza, de consideração e posição não desaparecem: não se vê como poderiam desaparecer, como lembra Dahrendorf, [24] sem que a sociedade perdesse ao mesmo tempo a sua razão de ser. Mesmo nos meios onde as relações pretendem ser racionais, e onde a moeda constitui um instrumento de medida quase universal, as preocupações morais permanecem e a vida social repousa sempre na competição pelo prestígio. A procura quase universal de rendimentos elevados encontra nisso uma de suas motivações essenciais: segundo Thorstein Veblen, [25] a acumulação é feita com freqüência no intuito de permitir consumos ostensivos, que é indício de vitória social e prova que o consumidor desempenhou bem seu papel na coletividade. À medida que a população aumenta, a riqueza muda de significação: ela deixa de ser desejada por si mesma e pelo poder que proporciona sobre as coisas — trabalha-se então para afirmar aos olhos de todos que se pertence a uma elite. A riqueza se transforma em indício, isto é, meio de promoção social. Ela revela que seu portador chegou aos níveis interessantes da atividade, aqueles em que o papel da reflexão e da criação é importante. Ela é a afirmação de uma superioridade conquistada graças ao esforço e moralmente justificada.

As sociedades liberais contemporâneas estão estruturadas em níveis que nem sempre correspondem às coletivida-

des profissionais já evocadas e às classes que delas derivam. Não se trata de estruturas rígidas como as ordens do *Ancien Régime*. A hierarquia que nasce da competição pelo prestígio não é institucionalizada e está em evolução incessante: traduz uma necessidade profunda de diferenciação numa sociedade que nega as oposições iniciais, que busca limitar ao máximo as diferenças provocadas pela fortuna e o acaso do nascimento, mas valoriza o esforço individual. O dinheiro se torna a medida da realização. Mas não é um critério perfeito: não convém aos que desejam marcar superioridade intelectual, refinamento do gosto, capacidade de apreciar o belo, o sublime, o delicado; nesses domínios, o esnobismo inventa sem cessar novas estratégias de afirmação das originalidades. Na sociedade da segunda metade do século XX, a capacidade de apreciar as culturas mais variadas torna-se o indício mais requintado da superioridade. Baudrillard [26] escreveu páginas notáveis sobre a lógica dos objetos e o sistema dos signos que então triunfa: os bens já não são desejados por si mesmos, mas pelo seu poder de afirmação num sistema simbólico que nem todos são capazes de compreender e cujo esoterismo garante a exclusividade.

e **Diferenciação social e segregação espacial.** Essas transformações estão relacionadas com uma alteração profunda da estrutura local dos grupos. A partir do momento em que toda hierarquização institucionalizada desaparece, os ricos perdem a possibilidade de impor sua vontade aos seus vizinhos pobres e os meios de evitar as inconveniências por estes criadas. Já não há, então, um método direto para se prevenir dos inconvenientes da coabitação; resta apenas uma estratégia aberta: a segregação espacial. [27]

Numa primeira etapa, nasce espontaneamente da incapacidade dos mecanismos do mercado de levar em conta as externalidades que se desenvolvem entre áreas vizinhas. [28] Quando se faz uma venda, o preço do terreno reflete as vantagens e os inconvenientes existentes, e que podem ser previstos pelos interessados. Entre duas transações as condições evoluem, mas nada pode fazer com que os perturbadores paguem as modificações de preço resultantes dos incômodos que impõem aos seus vizinhos pela má utilização de seu próprio terreno. O proprietário precavido só tem uma solução: vender, tão logo toma consciência das desvantagens surgidas e

antes que o preço do terreno baixe. Imediatamente, a oferta de terrenos no setor ameaçado cresce, o que torna inevitável o aviltamento dos preços. Os utilizadores do solo empenham-se numa competição perpétua: os que querem escapar às deseconomias externas fogem ante os que são capazes de impô-las. Enquanto o preço dos terrenos permanece muito alto, não há muitas possibilidades de encontrar entre os proprietários elementos associais capazes de afetar o valor do conjunto com usos levianos, mas não há garantia absoluta. [29]

Na ausência de dispositivo igual de defesa dos interesses locais, a competição pelo prestígio inerente à sociedade liberal se traduz por uma migração perpétua daqueles que têm dinheiro, ante os que ameaçam perturbar a qualidade do meio onde se instalaram. Park e Burgess [30] descreveram claramente esse processo em sua análise das cidades americanas das primeiras décadas deste século: é a origem das transferências para a periferia realizadas pelas classes mais afortunadas. Em contraposição, não souberam mostrar como o jogo das externalidades negativas permite a grupos mais modestos desalojar assim os mais ricos.

À geografia da instabilidade da ocupação do solo, provocada pela competição liberal pelo prestígio, opõe-se com freqüência e das segregações rígidas e da formação de guetos: basta que as estratégias à disposição dos grupos dominantes lhes permitam defender-se e estabelecer domínios bem delimitados. A hierarquia social estável e confessada das sociedades tradicionais é substituída por uma hierarquização oficiosa, tão estável quanto a primeira, mas baseada na classificação das terras e na regulação de seu emprego: as políticas de *zoning* transformam-se em instrumentos de uma ossificação da estrutura social, de um exagero dos contrastes, e relegam os inconvenientes para aqueles que já estão mais abaixo na escala do bem-estar. [31]

A transformação da diferenciação social em oposições espaciais refere-se principalmente à escala local. Enquanto as aglomerações estão sujeitas a uma única autoridade pública, as possibilidades de ver a situação social traduzir-se por uma geografia da desigualdade dos bairros são modestas: os grupos pobres exercem bastante pressão sobre as municipalidades para se defender. Eles perdem o meio, quando o espaço urbanizado é fragmentado em comunas independentes entre si. [32]

Vemos esboçar-se aí uma das contradições das sociedades liberais modernas — e trata-se de uma contradição espacial: para lutar contra a alienação causada pela dimensão crescente das burocracias, temos tendência a reforçar a autonomia das unidades políticas locais. Isso reaproxima os cidadãos daqueles que os governam, facilita a expressão direta das necessidades e lhes dá maior peso sobre as decisões das grandes organizações. Mas quanto mais se ampliam as competências reconhecidas às células territoriais elementares, mais se agravam os riscos de vê-las utilizadas numa estratégia de diferenciação social.

A competição pelo prestígio cria, portanto, as diferenças de *status* social no seio de cada unidade de povoamento. Ela faz nascer também oposições de região a região, mas de maneira mais clara. Toda comunidade exige, para viver, mais ou menos a mesma gama de serviços, o que mantém por toda parte um mínimo de diversidade. A organização do trabalho implica geralmente a disposição, na mesma região, de competências variadas, de numerosas aptidões, o que envolve a combinação de categorias dentro das mesmas aglomerações. As segregações também são possibilitadas pela especialização dos estabelecimentos dentro de cada empresa. [33] Os altos funcionários são colocados junto às sedes sociais, nas grandes metrópoles, ou nos centros de pesquisas, onde as amenidades são grandes. As categorias mais modestas são por vezes totalmente eliminadas desses ambientes pelo jogo do mercado imobiliário e pela aplicação de medidas de *zoning*. No interior das nações, é uma fonte de tensão entre os espaços preferidos e os que são menos procurados.

f Os traços geográficos da sociedade civil. A sociedade civil dos meios tradicionais é feita de células locais justapostas. A pressão coletiva, as relações familiares, as subordinações hierárquicas, as trocas de mercado e o jogo da redistribuição ou das doações bastam para assegurar a regulação.

A transição para a sociedade adiantada, possibilitada pelo triunfo dos sistemas liberais, é marcada por transformações decisivas. A sociedade civil não é mais estruturada de maneira primordial em escala local: é armada por organizações, empresas, partidos, sindicatos, associações ou Igrejas capazes de congregar efetivos numerosos e dispersos. A análise revela complexos de ligações distantes em lugar de célu-

las estreitas, dentro das quais se processava o essencial das transações sociais e econômicas.

As relações armadas pelas organizações se inserem em espaços de dimensões variáveis. As atividades religiosas e os movimentos ideológicos desenvolvem-se, por vezes, dentro de áreas culturais homogêneas, pois dependem da eficiência das comunicações — mas não se trata de uma regra absoluta; o obstáculo da língua não é insuperável.

No setor econômico, a ampliação dos circuitos foi regular, desde o início da revolução industrial. Passou-se dos mercados locais para os regionais, depois para os nacionais e finalmente para os internacionais. Estamos no ponto em que a maioria dos países são demasiado estreitos para proporcionar todas as economias externas e as economias de escala possíveis. [34]

A geografia das organizações é a da grande dimensão; é também a do desenvolvimento desigual: a concentração implica o fechamento de estabelecimentos demasiado pequenos para os métodos modernos de produção. As trocas necessitam da criação de redes eficientes de transporte e meios de comunicação. É nos nódulos dessas redes que as economias externas se multiplicam: a tendência é para a acumulação espontânea das atividades. [35]

As forças que modelam a sociedade civil são, portanto, em boa parte, econômicas; elas se traduzem pela distinção das coletividades e por tomadas de consciência que esboçam classes. Estas procuram exercer pressão sobre as organizações, de maneira a proteger seus interesses: os problemas adquirem assim uma dimensão social. Mas o resultado das ações coletivas das empresas depende das regras instituídas pelo poder político: a pressão dos sindicatos deve, portanto, exercer-se também nesse nível.

O enfraquecimento do controle social local não faz desaparecer os problemas territoriais em pequena escala, mas os transforma. O Estado chama a si uma parte crescente daquilo que até então cabia às famílias, às células territoriais elementares e aos sistemas tradicionais de segurança e redistribuição dos rendimentos. As tarefas confiadas à administração se multiplicam. Isso conduz a uma uniformização das condições da vida social. Ao mesmo tempo, a polarização das atividades diferencia o espaço. Os cidadãos são, cada vez mais, iguais ante os serviços que lhes são devidos — mas

as oportunidades de emprego e os equipamentos que encontram localmente são cada vez mais variáveis.

O enfraquecimento do controle social multiplica as tensões em nível local: as hierarquias tradicionais asseguravam a ordem e a convivência dos grupos, mas elas se enfraqueceram. A competição pelo prestígio não tem os mesmos efeitos reguladores: num mundo que se quer igualitário, só pode ser um fenômeno marginal e mal tolerado. Ele se traduz pela instabilidade das localizações sociais e, quando as autonomias locais são utilizadas para consolidar as hierarquias, pelo agravamento de segregações que estão ligadas às formas mais avançadas da sociedade liberal.

A articulação da sociedade civil revela, nos espaços desmesurados que ela passa a abarcar, jogos múltiplos de poder: poder das organizações, influência econômica daqueles que dispõem dos meios de produção ou que são capazes de deter a circulação das riquezas; influência ideológica daqueles que anunciam o direito novo, o bem novo, as normas novas. Os mecanismos de regulação introduzem um certo equilíbrio nesse conjunto, mas nem todos os conflitos podem ser resolvidos nesse nível. A sociedade civil não é independente da sociedade política: esta surge sempre no pano de fundo. É dela que provêm os regulamentos e as leis que fixam os direitos e os deveres de cada um. É sob a sua ação que os procedimentos automáticos de regulação são completados e corrigidos: assim, a redistribuição das receitas, transformada em monopólio do Estado, reduz em parte a desigualdade dos níveis de remuneração regionais. Devemos, portanto, procurar ver como se estabelecem as relações entre a sociedade civil e o sistema político.

O papel do sistema político nas sociedades liberais

a As missões do sistema político.

1 No quadro dos sistemas liberais, em princípios do século XIX, a definição das regras do jogo social é a principal função do Estado, que faz respeitar as medidas por ele adotadas pela política e pela justiça. O governo deve precisar os direitos de todos. Não basta, para dar a cada cidadão o máximo de iniciativa, afirmar que ele é livre: convém defi-

nir o conteúdo real dessa liberdade e marcar seus limites: a ação de uns não deve interferir nas possibilidades oferecidas a outros.

O Estado liberal fixa, portanto, as obrigações das partes que se ligam pelo contrato. Estabelece o regime da propriedade das terras, dos bens móveis e imóveis. Precisa as condições nas quais o trabalho pode ser objeto de transações. Torna possíveis o funcionamento dos mercados e a constituição das pirâmides de poder nas organizações que estruturam a vida social e econômica. Com o conjunto dessas disposições, o Estado dá uma caução legal às relações que se estabelecem na sociedade civil.

O Estado tem como grande preocupação a igualdade das oportunidades oferecidas a todos: sua tarefa essencial é instituir um sistema onde as desigualdades espaciais naturais são abolidas pela ação da administração. A lei, a justiça e a escola devem ser as mesmas em toda parte, se desejarmos que o liberalismo tenha um sentido.

O Estado liberal recebeu do Estado hegeliano de fins do século XVIII e princípios do século XIX o instrumento que lhe permite apagar todas as diferenças naturais: a administração é capaz de instituir condições uniformes em vastos espaços; é fiel ao poder — isto é, à soberania popular. É a garantia da Lei e vela pela sua aplicação imparcial.

2 A partir do momento em que o Estado toma consciência da importância do desenvolvimento econômico, sua ação tende a assegurar a transparência do espaço e a diminuir os custos de deslocamento: torna a instrução obrigatória, favorece o nascimento de uma imprensa bem informada, cria serviços postais, depois telegráficos ou telefônicos, moderniza as estradas, canaliza os rios, abre portos, traça ferrovias, equipa rodovias e aeroportos. São ações localizadas que rompem a neutralidade espacial do Estado liberal original.

3 Quando as lacunas e as imperfeições da economia de mercado começaram a ser compreendidas, em fins do século XIX, o Estado intervém ainda mais diretamente na vida econômica: assume o encargo da redistribuição de uma parte das rendas em favor dos pobres e assegura o crescimento do consumo dos bens de mérito, subtraindo-os parcial ou totalmente à livre empresa — é o que ocorre com a educação e a saúde. Nas sociedades industriais adiantadas, o Estado chega a gerir diretamente uma parte importante da vida do país: mais

de 2/5 das receitas passam pelos serviços fiscais ou parafiscais dos países industriais adiantados.

As correntes que modelam as sociedades civis das nações liberais no século XX levam a uma divisão desigual das atividades e à concentração da produção nas regiões melhor situadas na rede geral de transportes e comunicações. Isso cria no espaço uma desigualdade; que o Estado moderno assume justamente a missão de reduzi-la. Ele se empenha numa série de correções econômicas e sociais que se inscrevem no espaço de maneira diferenciada: o poder central modula sua ação em função da diversidade das condições locais que o liberalismo acentuou; ele se incumbe da descentralização e do reequilíbrio regional. [36]

b Os problemas de representação. Num Estado liberal ideal, não deve haver intermediários entre o indivíduo e o soberano popular, mas é difícil não reconhecer, entre as liberdades, a de se associar: as organizações que disso resultam devem poder se expressar: a realidade do regime representativo é alterada, mas seu funcionamento é facilitado e moralizado. [37] Se nada existe entre o indivíduo e seu deputado, também nada impede que este use e abuse de seu mandato. Sem órgãos intermediários, a vida política fica à mercê dos ambiciosos, como um meio de ganhar influência e como o caminho mais cômodo para o poder e a riqueza: a concussão é quase inevitável na ausência de estruturas especializadas de representação.

Nas sociedades liberais adiantadas, as coletividades entre as quais a comunidade nacional se divide são organizadas por partidos, sindicatos, Igrejas ou grupos ideológicos. [38] As formas dessas instâncias representativas se modificam com o progresso das comunicações e com as transformações que provocam na tessitura da sociedade civil. [39] Os partidos estão na origem dos clubes que agrupam representantes seguros de sua influência local: reúnem os notáveis solidamente implantados na região que estão encarregados de defender. À medida que as coletividades ligadas à divisão do trabalho tomam consciência de sua solidariedade, os partidos adquirem uma consistência social maior e se apóiam em organizações mais sólidas, à maneira da democracia social alemã, que serve de modelo a essa evolução na segunda metade do século XIX. Há uma geração, as divisões profissionais não

têm mais a mesma significação política: todos, ou quase todos, não são assalariados das grandes organizações? Os partidos modernos se apóiam menos sobre as semelhanças das condições econômicas — sofrem, aliás, a concorrência dos sindicatos nesse setor — e mais sobre o que vem distinguir, em seus interesses ou em suas orientações ideológicas, a grande massa da população: buscam atrair a preferência dos grupos etários, das mulheres, dos sindicatos. Cada formação procura o maior apoio, elaborando uma plataforma que não tem a coerência reclamada pelos partidos dedicados à defesa de uma classe. Para conquistar os votos indispensáveis à vitória eleitoral, o carisma pessoal de um líder tem, com freqüência, tanta importância quanto o conteúdo de suas promessas.

As estruturas econômicas não perderam sua importância, mas tendem a se expressar por outros caminhos. A força do número dos assalariados faz o poderio dos sindicatos: eles não são mais simplesmente um contrapoder indispensável ao equilíbrio dos meios de que dispõem os patrões. Podem paralisar, por um movimento de greve, a atividade nacional. Exercem pressão, exigindo aumento salarial, sobre a situação econômica global do país. Podem proporcionar, com seu apoio, uma ajuda decisiva aos partidos políticos, ou paralisar suas iniciativas com movimentos organizados de protesto.

As grandes empresas não podem ser representadas diretamente nas instâncias parlamentares — não têm número suficiente para isso. Constituem-se, portanto, em grupos de pressão e procuram influir na política oficial por uma ação realizada ao nível de deputados e ao nível das administrações. [40]

As transformações da sociedade civil acabam tornando insuficiente o sistema jurídico de representação: sem a ação discreta ou evidente de grupos de pressão, o Estado não disporia de uma noção da realidade que tem de modelar — e sobre a qual deve dispor de informações tanto mais precisas quanto mais sua ação se diversifica segundo os meios sociais e segundo as áreas regionais.

A poliarquia descrita por Robert Dahl [41] consegue dar uma imagem bastante satisfatória, no plano prático, das sociedades liberais, mas ela o faz um pouco à margem dos princípios por elas reclamados. A tentação é grande, para as organizações que não dispõem de meios legais de ser ouvi

das, de se manifestar por caminhos extraparlamentares. Assiste-se quase por toda parte a uma superação dos representantes oficiais da coletividade nacional pelos grupos mais dinâmicos e poderosos.

A ameaça que assim pesa sobre as instituições liberais vem ao mesmo tempo das grandes empresas, dos movimentos ideológicos extremistas que rejeitam o princípio da negociação e da representação por eleitos, e dos sindicatos. Estes contribuem em grande parte, pelas massas que reúnem, para criar dificuldades aos regimes parlamentares. Todos, ou quase todos, ganham hoje a vida como assalariados de uma empresa, de uma administração, de uma instituição ou de um partido. A imensa maioria da população funde-se, portanto, numa grande massa homogênea: [42] as tensões que nasciam outrora entre a cidade e o campo, entre os trabalhadores e os camponeses, entre os dirigentes e os dirigidos, ou entre os artesãos e seus companheiros, deixaram de ser tão fundamentais. Desta vez, o princípio de alternância, sem o qual o regime representativo perde suas virtudes, se encontra ameaçado. Os 80 a 90% da população que ganham a vida como assalariados podem exercer uma pressão às claras sobre os 10% restantes: entre estes últimos estão os responsáveis por tudo o que é independente do Estado na sociedade civil! As ameaças que a maioria faz pesar assim sobre a minoria podem levar, por um reflexo defensivo, aqueles que asseguram as responsabilidades econômicas a favorecer o advento de um regime totalitário. Inversamente, a maioria pode dificultar a tal ponto a iniciativa privada que os dirigentes dos negócios se sentem desanimados: a empresa perde seu impulso, torna-se impossível administrá-la. Resta ao Estado apenas a solução de assumir sua responsabilidade — mas em condições que tornam difícil a sua exploração. [43] O dinamismo econômico global é, assim, comprometido pela demagogia que favorece a uniformização do corpo eleitoral.

O funcionamento harmonioso do regime representativo está ligado a certas estruturas da sociedade civil subjacente: a diversidade das categorias sociais do século passado e a convivência de um setor camponês, de um setor artesanal, de um setor industrial concentrado e de um setor comercial onde predominam as empresas familiares, eram sem dúvida favoráveis ao jogo das instituições. No mundo massificado do século XX, a sobrevivência dos regimes liberais está ligada

à manutenção, na população, de censuras ideológicas independentes das divisões da organização econômica: são elas que dão aos partidos uma realidade e uma consistência suficientes para torná-los independentes dos sindicatos e dos grupos de pressão econômica.

No total, as sociedades liberais dão às forças e às correntes que as estruturam em profundidade de se expressarem, mas só conseguem isso manipulando a ideologia que as justifica. O modelo de estabilidade que era oferecido pelas grandes democracias de fins do século XIX e princípios do século XX não deve nos enganar: se nada parece mudar no nível político, as sociedades se vêem às voltas com transformações tão notáveis que a longo prazo as instituições não podem mais desempenhar seu papel. O sistema liberal é o de uma sociedade que procura transformar o mais depressa possível suas bases civis, e não o de uma sociedade equilibrada. O liberalismo permite soltar todos os freios da sociedade local tradicional — mas perde, à medida que consegue êxito, o apoio indispensável à sua marcha.

c Soberania nacional e autonomia local.

1 No sistema liberal, a soberania está na vontade da sociedade tomada em seu conjunto. Mas uma nação é uma realidade ampla: todas as decisões terão de ser tomadas no escalão central? Será conveniente criar várias instâncias de deliberação e escolha? A prática do governo e a necessidade de resolver problemas que não têm ressonância geral conduzem à instituição de poderes relativamente autônomos; mas como conciliá-los com a unicidade do soberano popular?

Os governos estão empenhados em atos econômicos e sociais que se inscrevem no espaço de maneiras diferentes: eles os multiplicam quando abandonam o papel de árbitro, com que se contentavam inicialmente, para assumir o de agente de correção dos desequilíbrios sociais e econômicos. As decisões políticas de dimensão geográfica tornam mais úteis as instituições de nível local ou regional e mais grave o problema da autonomia.

2 Nas sociedades tradicionais, a situação era mais simples. O dualismo social era claro, o que permitia, sem dificuldade de princípio, deixar uma grande liberdade às redes mais modestas do enquadramento coletivo: a família, o

regime feudal e a comunidade local partilhavam a responsabilidade de solucionar os conflitos relacionados com a aculturação, a polícia local e a vida religiosa. Eles dirigiam a economia da célula elementar e velavam pela proteção da natureza e pela luta contra a poluição. O Estado moderno herdou uma parte dessas instituições locais, paróquias, comunas, pequenas regiões.

Numa economia feita de elementos justapostos em que cada um é auto-suficiente e apresenta os mesmos traços estruturais, a mesma composição social e a mesma divisão das tarefas profissionais, o reconhecimento de um direito de decisão para cada um, nos setores em que é efetivamente independente dos outros, não constitui um atentado à soberania comum dos cidadãos: cada qual exerce, em seu local de residência, direitos semelhantes aos exercidos em toda parte. Que interesse haveria em centralizar tudo? Nenhum, e os custos de funcionamento seriam inutilmente multiplicados.

3 O Estado liberal pôde deixar que as instituições territoriais tradicionais subsistissem e lhes reconhece uma autonomia real, enquanto a sociedade civil continuou caracterizada pela fragmentação local. À medida que as comunidades se distinguiram e especializaram no âmbito da troca ampliada, o problema teve sua natureza modificada. Será normal deixar uma minoria solucionar, ao regulamentar a utilização de um solo, problemas que se relacionam por vezes com todo um Estado? Será legal que uma minoria territorial ínfima constitua obstáculo à maioria? Será justo que uma comuna rica se recuse a ajudar seus vizinhos pobres, quando a fortuna de seus residentes está ligada à exploração dos trabalhadores instalados ali? Com a abertura da vida econômica e social, as justificativas ideológicas da autonomia se tornam contestáveis: o risco de ver uma comunidade territorial usar sua liberdade para prejudicar as outras torna-se muito forte. Os próprios federalismos são postos em causa: eles se baseiam na idéia de que a comunidade nacional é a reunião de coletividades menores, em que cada uma guarda sua identidade e o direito de determinar seu destino, desde que isso não prejudique os interesses das outras. [44] Mas a ampliação da sociedade civil multiplica os setores em que tais invasões são possíveis. Em muitos casos, um dos Estados acaba exercendo uma influência determinante, dispondo do essencial do poder de decisão ou arrecadando uma parte

anormalmente elevada dos recursos. Não terão desaparecido as condições que permitiriam ao federalismo desenvolver-se harmoniosamente?

4 Que fazer, se não for reconhecida a autonomia às instâncias locais? Não há outra solução senão confiar às administrações periféricas a coleta das informações indispensáveis à elaboração de medidas. Estas são tomadas no centro e sua execução é confiada aos escalões locais. Os funcionários se encontram então numa situação delicada.[45] Só podem consultar, num sistema fundado sobre a soberania popular, os que têm direito de falar em nome da coletividade: escolher de outra forma seus interlocutores constituiria um abuso do poder e um exercício da autoridade recebida por delegação. A administração está condenada a dialogar com representantes aos quais confere, sem o desejar, uma influência considerável: ela cria intermediários que filtram as exigências, são os únicos capazes de formulá-las e se encarregam de explicar aos seus mandantes as decisões tomadas. Uma solidariedade de fato se estabelece entre os funcionários da autoridade e os notáveis: seus papéis são complementares e, embora por vezes se oponham, estão profundamente ligados. Eles se valorizam mutuamente, se entendem para evitar tensões intoleráveis e estabelecem, frente à hierarquia oficial, uma independência real. Assim se explica a defasagem tão notável entre a rigidez dos sistemas centralizados e a aplicação infinitamente nuançada que os políticos freqüentemente conhecem: o controle de que o governo dispõe sobre as realidades locais é com isso singularmente diminuído. Já se perguntou, com freqüência, como a diversidade francesa pôde resistir a dois ou três séculos de centralização e ação uniformizante: a cumplicidade dos notáveis e dos escalões locais da administração explica isso. A evolução que vem aumentando há alguns anos a liberdade das comunidades territoriais tende a romper esse sistema: a reforma regional não conseguiu acabar com os tipos tradicionais de relações entre a administração e os notáveis, mas o peso crescente das grandes comunas permite que elas se libertem da tutela da administração territorial e se dirijam diretamente a Paris.[46]

A centralização absoluta que existe na lógica da doutrina da representatividade popular e da soberania dos eleitos leva, portanto, a um regime em que a ação é constantemente freada pelo aparecimento de poderes parasitários locais. Os

erros nefastos que uma ação mal esclarecida provocaria são, evidentemente, evitados, mas as transformações indispensáveis do quadro político e social também o são. [47] As fórmulas que prevêem uma divisão das funções políticas entre vários níveis são certamente mais eficazes do que o centralismo.

5 A dificuldade é solucionar a divisão das tarefas entre as diversas instâncias. A lógica do exercício do poder leva os responsáveis locais a exigir cada vez mais liberdade e competências, o que solapa a soberania nacional e ameaça a dissolução da formação política — o federalismo exacerba por vezes o autonomismo, em lugar de desarmá-lo. Em compensação, o governo central dispõe da vantagem da dimensão, de modo que a ampliação da esfera de intervenção pública lhe é mais vantajosa do que às instâncias municipais ou regionais: é o que se observa mesmo em países tão descentralizados quanto a Suíça ou os Estados Unidos.

A ampliação da competência do Estado torna de tal maneira pesado o sistema administrativo que a centralização absoluta de todas as decisões é cada vez mais contestada: os atrasos e erros se multiplicam. As políticas de descentralização, a concessão de autonomias mais ou menos acentuadas e a reconquista do federalismo são as respostas a essa evolução. Elas não levam, em geral, aos resultados esperados. Na época em que triunfa a grande organização, as bases locais da vida social praticamente desapareceram. Aquilo que o Estado abandona como soberania não retorna às comunidades locais: organizações paraestatais ou privadas, partidos políticos ou sindicatos, assumem seu controle e desmembram a coisa pública em seu proveito próprio: na França, a autonomia universitária colocou as faculdades sob o controle dos sindicatos, enquanto na Itália as regiões se transformaram em feudos das grandes formações políticas, do partido comunista aqui e da democracia cristã um pouco mais além.

d Balanço do Estado liberal. O Estado liberal mostrou, desde que se começou a formar no mundo anglo-saxônio em fins do século XVIII, uma notável capacidade de adaptação. Forneceu a moldura ideal para a sociedade civil se transformar. As liberdades políticas foram asseguradas inicialmente a uma minoria privilegiada, depois a todos. A democratização dos governos os levou a praticar políticas sociais cada vez mais progressistas. O balanço do sistema

liberal é, sob esse aspecto, positivo, razão pela qual as outras sociedades o escolheram, durante muito tempo, como modelo, sem se preocuparem em saber se lhes convinha: hoje, quando é moda criticá-lo, ainda conserva uma atração suficiente para que os países que o atacam mais freqüentemente consagrem boa parte de suas energias se prevenindo contra o contágio da liberdade que as grandes democracias engendram involuntariamente.

Mas o Estado liberal não é o sistema estático e equilibrado que os politicólogos descrevem com freqüência. Não é apenas a perfeição das engrenagens do sistema representativo que assegura a alternância das retroações, sem as quais não há nenhuma garantia de moderação e de respeito mútuo das liberdades: é a natureza da sociedade civil que condiciona o funcionamento das instituições, que provoca sua evolução e faz surgir dificuldades tanto mais graves quanto o êxito registrado se torna mais notável.

Quando as lacunas e deficiências da economia de mercado começaram a ser compreendidas, em fins do século XIX, o Estado passou a intervir mais diretamente na vida econômica: assumiu a responsabilidade pelas ações de redistribuição e assegurou o crescimento do consumo de bens de mérito, subtraindo-os total ou parcialmente à livre empresa. Nas sociedades industriais adiantadas o Estado administra hoje uma parte importante da economia nacional. As deficiências e injustiças mais gritantes da sociedade civil de inícios da era industrial foram eliminadas. A concentração das atividades em alguns setores do território nacional e a resultante multiplicação das poluições e inconveniências são progressivamente limitadas. A tendência à aglomeração começa mesmo a inverter-se, em alguns países. Poder-se-ia crer que a sociedade liberal nunca foi tão forte. Ela está, na realidade, minada pelas transformações que ela possibilitou.

A dimensão das áreas submetidas a uma mesma autoridade cria inicialmente um problema: o consenso que fazia da nação uma estrutura territorial fundamental foi hoje abalado ao mesmo tempo pelo internacionalismo e pelo reaparecimento de vínculos locais e regionais, que a difusão das contraculturas reaviva. [48]

O sistema representativo é ameaçado pela multiplicação das organizações: nem todas conseguem fazer ouvir sua voz através do sistema parlamentar, o que contribui para instaurar um clima de violência.

À medida que se afirma o progresso material e que o Estado contribui mais para a segurança de todos, o apego de cada um às vantagens que recebe é desvalorizado pelo efeito marginal: [49] a coisa pública perde sua atração ao mesmo tempo que a ação de ajuda aos desfavorecidos torna mais irrisória, para os que trabalham, a recompensa ao seu esforço — ao declínio do espírito patriótico se acrescenta a insipidez do espírito de empresa. Isso abala os Estados mais solidamente estruturados.

O colapso das estruturas locais da sociedade civil torna cada vez mais difícil a aculturação dos jovens e multiplica o comportamento divergente. As instituições criadas pelo Estado para substituir a família e os grupos locais não se revelaram à altura da tarefa que lhes foi confiada.

As dificuldades do Estado liberal são tão numerosas que sua morte próxima é anunciada por todos. Já se procura substituí-lo por outros regimes — mas as alternativas não são atraentes: há quem defenda um regionalismo que parece uma forma de retorno ao passado; outros inclinam-se para um autoritarismo que encerra o risco de levar rapidamente ao totalitarismo. A solução não está, evidentemente, nisso. As instituições do regime liberal permitiram a ampliação da esfera da sociedade civil a tal ponto que as relações tradicionais foram destruídas e os instrumentos da política são insuficientes para responder aos problemas suscitados. As vantagens da transformação geográfica são, porém, tão grandes que não seria razoável querer suprimi-las, mesmo que isso solucionasse, durante certo tempo, algumas dificuldades. A solução dos problemas da sociedade liberal deve ser procurada numa reflexão sobre as relações entre a sociedade civil e a sociedade política: como limitar a alienação que resulta da ampliação das organizações? Como dar a todas as forças sociais e econômicas um meio de se expressar? Como dar ao poder as armas que lhe faltam para solucionar um certo número de problemas da vida administrativa?

A solução para a maioria desses problemas implica uma nova hierarquia das instâncias políticas e uma ampliação das instituições políticas supranacionais. É algo difícil, mas a evolução mostra que não é impossível: quem teria dito, há uma geração, que um mercado comum seria um dia o instrumento de renovação econômica da Europa ocidental?

9

O Estado e a Sociedade Civil nos Regimes Autoritários e Totalitários

Os regimes liberais são raros, hoje: são encontrados quase que apenas nos grandes países industriais adiantados. [1] À medida que o mundo se abre às trocas, às idéias novas e às técnicas modernas, as bases das sociedades tradicionais vão sendo minadas. As ideologias igualitaristas se difundem por toda parte. As formas políticas baseadas no respeito às pirâmides hierárquicas tradicionais não resistem a esse abalo. As tentativas de imitar as grandes democracias terminam quase sempre em fracasso: são as fórmulas autoritárias que parecem convir melhor às nações jovens.

As fórmulas totalitárias baseiam-se em ideologias igualitaristas, mas cuja lógica opõe-se à do liberalismo. Seu êxito depende dos movimentos revolucionários cuja história e geografia dependem tanto dos acasos da difusão das idéias quanto dos caracteres da sociedade em que se desenvolvem. Elas oferecem às nações do Terceiro Mundo um caminho para a modernização: [2] além disso, freqüentemente é difícil distinguir entre o que é verdadeiramente totalitário e o que se relaciona com as tradições do Estado autoritário, ou do Estado hegeliano, onde o soberano obtém sua legitimidade da qualidade da ação que desenvolve.

As fórmulas autoritárias e totalitárias têm em comum o fato de agirem em profundidade sobre a sociedade civil: no sistema liberal, o objetivo é deixar o jogo das iniciativas

privadas modelar tanto quanto possível o ambiente social e econômico. Nas fórmulas concorrentes, a finalidade é provocar transformações que não se produzem espontaneamente e guiar a evolução, agindo em todos os escalões da realidade.

As fórmulas autoritárias estão mais próximas dos regimes tradicionais do que as formas totalitárias. É por elas, portanto, que começaremos.

Autoritarismo, totalitarismo e transição para a sociedade adiantada

Às vezes as estruturas políticas se transformam mais depressa do que a sociedade civil que elas emolduram: a vida econômica e social se desenrola no seio de comunidades estreitas e já se procura criar um Estado moderno!

A difusão das ideologias igualitaristas priva as instituições políticas centralizadas, quando existem, de seu apoio tradicional. É preciso, portanto, encontrar-lhes uma justificativa nova, criar-lhes uma legitimidade que não seja contestável. Quando o país ignora totalmente o Estado, este deve ser construído a partir do nada.

O primeiro reflexo é utilizar o modelo liberal adotado pelos países europeus. A experiência mostra que ele não se adapta bem às estruturas da sociedade civil. Antes da modernização, esta é feita da justaposição de células organizadas segundo princípios próximos: ela se baseia por vezes em laços familiares ou na fidelidade a um clã e a uma tribo. As únicas coletividades vivas são então locais: [3] as dificuldades de comunicação tornam impossível a constituição de classes mais vastas. Nas sociedades em que a agricultura tem um lugar privilegiado, as relações sociais são comandadas pela propriedade do solo: dela resultam as clientelas que agrupam os camponeses sem terra em torno dos grandes proprietários capazes de lhes oferecer trabalho e proporcionar os meios de vida. A distinção entre níveis hierarquizados, castas ou ordens, dá a essas relações de dependência uma significação geral. Os grupos proprietários têm geralmente os meios de comunicar-se entre si: têm consciência daquilo que os une, constituem a única classe estruturada no conjunto do país, a única coletividade em que se pode apoiar um poder. Quando as estruturas de ordens e de castas existem, favorecem o aparecimento de sentimentos de grupo mais amplos

do que o grupo local: permitem que se formem frações solidárias em todo o espaço nacional.[4]

a Quando se procura criar um sistema representativo numa sociedade cuja unidade é recente e imposta do exterior, num país saído da aventura colonial e composto pela junção arbitrária de áreas tribais, as únicas coletividades vivas têm base étnica: o liberalismo faz pesar sobre a nação que se busca a ameaça de colapso e o risco de pulverização em unidades tão pequenas que nada as poderá estruturar eficazmente. Para criar o Estado, as elites locais buscam outras soluções: voltam-se para o autoritarismo ou o totalitarismo.

b As sociedades de castas são as únicas cuja estrutura em coletividade é bastante diversa e contrastada para que um regime representativo possa funcionar na base dos sistemas tradicionais de relações. Onde as barreiras de castas são totalmente rígidas, como a sociedade indiana, elas não representam mais fronteiras econômicas ou profissionais: criam uma articulação muito viva da sociedade, sem se confundir com os grupos de pressão econômica. O governo pode, assim, apoiar-se em coalizões capazes de canalizar aspirações variadas e expressar reivindicações provenientes de meios modestos, de regiões periféricas. Compreende-se por que a Índia[5] é o único país do Terceiro Mundo no qual o parlamentarismo à inglesa não desmoronou em poucos anos. Poderá um regime assim ser dinâmico? É a pergunta que se impõe: seu enraizamento nas estruturas mais tradicionais da sociedade não lhe impedirá as ações vigorosas de modernização? Os grupos interessados na evolução se voltam, com freqüência, para o autoritarismo ou o totalitarismo.[6]

c Quando as estruturas fundamentais da sociedade civil estão ligadas ao regime da terra, existe geralmente uma elite rica, instruída e consciente de seus interesses e dos problemas da sociedade global. O Estado não é ameaçado pela desagregação das ideologias tradicionais. Pode encontrar, durante certo tempo, uma justificação satisfatória no liberalismo.

Na América Latina[7] as solidariedades em que as nações se fundamentam foram exaltadas pelas guerras de independência: a elite proprietária desempenhou nelas o papel prin-

cipal. As instituições foram copiadas das existentes na Europa de então. Mas o regime carece da diversidade de coletividades conscientes que torna possível o jogo da alternância e faz do liberalismo o fiador da paz social: mesmo que as elites estivessem animadas do mais sincero amor pela república e pela liberdade, como ocorreu desde a Argentina até o México em princípios do século XIX, a realidade sociológica de base não mudou com a derrota da Espanha. O clientelismo proíbe à população rural reivindicar uma representação autônoma. As elites pertencem à aristocracia agrária. A massa da população não tem meios de se fazer ouvir.

A tarefa do governo não é facilitada com isso: no interior da classe dominante, nada dá às divisões uma justificativa e uma continuidade; as oposições que surgem e que o regime representativo cria nascem de conflitos ideológicos superficiais: de um momento para o outro, as separações se modificam. O poder está nas mãos de facções que não têm uma base popular viva, e têm consciência disso, sabendo que devem o seu êxito mais ao acaso de alianças felizes do que a um acordo profundo entre o governo e as massas da nação.

Os que detêm o poder só dispõem, frente à elite imobiliária, de uma autoridade limitada: todos sabem que ali estão graças ao sucesso de combinações efêmeras; a dominação da aristocracia sobre a massa da população não é, em compensação, ameaçada, pois nada contesta o regime da clientela. A política surge então como um jogo dos ricos: os que se beneficiam dela obtêm lucros importantes — os impostos e as alfândegas proporcionam rendas notáveis. A história das nações sul-americanas [8] deve ao conjunto desses traços estruturais a instabilidade dos regimes, a fragilidade dos sistemas representativos e a freqüência dos golpes de força. Mesmo onde as regras do jogo liberal são respeitadas, o Estado revela sua incapacidade de modificar em profundidade a sociedade civil de que é prisioneiro.

A partir do momento em que se vê esboçar, numa parte das camadas modestas, aspirações do tipo democrático, o caráter da vida política se modifica: os regimes se podiam dizer liberais em princípios do século XIX baseando-se apenas num alicerce muito estreito de classes. Quando a minoria privilegiada se sente ameaçada em suas propriedades e em seus direitos pela difusão do igualitarismo — sob suas

formas liberais, agrárias ou socialistas — seu problema essencial se modifica. Ela está disposta a deixar cair a máscara do liberalismo para salvar a sociedade civil que explora. Ela mascara, por vezes, o problema, atacando a Igreja, que constitui pelos seus bens terrenos uma concorrente: muitos pensam em aumentar suas posses a elas acrescentando os bens eclesiásticos. Outros são mais sensíveis ao apoio que a religião dá ao regime estabelecido. A elite divide-se, portanto, sinceramente em sua atitude. A política anticlerical defendida por certos grupos tem a vantagem de desviar o descontentamento popular de seus objetivos fundamentais: enquanto a cólera das massas se voltar contra a Igreja, os grandes proprietários não estão diretamente envolvidos — podem mesmo obter vantagens substanciais com a secularização.

Chega um momento em que esses subterfúgios deixam de ser úteis. O regime liberal não conseguiu modificar a sociedade civil: nesse contexto, ele é fundamentalmente conservador, não é mesmo capaz de conter os descontentamentos que se acumulam. Encontra-se ameaçado ao mesmo tempo à sua direita e à sua esquerda.

O artifício da instituição liberal foi sempre tão evidente que a tentação dos golpes de Estado era permanente. Agora que a situação é grave, o exército tem outra coisa a oferecer: pode amordaçar os descontentamentos populares. Renuncia-se ao aparelho representativo que justificava o exercício do poder, mobiliza-se a força pública para consolidar as instituições e frear a transformação da sociedade civil. O regime se torna puramente autoritário.

Hoje, pode ocorrer que o exército rompa com os meios da aristocracia aos quais estava tradicionalmente ligado. Ele renuncia a servir de muralha a uma ordem que julga condenada. Resolve assumir os destinos do país para assegurar a transformação que até então não ocorreu. Organiza-se segundo o modelo dos regimes totalitários: [9] é levado a isso pela dificuldade que experimenta na transformação das estruturas e das mentalidades. Sem enquadramento ideológico, todas as tentativas parecem fadadas ao fracasso.

a Há, portanto, uma espécie de fatalidade que impede que as sociedades tradicionais saiam de seu subdesenvolvimento utilizando o arcabouço das instituições liberais. Certos países tiveram logo consciência disso e pro-

curaram uma solução na afirmação do autoritarismo: na Europa oriental e central, por exemplo, os governos autocráticos se apoiaram nas aristocracias agrárias para manter as estruturas hierárquicas. Em certos casos, conseguiram favorecer a evolução da sociedade civil — na Prússia, por exemplo — mas em outros, como na Rússia ou na Áustria-Hungria, as estruturas tradicionais continuaram sendo demasiado pesadas e os descontentamentos se acumularam.

b O êxito da fórmula liberal no caso dos países do Noroeste da Europa e da América do Norte é excepcional. Isso decorre das particularidades que já haviam sido assumidas pela sociedade civil. Em nações como a Inglaterra, a Holanda ou a França, a economia de troca havia conhecido um desenvolvimento notório nos séculos XVII e XVIII, embora uma parte importante da riqueza estivesse nas mãos de negociantes e armadores. Com o início da manufatura, cerca de 1760 ou 1780, na Inglaterra, e cerca de 1820 ou 1830 na França, é a classe dos industriais que se afirma. As querelas religiosas e os movimentos filosóficos dão origem a filiações ideológicas variadas e que só parcialmente coincidem com as divisões de classe baseadas na fortuna ou na posse dos meios de produção. As coletividades são, portanto, mais diversas que em outros lugares. A massa da população continua, porém, rural e a grande propriedade desempenha, em toda parte, um papel notável: na Inglaterra, tem um lugar tão destacado quanto nos países da Europa oriental.

Se os Estados de fins do século XVIII e dos primeiros decênios do século XIX se tivessem estruturado em linhas totalmente democráticas, a realidade do poder teria cabido às aristocracias agrárias — os camponeses votariam em seus senhores. A estrutura social se teria congelado. O governo não estaria ligado aos meios mais dinâmicos. Os regimes censitários permitiram outros equilíbrios. Dão a impressão de serem instrumentos de políticas de classe, quando na verdade tornam impossível o domínio completo de um grupo sobre os outros. Dão com efeito aos meios urbanos um lugar que seus efetivos não lhes teriam assegurado: os negócios, as finanças, a empresa, estão bem representados. Há uma certa solidariedade entre os que a fortuna favoreceu, comerciantes, industriais, burgueses enriquecidos pela especulação com os bens nacionais, ou descendentes de velhas famílias — mas

os pontos de atrito são ainda mais numerosos. Na França, [10] por exemplo, os que controlam a terra são adeptos de um catolicismo intransigente, enquanto as camadas que se ocupam da industrialização são protestantes, ou animadas por um espírito voltairiano. Assim, o regime representativo dá origem precocemente à poliarquia que o articula sobre as realidades profundas da sociedade civil e lhe permitem mostrar-se eficaz. A multiplicidade das fidelidades torna improvável o domínio indefinido de um grupo sobre os outros.

A transição feliz da sociedade tradicional para a sociedade adiantada que a Europa conheceu está, portanto, ligada a essa conjuntura bastante excepcional que tornava a sociedade inconstante, multiplicava as camadas e tornava possíveis os debates que esclareciam as opções necessárias às evoluções. Os artifícios das constituições contribuíram menos para o êxito dos regimes liberais que a estruturação original das sociedades que desconheciam os dualismos simples e rígidos tão freqüentes no mundo de ontem.

As formas autoritárias ou totalitárias do poder surgem, assim, muito menos como incidentes do que como formas normais adaptadas às civilizações onde a transformação política se antecipa à evolução econômica e social. [11]

As formas e a ação dos regimes autoritários

Os regimes autoritários prolongam nos séculos XIX e XX os despotismos à moda filosófica e as políticas concebidas na cúpula, por uma razão dominante, à maneira hegeliana. Adquirem, por vezes, um aspecto conservador, quando se apóiam na Igreja, nas aristocracias agrárias e nos proprietários, mas a tentação liberal e a preocupação de promover as evoluções consideradas indispensáveis talvez sejam igualmente freqüentes. São encontráveis na vontade de Bonaparte de prosseguir a revolução, bem como no sonho perseguido por seu sobrinho de dar à França as bases econômicas modernas que lhe faltavam até então.

Os regimes autoritários são, portanto, muito diversos. Suas orientações são divergentes, sua eficiência é muito variável. O que têm em comum, em definitivo, é sua maneira de se articular sobre a sociedade civil. Sua justificação ideológica é fraca: [12] assemelham-se às tiranias antigas ou às

conhecidas pelas cidades italianas do Renascimento, pois não pretendem nenhuma legitimidade prévia — não nascem da vontade popular ou de uma razão tradicional. Só merecem a autoridade que buscam exercer pela qualidade de sua ação.

Os regimes autoritários obtêm o essencial de sua eficiência da perfeição com que utilizam a administração para modelar a sociedade civil. Não procuram desenvolver a iniciativa individual. Não têm confiança na criatividade e na responsabilidade de cada pessoa. Agem de acordo com um plano concebido na cúpula e que procuram aplicar por toda parte. O objetivo a que visam é diverso: certos regimes se propõem salvar a sociedade civil tradicional dos perigos que a ameaçam, muitos procuram conter o movimento das sociedades afundadas no imobilismo. Os problemas ideológicos não lhes interessam diretamente: eles só se preocupam com os movimentos do pensamento a partir do momento em que estes os ameaçam. Em seu cinismo, o soberano autoritário aceita a pluralidade das filosofias e das religiões, na medida em que não colocam em risco a sua predominância.

Quando não se procura dirigir a aculturação dos jovens e a formação ideológica das massas, as forças de que se dispõe para modificar a sociedade civil se tornam limitadas. O regime autoritário não dispõe, em geral, dos meios de se transformar em sistema policial. Mesmo que o deseje, faltam-lhe, para tanto, recursos suficientes — já vimos como o enquadramento minucioso de toda uma população numerosa custa caro aos que o procuram realizar.

A eficiência do regime autoritário baseia-se, portanto, numa ambigüidade: só consegue controlar efetivamente o espaço que procura dominar e transformar se for considerado como legítimo por uma parte da população que lhe dá sua colaboração e assegura, para ajudá-lo, uma vigilância efetiva do espaço. O regime autoritário que pretende dominar a sociedade global e impor, em nome do interesse superior, direções novas à sociedade civil, é prisioneiro de alianças que lhe dão o controle da realidade. Sua ação é limitada pela orientação daqueles que o ajudam. Quando repousa sobre a confiança dos meios tradicionais, da Igreja, dos grandes proprietários, lhe é difícil modificar profundamente o regime das terras, atacar o clientelismo e agir sobre a massa instituindo um sistema de ensino obrigatório. Inversamente, quando o regime autoritário encontra seu apoio junto dos grupos po-

pulares, lhe é difícil conceder às empresas as medidas que reclamam para se desenvolver.

Os freios que suas alianças impõem ao regime autoritário não são absolutos: eles não o desarmam totalmente. Quando se apóia em estruturas locais tradicionais, pode criar sem problemas a infra-estrutura geral dos transportes e dos meios de comunicação que promovem a transformação da sociedade civil: Napoleão III, escolhido pela França rural, sabia conciliar as medidas que agradavam aos notáveis e aos camponeses com as ações mais ousadas no setor da indústria e do comércio. Acaba mesmo por criar dificuldades para seu regime: os meios urbanos e industriais, que o apóiam sem entusiasmo ou se lhe opõem, se desenvolvem na medida mesma da qualidade de suas iniciativas econômicas.

A ação do regime autoritário sobre a ação da sociedade civil toma, então, formas diversas. O controle de que necessita para transformar as estruturas é tanto mais fácil quanto a vida civil é melhor enquadrada. A pulverização do mundo da produção reduz, em compensação, seu impacto econômico: é mais vantajoso entender-se com um punhado de homens de negócios dinâmicos do que com uma multidão de pequenos agricultores, artesãos ou comerciantes. Qualquer que seja o apoio indispensável ao regime, a lógica da intervenção sobre a sociedade civil leva à concentração: não são as necessidades da produção ou da comercialização que levam à sua apreciação, mas a maneira pela qual ela se presta a uma política voluntarista.

A Alemanha nacional-socialista oferece um bom exemplo de evolução desse tipo. A base do regime era, em parte, popular: a lógica exigia, então, aparentemente, a limitação da liberdade dos empresários e a utilização de seus lucros para atender às aspirações das massas e neutralizar a propaganda dos socialistas e comunistas. Mas para ter uma máquina de guerra eficiente, eram necessárias grandes sociedades donas de suas iniciativas nos setores em que se especializavam. Albert Speer, que havia compreendido isso, obteve da economia alemã muito mais do que os especialistas consideravam possível.

A ação dos regimes autoritários deve à sua ambigüidade fundamental a capacidade de criar contradições. As transformações da sociedade civil, mesmo limitadas pelas alianças formadas, tendem para a ampliação das relações e a

abertura crescente às trocas e aos movimentos de idéias. Isso provoca a perda da eficácia dos controles exercidos pelos grupos tradicionais — embora seja deles que depende a solidez do sistema. Não agindo em profundidade sobre as mentalidades e sobre as instituições, o sistema se encontra ameaçado. A forma autoritária desaparece nos sobressaltos provocados pelas tensões. Para se estabilizar, ela tem necessidade de um domínio mais sólido da sociedade civil, e que só pode ser proporcionado pela forma totalitária.

A ação dos regimes totalitários

O fundamento dos regimes revolucionários e totalitários é ideológico: sua finalidade é proporcionar à sociedade bases de justiça e eqüidade que até então lhe faltavam. Seu propósito não é colocar-se por sobre grupos cujo comportamento permanece em grande parte autônomo, e sim fazer triunfar a verdade, a verdade dos movimentos que julgam deter finalmente o segredo de uma vida social harmoniosa e esperam oferecer aos indivíduos as condições que faltam, até então, ao seu desenvolvimento. [13]

A ação dos regimes totalitários difere ao mesmo tempo da ação dos regimes liberais e da ação dos regimes autoritários. Em lugar de dar à sociedade civil o mais largo campo possível, eles procuram reduzi-lo ou suprimi-lo: tudo o que é espontâneo está perigosamente marcado de dominação e desigualdade mascarada. As únicas relações que podem ser absolvidas desses defeitos são as que se desenvolvem por estímulo do poder. A preocupação do controle e a vontade de dirigir estão marcadas pela intervenção ideológica permanente: convém fazer com que todos admitam os objetivos escolhidos — é preciso modelar o homem segundo um modelo novo, fabricá-lo sem as imperfeições que até então o tornavam invejoso, amargo, egoísta e o impediam de realizar plenamente o seu potencial.

Os sistemas totalitários empenham-se, portanto, em duas séries de ações em relação à sociedade civil: 1) procuram suprimir os mecanismos de regulação portadores da injustiça que buscam eliminar; 2) tentam substituir a família e o grupo local, para assegurar a aculturação dos jovens e a vigilância permanente da população. A esses dois objetivos fundamentais acrescentam-se outros menos específicos: os

regimes marxistas aceleram a concentração dos meios de produção para favorecer sua socialização e a passagem do socialismo ao comunismo: tudo é feito para ajudar as mutações da economia e o progresso da produção.

a A vontade de promover a aculturação da população e assegurar seu controle ideológico leva os governos totalitários a atribuir grande importância ao enquadramento local. A mobilidade e a abertura às trocas constituem, desse ponto de vista, obstáculos consideráveis. O ideal é uma distribuição sem dispersão absoluta — o olhar do partido corre o risco de não atingir a totalidade da população — e sem concentração marcada, pois a multidão se torna então anônima.

Durante muito tempo os países totalitários acreditaram possível a realização de seus objetivos sem proceder à remodelação total de sua geografia humana. [14] As nações da Europa oriental onde o comunismo triunfou primeiro tinham uma velha tradição cristã, de tal forma que o enquadramento da massa da população já era bem rigoroso: o hábito das disciplinas de vida rigorosas impostas do alto era generalizado, e bastava colocar-se no lugar do sistema até então em vigor. A situação é diferente nos países onde a sociedade tradicional nunca teve um enquadramento ideológico autoritário: não se trata de substituir um poder por outro, mas de criar um, integralmente, nos meios rebeldes a esse tipo de constrangimento.

A desconfiança com relação à cidade traduz, desde o início da aventura totalitária, a vontade do poder de afirmar seu domínio ideológico. Mesmo que o regime deva sua formação a revoluções urbanas, ele não demora a voltar-se contra aqueles que o colocaram no poder. Manda disparar contra os marinheiros de Kronstadt ou contra a multidão de operários descontentes. As pequenas cidades oferecem menos dificuldades ao poder do que as grandes concentrações urbanas.

Mas a resistência camponesa é um problema sério. Para romper a oposição ideológica das multidões dispersas a única solução é reagrupá-las. A URSS dá o exemplo: desde o primeiro plano qüinqüenal, ela se lança a uma política de coletivização forçada. É uma loucura do ponto de vista econômico: na maior parte dos setores, o tamanho ótimo das

unidades de produção é ainda muito pequeno quando os *kolkhozes* são criados, de tal maneira que não há nenhum aumento de produtividade a atingir com essa medida. A má vontade camponesa só pode provocar uma redução das terras semeadas: ela é, com efeito, dramática. A situação é catastrófica para a pecuária: serão necessários mais de 40 anos para reencontrar os níveis alcançados antes do início da coletivização.

Há uma geração a necessidade do enquadramento ideológico multiplicou as experiências autoritárias à maneira russa, ou segundo modalidades originais. A concentração dos *kolkhozes* não deixou de se acentuar na URSS: as pequenas aldeias isoladas, numerosas no Noroeste da Rússia, foram reabsorvidas — criam-se agrovilas. Na China, a comuna oferece uma célula de enquadramento e de controle mais eficiente do que o *kolkhoze* soviético. Ela é mais importante pela população que agrupa: o jogo da observação coletiva seria perturbado se todos estivessem concentrados no mesmo ponto, mas a divisão em aldeias permite a vigilância de todos. O jogo das brigadas rompe as solidariedades espontâneas que ameaçam surgir nas unidades de habitação. O crescimento urbano é freado e a população que se acumulou nas grandes cidades em conseqüência da instabilidade dos últimos anos do regime nacionalista é mandada de volta à terra.

Na África, Julius Nyerere tomou por modelo os países socialistas da Ásia para conceber sua política de redistribuição da população. As cidades foram esvaziadas daqueles que não tinham ali um trabalho regular. Nos campos, o reagrupamento dos agricultores que viviam dispersos, ou em pequenas aldeias, foi sistemático. As vantagens esperadas dessa política são múltiplas: ela reduz os custos de distribuição dos serviços elementares, facilita a escolarização dos jovens, torna possível a edificação de um setor cooperativo que prefigura o que será o socialismo. Chega-se, sobretudo, a exercer por toda parte uma ação intensa de propaganda; os temas oficiais são ensinados a todos, reavaliados sem cessar. O controle ideológico é firmemente assegurado.

Não se sabe muito bem como o regime do *khmer* vermelho organizou o Camboja depois da queda de Long Nol, mas o que se conhece mostra o mais sistemático esforço jamais empreendido para assegurar o controle ideológico total de um povo. Pnom Penh, que cresceu com a guerra e se tornou

multimilionária, foi reduzida a umas poucas dezenas de milhares de habitantes, membros fiéis da Organização. Toda a população foi recambiada para a terra, por unidades bastante fortes para serem facilmente vigiadas, e depois de um caldeamento preliminar que rompeu com as velhas solidariedades e filiações ideológicas tradicionais.

Mesmo quando não se reveste de uma forma tão brutal, a política de controle ideológico se choca com outras ambições do regime: para abalar os fundamentos da sociedade econômica, ele é obrigado a promover a concentração.

b A concentração nasce da vontade de suprimir os mecanismos de ajuste da sociedade civil tradicional. Se a exploração do homem pelo homem se torna possível pelo mercado de trabalho e pelo mercado dos fatores de produção, o socialismo deve suprimi-los. Para isso deve impedir qualquer reaparecimento insidioso, que se produz automaticamente se permanecer uma gestão descentralizada. Só a centralização garante uma passagem efetiva e definitiva.

A concentração das decisões econômicas é ao mesmo tempo indispensável e difícil. [15] Ela é tecnicamente impossível enquanto o número das unidades de produção for muito grande. A coletivização das terras favorece o controle ideológico das massas camponesas ao mesmo tempo que substitui as fazendas individuais, necessariamente autônomas, por unidades cooperativas menos numerosas e mais obedientes às injunções do poder. A supressão do artesanato não tem, em muitos setores, outras justificativas.

A gestão centralizada de uma economia nacional é uma tarefa muito pesada, mesmo quando se torna possível pela constituição de grandes unidades de produção. Certos elementos escapam ao planejador, qualquer que seja o seu poder: as decisões de consumo das famílias, por exemplo. Pode-se negligenciar esse problema enquanto subsiste a penúria: as pessoas se satisfazem em encontrar qualquer coisa, e não protestam contra os erros ou desperdícios. A partir de um certo ponto de desenvolvimento, a impossibilidade de controlar a procura final cria, fatalmente, problemas.

Os responsáveis pelo sistema de planejamento só podem agir eficazmente quando estão bem informados. O sistema confunde os canais de transferência de ordens e os canais pelos quais transitam as notícias indispensáveis à previsão e

ao ajustamento das decisões econômicas: sabe-se que as informações solicitadas encerram o risco de provocar uma revisão das normas e por isso nem todas são fornecidas. O centro nunca está ao corrente daquilo que lhe seria necessário, e isso apesar da permanente ação de vigilância do partido.

As decisões de planejamento são tanto mais complexas quanto maiores as trocas e quanto mais a produção e o consumo se diversificam. Como a elaboração das decisões é dificultada, por vezes paralisada, pela falta de dados exatos, preferem-se as soluções que facilitam a tarefa: para tornar menos pesadas as intervenções, o planejador prefere a distribuição local dos produtos, mesmo que isso se afaste do ótimo econômico permitido por uma divisão geral do trabalho: o abastecimento agrícola vem, por prioridade, da região onde ele é consumido; as empresas industriais fabricam com freqüência as peças e ferramentas que lhe são indispensáveis. Não há um esforço para organizar uma transparência nacional, exceto para os produtos cujo fornecimento está limitado a áreas estreitas — o algodão no caso da URSS — e para os que são estrategicamente importantes. Na China, a distinção entre os escalões locais e nacionais de planejamento é mais sitemático ainda que na URSS: a realização de um mercado nacional para um país de 900 milhões de habitantes excedia a capacidade de organização do sistema.

A dificuldade de satisfazer uma procura final imprevisível e caprichosa retarda o momento da abundância: a penúria se prolonga porque a nova capacidade de produção é orientada para a fabricação de equipamentos e armas.

A dificuldade de assegurar uma administração centralizada não impede que o peso dos organismos de planejamento aumente à medida que a produção cresce e se diversifica. Há uma contradição entre o desejo de limitar o tamanho das cidades, para nelas criar as condições de um controle ideológico efetivo, e a necessidade de dar aos centros regionais e à capital as dimensões indispensáveis à solução de todos os problemas e às numerosas decisões indispensáveis.

A complexidade da economia se afirma com o progresso e ameaça o sistema: ele corre o risco de morrer de apoplexia, de tal modo se acentua a sobrecarga do centro com a generalização das trocas. O progresso da gestão bem informada melhora a situação, mas não soluciona tudo. Soluções mais satisfatórias foram e são procuradas em duas direções: 1)

Tentou-se uma descentralização da decisão — Kruschev caminhava nesse sentido — mas houve uma dificuldade de princípio, a mesma que já citamos a propósito dos regimes liberais que evoluem no sentido da autonomia regional: como conciliar o princípio da soberania global do partido com a multiplicação das instâncias? 2) Foi atribuído um certo papel aos mecanismos descentralizados de ajustamento e aos mercados. Os obstáculos ideológicos também são graves, nesse setor. Mas foi nesse sentido que se realizaram os esforços mais importantes, no curso dos últimos 20 anos, na URSS e nas democracias populares. Os resultados são positivos, mas nem tudo foi solucionado.

c Os totalitarismos socialistas estão, além disso, preocupados em acelerar a passagem para a sociedade sem classes. Consideram-na impossível enquanto o progresso técnico permanecer insuficiente. A ênfase recai, portanto, sobre a produção. E também sobre a concentração das atividades em grandes empresas, mesmo que as condições econômicas não o exijam, pois é um passo no sentido da socialização completa da produção.

Os planejadores socialistas favorecem, portanto, ao mesmo tempo o gigantismo e o desenvolvimento da capacidade de produção. Criam, como vimos, e por motivos variados, *kolkhozes* e *sovkhozes* na agricultura. Edificam complexos gigantescos no domínio das indústrias pesadas. Preferem a multiplicação das vilas operárias e das cidades. A preocupação de enquadramento ideológico está, assim, em contradição com a vontade de acelerar a transição para o socialismo.

O crescimento é facilitado pela importância da arrecadação efetuada sobre a renda e investida nas novas instalações: em lugar de 10 ou 15% da renda nacional que são utilizados para essas tarefas nos países do Terceiro Mundo, de 20 a 25% que caracterizam as nações adiantadas, aqui estamos em geral acima dos 30%. As taxas de crescimento da produção refletem esses esforços; são, porém, menores do que seria de esperar. Isso devido à ênfase dada, por motivos ideológicos, aos investimentos pesados, e também às limitações resultantes da política de enquadramento da sociedade civil pelo regime socialista.

A coordenação, pelo escalão central, das diversas atividades é difícil, e se traduz por numerosos desperdícios: os

jornais estão cheios de cartas dos leitores que se queixam de safras apodrecidas nos pés por falta de material ou de peças de reposição, no momento da colheita; as empresas industriais deixam por vezes uma parte de seus efetivos sem trabalho por falta de abastecimentos satisfatórios.

Há outros casos de perdas para o sistema econômico. A especialização do trabalho é limitada pela dificuldade das trocas, a tal ponto que as unidades gigantes ão passam, com freqüência, de conglomerados de oficinas, e muitas não são bem administradas. A ausência de mecanismos de mercado torna difícil a detenção de economias externas, de modo que as localizações escolhidas não são geralmente as mais vantajosas para a coletividade e para os que ali trabalham.

No total, o controle da sociedade civil pelo poder torna oneroso o desenvolvimento da produção, que é, porém, primordial para o sistema. É uma das principais fraquezas dos regimes totalitários.

d À medida que o tempo passa, as transformações das bases econômicas e sociais da vida dos Estados totalitários se tornam mais sensíveis. As dificuldades ligadas às contradições espaciais das políticas econômicas não são de natureza a minar o sistema: elas o tornam apenas menos eficiente.

Com o aumento da produção e com o nível cultural crescente, as dificuldades do enquadramento ideológico da sociedade civil tornam-se mais graves: é ali que o regime encontra suas maiores insuficiências. [16]

A generalização da instrução torna, com efeito, progressivamente caducos os esforços para controlar as crenças e os comportamentos de todos. As idéias viajam pelos livros e pela escrita. É impossível seguir seus movimentos quando todos sabem ler e escrever. A imprensa e as publicações oficiais são controladas, mas toda uma corrente paralela circula sob o manto.

O equipamento telefônico progride com o nível de vida, e torna rapidamente ineficaz o controle de todos sobre todos. Não se pode escutar todas as pessoas que telefonam, quando todos, ou quase todos, falam ao telefone. As notícias circulam, a opinião pública se reconstitui à margem dos grandes legados de expressão. O monopólio ideológico do partido é

questionado pelos grupos que não aceitam ver-se privados do poder de julgar.

O Estado socialista procura então conciliar as massas da população, oferecendo condições de vida mais agradáveis.[17] As nações revolucionárias se vêem dominadas pela ideologia do consumo, que freqüentemente denunciam nos Estados liberais. Como os equipamentos são ainda muito incompletos, as pessoas concordam em fazer sacrifícios e trabalhar para bem equipar-se e viver melhor. Mas o efeito marginal de saturação se manifesta, como nos Estados liberais. A fidelidade ao sistema não pode durar muito.

O internacionalismo de que é portadora a ideologia revolucionária e a preocupação que manifesta de salvar as culturas verdadeiramente populares também enfraquecem a nação: ela parece muito pequena a alguns, e muito grande a outros.

e Os regimes totalitários conseguem facilitar a passagem da sociedade tradicional para a sociedade industrial na medida em que se asseguram um controle sólido dos indivíduos e dos grupos elementares. A fórmula do Estado totalitário não é, porém, melhor dotada do que a fórmula dos países liberais, para organizar o espaço e a sociedade nas civilizações adiantadas que estão na iminência de se constituir.

As instituições políticas imaginadas nos séculos XVII e XVIII permitiram modificar a organização tradicional da sociedade civil, construir um mundo em que as bases territoriais são mais amplas, mas parecem incapazes de dar satisfação às culturas que fizeram surgir: é o problema principal de toda a vida política de nosso tempo.

10

Poder e Relações Internacionais

Não há sociedade que viva totalmente fechada em si mesma: mesmo no mundo arcaico, o comércio é indispensável para a aquisição de matérias-primas que faltam ao grupo. As formas de imitação e difusão pelo treinamento são múltiplas. Não se pode analisar o jogo do poder abstraindo-se do que acontece fora dos limites onde ele se exerce.

Até uma data recente, as redes de relações que se teciam assim eram de extensão limitada: elas desenhavam conjuntos mais ou menos vastos, mas tropeçavam por toda parte em setores tão pouco humanizados que as relações ali perdiam toda a intensidade. Cada célula do mundo habitado era como uma constelação limitada por espaços vazios. Com o progresso da ocupação do mundo, os espaços cheios se multiplicaram, enquanto a melhoria da navegação marítima aproximava os países até então separados pelo mar.[1] Desde a Antigüidade, um universo permanentemente ocupado se esboça ao longo do Mediterrâneo e da diagonal que vai desde a orla da Ásia Menor até a Ásia Central e as planícies do Indo: compreende desertos, mas os oásis são bastante próximos para que as relações sejam ativas em toda parte. A área líquida do Mediterrâneo não detém mais os navegadores experimentados. Constelações análogas se esboçam na mesma época numa parte do Sudeste da Ásia, na área de civilização chinesa e nas regiões de civilização adiantada da América pré-colombiana, México e América Central, de um lado, Peru, do outro.[2]

O século XVI unificou o mundo: o progresso da navegação permite contornar ou atravessar obstáculos que separavam as áreas superiores; a Europa se comunica tanto com a América quanto com o Extremo Oriente; ela atrai à sua órbita tudo o que, nas áreas menos adiantadas, pode ser alcançado com facilidade a partir do litoral. Os sistemas internacionais que surgem no Renascimento são feitos de um espaço já mundial, centralizado na Europa e animado por ela, e de ilhas ainda independentes nas massas que escapam, por algum tempo, à penetração. Em fins do século XIX, todos os espaços em branco do mapa desapareceram, todos os sistemas sociais foram integrados na rede mundial das relações internacionais.

Os territórios das sociedades tradicionais não são geralmente submetidos, em todos os seus quadrantes, a uma mesma pressão. Vimos o efeito disso ao nível das células locais: nos universos incompletamente ocupados, há sempre lugar, às margens da população, para uma outra população instável de associais e refratários. A sociedade se sente aliviada ao vê-los partir, a ordem é facilitada e não ameaçada. Quando se chega à fase do mundo pleno, os exutórios desaparecem.[3] A ordem é mais perfeita, mas também mais dura de se estabelecer e manter.

A partir da unificação do mundo, todas as nações se encontram presas numa mesma rede de relações e as ações que exercem mutuamente umas sobre as outras cessam de se amortecer às margens do deserto: a partir de então, as integrações não se detêm mais num *limes* além do qual começa a Barbárie. A significação das relações exteriores se modifica com o mundo pleno. Ela varia também com a extensão do campo das relações.

As relações internacionais

a Quando deixamos um território nacional para entrar num outro mudamos de soberania e de sistema de poder: em cada país, deve-se tudo ao governo local, e nada ao vizinho. Quando examinamos as relações do ângulo do poder e da autoridade, tudo acaba nas fronteiras. Os sistemas nacionais são fundamentalmente heterogêneos. É precisamente isso que constitui a atração das fronteiras: [4]

Universidade Federal de Pernambuco
BIBLIOTECA CENTRAL

tem-se nelas, numa margem estreita, a possibilidade de mudar de soberania, segundo as atividades, os interesses ou as necessidades; procura-se obter o melhor de cada espaço.

Por muito tempo, o efeito-fronteira ligado ao contato de duas soberanias foi limitado a uma zona de alguns quilômetros, de um lado e de outro — aquilo que se pode facilmente percorrer no âmbito dos deslocamentos cotidianos para trabalho ou compras. Os operários iam trabalhar em fábricas estrangeiras para conseguir uma remuneração maior; os industriais instalavam suas oficinas a dois passos de sua sede social, mas além das alfândegas, para que seus produtos escapassem às proteções tarifárias. Todos lucravam com as facilidades de que dispunham os moradores da fronteira na aquisição dos artigos de que tinham necessidade, ao melhor preço. Hoje, a faixa em que essas migrações são praticadas tem, com freqüência, 30 a 40 quilômetros de largura; aos deslocamentos cotidianos se acrescentam as viagens de fim de semana ou férias; uma grande parte da população sofre as tentações da fronteira. Para nações pequenas como a Suíça, a Bélgica ou a Holanda, é impossível fixar uma política econômica sem levar em conta a dos países vizinhos. Para os Estados mais importantes, a situação não é tão grave, mas a proximidade dos mercados estrangeiros cria uma pressão não-desprezível: a maior mobilidade da população provoca, portanto, o enfraquecimento das soberanias nacionais. [5]

b Além das fronteiras, os efeitos diretos do poder e da soberania desaparecem, mas as relações se detêm. Tomam várias formas: para obter vantagem com a divisão das tarefas, os países têm interesse em se especializar nas atividades para as quais dispõem de recursos mais abundantes: produtos agrícolas, se o espaço nacional é amplo em relação à população, ou se o clima permite uma produção impossível em outro lugar; voltam-se para a venda de matérias-primas ou de energia se as riquezas minerais são notáveis. Quando a população é numerosa, ela oferece seu trabalho sob a forma de produtos acabados ou de serviços, ou vai instalar-se temporariamente no país onde há carência de mão-de-obra.

Às relações econômicas acrescentam-se as trocas culturais. Adquirem-se, com freqüência, num país vizinho, novas idéias, uma ideologia estruturada segundo princípios até

então ignorados, instituições ou modos de organização da vida social ou da atividade. Os caminhos tomados por essas relações são muito diversos. As viagens enriquecem os que as fazem com um espírito curioso. A imprensa e os meios de comunicação de massa reproduzem hoje esse jogo direto de imitação: fala-se do efeito de demonstração para designar o conjunto de influências que o cinema, o rádio, os romances, os jornais, exercem de uma área cultural sobre a outra. O fluxo é geralmente assimétrico: certos países se sentem atrasados em relação aos outros e aceitam facilmente o que vem deles. Outros rejeitam o empréstimo, seja por se julgarem superiores, seja por temerem a integridade de sua cultura ou a pureza de sua ideologia.

Os contatos se fazem através de indivíduos e organizações: [6] para tratar de assuntos distantes, a estrutura burocrática é eficiente. Em todos os tempos as relações comerciais ofereceram um campo privilegiado às companhias em busca de lucros elevados; há uma centena de anos o papel da empresa vai mais longe: a sociedade cria filiais no exterior, ali instala um pessoal de origem nacional e agentes do país. Forma ali operários qualificados, supervisores, e os inicia na fabricação de seus produtos — cria unidades de produção em todos os países que são bons clientes. As empresas transnacionais ou multinacionais são responsáveis por uma boa parte das trocas comerciais e das transferências de tecnologia.

As relações internacionais são finalmente conduzidas, mesmo quando são de natureza puramente econômica, por agentes do Estado. Em muitas monarquias tradicionais o Príncipe reserva-se o monopólio das relações com o exterior [7] — com isso, protege suas possessões das ideologias estrangeiras e assegura o controle das riquezas mais facilmente tributáveis. Os regimes socialistas que voltaram à economia de redistribuição devem intervir diretamente nas relações econômicas internacionais: têm no exterior missões de compra e criam empresas nos países liberais para assegurar a difusão de seus produtos ou a regularidade de seu fornecimento.

c Uma boa parte das relações internacionais se desenrola por transações comerciais: quer se trate de importações ou exportações, cessões de direitos ou licenças, viagens,

seguros ou fretes, há um pagamento. Como o valor do dinheiro é garantido pelos poderes públicos, surge um problema: que símbolo monetário utilizar num espaço que não é controlado por nenhuma autoridade e onde ninguém impõe uma solução universal?

As relações internacionais não estão situadas unicamente sob o signo da economia: à medida que os meios de comunicação à distância se aperfeiçoam e que a mobilidade das pessoas aumenta, as trocas intelectuais se multiplicam; elas ocupam hoje um lugar considerável, apesar das barreiras de língua e dos freios que lhes são aplicados por alguns governos. O rádio fez desaparecer, desse ponto de vista, as fronteiras mais herméticas; os satélites de telecomunicação tornarão um dia possível a retransmissão, a todos os lugares, das emissões de televisão.

As relações internacionais nem sempre se revestem de formas pacíficas.[8] Em vez de trocar produtos, prefere-se por vezes assegurar diretamente a posse de um apoio ecológico necessário e explorá-lo diretamente: a competição pelo espaço vital teve um papel muito importante na história das sociedades arcaicas ou tradicionais e toma formas novas, hoje.[9]

Os conflitos raramente são motivados pela preocupação de controlar diretamente o abastecimento alimentar, as fontes de energia e as matérias-primas, mas a troca entre os parceiros nem sempre é igual: um Estado dispõe por vezes do monopólio de um produto ambicionado; pode lucrar com isso, exigindo preços muito elevados. Explora, dessa forma, as outras potências. Estas nem sempre toleram a situação e tentam, às vezes, por uma ação de força, obrigar o vendedor a pretensões mais justas: é a causa mais freqüente das tensões econômicas.

Os conflitos mais numerosos têm raízes ideológicas ou religiosas. A partir do momento em que culturas diferentes entram em contato, surgem problemas de convivência: quando a base territorial de que algumas delas dispõem é insuficiente, não podem florescer como desejariam. Sentem-se ameaçadas pela insuficiência dos seus recursos econômicos, pela falta de pontos de apoio sólidos para resistir a uma ação de força e pelas diversas formas de dominação cultural. No

nível das civilizações tradicionais a imbricação das culturas ainda é suportável, pois todos os grupos admitem a diferença como coisa natural e a maior parte da vida econômica e social se desenrola em escala local: as comunidades de aldeia se organizam perfeitamente segundo os modelos da cultura local, mesmo quando a população urbana pertence a uma outra etnia. A situação se modifica com as modernas ideologias do poder. A unidade de base é o grupo nacional, que não pode dotar-se da totalidade dos serviços e da gama de atividades que lhe dão sua plenitude, sem dispor de uma base territorial contínua. Os conflitos nascidos do problema das delimitações são mais graves quando as nações implicadas reclamam por vezes religiões ou ideologias diferentes.

O uso da força é um dos elementos da vida internacional. Nos Estados, o governo dispõe do monopólio legal do recurso à violência e o utiliza para tornar impossível o uso privado da coação física: a imagem normal da vida política é a de relações desenvolvidas pacificamente pela negociação e a concessão, ou de regimes calmos, estabelecidos depois de breves choques, revoluções ou guerras civis: mesmo quando estas se prolongam, a luta armada surge como um elemento anormal, contra a natureza. Mas as coisas se passam de maneira diferente nas relações internacionais. Nelas, a guerra se segue à paz em ritmos diversos, mas mesmo nos momentos em que as hostilidades desapareceram, a competição entre os países continua sensível: a maior parte dos homens de Estado estão prontos a subscrever a frase terrível de Clauzewitz: "A paz é apenas a continuação da guerra por outros meios".

A ausência de uma autoridade reconhecida por todos como legítima e o recurso freqüente à força colocam as relações internacionais sob o signo da tensão e da instabilidade: mas se não houvesse um princípio de ordem, as trocas se esgotariam rapidamente, as viagens se tornariam raras. Cada qual se voltaria para si mesmo. Por momentos, as sociedades ficam assim incapazes de criar as condições de um diálogo, mas na maior parte do tempo uma ordem internacional se estabelece: ela foi estruturada em torno de vários pólos independentes, até a unificação do mundo pelas grandes descobertas; ela é cada vez mais dominada por princípios comuns, e isso é que nos permite falar de sistema internacional.

As relações internacionais e as sociedades civis

O sistema internacional repousa sobre um consenso que leva a maior parte dos países a se conformar a regras comuns; existem mecanismos que permitem resolver os conflitos e as tensões. Quando os procedimentos pacíficos são insuficientes, ou quando os povos têm mais confiança no poder das armas do que na sabedoria dos diplomatas, a guerra é o recurso supremo.

a Para que as relações sejam fáceis, as primeiras condições são de ordem jurídica e econômica: as pessoas no estrangeiro devem dispor de segurança, devem estar livres de vexames impostos pela população local; quando são vítimas de agressão ou seus bens estão ameaçados, a polícia e a justiça devem tratá-las com honestidade. Os contratos celebrados devem ser considerados como válidos pelos tribunais dos países dos seus signatários. A ordem internacional repousa, sobretudo, na definição de regras de direito internacional privado. [10]

Trata-se de uma tarefa imensa e sempre recomeçada. Um sistema jurídico nunca está congelado: ele se transforma com as condições econômicas e com as ideologias dominantes, de tal forma que um acordo concluído nunca é definitivo — deve ser sempre ajustado para levar em conta a evolução de cada país. Os grandes problemas são, apesar disso, pouco numerosos: 1) Em que condições um ato firmado num país pode ter validade em outro, e ter força sobre as partes? 2) Em caso de conflito, a que autoridade deve ser entregue a causa? 3) Como usar o poder público, quando um julgamento foi pronunciado num país, para tornar suas conclusões aplicáveis em outro? 4) Em que medida os países estrangeiros são obrigados a prestar ajuda à execução de medidas concernentes aos seus cidadãos, mas relativas a atos desenrolados fora de seu território? As soluções variam, mas não há relações internacionais regulares sem respostas a essas perguntas.

A regra que se impõe é geralmente a da reciprocidade: os conflitos são solucionados segundo o direito do país onde surgem e os contratos celebrados num país são revalidados nos países onde residem as partes. Isso cria dificuldades, pois

os princípios não são idênticos, mas é necessário aceitar essa amputação voluntária da soberania jurídica, se se quiser que as relações se estabeleçam sobre princípios igualitários. Isso é geralmente do interesse dos dois países — qualquer outra fórmula encerra o risco de criar, em proveito de um deles, uma situação de dominação.

b Foi necessário um longo tempo para se admitir o princípio da reciprocidade das obrigações do direito privado. No momento em que o sistema mundial realmente se estrutura, no século XIX, vários países tradicionais tentaram fugir a ele: pretendiam julgar os estrangeiros residentes em seu território segundo suas próprias leis, mas não aceitariam a recíproca e consideravam nulas as decisões de tribunais estrangeiros que se pronunciavam sobre casos surgidos de suas relações exteriores. Os estrangeiros não dispõem, portanto, de nenhum recurso contra as decisões que os lesavam: na medida em que eram objeto de uma discriminação sistemática, não tinham confiança nas jurisdições de recursos que por vezes existiam. Na ausência da reciprocidade, os conflitos privados degeneravam então em tensões públicas: os missionários, os comerciantes ou os viajantes se queixavam a seus cônsules de maus-tratos; o problema estava criado em nível de Estados. Quando um acordo de reciprocidade era impossível, as relações estavam condenadas a desaparecer, a não ser que o país em questão recorresse à força para impor uma solução justa — a da reciprocidade — ou desigual, mas em sentido inverso da existente originalmente — a da extraterritorialidade. Os estrangeiros instalados num país tinham então o privilégio de submeter os conflitos que os opunham aos nacionais a tribunais que julgavam de acordo com a lei estrangeira. O regime das relações privadas abria assim caminho aos efeitos da dominação internacional. Foi para se prevenir contra o poderio invasor dos estrangeiros que os países tradicionais lhes recusavam o benefício da reciprocidade: a curto prazo, eles se protegiam contra uma abertura econômica e cultural que lhes era desfavorável e ameaçava o equilíbrio de suas classes e a atividade de seus agricultores e de seus artesãos. A prazo mais longo, perdiam, pois as grandes potências impunham tratados desiguais que facilitavam a ação de seus cidadãos e estabeleciam uma discriminação em benefício deles.[11]

c A segunda condição para que se estabeleçam relações internacionais ordenadas é mais especificamente econômica: está ligada à solução das transações. Convém encontrar um meio de transformar uma moeda em outra, à falta de uma potência que garanta o valor do dinheiro. [12]

Nas sociedades tradicionais, esse problema quase não existia: a moeda era feita de metais preciosos e bastava verificar sua qualidade e pesá-los para estabelecer a relação de troca e permitir as transações. O recurso ao ouro ou à prata, como apoio da moeda, apresenta, porém, para as economias nacionais inconvenientes sérios: faz variar a oferta de moeda com a produção mineira, o que não corresponde a nenhuma lógica econômica: no século XVI, com a exploração de minas no México e em Potosi, no século XIX depois da descoberta dos grandes filões da Califórnia, as moedas se tornam abundantes, as transações são facilitadas — mas a inflação não tarda a se instalar. Quando a produção diminui, a deflação se instala, o que prejudica os negócios. A circulação interna é submetida, de maneira tirânica, aos resultados do balanço comercial: se esta apresenta déficit, o dinheiro se torna raro, o que cria uma severa tensão deflacionária. O equilíbrio das trocas é restabelecido, mas ao preço de uma perturbação econômica interna violenta.

Toda arte das autoridades monetárias nacionais consiste, há dois séculos e meio, em liberar as economias internas das peias a que o uso exclusivo das moedas metálicas as submetia. O recurso à moeda fiduciária e à moeda escritural proporciona a flexibilidade desejada à emissão — mas surge o problema da convertibilidade das moedas. Enquanto é mantida a fidelidade à disciplina estrita do padrão ouro, nada de fundamental modificou-se; a margem de manobra permitida às autoridades nacionais continua reduzida, e as limitações do equilíbrio do balanço de pagamentos permanecem muito duras. Muitos países mal equipados e de economia frágil consideram-nas intoleráveis e deixariam, de boa vontade, desenvolver-se uma inflação que facilitaria o pagamento de suas dívidas internacionais. Para garantir a segurança das transações econômicas internacionais, as grandes potências não hesitam, no século XIX, em intervir e assumir a administração da moeda das nações aventureiras: à dominação pela extraterritorialidade jurídica acrescenta-se agora uma dominação econômica que, em nome do padrão ouro e da

eqüidade nas relações comerciais, proíbe a muitas nações jovens a adoção da política indispensável à limitação da exploração de que são vítimas e à criação de equipamentos de que têm necessidade. [13]

Após a I Guerra Mundial, as condições se modificaram: o padrão do câmbio-ouro reduz as limitações que a troca internacional fazia pesar sobre as políticas nacionais, pois amplia o recurso ao crédito para o financiamento de déficits temporários e evita as contrações brutais da massa monetária interna em caso de déficit: não há dúvida de que o sistema encerra perigos. Depois de dez anos de administração pouco rigorosa, ele desabou com a Grande Crise e os pagamentos internacionais se tornam impossíveis.

O sistema monetário internacional imaginado nos acordos de Bretton Woods repousa, como o anterior, no padrão de câmbio-ouro e faz do dólar o pivô de todas as relações; cria pela primeira vez uma autoridade internacional encarregada de facilitar os pagamentos sem impor um sistema tão rigoroso quanto o do padrão ouro. O papel do Fundo Monetário Internacional é impedir que os desequilíbrios nos pagamentos se agravem até criar uma situação tão dramática quanto a da Grande Crise: fazendo empréstimos aos governos em dificuldades, evitam-se as remodelações demasiado brutais e limita-se a influência política dos países credores.

O sistema atual de câmbio móvel evita certos excessos do padrão ouro e reduz a margem de manobra de todos os parceiros. Infelizmente, ele freia o crescimento internacional.

É difícil criar um sistema de pagamentos que deixe às nações uma grande liberdade de ação e não comporte instância dirigente dotada de uma autoridade real: conseguiu-se, por ajustamentos múltiplos, evitar por 30 anos as grandes crises semelhantes à de 1930, mas não foram limitados os efeitos da dominação: a moeda serviu freqüentemente para acentuá-los ou confirmá-los.

d As relações internacionais se inserem, de início, no nível das sociedades civis dos países que colocam em contato: as pessoas trocam bens, serviços, tomam ou concedem empréstimos, difundem idéias ou comentam o que se faz em outros lugares. [14] Os fluxos desse tipo aumentam muito depressa em nosso mundo: a mobilidade dos bens e das pessoas e a transparência mais completa provaram movimentos mais

numerosos, as trocas mais freqüentes. Na maioria dos países, a dimensão dos circuitos econômicos excede a da nação: a pesquisa de melhores fontes de abastecimento, as economias de escala e as economias externas levam assim a uma especialização crescente. Os novos modos de aculturação fazem desaparecer as solidariedades locais, minam as estruturas nacionais e levam à uniformização das técnicas e dos engajamentos ideológicos. Isto significa que os jogos de influência se multiplicam de país a país. Não é necessário intervir diretamente num espaço vizinho para forçá-lo a se transformar: a concorrência econômica arruína as instituições e os ramos de atividade inadaptados à produtividade moderna. As idéias semeadas ao acaso germinam e conduzem os homens a se interrogarem sobre os fundamentos de sua sociedade. O cenário internacional vê desenvolverem-se jogos de influências econômicas e culturais cada vez maiores: a multiplicação das sociedades multinacionais, algumas das quais têm movimentação comercial superior à receita nacional dos pequenos Estados, é a sua manifestação mais espetacular. [15]

Apesar de todos os esforços de coordenação e dos acordos firmados entre os Estados, as diferenças de regimes jurídicos, de costumes e hábito oferecem à iniciativa individual um campo mais considerável no cenário internacional do que no cenário nacional. Pode-se jogar uma regra contra outra, uma lei contra a lei do país vizinho, de maneira a encontrar a vantagem máxima: isso fez a fortuna das regiões de fronteira, como já vimos; faz hoje a vitalidade dos grandes negócios por sobre vários países: sua ação ameaça, com freqüência, a soberania efetiva desses países sobre a totalidade de seu território.

e Há uma geração, o peso crescente da opinião internacional limita também a soberania nacional: já se invocava a sua influência no século XIX, mas tratava-se então do eco, na imprensa dos grandes países liberais, das experiências dos comerciantes, marinheiros e missionários que passavam tempos no estrangeiro. Não se tratava de uma força autônoma, era apenas uma faceta da influência dos meios ligados à penetração econômica e cultural dos países estrangeiros. Hoje, as informações que circulam são muito mais independentes das empresas ou das Igrejas. As notas distribuídas pelos serviços oficiais das embaixadas ou con-

sulados são contestadas pelas pessoas que viram os acontecimentos de um outro ângulo. Desde o fim da II Guerra Mundial, os países liberais se vêem às voltas com uma ação constante contra sua influência econômica e política por parte dos intelectuais de esquerda: a vitória do Vietnã do Norte resultou tanto da ação da imprensa, cinema, rádio e televisão dos países livres quanto das ações realizadas por Giap. Desde a assinatura dos acordos de Helsinque, os países socialistas conhecem a experiência do poderio de uma arma que souberam utilizar com mão de mestre, mas que se volta contra eles: compreendem que a política de repressão não pode mais ser praticada de maneira brutal e demasiado visível, quando as pessoas têm consciência, no exterior, do que se passa no país.

Também nesse domínio o controle dos deslocamentos por uma política rigorosa de vistos diminui a transparência. Um acordo de livre circulação facilita o confronto das experiências, mas os meios de comunicação à distância são demasiado eficazes para que uma nação se possa subtrair permanentemente ao julgamento das outras.

Os Estados e o sistema político mundial [16]

a As relações internacionais implicam, além das ações privadas e dos acordos que as tornam possíveis, medidas que as orientam, limitam, controlam ou estimulam: no plano econômico, o Estado procura fazer conhecer seus produtos e busca proteger-se contra a concorrência procedente do exterior, pelos direitos aduaneiros ou pelos contingentes armados — mas a ameaça de medidas de retaliação reduz sua margem de manobra. No domínio cultural, todo país se esforça para que seja apreciado o trabalho de seus artistas, pintores e cineastas, para vender as patentes registradas por seus laboratórios e dar brilho à obra humanitária de seus sábios. Difundindo o conhecimento de sua língua, torna mais fácil a difusão de seus modelos de comportamento, de consumo ou de ação política, e fortalece seu prestígio.

As relações internacionais levam os Estados a se enfrentarem, ao mesmo tempo que colaboram entre si — todos procuram obter a maior vantagem possível da abertura de seu espaço e proteger-se contra as conseqüências nefastas de

certas relações. É evidente que esse confronto perpétuo é propício à eclosão de tensões e conflitos. O recurso à força por vezes os resolve — mas ele é, no final das contas, excepcional — mesmo que a paz seja apenas a continuação da guerra por outros meios, é ela que geralmente reina; é a ela que os povos consagram o essencial de seus cuidados: só renunciam às negociações quando perdem toda esperança de obter delas alguma vantagem.

Na maioria dos casos, a ordem internacional resulta de negociações, mas, para chegar a uma conclusão aceitável, as dissensões são por vezes submetidas a árbitros. A pressão de países terceiros ajuda a aceitar soluções. As instituições internacionais destinadas a evitar os conflitos ou solucionar os que explodem, quer se trate da Sociedade das Nações ou das Nações Unidas, não corresponderam às expectativas: servem mais de tribuna internacional para os pequenos países do que de instâncias ouvidas; falta-lhes força, estão paralisadas pelo veto concedido às grandes potências. É de uma maneira mais empírica que se chega às soluções.

A partir do momento em que a unidade do mundo foi realizada, no século XVI, a ordem internacional foi buscada no duplo princípio da hegemonia de um país e do equilíbrio das potências: [17] ela repousou sobre a ordem hierárquica criada pela força militar, diplomática, cultural ou econômica — tal como aceita pelo concerto das nações, ou revelada por ocasião de conflitos. Mas o predomínio de uma nação provoca ciúmes, a tal ponto que ela corre o risco de unir contra si os outros países. A maior prova de habilidade dos que ocupam o primeiro lugar é evitar que se forme uma coalizão demasiado monolítica em torno deles. Até o século XIX, o cenário essencial foi a Europa ocidental — o resto do mundo tinha um papel secundário no equilíbrio das potências. Espanha e Portugal dividiram entre si o planeta no Tratado de Tordesilhas; a Espanha tornou-se assim o árbitro do mundo: a concentração de potências realizada por Carlos V inquietou demasiadamente seus rivais, e provocou uma reação: a luta contra a preponderância espanhola, de que participaram franceses e protestantes, ocupou todo o fim do século e terminou com os tratados de Vestefália. A Holanda tomou a Portugal uma parte de seu império, mas também não conseguiu ter um papel importante no cenário internacional. É à França de Luís XIV que coube essa honra: suas ambições

parecíam excessivas às potências continentais e os ingleses não tiveram escrúpulos em provocar contra ela coalizões que a utilizaram e acabaram provocando seu declínio, enquanto a Inglaterra lhe roubava as possessões de além-mar. Bastava então à Grã-Bretanha praticar uma política de equilíbrio no continente, para manter sua supremacia: ela renovou contra a França napoleônica as diversas redes que se haviam estruturado nas guerras dos séculos XVII e XVIII; conteve, em seguida, o florescimento dos impérios russo e austríaco, antes de descobrir a ambição prussiana e se aproximar dos antigos inimigos, França e Rússia.

b Existe, desde o século XVI, um sistema público internacional em escala mundial, mas que só comporta poucos membros: uma parte dos países lhe escapa, seja porque estão muito distantes e são demasiado vastos para se constituírem em presas das ambições européias (como a China, a Coréia, ou o Japão), seja porque são inacessíveis pela sua posição continental (é o que ocorre em grande parte da África e em grande parte da Ásia). O espaço mundial é um campo aberto às ambições das nações que sabem organizar navegações à grande distância e dispõem de exércitos modernos, equipados de armas de fogo e artilharia,[18] e não um mosaico de Estados independentes e iguais. Se o imperialismo, sob a forma que existiu na Antigüidade e na Idade Média, desaparece com a fragmentação da Cristandade, é para reaparecer na América, na África, em certas regiões da Ásia, por toda parte onde a penetração é fácil e onde nada se opõe às conquistas européias: a fé religiosa e o sentimento de superioridade da civilização ocidental justificam uma ação unilateral e a conquista de territórios dependentes, que ainda se limitam a postos litorâneos no século XVIII; os espanhóis foram os únicos que conseguiram uma implantação continental continuada e poderosa na América Latina. Os ingleses organizam metodicamente a América do Norte e os franceses penetram rapidamente até o coração desse continente. No século XIX, o movimento se acelera: em pouco tempo, a divisão dos espaços ainda tradicionais se realiza. Quando a distância e a massa da população provocam hesitação, como no caso da China, as formas econômicas de domínio substituem vantajosamente a penetração militar e o controle direto.

O sistema mundial que se desenha assim do século XVI ao XIX é hierarquizado em torno de um pólo europeu; este é dominado por uma potência hegemônica, mas é feito de uma multiplicidade de unidades independentes em competição permanente e de uma periferia submetida a formas com freqüência modernas de organização administrativa, mas privadas de qualquer poder de iniciativa ou de gestão.

c Os grandes conflitos da primeira metade de nosso século confirmaram que o centro de gravidade do mundo estava em via de se deslocar: o crescimento do poderio americano, o despertar da Rússia, a revolução soviética e o progresso espetacular do Japão indicam que as receitas econômicas e militares que haviam assegurado o predomínio da Europa são agora partilhadas pelo conjunto do mundo temperado. As duas guerras mundiais apenas aceleraram um declínio inevitável: ao multiplicar as hecatombes, ao liquidar uma parte das possessões exteriores que reforçavam sua dominação política por uma influência econômica decisiva, a Europa suicidou-se. Mas o sistema não desapareceu: os Estados Unidos transformaram-se em potência hegemônica. A oposição entre potências marítimas e potências continentais, que havia marcado desde o século XVI a história da Europa, é substituída por uma oposição entre *rimland*, império de base marítima americano, e *heartland*, centro continental controlado pelos russos — pelos regimes comunistas, mais exatamente. [19]

O fim da preponderância européia e a difusão dos novos modos de ação econômica, de novas ideologias e de novas estruturas sociais através do mundo tornam impossível a manutenção de domínios políticos diretos sobre países antes colonizados: em menos de uma geração, a desigualdade nascida das modificações técnicas dos séculos XVI e XVIII foi eliminada.

d O sistema político mundial encontra-se profundamente alterado em seu equilíbrio geográfico. Conservará pelo menos a sua estrutura tradicional? Continuará sempre marcado pelo predomínio de uma nação cuja força todas as outras reconhecem e cujas intervenções temem? Não; um fato capital ocorreu. Ao lançar a primeira bomba atômica sobre Hiroxima, os americanos se impuseram ao cenário

político mundial como uma superpotência dominante. Mas essa situação não dura para sempre. A partir do momento em que a União Soviética dispõe, também ela, de armas nucleares, instala-se um equilíbrio de terror.

Em lugar de ser imposta pela ação unilateral de um país temido por todos, a paz resulta do medo que todos os países tem à perspectiva de uma terceira guerra mundial.[20] As sociedades segmentárias primitivas conheciam, como já vimos, equilíbrios da mesma natureza, mas em escala muito mais reduzida e com ameaças bem menos graves do que as de bombas atômicas acumuladas.[21]

As conseqüências dessa transformação fundamental estão na iminência de surgir claramente: foi necessário quase uma geração para que as nações adquirissem consciência das novas regras de jogo, daquilo que é permitido e daquilo que é proibido. Já não é possível às grandes potências impor aos países menores as regras da troca econômica indispensáveis ao jogo liberal dos mercados e a uma divisão equilibrada dos benefícios internacionais. Os países ricos em matérias-primas e em fontes de energia podem dispor de seus recursos mais facilmente do que no passado, pois o medo do conflito mundial evita as represálias de seus clientes. É o fim do economismo internacional, o fim também de uma época em que o trabalho e a competência técnica eram reconhecidos como as únicas fontes confessáveis de riqueza. O poder político pode transformar-se de novo, em escala internacional, em exploração econômica — ao passo que a doutrina do Ocidente europeu havia sido de só utilizar a força para permitir que os fatores propriamente econômicos pudessem desempenhar um papel.

Ainda é muito cedo para medir as conseqüências da nova ordem internacional.[22] A gravidade das ameaças das armas atômicas e a difícil gestão de recursos cada vez mais raros num universo superpovoado fazem pensar, sem dúvida, num governo mundial. O equilíbrio do terror torna-o dificilmente realizável, embora os confrontos ideológicos dêem às tensões do mundo contemporâneo uma virulência jamais igualada. Os conflitos localizados são suficientes para ensangüentar por muito tempo partes consideráveis de nosso mundo.

Teremos lucrado, ao deixar o sistema da hegemonia? Examinando o mundo atual, podemos ter dúvidas quanto a isso. De nada serve, porém, lamentar-se: a questão que se

apresenta é saber qual será a geografia do poder, no interior das nações e no plano internacional, no curso dos próximos decênios. Temos a impressão de viver uma crise sem precedente das arquiteturas sociais, e ao mesmo tempo de chegar, depois da era de transição da civilização tradicional para a civilização adiantada, a uma fase mais estável da história do planeta. Será possível distinguir desde agora os traços que marcarão a longo prazo a organização do espaço social?

Conclusão

As dimensões espaciais dos fatos do poder foram negligenciadas. A geografia política voltou-se prematuramente para a análise do Estado e não soube dissecar as engrenagens dos governos e sua articulação sobre a sociedade civil. A parte de influência, autoridade e poder que existe na sociedade civil à margem das estruturas propriamente políticas foi esquecida pela maioria dos sociólogos e economistas e exagerada pelos marxistas que negaram a importância do Estado, elemento da superestrutura, tratado com um desprezo um pouco altaneiro. Uma visão justa dos problemas implica que a extensão e a distância sejam levadas em conta em toda interpretação dos elementos sociais, e que seja concedido um lugar às assimetrias das arquiteturas sociais.

O problema do poder é, em primeiro lugar, o da transmissão do fluxo de informações necessariamente densas, pois a desigualdade dos parceiros cria uma desconfiança mútua e implica vigilância; em seguida, é o problema da influência: o acesso às idéias novas, o controle da terra ou dos meios de produção, o controle da mão-de-obra, a dominação que permite o acesso aos meios de comunicação de massa, tudo isso proporciona meios de pressão a alguns e restringe a gama de escolhas oferecidas a outros.

Enquanto os grupos são pouco numerosos e ocupam um território reduzido, os homens podem controlar-se mutuamente: zelam para que ninguém prive outros de seus direitos essenciais, tornam o exercício do poder bastante difícil, fazendo assim com que pareça mais uma imposição do que uma recompensa ou uma honra.

Esses sistemas, apesar de permanecerem fundamentalmente igualitários, esgotam a energia humana numa ação perpétua de vigilância mútua, proíbem a organização de grandes conjuntos e não permitem proporcionar certas vantagens ligadas ao agrupamento. Quando a suspeita que faz nascer a obsessão do poder instala ideologias de dúvida e cria uma atmosfera de angústia, a comunidade primitiva não chega nem mesmo a satisfazer a aspiração de felicidade de seus membros: vive no temor dos malefícios e se abandona a esses ideólogos que são os feiticeiros.

A estruturação dos vastos espaços e a constituição de sociedades numerosas passam pela instauração de um clima de confiança e pela aceitação de uma hierarquia indispensável para assegurar, com o mínimo de despesas, as comunicações e a execução das decisões, num universo de grandes dimensões. A religião abre geralmente caminho a essas novas construções: leva a se admitir a subordinação do mundo ao cosmos e dos homens aos representantes do céu na terra; os chefes são, a princípio, os intermediários úteis entre os homens e as potências sobrenaturais; com sacrifícios renovados e rituais cujo segredo possuem, livram a sociedade que dirigem das ameaças que pesam sobre ela. O poder de que dispõem se torna legítimo: ele se exerce sem dificuldades por vastos espaços e pode aplicar-se a numerosas multidões sem nada perder de seu vigor.

As contingências ecológicas e econômicas vêm, geralmente, refrear o exercício dessa autoridade e introduzem nos sistemas políticos por ela estruturado uma instabilidade fundamental. A maior parte dos recursos permanece ligada aos lugares onde são produzidos, o que limita a arrecadação realizável em benefício do senhor e obriga ao seu consumo no local. Os delegados do Príncipe se libertam facilmente de sua tutela: podem pagar diretamente um ao outro. A monarquia tradicional não vê, em geral, a sua autoridade contestada, mas o poder que exerce é frágil. Está minado internamente pelos regimes feudais e pelas clientelas que contribui para criar ou fortalecer.

A monetarização da economia se faz progressivamente; ela não tem necessidade de ser total para que nasça o Estado moderno: a partir de então, o Príncipe dispõe de meios suficientes para criar uma administração regular. Tem, por toda parte, funcionários e os remunera de maneira a estimular

seus esforços. O prolongamento dos circuitos políticos se faz antes mesmo que a abertura das relações econômicas seja geral. O sistema político torna-se autônomo: surge como independente das esferas da sociedade civil que domina e regulariza.

O traço mais marcante da organização da sociedade civil é, com efeito, a permanência notável de alguns temas simples até um passado recente: a descendência e a aliança, a associação de grupos de idade, de títulos ou de sexo, a troca econômica local, a clientela e a subordinação geral de uma casta a outra, ou de uma ordem a outra que lhe é superior, encontram-se quase que em toda parte. Todas as suas formas têm a seu favor o fato de serem simples, de parecerem naturais e espontâneas aos que as vivem, ao conceberem sem esforço sua lógica e desvendarem facilmente seu funcionamento. Sofrem de uma incapacidade profunda de estruturar universos ao mesmo tempo numerosos e extensos; o controle mútuo exercido pelos membros de cada grupo local acaba por desenhar a imagem dessas sociedades civis cuja estrutura se confunde com a das pequenas células de organização segmentar do mundo arcaico, ou com as comunidades locais do mundo tradicional.

A passagem ao Estado moderno está ligada a uma transformação nas ideologias e a uma mutação profunda nos fundamentos ecológicos e econômicos da vida dos grupos. Em lugar das doutrinas não-igualitárias em que se baseavam as civilizações de ontem, os pensadores políticos da Reforma e os racionalistas dos séculos XVII e XVIII colocam a idéia de uma sociedade de iguais, unidos por um contrato fundamental. A subordinação deixa de parecer natural, a idéia de hierarquia está comprometida — mas é momentaneamente salva pela Razão: é em nome da comunidade soberana que o Príncipe decide agora. Ele não é mais do que um porta-voz, o que lhe retira a liberdade, mas justifica sua intervenção nos mais variados setores: nos casos extremos, a esfera da sociedade civil tem de apagar-se completamente ante a onisciência e onicompetência do soberano popular, ou dos que falam em seu nome. Os regimes totalitários são, como os regimes liberais, produtos lógicos de doutrinas novas. As afinidades entre essas doutrinas são numerosas, os fins últimos se identificam, mas as diferenças também se destacam: o Estado liberal se recusa a confundir a esfera do manda-

mento com a da vida afetiva e religiosa. Procura basear o Estado na ação consciente e racional de todos; o Estado totalitário nasce de uma moral que se confunde com o messianismo revolucionário e torna inseparáveis o religioso e o político. A atividade do governo está, no primeiro caso, totalmente voltada para a eficiência — é cada vez menos política, no sentido tradicional da palavra. Pessoas sensatas compreendem que é melhor substituir o governo dos homens, o jogo da autoridade e dos mandamentos puros, pela administração das coisas: melhores resultados são obtidos, com custos mais toleráveis. Ao mesmo tempo, o poder totalitário dá a cada um de seus atos uma dimensão ideológica e o transforma em empresa de remodelação da sociedade; o chefe é ao mesmo tempo um técnico e o sumo sacerdote de uma religião englobante, embora sem Deus e civil: a maior parte da vida pública é absorvida por cerimônias rituais, feitas para lembrar a natureza revolucionária do poder e restabelecer sem cessar a pureza ameaçada da sociedade. O espaço está pontilhado de lugares sagrados, onde a passagem da ordem antiga para a ordem nova foi anunciada e depois afetada pela onda revolucionária que varreu as instituições tradicionais.

Nas sociedades liberais, bem como nas sociedades totalitárias, a esfera da sociedade civil está profundamente modificada: ela cede lugar, cada vez mais, às organizações, às burocracias, isto é, a sistemas de relações societais bem mais complexos que os do passado, muito mais difíceis de serem compreendidos pelos que a eles estão sujeitos, ou deles são membros, mas muito mais capazes de fazer trabalhar em conjunto populações numerosas e dispersas por vastos espaços. A diferença essencial entre as duas formas do Estado moderno é a maneira pela qual a sociedade civil é mantida em equilíbrio. Nos sistemas liberais, o economismo permite expressar quase tudo, com a ajuda de uma gama única de valores e deixando aos mecanismos de mercado o cuidado dos ajustes elementares. No nível da sociedade política, o sistema representativo constitui uma retroação cuja influência vem completar as influências que se fazem sentir em cada um dos mercados.

Nas sociedades totalitárias, não se permite à sociedade civil um desenvolvimento livre, pois é dela que nascem os males e as desigualdades da sociedade tradicional. O Estado se sobrepõe ao mesmo tempo à esfera política e à esfera da

sociedade civil, o que multiplica as exigências a que está sujeito. Só dispõe, para se esclarecer, de um círculo de *feed-back*, o do partido único, que é insuficiente para informar a totalidade das opções e para permitir um controle fácil da aplicação de suas decisões. Toda a política se torna enviesada: o Estado procura evitar a ampliação do âmbito da vida econômica, cultural e social, de modo a melhor assegurar a sua vigilância; favorece a manutenção de certos valores culturais tradicionais, na medida em que isso ajuda a controlar a população. A escolha das unidades gigantes de produção e a vontade de isolar cada país de seus vizinhos correspondem à mesma lógica.

O mundo contemporâneo está obnubilado pelo confronto entre os dois tipos de poder, de arquitetura social e de geografia. Negligenciam-se as transformações que afetam os países ainda mal saídos do âmbito tradicional: sem uma estrutura suficientemente diversificada da sociedade civil, os sistemas representativos têm dificuldades em funcionar de maneira satisfatória. Em quase toda parte, vê-se uma perigosa inclinação para as formas totalitárias. As sociedades liberais parecem ameaçadas pela evolução em curso.

Um exame mais atento revela uma crise mais profunda e mais geral das estruturas societais do mundo contemporâneo. Quer se trate da esfera da política, ou da sociedade civil, tudo repousa, quando se quer estruturar conjuntos numerosos e dispersos em grandes extensões, na aceitação de um princípio de autoridade e na boa marcha de organizações que lhe devem sua lógica íntima. As bases da ordem social moderna são questionadas: as ideologias igualitaristas estão cheias de contradições cuja importância começamos a medir. Elas reclamam o interesse da coletividade, ou o interesse bem compreendido de cada um: 1) No primeiro caso, a fronteira que se traça entre nós e os outros não tem justificação: por que a nação, e não a região ou a humanidade? As filosofias históricas que foram enxertadas no século XIX às ideologias igualitaristas e haviam dado às nações européias seus contornos saíram de moda. Somos hoje mais sensíveis à autenticidade das culturas populares locais do que ao universalismo um pouco frio de que os profetas da nação se utilizam sem cessar. 2) Do ângulo do interesse individual, o sucesso da política de bem-estar vem enfraquecer o motivo psicológico, como os marginalistas o mostraram há muito

tempo: a longo prazo, o zelo daqueles que são mobilizados por um interesse material é desgastado pelas vantagens já adquiridas e pelo desaparecimento da maioria dos apetites.

Em boa lógica, a crise ideológica condena as grandes organizações do mundo atual. Os ecologistas e muitos adeptos das contraculturas são coerentes consigo mesmos, quando defendem o retorno da comunidade local, condenam a tecnologia moderna e sonham com um mundo dividido em aldeias idílicas. Mas seu sonho é duplamente utópico: 1) não leva em conta o número atual de homens e as limitações ecológicas que isso cria: não se vê como seria possível manter uma densidade elevada recorrendo apenas às tecnologias leves; 2) o sonho ecológico violenta igualmente a maior parte da humanidade, na medida em que as pessoas não estão prontas a renunciar às vantagens materiais, culturais e morais que nascem do universalismo, da facilidade de comunicações e do nível de vida elevado.

Nas sociedades socialistas e nos países do Terceiro Mundo, a crise é disfarçada pelos engajamentos ideológicos que mobilizam as energias. Quando se tem uma fé revolucionária, o bem está situado no futuro que buscamos realizar, o mal num passado cujos elos acabamos de romper. Mas está também nos países que não têm as mesmas instituições e não partilham dos mesmos valores: é sempre possível invocar as ameaças criadas pelo imperialismo e pelo capitalismo para cimentar povos cuja coesão é frágil. Para os países do Terceiro Mundo, não há necessidade de um inimigo hereditário próximo, como a Inglaterra e, depois, a Alemanha foram para a França desde o século XVIII: os Estados Unidos e a Europa, que participaram direta ou indiretamente da expansão do século passado e não renunciaram à economia liberal, são responsabilizados por todos os pecados. O sentimento nacional e a fé revolucionária alimentam-se assim de maneira permanente do espetáculo dos regimes retardatários, das instituições a serem derrubadas, das imperfeições a reparar e do temor que suscitam os armamentos das nações adiantadas.

Os indícios da crise das grandes construções sociais são evidentes. Os regimes totalitários não podem motivar indefinidamente seus cidadãos através da ideologia: é preciso recompensas materiais. As pessoas são sensíveis ao nível de vida. Faz-se, portanto, um esforço para melhorá-lo. Chega um momento em que a energia assim empregada é cada vez

menos compensadora: como a segurança do emprego e a assistência contra a enfermidade e os acidentes são, desde logo, efetivas, a incitação ao esforço desaparece, e mais cedo do que nos outros sistemas, a tal ponto que as burocracias perdem seu dinamismo. Não estando mais ameaçados, como as empresas privadas das nações liberais, pelos riscos de falência, os que assumem a direção dessas burocracias não têm uma responsabilidade real; também não têm nenhum meio de pressão sobre os empregados negligentes ou recalcitrantes; a racionalidade das organizações diminui, nessas circunstâncias. A estruturação eficaz dos grandes espaços se torna difícil, enquanto aumenta o sentimento de alienação, muito freqüente quando as escolhas resultam de procedimentos complexos, de que todos participam um pouco. A aversão ao trabalho não é própria às empresas capitalistas dos países da Europa ocidental: apesar da religião do esforço muito sincero de muitos dirigentes e militantes comunistas, o conjunto da sociedade parece desinteressar-se pelas tarefas necessárias à vida.

Num sistema em que o Estado absorve totalmente a sociedade civil, a crise desta abala todo o aparelho nacional: os problemas são tão graves quanto os enfrentados pelas democracias liberais, embora o descontentamento em relação às instituições propriamente políticas seja menos evidente.

Nos países do Terceiro Mundo, estamos na fase em que as vantagens obtidas com a modernização da economia e da sociedade são tão substanciais que as perspectivas imediatas são melhores: a industrialização rápida dos países do Sudeste da Ásia e de uma parte da África e da América do Sul testemunha isso; a concorrência que fazem essas novas potências aos velhos países industriais é forte. Pode-se prever a longo prazo o desgaste das instituições representativas, dos partidos únicos e das burocracias.

Trata-se de um problema sem solução, de uma evolução que deve minar sucessivamente todas as construções políticas e todas as arquiteturas sociais do mundo? Sim, na medida em que as ideologias igualitaristas estão em contradição com as realizações atuais da sociedade, quaisquer que sejam as suas nuanças e seu nível. Não, sem dúvida, se atribuirmos à análise dos fatos sociais todas as suas dimensões; enquanto refletirmos sobre as sociedades abstratas, desligadas de seus apoios, sem extensão, podemos passar rapidamente pelas

dificuldades de organização e dizer que a desconfiança que nasce da imperfeição das instituições se justifica pela maldade das pessoas e pela injustiça dos sistemas. Quando temos consciência do atrito da distância, da dificuldade em estabelecer comunicações e obter a concordância das consciências num espaço extenso, o problema muda de natureza: não é mais um problema do bem e do mal, da modificação total ou da estagnação indefinida. Não há solução perfeita num universo imperfeito — ou os homens continuam a sacrificar a organização da sociedade à busca de um ideal impossível, ou aceitam, no interesse de todos, o jogo de uma autoridade sem a qual não há construção política viável.

Notas

Introdução

1 As pesquisas modernas sobre a comunicação começam com os trabalhos de Shannon e Weaver, mas as contribuições mais úteis às ciências sociais são as de Westly e MacLean.
Shannon (Claude E.) e Weaver (Warren), *The Mathematical Theory of Communication*, Urbana, University of Illinois Press, 1949.
Westly (Bruce), MacLean (Malcolm, Jr.), "A Conceptual Model for Communication Research", *Journalism Quarterly*, vol. 34, 1957.

2 Lembramos, por exemplo:
Ratzel (Friedrich), *Politische Geographie*, Munique e Leipzig, R. Oldenburg, 1897.
Vallaux (Camille), *Le Sol et l'Etat*, Paris, Doin, 1911.
Maull (Otto), *Politische Geographie*, Berlim, Safari-Verlag, 1956, 624 p., Bomtraeger, 1925.

3 Haushofer (Karl), *Grenzen in Ihrer Geographischen und Politischen Bedeutung*, Berlim, Grünwald Wowinckel, 1927.
Kristof (Ladis K.), "The Origins and Evolution of Geopolitics", *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 4, 1960.
Dorpalen (Andreas), *The World of General Haushofer. Geopolitics in Action*, Port Washington (NY), Kennikat Press, 1942.
Gyorgy (Andrew), "Geopolitics, the New German Science", *University of California Publications in International Relations*, vol. 3, nº 3, 1944.

4 Mackinder (Halford), "The Geographical Pivot of History", *Geographical Journal*, vol. 23, 1904.

5 Mahan (Almirante Alfred T.) *The Influence of Sea Power upon History*, Boston, Little Brown, 1898; Londres, Sampson Low, 1894.

6 As contribuições de André Siegfried à geografia política são de dois tipos: monografias sobre as grandes potências e análises da geografia eleitoral.
Siegfried (André), *L'Angleterre d'Aujourd'hui*, Paris, G. Grès, 1924.
———— *Les Etats-Unis d'Aujourd'hui*, Paris, A. Colin, 1930.
———— *Le Canada, Puissance Internationale*, Paris, A. Collin, 1937.

———— *Tableau Politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République*, Paris, A. Colin, 1913.
———— *Géographie Electorale de l'Ardèche sous la IIIe République*, Paris, A. Colin, 1949.

7 Bowman (Isaiah), *Le Monde Nouveau*, Paris, Payot, 1928, XV-623 p. Tradução de *The New World*, Yonkers, World Book Company, 1921.

8 Ancel (Jacques), *Peuples et Nations des Balkans*, Paris, A. Colin, 1926.
———— *Géopolitique*, Paris, Delagrave, 1936.
———— *Manuel Géographique de Politique Européene*, tomo I: *L'Europe centrale*, Paris, Delagrave, 1936.
———— *Géographie des Frontières*, Paris, Gallimard, 1938.
———— *Slaves et Germains*, Paris, A. Colin, 1945.

9 Não obstante, há tentativas de síntese interessantes:
Gottmann (Jean), *La Politique des Etats et leur Géographie*, Paris, A. Colin, 1952.
Jones (Stephen B.), "A Unified Field Theory of Political Geography", *Annals, Association of American Geographers*, vol. 44, 1954, p. 111-23.
Hartshorne (Richard), "Political Geography in the Modern World", *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 4, 1960, p. 52-66.

10 Easton (David), *The Political System*, Nova York, Knopf, 1953, 2.ª ed., 1971.
———— *Analyse du Système Politique*, Paris, A. Colin, 1974. Tradução de *A Systems Analysis of Political Life*, Nova York, John Wiley, 1965.

11 Deutsch (Karl W.), *Nationalism and Social Communication*, Cambridge (Mass.), MIT Press, 1953, 2.ª ed., 1960.
———— *The Nerves of Government*, Nova York, The Free Press, 1963.
———— *The Analysis of International Relations*, Englewood Cliffs (NJ), Prentice-Hall, 1968.
Sobre o mesmo tema, consultar também:
Pye (Lucian W.), org., *Communications and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, 1963.

12 Jackson (W. A. Douglas), *Politics and Geographic Relationships. Readings on the Nature of Political Geography*, Englewood-Cliffs (NJ), Prentice-Hall, 1964.
Samuels (Marwyn S.), *Politics and Geographic Relationships. Toward a New Focus*, Englewood Cliffs (NJ), Prentice-Hall, 1971.

13 Soja (Edward W.), "Communications and Territorial Integration in East Africa", *East Lake Geographer*, vol. 4, 1968, p. 39-67.
———— *The Political Organization of Space*, Washington, Association of American Geographers, 1971.

14 Kasperson (Roger E.) e Minghi (Julian V.), *The Structure of Political Geography*, Chicago, Aldine, 1969.

15 Uma série de manuais modernos oferecem enfoques preciosos sobre as correntes tradicionais e certas correntes modernas da geografia política. Alguns deles focalizam mais especialmente o Estado, ou suas fronteiras, que continuam a exercer atração sobre a maioria dos trabalhos.
Blij (Harm J. de), *Systematic Political Geography*, Nova York, John Wiley, 1967.

Cohen (Saul B.), *Geography and Politics in a Divided World*, Londres, Methuen, 1964.
Muir (Richard), *Modern Political Geography*, Londres, Macmillan, 1975.
Pounds (Norman J. G.), *Political Geography*, Nova York, McGraw-Hill, 1963.
Prescott (J. R. V.), *Political Geography*, Methuen, 1972.
Schwind (Martin), *Allgemeine Staatengeographie*, Berlim, Walter de Gruyter, 1972.
Guichonnet (Paul), Raffestin (Claude), *Géographie des Frontières*, Paris, PUF, 1974.

16 Foucault (Michel), *Surveiller et Punir*, Paris, Gallimard, 1975.

17 Etzioni (Amitai), *Modern Organizations*, Englewood Cliffs (NJ), Prentice-Hall, 1964.

18 Dahl (Robert). *L'Analyse Politique Contemporaine*, Paris, Laffont, 1973. Tradução de *Modern Political Analysis*, Englewood Cliffs (NJ), Prentice-Hall, 1963.
———— *Qui Gouverne?*, Paris, A. Colin, 1971. Tradução de *Who Governs? Democracy and Power in an American City*, Yale University Press, 1961.

19 Hunter (Floyd), *Community Power Structure*, Chapell Hill, University of North Carolina Press, 1953; Nova York, Doubleday, 1963.

20 Mills (Wright), *The Power Elite*, Nova York, Oxford University Press, 1956. [Ed. bras.: *A Elite do Poder*, Zahar, 3.ª ed., 1975]

21 Lynd (Robert S.) e Lynd (Helen M.), *Middletown*, Nova York, Harcourt Brace, 1929.
———— *Middletown in Transition*, Nova York, Harcourt Brace, 1937.

22 Gottmann (Jean), *The Significance of Territory*, Charlottesville, The University Press of Virginia, 1973.

23 Weber (Max), *Économie et société*, Paris, Plon, 1971.

24 Há resumos sobre as correntes recentes de pesquisa nas publicações de Sanguin; Cohen colocou em moda os estudos de percepção; a necessidade de renovação liga-se à multiplicidade de artigos de pesquisa sobre os fundamentos da disciplina; Brunn oferece um bom exemplo da utilização das abordagens modernas no contexto americano. Cox introduziu temas bastante novos.
Sanguin (André-Louis), *Géographie Politique: Bibliographie Internationale*, Montreal, Les Presses de l'Université du Québec, 1976.
———— "L'Evolution et le Renouveau de la Géographie Politique", *Annales de Géographie*, vol. 84, 1975, p. 275-96.
———— *La Géographie Politique*, Paris, PUF, 1977.
Cohen (Saul B.), Rosenthal (Lewis D.), "A Geographical Model for Political System Analysis", *Geographical Review*, vol. 61, 1971, p. 5-31.
Boesler (K. A.), "Verhandlungen zum Konzept der politischen Geographie", *Die Erde*, vol. 105, 1974, p. 7-33.
Herold (D.), "Political Geography und Geopolitics", *Die Erde*, vol. 105, 1974, p. 200-13.
Hall (Peter), "The New Political Geography", *Institute of British Geographers, Transactions*, vol. 63, 1974, p. 48-52.

Honey (Rex), "Form, Process and the Political Organization of Space", *The Professional Geographer*, vol. 29, 1977, p. 14-20.
McColl (Robert W.), "The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution", *Annals, Association of American Geographers*, vol. 59, 1969, p. 613-31.
———— "Geopolitical Themes in Contemporary Asian Revolutions", *The Geographical Review*, vol. 65, 1975, p. 301-10.
Brunn (Stanley R.), *Geography and Politics in America*, Nova York, Harper & Row, 1974.
Cox (Kevin R.), *Conflict, Power and Politics in the City*, Nova York, McGraw-Hill, 1973.

Capítulo 1: A sociedade e o poder

1 Seguimos no caso as distinções propostas por Max Weber.
Weber (Max), *Economie et Société, op. cit.*

2 Isso pode ser percebido, por exemplo, nas pesquisas de Jussi Raumolin:
Raumolin (Jussi), *Ecological Connections of War*, Comunicação ao Colóquio de Siikaranta, "War, Science and Research", 13 e 14 de outubro de 1974.

3 Dumont (Louis), *Homo Aequalis. Genèse et Epanouissement de l'Idéologie Economique*, Paris, Gallimard, 1977.

4 Legendre (Pierre), *L'Amour du Censeur. Essai sur l'Ordre Dogmatique*, Paris, Le Seuil, 1974.
———— *Jouir du Pouvoir. Traité de la Bureaucratie Patriote*, Paris, les Editions de Minuit, 1976.

5 Pierre Clastres mostrou como muitas sociedades arcaicas se recusam ao poder. Jean-William Lapierre discutiu suas teses e ressaltou o preço a pagar por essa ausência de poder.
Clastres (Pierre), *Chronique des Indiens Guayaki*, Paris, Plon, 1972.
———— *La Société contre l'Etat*, les Editions de Minuit, 1974.
Lapierre (Jean-William), *Essai sur le Pouvoir Politique et l'Innovation Sociale*, Paris, Le Seuil, 1977.

6 Claval (Paul), *Principes de Géographie Sociale*, Paris, M.-Th. Génin, 1973.

7 Claval (Paul), "L'Epace en Géographie Humaine", *Canadian Geographer/Le Géographe canadien*, vol. 14, 1970, p. 110-124.

8 O'Riordan (T.), *Environmentalism*, Londres, Pion, 1976.
Hardin (Garret), "The Tragedy of the Commons", *Science*, vol. 162, 1968, p. 1243-48.
———— *Exploring New Ethics for Survival: the Voyage of the Spaceship Beagle*, Nova York, Viking Books, 1972.

9 Cox (Kevin R.), *Conflict, Power and Politics in the City*, Nova York, McGraw-Hill, 1973.

10 Westly (Bruce) e Maclean (Malcolm, Jr.), "A Conceptual Model for Communication Research", *op. cit.*

NOTAS

11 Claval (Paul), *Eléments de Géographie Economique*, Paris, M.-Th. Génin, 1976. Cf. Cap. VI, p. 134-160.

12 Claval (Paul), *Principes de Géographie Sociale*, *op. cit.*

Capítulo 2: A geometria das formas elementares do poder

1 Foucault (Michel), *Surveiller et Punir*, *op. cit.*

2 Turner (Frederick Jackson), *The Frontier in American History*, Nova York, Henry Holt, 1893.

3 Chaunu (Pierre), *L'Histoire, Science Sociale*, Paris, SEDES, 1974. [Ed. bras.: *A História como Ciência Social*, Zahar, 1976]

4 Uma outra maneira de abordar o problema é analisar a acessibilidade aos serviços administrativos.
Massam (Brian H.), *The Spatial Structure of Administrative Systems*, Washington, Association of the American Geographers, 1972.
——— *Location and Space in Social Administration*, Londres, Arnold, 1975.

5 Dumont (Louis), *Homo Hierarchicus*, Paris, Gallimard, 1966.

6 Weber (Max), *Economie et Société*, *op. cit.*; cf. cap. III: Les types de domination, 219-307.

7 Hobbes (Thomas), *Leviathan, or The Matter, Forme and Power of a Commonwealth, Ecclesiastical and Civil*, Londres, 1651. Edição moderna: Michael Oakeshott, Oxford, Basil Blackwell.

8 Locke (John), *Two Treatises of Government*, Londres, 1960. Edição crítica: Peter Laslett, Cambridge, Cambridge University Press, 1961.

9 Rousseau (Jean-Jacques), *Du Contract Social ou Principes du Droit Politique*, Amsterdam, Marc-Michel Rey, 1762.

10 Cohen (Saul B.) e Rosenthal (Lewis D.), "A Geographical Model for Political System Analysis", *op. cit.*

11 Legendre (Pierre), *L'Amour du Censeur*, *op. cit.*

12 Evans-Pritchard (E. E.), *Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande*, Oxford, Clarendon Press, 1937. [Ed. bras.: *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*, Zahar, 1978]

13 Schumpeter (Joseph A.), *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, George Allen & Unwin, 1941.

14 Beard (Charles A.), *Economic Origins of Jeffersonian Democracy*, Nova York, Macmillan, 1915.

15 A teoria marxista torna, aliás, inúteis todos os estudos dedicados ao fato político, pois ele surge como uma superestrutura sem importância decisiva. A atitude dos marxistas está, porém, em processo de evolução sobre esse ponto: os trabalhos de Gramsci muito contribuíram para isso.

16 É sem dúvida a Joseph Schumpeter que se deve a atenção dedicada, há uma geração, aos aspectos criadores da função de empresa.
Schumpeter (Joseph A.), *Capitalism, Socialism and Democracy*, *op. cit.*

Capítulo 3: A geometria das formas complexas do poder: A arquitetura social

1 O tema é desenvolvido por Jane Jacobs e ilustrado pelas análises urbanísticas de Oscar Newman.
Jacobs (Jane), *The Death and Life of Great American Cities*, Nova York, Vintage Books, 1961.
Newman (Oscar), *Defensible Space. Crime Prevention Through Urban Design*, Nova York, Collier Books, 1973.

2 Lévi-Strauss (Claude), *Tristes Tropiques*, Paris, Plon, 1955.

3 Newman (Oscar), *Defensible Space*, *op. cit.*

4 Etzioni (Amitai), *The Active Society. A Theory of Societal and Political Processes*, Nova York, The Free Press, 1968.

5 Dumont (Louis), *Homo Hierarchicus*, *op. cit.*

6 Tocqueville (Alexis de), *La démocratie en Amérique*, Paris, Gosselin, 4 vols., 1835-1840.
——— *L'Ancien Régime et la Révolution*, Paris, M. Lévy, 1856.

7 Rudolph (Lloyd I.), "The Modernity of Tradition: the Democratic Incarnation of Caste in India", *American Political Review*, vol. 59, 1965.

8 Recorremos bastante, nesse parágrafo, às classificações propostas por Jacques Maquet.
Maquet (Jacques), *Pouvoir et Société en Afrique*, Paris, Hachette, 1970.

9 Sobre o papel das associações:
Brown (Paula), "Patterns of Authority in West Africa", *Africa*, vol. 21, 1951, p. 261-78.
Forde (Daryll), "The Governmental Roles of Associations among the Yakö", *Africa*, vol. 31, 1961, p. 309-23.
Lloyd (Peter C.), "The Traditional Political System of the Yoruba", *Southwestern Journal of Anthropology*, vol. 10, 1954, p. 366-84.
Wilson (Monica), "Nyakusa Age Villages", *Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 79, 1949, p. 21-25.

10 Sobre os princípios da economia de doação, o artigo básico é o de Marcel Mauss. Os estudos de Sahlins permitem conhecer a totalidade do problema.
Mauss (Marcel), "Essai sur le Don. Forme et Raison de l'Echange dans les Sociétés Arcaïques", *Année Sociologique*, 2.ª série, 1923-1924. Reproduzido em Mauss (Marcel), *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, 1968, p. 143-279.
Sahlins (Marshall D.), *Stone Age Economics*, Londres, Tavistock, 1974.

11 Sobre o papel da economia de mercado nas sociedades arcaicas, as análises mais ricas são as de:
Bohannan (Paul) e Dalton (George), *Markets in Africa*, Evanston, Northwestern University Press, 1962.
Dalton (George), *Economic Anthropology and Development. Essays in Tribal and Peasant Economy*, Nova York, Basic Books, 1971.

12 Bloch (Marc), *La Société Féodale*, Paris, Albin Michel, 1939; ed. 1968.
Ganshof (F.-L.), *Qu'est-ce que la Féodalité?*, Bruxelas, Office de Publicité, 1944.

13 Etzioni (Amitai), *Modern Organization*, Englewood Cliffs (NJ), Prentice-Hall, 1964.

14 A idéia de pedido dirigido ao sistema político está na essência da obra de Easton.
Easton (David), *Analyse du Système Politique, op. cit.*

15 A influência da opinião pública sobre o funcionamento do sistema político é longamente ressaltada pela maioria dos manuais de sociologia política:
Cot (Jean-Pierre) e Mounier (Jean-Pierre), *Pour une Sociologie Politique*, Paris, Le Seuil, 1974. 2 vols.
Duverger (Maurice), *Sociologie de la Poltique*, Paris, PUF, 1973.
Schwartzenberg (Roger-Gérard), *Sociologie Politique*, Paris, Montchrestien, 1974.

16 Easton (David), *Analyse du Système Politique, op. cit.*

17 Dhal (Robert), *L'Analyse Politique Contemporaine, op. cit.*

18 Etzioni (Amitai), *The Active Society, op. cit.*

19 Marx (Karl), *Le 18 Brumaire de Louis-Napoléon Bonaparte*, Paris, Editions Sociales, 1969; cf. p. 127.

20 Etzioni (Amitai), *The Active Society, op. cit.*

21 Dahl (Robert), *L'Analyse Politique Contemporaine, op. cit.*

Capítulo 4: A arquitetura social e a economia do poder

1 A idéia de que o sistema liberal não é viável se não for modificado é apresentada com vigor por Polanyi. A idéia da economia institucionalizada foi exposta inicialmente por Lippmann, como Jacques Rueff lembra.
Polanvi (Karl), *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of our Time*, Boston, Beacon Presss, 1944, xii-315 p.
Lippman (Walter), *Le Cité Libre*, Paris, Librairie de Médecis, 1938, 460 p. (tradução francesa de *The Good Society*).
Rueff (Jacques), "Le Liberalisme depuis 50 Ans", *Revue des Deux Mondes*, julho de 1977, p. 19-26.

2 Douglas (Mary), "Primitive Rationing, a Study of Controlled Exchange", *in* Firth (Raymond), org., *Themes in Economic Anthropology*, Londres, Tavistock, 1967, x-292 p.
Barth (Frederick), "Economic Spheres in Darfur", *ibid.*, p. 149-173.

3 Sahlins (Marshall D.), "Poor Man, Rich Man, Big Man, Chief: Political Types in Melanesia and Polynesia", *Comparative Studies in Society and History*, vol. 5, 1963, p. 285-303.

4 Bell (Daniel), *The End of Ideology*, Glencoe, The Press, 1960, 474 p.
———— *Vers la Société Post-Industrielle*. Paris, Laffont, 1976, 447 p. Tradução francesa de *The Coming of Post-Industrial Society*, Nova York, Basic Books, 1973.

5 A posição de Bell foi vigorosamente criticada por:
Birnbaum (Pierre), *La Fin du Politique*, Paris, Le Seuil, 1975, 285 p.

6 Fortes (Meyer) e Evans-Pritchard (E. E.), org., *African Political Systems*, Londres, Oxford University Press, 1940, xxiii-302 p. Cf. em particular p. 272-96: Evans-Pritchard (E. E.), "The Nuer of Southern Sudan".
Middleton (John) e Tait (David), *Tribes Without Rulers*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1958, xii-234 p.

7 Sobre o papel dos mediadores especializados nas sociedades acéfalas, consultar particularmente:
Evans-Pritchard (E. E.), *Les Nuer*, Paris, Gallimard, 1968, xv-315 p. Tradução de *The Nuer*, Oxford, Clarendon Press, 1937.

8 Clastres (Pierre), *La Société contre l'Etat, op. cit.*

9 Lapierre (Jean-William), *Essai sur le Pouvoir Politique et l'Innovation Sociale, op. cit.*

10 O tema se repete em trabalhos muito diversos:
Fustel de Coulanges (Numa), *La Cité Antique*, Paris, 1864. Reedição: Paris, Hachette, 1966, 480 p.
Mus (Paul), *L'Angle de l'Asie*, Paris, Hermann, 1977, 269 p.
Wheatley (Paul), *The Pivot of Four Quarters: a Preliminary Enquiry into the Origins and Characters of the Ancient Chinese Cities*, Chicago, Aldine, 1971, xix-602 p.

11 Wolf (Eric R.), *Peasants*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966, xii-116 p

12 Etzioni (Amitai), *The Active Society, op. cit.*

13 Como mostra a análise feita por Plamenatz:
Plamenatz (John), *Ideology*, Londres, Macmillan, 1970, 148 p.

14 Sahlins (Marshall D.) e Service (Elmer R.), orgs., *Evolution and Culture*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1960.
White (Leslie A.), *The Science of Culture. A Study of Man and Civilization*, Nova York, Farrar & Straus, 1949; Londres, Evergreen Books, 1959, xx-444 p.

Capítulo 5: A geografia do poder nas sociedades arcaicas

1 Clastres (Pierre), *La Société contre l'Etat, op. cit.*

2 Maquet (Jacques), *Pouvoir et Société en Afrique, op. cit.*

3 Wheatley (Paul), *The Pivot of the Four Quarters, op. cit.*
Dumont (Louis), *Homo Hierarchichus, op. cit.*

4 Fried (Morton H.), *The Evolution of Political Society*, Nova York, Random House, 1967, xii-270 p.

5 A análise das relações entre a organização ecológica e a estrutura política é essencial a muitos trabalhos recentes:
Bohannan (Paul), "Africa's Land", *The Centennial Review*, vol. 4, 1950, p. 439-449.
———— "Space and Territoriality", p. 174-82 de *Africa and the Africans*, Garden City, The National History Press, 1964.
Sautter (Gilles), *Les Structures Agraires en Afrique Tropicale*, Paris, CDU, 1968, 267 p.

NOTAS

Winzeler (Robert L.), "Ecology, Culture, Social Organization and State Formation in Southeast Asia", *Current Anthropology*, vol. 17, 1977, p. 623-640. Ler em particular o comentário a esse texto por Izard (Michel), *ibid.*, p. 633-34.
Savonnet-Guyot (Claudette), "Espace Politique et Paysannats d'Afrique Noire", *L'Homme et la Société*, n.º 27, janeiro-março de 1973, p. 149-67.
———— "La Communauté Villageoise comme Système Politique", *Revue Française de Science Politique*, vol. 25, n.º 6, 1975, p. 1112-44.

6 Marshall (Lorna), "!Kung Bushman Bands", *Africa*, vol. 30, 1960, p. 325-54.
Lévi-Strauss (Claude), *Tristes Tropiques*, *op. cit.*
———— "The Social and Psychological Aspects of Chieftainship in a Primitive Tribe: the Nambikuara of Northwestern Mato Grosso", *Transactions of the New York Academy of Sciences*, vol. 7, 1944, p. 16-32.
Elkin (A. P.), *The Australian Aborigines*, 1938.

7 Conklin (Harold C.), "An Ethnological Approach to Shifting Agriculture", *Transactions of the New York Academy of Science*, vol. 17, 1954, p. 133-42.
Gourou (Pierre), *Les Pays Tropicaux*, Paris, PUF, 1947, vii-197 p.
Brookfield (Henry C.), Brown (Paula), *Struggle for Land: Agriculture and Group Territories among the Chimbu of New Guinea Highlands*, Melbourne, Oxford University Press, 1963, xiv-193 p.

8 Goldman (Irving), "Status Rivalry and Cultural Evolution in Polynesia", *American Anthropologist*, vol. 57, 1955, p. 680-97.

9 Leeds (A.) e Vayda (A. P.), orgs., *Man, Culture and Animals: the Role of Animals in Human Ecological Adjustments*, Publication 78 of the American Association for the Advancement of Science, Washington, 1965.

10 Sahlins (Marshall D.), *Tribesmen*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1968.
Balandier (Georges), *Anthropologie Politique*, Paris, PUF, 1968.

11 Service (Elman), *The Hunters*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966

12 Sahlins (Marshall D.), *Tribesmen*, *op. cit.*
Tait (David), "The Territorial Pattern of Lineage System of Kokomba", *in* Middleton (John) e Tait (David), orgs., *Tribes without Rulers*, *op. cit.*, p. 167-202.

13 Bailey (F. G.), "Political Change in Kondamis", *Eastern Anthropologist*, vol. II, p. 86-106.

14 Maine (Henry Sumner), *Ancient Law*, Londres, Dent, 1861.

15 Wilson (Monica), "Nyakusa Age Villages", *op. cit.*

16 Fustel de Coulanges (Numa), *La Cité Antique*, *op. cit.*

17 Douglas (Mary), "Primitive Rationing: a Study in Controlled Exchange", *op. cit.*
Sahlins (Marshall D.), *Stone Age Economics*, *op. cit.*
Bohannan (Paul) e Dalton (George), orgs., *Markets in Africa*, *op. cit.*
Barth (Frederik), "Economic Spheres in Darfur", *op. cit.*

18 Sahlins (Marshall D.), *Stone Age Economics*, *op. cit.*
Dalton (George), *Economic Anthropology and Development. Essays in Tribal and Peasant Economy*, *op. cit.*

19 Danks (Benjamin), "On the Shell Money of New Britain", *Journal of Anthropological Institute*, vol. 17, 188, p. 305-17.
Pospisil (Leopold), *Kapauka Papuans and their Law*, Yale University Publications in Anthropology, n.º 54, New Haven, Yale University Press, 1958.
——— *Kapaukan Papuans Economy*, Yale University Publications in Anthropology, n.º 67, New Haven, Yale University Press, 1963.

20 Mauss (Marcel), *Essai sur le Don*, *op. cit.*
Dalton (George), *Economic Anthropology and Development. Essays in Tribal and Peasant Economy*, *op. cit.*
Sahlins (Marshall D.), *Stone Age Economics*, *op. cit.*

21 Malinowski (Bronislaw), *Argonauts of the Western Pacific*, Londres, Routledge, 1922.

22 Drucker (Philip), "The Potlatch", *in* Dalton (George), org., *Tribal and Peasant Economics*, Garden City, The Natural History Press, 1967, p. 481-93.
Codere (Helen), *Fighting with Property*, Nova York, J. J. Augustin, 1951.

23 Polanyi (Karl), Arensberg (Conrad) e Pearson (Harry), orgs., *Trade and Markets in the Early Empires*, Glencoe, The Free Press, 1957.

24 Oberg (K.), "The Kingdom of Ankole in Uganda", *in* Fortes (Meyer) e Evans-Pritchard (E. E.), orgs., *African Political Systems*, *op. cit.*, p. 121-62.

25 Balandier (Georges), *Anthropologie Politique*, Paris, PUF. 1967, 240 p.

26 Clastres (Pierre), *La Société contre l'Etat*, *op. cit.*

27 Douglas (Mary), "Primitive Rationing: a Study in Controlled Exchange", *op. cit.*

28 Fortes (Meyer) e Evans-Pritchard (E. E.), org., *African Political Systems*, *op. cit.* Cf. mais particularmente: Fortes (Meyer), "The Political Systems of the Tallensi of the Northern Territories of the Gold Coast"; Evans-Pritchard (E. E.), "The Nuer of the Southern Sudan".

29 Leach (E. R.), *Political Sytems of Highland Burma*. Boston, Beacon Press, 1965.

30 Fried (Morton H.), *The Evolution of Political Society*, *op. cit.*

31 Labouret (Henri), *Les Tribus du Rameau Lobi*, Paris, Institut d'Ethnologie, 1931.

32 Evans-Pritchard (E. E.), *Les Nuer*, *op. cit.*

33 Fortes (Meyer) e Evans-Pritchard (E. E.), orgs., *African Political Systems*, *op. cit.*

34 Brown (Paula), "Patterns of Authority in West Africa", *op. cit.*

35 Southall (Aidan W.), *Alur Society, a Study in Processes and Types of Domination*, Cambridge, W. Heffer, 1956.

36 Maquet (Jacques), *Pouvoir et Société en Afrique, op. cit.*
Mair (Lucy), *Primitive Government*, Harmondsworth, Penguin Books, 1962.
Heusch (Luc de), *Le Rwanda et la Civilization Interlacustre*, Bruxelas, Institut de Sociologie de l'Université Libre, 1966.

37 Lloyd (Peter C.), "The Political Structure of African Kingdoms: an Explanatory Model, *in* Banton (Michael), org., *Political Systems and the Distribution of Power*, Londres, Tavistock, 1965, p. 63-112.
Toda a obra de Banton deve, aliás, ser consultada sobre esses problemas, bem como:
Cohen (Ronald) e Middleton (John), orgs., *Comparative Political Systems*, Garden City (NY), Natural History Press, 1967.

38 Southall (Aidan), "A Critique of the Typology of States and Political Systems", *in* Banton (Michael), org., *Political Systems and the Distribution of Power, op. cit.*, p. 113-40.

39 Lévi-Strauss (Claude), *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon, 1957. Cf. p. 303-75.

40 Gluckman (Max), *Order and Rebellion in Tribal Africa*, Londres, Cohen & West, 1963.
———— *Politics, Law and Ritual in Tribal Society*, Oxford, Basil Blackwell, 1965.

41 Mair (Lucy), *Primitive Government, op. cit.*
———— "Clientship in East Africa", *Cahiers d'Etudes Africaines*", vol. 2, 1961, p. 315-25.
———— "Chiefship in Modern Africa", *Africa*, vol. 9, 1966, p. 305-16.

42 Schapera (I.), *Government and Politics in Tribal Societies*, Nova York, Schoken Books, 1967 (1.ª ed., C. A. Watts, 1956).
Consultar, para outras opiniões sobre a organização política do mundo primitivo:
Service (Elman R.), *Primitive Social Organization*, Nova York, Random House, 1962.
Eisenstadt (S. N.), "Primitive Political Systems: a Preliminary Comparative Analysis", *American Anthropologist*, vol. 61, 1959, p. 200-20.

43 Evans-Pritchard (E. E.), "La Royauté Divine chez les Shilluk du Soudan Nilotique", p. 73-96 de *Les Anthropologues Face à l'Histoire*, Paris, PUF, 1974. O artigo foi originalmente publicado em 1948.

44 Wheatley (Paul), *The Pivot of the Four Quarters, op. cit.*

45 Sahlins (Marshall D.) e Service (Elman R.), *Evolution and Culture*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1960.
———— *Tribesmen, op. cit.*

46 Fried (Morton H.), *The Evolution of Political Society, op. cit.*
Service (Elman R.), *The Hunters, op. cit.*

47 Lévi-Strauss (Claude), "The Social and Psychological Aspects of Chieftainship in a Primitive Tribe: the Namibkuara of Northwestern Mato Grosso", *op. cit.*

———— *Tristes Tropiques, op. cit.*

48 Marshall (Lorna), "!Kung Bushman Bands", *op. cit.*

49 Lévi-Strauss (Claude), "The Social and Psychological Aspects of Chieftainship in a Primitive Tribe: the Nambikuara of Northwestern Mato Grosso", *op. cit.*
———— *Tristes Tropiques, op. lit.*

50 Mauss (Marcel), "Essai sur les Variations Saisonnières des Sociétés Eskimos. Étude de Morphologie Sociale", *Année Sociologique*, t. 9, 1904-1905. Reproduzido em Mauss (Marcel), *Sociologie et Anthropologie, op. cit.*

51 Marshall (Lorna), "!Kung Bushman Bands". *op. cit.*

52 Elkin (A. P.), *Les Aborigènes Australiens, op. cit.*

53 Clastres (Pierre), *La Société contre l'Etat, op. cit.*

54 Fried (Morton H.), *The Evolution of Political Society, op. cit.*
Sahlins (Marshall O.), *Tribesmen, op. cit.*
Encontram-se igualmente indicações em:
Barth (Frederik), org., *Ethnic Groups and Boundaries*, Boston, Little & Co., 1969.

55 Bohannan (Laura), "Political Aspects of Tiv Social Organization", *op. cit.*
Evans-Pritchard (E. E.), "The Nuer of the Southern Sudan", *op cit.*

56 Sahlins (Marshall D.), "The Segmentary Lineage: an Organization of Predatory Expansion", *American Anthropologist*, vol. 63, 1961, p. 332-45.

57 Forde (Daryll), "The Governmental Roles of Associations among the Yakö", *op. cit.*
Lloyd (Peter C.), "The Traditional Political Systems of the Yoruba", *op. cit.*

58 Sautter (Gilles), *Les Structures Agraires en Afrique Tropicale, op. cit.*
Bohannan (Paul), "Africa's Land", *op. cit.*

59 Clastres (Pierre), *La Société contre l'Etat, op. cit.*
Balandier (Georges), *Anthropologie Politique, op. cit.*

60 Maquet (Jacques), *Pouvoir et Société en Afrique, op. cit.*
Sautter (Gilles), "La Région Traditionelle en Afrique Tropicale", *Regionalisation et Développement*, Paris, CNRS, 1968.

61 Gourou (Pierre), *Les Paysans du Delta Tonkinois*, Paris, Edition d'Art et d'Histoire, 1936.
———— *Leçons de Géographie Tropicale*, Paris, Mouton, 1971.
———— *L'Afrique*, Paris, Hachette, 1970.

62 Southall (Aidan), "A Critique of the Typology os States and Political Systems", *op. cit.*
Southall (Aidan), *Alur Society, a Study in Processes and Types of Domination, op. cit.*
Fried (Morton H.), *The Evolution of Political Society, op. cit.*

63 Goldman (Irving), "Status Rivalry and Cultural Evolution in Polynesia", *op. cit.*
Panhoff (Michel), *La Terre et l'Organisation Sociale en Polynésie*, Paris, Payot, 1970.

64 Wheatley (Paul), *The Pivot of the Four Quarters*, *op. cit.*
Fustel de Coulanges (Numa), *La Cité Antique*, *op. cit.*
Evans-Pritchard (E. E.), "La Royauté Divine chez les Shilluk du Soudan Nilotique", *op. cit.*
Lloyd (Peter C.), "Sacred Kingship and Government among the Yoruba", *Africa*, vol. 30, 1966, p. 221-37.

65 Evans-Pritchard (E. E.), "La Royauté Divine chez les Shilluk du Soudan Nilotique", *op. cit.*

66 Goldman (Irving), "Status Rivalry and Cultural Evolution in Polynesia", *op. cit.*

67 Maquet (Jacques), *Pouvoir et Société en Afrique*, *op. cit.*
Mair (Lucy), *Primitive Government*, *op. cit.*
Heusch (Luc de), *Le Rwanda et la Civilization Interlacustre*, *op. cit.*
Oberg (K.), "The Kingdom of Ankole in Uganda", *op. cit.*
Lemarchand (René), "Power and Stratification in Rwanda", *Centre d'Études Africaines*, vol. 6, 1966, p. 562-610.

68 Southall (Aidan), "A Critique of the Typology of States and Political Systems", *op. cit.*

69 Lévêque (Pierre), *L'Aventure Grecque*, Paris, Armand Colin, 1964.
Finley (Moses I.), *L'Economie Antique*, Paris, Les Editions de Minuit, 1974. Edição original: *The Ancient Economy*, 1973.

70 Lloyd (Peter C.), "The Political Structure of African Kingdoms", *op. cit.*
Southall (Aidan), "A Critique of the Typology of States and Political Systems", *op. cit.*

71 Polanyi (Karl), Arensberg (Conrad) e Pearson (Harry), org., *Trade and Markets in the Early Empires*, *op. cit.*

72 Oberg (K.), "The Kingdom of Ankole in Uganda", *op. cit.*

73 Lloyd (Peter C.), "The Political Structure of African Kingdoms", *op. cit.*

74 Gluckman (Max), "The Kingdom of the Zulu of South Africa", *in* Fortes (Meyer) e Evans-Pritchard (E. E.), orgs., *African Political Systems*, *op. cit.*

75 Ibn Khaldoun, *Prolégomènes*, trad. de Slane, Paris, 1863-1868.

76 Maquet (Jacques), *Pouvoir et Société en Afrique*, *op. cit.*
Mair (Lucy), *Primitive Government*, *op. cit.*
Heusch (Luc de), *Le Rwanda et la Civilisation Interlacustre*, *op. cit.*

77 Oberg (K.), "The Kingdom of Ankole in Uganda", *op. cit.*

78 Nadel (S. F.), "Nupe State and Community", *Africa*, vol. 8, 1935, p. 257-303.

———— "The Kede: a Riverain State in Northern Nigeria", *in* Fortes (Meyer) e Evans-Pritchard (E. E.), orgs., *African Political Systems*, *op. cit.*

Nadel (S. F.), *Byzance Noire. Le Royaume des Nupe du Nigeria*, Paris, Maspéro, 1971. Edição original: *A Black Byzantium*, Londres, Oxford University Press, 1942.

79 Wheatley (Paul), *The Pivot of the Four Quarters*, *op. cit.*

80 Dumont (Louis), *Homo Hierarchicus*, *op. cit.*

Fox (Richard F.), org., *Realm and Region in Traditional India*, Charlotte, Duke University Press, 1977.

81 Lévêque (Pierre), *L'Aventure Grecque*, *op. cit.*

Finley (Moses I.), *L'Economie Antique*, *op. cit.*

82 Turnbull (Colin), *The Mountain People*, Londres, Picador-Pan Books, 1972.

Capítulo 6: A arquitetura social das civilizações históricas

1 Desenvolvemos esse tema em:

Claval (Paul), *Eléments de Geographie Humaine*, Paris, M.-Th. Génin, 1974.

———— *Principes de Géographie Sociale*, *op. cit.*

2 Lévêque (Pierre) e Vidal-Naquet (Pierre), *Clisthène l'Athénien*, Paris, Les Belles-Lettres, 1964.

Vernant (Jean-Pierre), *Mythe et Pensée chez les Grecs*, Paris, Maspero, 1965.

3 Ibn Khaldoun, *Prolégomènes*, *op. cit.*

4 Sautter (Gilles), *Les Structures Agraires en Afrique Tropicale*, *op. cit.* Sobre o problema mais amplo das limitações ecológicas nas sociedades históricas, consultar:

Wittfogel (Karl), *Le Despotisme Oriental*, Paris, Les Editions de Minuit, 1964. Edição original: *Oriental Despotism*, New Haven, Yale University Press, 1957.

Winzeler (Robert), "Ecology, Culture, Social Organization and State Formation in Southeast Asia", *op. cit.*

5 Slicher Van Bathe (B. H.), *The Agrarian History of Western Europe. A. D. 500-1850*, Londres, Arnold, 1963.

6 Analisamos em outro local os aspectos geográficos desse dualismo. É ele que explica a originalidade das populações camponesas (Wolf), a dualidade dos tempos históricos (Braudel) e as economias de dois setores (Boeke).

Claval (Paul), *Principes de Géographie Sociale*, *op. cit.*
Wolf (Eric R.), *Peasants*, *op. cit.*
Braudel (Fernand), "La Longue Durée", *Annales, Economies, Sociétés, Civilisations*, n.º 4, dezembro de 1957, p. 725-53.
Boeke (J. H.), *Economics and Economic Policy of Dual Societies*, Haarlem, H. D. Tjeenk Willink, 1953.

7 Renouard (Yves), "Information et Transmission des Nouvelles", *in* Samaran (Charles) (sob a direção de) *L'Histoire et ses Méthodes*, Paris, Gallimard, 1961.

8 Polanyi (Karl), Arensberg (Conrad) e Pearson (Harry), orgs., *Trade and Markets in the Early Empires, op. cit.*
Dalton (George), *Economic Anthropology and Development, op. cit.*

9 Bohannan (Paul) e Dalton (George), orgs., *Markets in Africa, op. cit.*

10 Claval (Paul), *Principes de Géographie Sociale, op. cit.*, p. 180.

11 Polany (Karl), Arensberg (Conrad) e Pearson (Henry), orgs., *Trade and Markets in the Early Empires, op. cit.*

12 Lévi-Strauss (Claude), *La Pensée Sauvage*, Paris, Plon, 1962.

13 Krader (Lawrence), *Formation of the State*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1968.
Eisenstadt (S. N.), *The Political Systems of Empires*, Nova York, The Free Press, 1963.
Bendix (Reinhard), org., *State and Society*, Berkeley, University of California Press.
Weber (Max), *Economie et Société, op. cit.*

14 Legendre (Pierre), *L'Amour du Censeur, op. cit.*
Gusdorf (Georges), *Les Origines des Sciences Humaines*, Paris, Payot, 1967.
Foucault (Michel), *Les Mots et les Choses*, Paris, Gallimard, 1966.

15 Bloch (Marc), *Les Rois Thaumaturges. Etude sur le Caractère Surnaturel Attribué à la Puissance Royale, Particulièrement en France et en Angleterre*, Estrasburgo, Bibliothèque de la Faculté des Lettres de l'Université de Strasbourg, 1924.

16 Dumont (Louis), *Homo Hierarchicus, op. cit.*
Fox (Richard F.), *Realm and Region in Traditional India, op. cit.*

17 Wheatley (Paul), *The Pivot of the Four Quarters, op. cit.*
Granet (Marcel), *La civilisation chinoise*, Paris, La Renaissance du Livre, 1929; Albin Michel, 1968.
Lombard (Denys), *La Chine Impériale*, Paris, PUF, 1967.
Gernet (J.), *Le Monde Chinois*, Paris, A. Colin, 1972.

18 Gottman (Jean), *The Significance of Territory, op. cit.*

19 A menos que esteja a tal ponto persuadido da superioridade do centro, que negligencia a periferia:
March (Andrew L.), *The Idea of China*, Newton Abbot, David and Charles, 1974.

20 Bréhier (Louis), *Le Monde Byzantin. I: Vie et mort de Byzance*, Paris, Albin Michel, 1948.

21 Gottmann (Jean), *The Significance of Territory, op. cit.*

22 Polanyi (Karl), Arensberg (Conrad) e Pearson (Harry), orgs., *Trade and Markets in the Early Empires, op. cit.*
Lévêque (Pierre), *L'Aventure Grecque, op. cit.*

MESTRADO EM GEOGRAFIA

23 Balasz (Etienne), *La Bureaucratie Céleste*, Paris, Gallimard, 1963; edição original: *Chinese Civilization and Bureaucracy*, New Haven, Yale University, 1964.
Lombard (Denys), *La Chine Impériale, op. cit.*
Gernet (J.), *Le Monde Chinois, op. cit.*

24 Finley (Moses I.), *L'économie antique, op. cit.*

25 Wolf (Eric R.), *Peasants, op. cit.*

26 Encontra-se uma interpretação brilhante dessas áreas de revolta endêmica em:
Braudel (Fernand), *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Epoque de Philippe II*, Paris, A. Colin, 1949.

27 Grousset (René), *L'Empire des Steppes*, Paris, Payot, 1939.
———— *Bilan de l'Histoire*, Paris, Plon, 1946.

28 Boutruche (Robert), *Seigneurie et Féodalité, le Premier Age des Liens d'Homme à Homme*, Paris, Aubier, 1959.

29 Ganshof (F.-L.), *Qu'est-ce-que la Féodalité?, op. cit.*
Bloch (Marc), *La Société Féodale, op. cit.*

30 Nem todos os feudalismos têm as mesmas bases institucionais e ideológicas, mas desempenham, no sistema político, um papel semelhante de apoio e concorrente do Estado.
Lombard (Jacques), *Structures de Type Féodal en Afrique Noire*, Paris, Mouton, 1965.
Maquet (Jacques), "Une Hypothèse pour l'Etude des Féodalités Africaines", *Cahiers d'Etudes Africaines*, vol. 2, 1961, p. 292-314.
———— "A Research Definition of African Feudality", *Journal of African History*, vol. 3, 1962, p. 307-10.
Mair (Lucy), *Clientship in East Africa, op. cit.*
Dumont (Louis), *Homo Hierarchicus, op. cit.*
Goubert (Pierre), *L'Ancien Régime*, Paris, A. Colin, 2 vols., 1970.

31 Duby (Georges), *La Société aux XIe et XIIe Siècles dans la Région Mâconnaise*, Paris, Sevpen, 1971.

32 *Ibid.*
Mendras (Henri), *La Fin des Paysans. Changement et Innovation dans les Sociétés Rurales Françaises*, Paris, A. Colin, 2.ª ed., 1970.

33 Fox (Edward W.), *L'Autre France. L'Histoire en Perspective Géographique*, Paris, Flammarion, 1973. Edição original: *History in Geographir Perspective: the Other France*, Nova York, W. W. Norton, 1971.

34 A exemplo do *contado* italiano, no qual a cidade substituiu o feudo sem modificar os quadros jurídicos.

35 Fustel de Coulanges (Numa), *La Cité Antique, op. cit.*

36 *Ibid.*
Lévêque (Pierre), *L'Aventure Grecque, op. cit.*

37 Pirenne (Henri), *Les Villes du Moyen Age. Essai d'Histoire Elonomique et Sociale*, Bruxelas, Maurice Lamertin, 1927.
Rorig (Fritz), *The Medieval Town*, Berkeley, University of California Press, 1975.

38 Fox (Edward W.), *L'Autre France. L'Histoire en Perspective Geógraphique, op. cit.*

39 Veyne (Paul), *Le Pain et le Cirque. Sociologie Historique d'un Pluralisme Historique*, Paris, Le Seuil, 1976.

40 *Ibid.*

41 Pirenne (Henri), *Les Villes du Moyen Âge, op. cit.*

42 Como o lembra:
Coornaert (Emile), *Destins de Clio en France depuis 1800. Essai*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1977.

43 Sjoberg (Gideon), *The Preindustrial City. Past and Present*, Glencoe, The Free Press, 1960.

44 Lévêque (Pierre) e Vidal-Naquet (Pierre), *Clisthène l'Athénien, op. cit.*

45 O estudo das relações cidades-campos foi objeto de numerosas publicações, desde a obra de Friedmann, que o colocou em moda:
Friedmann (Georges), *Villes et Campagnes. Civilisation Urbaine et Civilisation Rurale en France*, Paris, A. Colin, 1953.

46 A. Hansa proporciona um bom exemplo de imperialismo coletivo:
Dollinger (Phillippe), *La Hanse (XIIe-XVIIe Siècles)*, Paris, Aubier-Montaigne, 1964.

47 Hegel (Georg), *Principes de Philosophie du Droit*, Paris, NRF, 1949. Edição original, 1821.

48 Balasz (Etienne), *La Bureaucratie Céleste, op. cit.*

49 É um dos temas clássicos da historiografia francesa. Para uma colocação recente:
Goubert (Pierre), *L'Ancien Régime, op. cit.*

Capítulo 7: Os fundamentos ideológicos da arquitetura social do mundo contemporâneo

1 Dumont (Louis), *Homo Aequalis, op. cit.*

2 Miller (Perry), *Errand Into Wilderness*, Nova York, Harper & Dow, 1964. Primeira edição: Bellknap Press of Harvard University Press, 1956.

3 *Ibid.*

4 Schumpeter (Joseph A.), *Capitalisme, Socialisme et Démocratie, op. cit.* Cf. p. 203-16.
Revel (Jean-François), *La Nouvelle Censure*, Paris, Laffont, 1977.

5 Hobbes (Thomas), *Leviathan, or The Matter, Forme and Power of a Commonwealth, Ecclesiastical and Civil, op. cit.*
Sobre a filosofia política inglesa do século XVII e suas conseqüências remotas, os estudos fundamentais são:

Macpherson (C. B.), *La Théorie Politique de l'Individualisme Possessif*, Paris, Gallimard, 1971. Edição original: *The Political Theory of Possessive Individualism*, Londres, Oxford University Press, 1961.
——— *The Real World of Democracy*, Oxford, Clarendon Press, 1966.

6 Locke (John), *Two Treatises of Government*, *op. cit.*
Macpherson (C. B.), *La Théorie Politique de l'Individualisme Possessif*, *op. cit.*
Strauss (Léo), *Droit Naturel et Histoire*, Paris, Lon, 1954. Edição original, Chicago, University of Chicago Press, 1953.

7 Dumont (Louis), *Homo Aequalis*, *op. cit.*
Macpherson (C. B.), *La Théorie Politique de l'Individualisme Possessif*, *op. cit.*

8 Dumont (Louis), *Homo Aequalis*, *op. cit.*
Schumpeter (Joseph), *History of Economic Analysis*, Nova York, Oxford University Press, 1954.

9 Kristof (Ladis K. D.), "The State-Idea, the National Idea and the Image of Fatherland", *Orbis*, vol. II, 1967, p. 238-55.

10 Halevy (Elie), *La Formation du Radicalisme Philosophique*, Paris, Alcan, 3 vols., 1901-1904.

11 Polanyi (Karl), *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Time*, *op. cit.*

12 David Nicholls insiste sobre o papel de T. H. Green no nascimento das doutrinas do *welfare state*:
Nicholls (David), *The Pluralist State*, Londres, Macmillan, 1975.
Green (T. H.), *Lectures on the Principles of Political Obligation*, Londres, Longmans, 1895. Nova edição, Longmans, 1955.
Lippmann (Walter), *La Cité Libre*, *op. cit.*

13 Gouldner (Alvin W.), *The Coming Crisis of Western Sociology*, Londres, Heinemann, 1971.
Arrow (Kenneth S.), *The Limits of Organization*, Nova York, W. W. Norton, 1974.

14 A vontade de reduzir a política à administração de coisas observa-se na obra de Daniel Bell, enquanto o descrédito em relação ao Estado, que resulta do fim das ideologias, é proclamado por Manicas.
Bell (Daniel), *Vers la Société Post-Industrielle*, *op. cit.*
——— *The End of Ideology*, *op. cit.*
Manicas (Peter T.), *The Death of the State*, Nova York, G. P. Putnam's Sons, 1974.

15 Nicholls (David), *The Pluralist State*, *op. cit.*

16 Schumpeter (Joseph), *Capitalisme, Socialisme et Démocratie*, *op. cit.*
Revel (Jean-François), *La Nouvelle Censure*, *op. cit.*

17 Grémion (Pierre), *Le Pouvoir Périphérique. Bureaucrates et Notables dans le Système Politique Français*, Paris, Le Seuil, 1976.

18 Rousseau (Jean-Jacques), *Du Contrat Social*, *op. cit.*
Derathe (Robert), *Jean-Jacques Rousseau et la Science Politique de son Temps*, Paris, Vrin, 1970. Primeira edição, 1960.

10 Rousseau (Jean-Jacques), *Les Revêries du Promeneur Solitaire*, Paris, 1782.

20 Macpherson (C. B.), *La Théorie Politique de l'Individualisme Possessif*, *op. cit.*

21 Talmon (J.-L.), *Les Origines de la Démocratic Totalitaire*, Paris, Calmann-Lévy, 1966. Edição original: *The Origins of Totalitarian Democracy*, Secker & Warburg, 1952.

22 Weil (E.), *Hegel et l'Etat*, Paris, Vrin, 1950.
Fleischmann (E.), *La Philosophie Politique de Hegel*, Paris, Plon, 1964.
Bourgeois (P.), *La Pensée Politique de Hegel*, Paris, PUF, 1969.

23 É sobretudo em seus textos epistemológicos que Marx revela o que dá ao seu pensamento sua coerência fundamental:
Marx (Karl) e Engels (Friedrich), *L'Ideologie Allemande*, Paris, Éditions Sociales, 1.ª parte, 1974.
———— *Contribution à la Critique de l'Economie Politique*, Paris, Editions Sociales, 1972. Cf. Prefácio, p. 3-6, e "Introduction à la Critique de l'Economie Politique".
———— *Le Capital*, livro I, Paris, Garnier-Flammarion, 1969. Cf. Prefácio da primeira edição e Posfácio da segunda edição alemã.

24 Popper (Karl R.), *The Open Society and its Enemies*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1945, 2 vols. Consultar principalmente o segundo volume, *Hegel and Marx*, na edição de 1966.
Glucksman (André), *Les Maïtres Penseurs*, Paris, Grasset, 1977.

25 Talmon (J.-L.), *Les Origines de la Démocratie Totalitaire*, *op. cit.*

Capítulo 8: O Estado e a sociedade civil nos regimes liberais

1 Claval (Paul), *Elements de Géographie Economique*, *op. cit.*

2 Smith (Adam), *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Londres, 1776. Cf. cap. III do livro 1.

3 A importância das economias externas na organização moderna do espaço foi ressaltada por Shigeto Tsuru e por Rémy.
Tsuru (Shigeto), "The Economic Significance of Cities", *in* Handlin (Oscar) e Burchard (John), orgs., *The Historian and the City*, Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1963.
Rémy (Jean), *La Ville, Phénomène Economique*, Bruxelas, Editions "Vie Ouvrière", 1966.
Claval (Paul), *Eléments de Géographie Economique*, *op. cit.*
———— *Régions, Nations, Grands Espaces*, Paris, M.-Th. Génin, 1968.

4 Davis (O. A.) e Whinston (A.), "Externalities, Welfare and the Theory of Games", *Journal of Political Economy*, vol. 70, 1962, p. 241-62.
———— "The Economics of Complex Systems: the Case of Municipal Zoning", *Kyklos*, vol. 27, 1964, p. 419-46.
Cox (Kevin R.), *Conflict, Power and Politics in the City*, *op. cit.*

5 Jacobs (Jane), *The Death and Life of Great American Cities*, *op. cit.*
Newman (Oscar), *Defensible Space. Crime Prevention Through Urban Design*, *op. cit.*

6 Foucault (Michel), *Surveiller et Punir*, Paris, Gallimard, 1975.

7 Legendre (Pierre), *L'Amour du Censeur. Essai sur l'Ordre Dogmatique*, *op. cit.*
Foucault (Michel), *Histoire de la Sexualité. I: La Volonté de Savoir*, Paris, Gallimard, 1976.

8 Foucault (Michel), *Surveiller et Punir, op. cit.*

9 Arendt (Hannah), *La Crise de la Culture*, Paris, Gallimard, 1972. Edição original: *Between Past and Future*, 1954.

10 É nesse ambiente que é necessário colocar, para compreendê-lo, o nascimento da doutrina da democracia pluralista:
Nicholls (David), *The Pluralist State*, *op. cit.*

11 Schumpeter (Joseph), *Capitalisme, Socialisme et Démocracie*, *op. cit.*
Revel (Jean-François), *La Nouvelle Censure*, *op. cit.*

12 As obras de Amitai Etzioni constituem um guia excelente para o estudo das organizações. Soleman insiste no peso da vida política do mundo moderno ressaltando a assimetria que elas introduzem na vida de relação.
Etzioni (Amitai), *Modern Organizations*, *op. cit.*
———— *The Active Society. A Theory of Societal and Political Processes*, *op. cit.*
Coleman (James S.), *Power and the Structure of Society*, Nova York, W. W. Norton, 1974.

13 Bentham (Jeremy), *Panopticon*, Londres, T. Payne, 1791.

14 Hoskins (W. G.), *The Making of the English Landscape*, Londres, Hodder & Stoughton, 1955; Penguin Books, 1970. Cf. figura 52, p. 220.

15 Etzioni (Amitai), *Modern Organizations*, *op. cit.*

16 Simon (Herbert), *Administrative Behavoir. A Study of Decision-Making Processes in Administrative Organization*, Glencoe, The Free Press, 1.ª edição, 1944; 2.ª edição, 1957.
March (J. G.) e Simon (Herbert A.), *Les Organisations*, Paris, Dunod, 1969. Edição original, *Organizations*, Nova York, John Wiley, 1958.
Cyert (M.) e March (J. G.), *Processus de Décision dans l'Entreprise*, Paris, Dunod, 1970. Edição original: *A Behavioral Theory of the Firm*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1963.

17 Etzioni (Amitai), *The Active Society*, *op. cit*

18 Marx (Karl), *Le 18 Brumaire de Louis-Napoléon Bonaparte*, *op. cit*

19 Etzioni (Amitai), *The Active Society*, *op. cit.*

20 Etzioni (Amitai), *Modern Organizations*, *op. cit.*

21 Claval (Paul), *Eléments de Géographie Economique*, *op. cit.*
———— *Principes de Géographie Sociale*, *op. cit.*

22 Galbraith (John K.), *Le Capitalisme Américan*, Paris, M.-Th. Génin, 1956. Edição original: *American Capitalism*, Boston, Houghton Mifflin, 1956.

NOTAS

23 Galbraith (John K.), *Le Nouvel Etat Industriel*, Paris, Gallimard, 1968. Edição original: *The New Industrial State*, 1967.
———— *La Science Economique et l'Interét Général*, Paris, Gallimard, 1974. Edição original: *Economic and the Public Purpose*, 1973.

24 Dahrendorf (Ralf), *Essays in the Theory of Society*, Stanford, Stanford University Press, 1968.
———— *The New Liberty*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1975.

25 Veblen (Thorstein), *Théorie de la Classe de Loisir*, Paris, Gallimard, 1970. Edição original: Macmillan, 1899.

26 Baudrillard (Jean), *Pour une Critique de l'Economie Politique du Signe*, Paris, Gallimard, 1972.
———— *L'Echange Symbolique et la Mort*, Paris, Gallimard, 1976.

27 Cox (Kevin R.), *Conflict, Power and Politics in the City*, *op. cit.*
Claval (Paul), "La Géographie et les Phénomènes de Domination", *L'Espace Géographique*, vol. 5, 1976, p. 145-57.

28 Davis (O. A.) e Whinston (A.), "Externalities, Welfare and the Theory of Games", *op. cit.*
———— "The Economics of Complex Systems: the Case of Municipal Zoning", *op. cit.*

29 Cox (Kevin R.), *Conflict, Power and Politics in the City*, *op. cit.*

30 Burgess (Ernest W.), "The Growth of the City: an Introduction to a Research Project". *In*: Park (Bobert E.), Burgess (Ernest W.) e Mc Kenzie (Robert D.), *The City*, Chicago, Chicago University Press, 1925.

31 Rose (Harold), *The Black Ghetto: a Spatial Behavioral Perspective*, Nova York, McGraw-Hill, 1971.

32 Cox (Kevin R.) e Anew (John A.), "Optimal and Non-Optimal Territorial Partition. A Possible Approach Toward Conflict", *Papers of the Peace Science Society*, 1974, p. 123-38.
Cox (Kevin R.), Reynolds (David R.) e Rokkan (Stein), orgs., *Locational Approach to Power and Conflict*, Nova York, John Wiley, 1974.
Cf. Cox (Kevin R.) e Reynolds (David R.), "Locational Approaches to Power and Conflict"; Cox (Kelvin R.), "Territorial Organization, Optimal Size and Conflict".

33 Claval (Paul), *Eléments de Géographie Economique*, *op. cit.*

34 Claval (Paul), *Régions, Nations, Grands Espaces*, *op. cit.*

35 *Ibid.*

36 Encontra-se em Hall, em Coppock e Sewell e em Boesler, uma análise dos princípios e efeitos das políticas espaciais. Massam trata da localização ótima das administrações para realizar a igualdade ante os serviços.
Hall (Peter), *Urban and Regional Planning*, Penguin Books, 1974.
Coppock (J. T.) e Sewell (W. R. D.), *Spatial Dimensions of Public Policy*, Oxford, Pergamon Press, 1976.
Boesler (K. A.), "Spatially-Effective Government Actions and Regional Development in the Federal Republic of Germany", *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, vol. 65, 1974, p. 208-20.

Massam (Brain H.), *The Spatial Structure of Administrative Systems*, *op. cit.*
———— *Location and Space in Social Administration*, *op. cit.*

37 Dahl (Robert), *L'Analyse Politique Contemporaine*, *op. cit.*
———— *A Preface to Democratic Theory*, *op. cit.*

38 Etzioni (Amitai), *The Active Society*, *op. cit.*
Dahrendorf (Ralf), *Classe and Class Conflict in an Industrial Society*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1959.

39 Encontra-se uma boa análise do papel dos partidos, sindicatos e grupos de pressão nos manuais de sociologia política e na obra clássica de Duverger. A geografia eleitoral procura encontrar os componentes das clientelas que os diversos partidos conseguem atrair.
Cot (Jean-Pierre) e Monnier (Jean-Pierre), *Pour une Sociologie Politique*, *op. cit.*
Schwartzenberg (Roger-Gérard), *Sociologie Politique*, *op. cit.*
Duverger (Maurice), *Sociologie de la Politique*, *op. cit.*
———— *Les Partis Politiques*, Paris, A. Collin, 1951.
Goguel (François), *Géographie des Elections Françaises sous la IIIe et la IVe Republique*, Paris, A. Colin, 1970.
Cox (Kevin R.), "The Voting Decision in a Spatial Context". *In*: Board (Christopher) *et al.*, *Progress in Geography I*, Londres, Arnold, 1969. Cf. p. 81-117.
Busteed (M. A.), *Geography and Voting Behavior*, Londres, Oxford University Press, 1975.

40 Meynard (Jean), *Les Groupes de Pression*, Paris, PUF, 1960.

41 Dahl (Robert), *L'Analyse Politique Contemporaine*, *op. cit.*
A poliarquia supõe processos de discussão e a prática constante da negociação política como Lindblom mostrou.
Lindblom (Charles E.), "The Science of 'Muddling' ", *Public Administration Review*, vol. 19, 1959, p. 79-99.
———— *The Intelligence of Democracy*, Nova York, The Free Press, 1965.

42 Reconhece-se nisso uma das grandes teses de *Démocratie Française*.
Giscard d'Estaing (V.), *Démocratie Française*, Paris, Fayard, 1976.

43 As dificuldades enfrentadas pelo Estado nas sociedades industriais onde suas participações são importantes encontram-se na obra de:
Broadbent (T. A.), *Planning and Profit in the Urban Economy*, Londres, Methuen, 1977.

44 Duchacek (Ivo D.), *Comparative Federalism. The Territorial Dimension of Politics*, Nova York, Holt, Rinehard & Winston, 1970.

45 Grémion (Pierre), *Le Pouvoir Périphérique. Bureaucrates et Notables dans le Système Politique Français*, *op. cit.*

46 *Ibid.*

47 É esse o tema da sociedade bloqueada, um dos mais clássicos de Michel Crozier.
Crozier (Michel), *La Société Bloquée*, Paris, Le Seuil, 1970.
———— e Friedberg (Erhard), *L'Acteur et le Système*, Paris, Le Seuil, 1977.

48 Com o aumento dos rendimentos, o consumo passa dos produtos agrícolas aos manufaturados, depois aos serviços; e se volta, finalmente, para os bens culturais.

Nas sociedades tradicionais, as culturas surgem como elementos que transcendem os indivíduos e que não se podem modificar. Na fase do consumo cultural em que ingressamos, as pessoas procuram integrar-se à cultura de sua escolha. É a esse fenômeno que convém atribuir o êxito das contraculturas no mundo atual. Na periferia das grandes nações tradicionais, elas se manifestam freqüentemente com o ressurgimento das fidelidades regionais.

Claval (Paul), *Principes de Géographie Sociale, op. cit.*, p. 323-25.
———— *Eléments de Géographie Humaine, op. cit.*

49 Gouldner (Alvin), *The Coming Crisis of Western Sociology, op. cit.*

Capítulo 9: O Estado e a sociedade civil nos regimes autoritários e totalitários

1 A crise do liberalismo é um dos temas mais comuns do pensamento político contemporâneo: ela se manifesta pelo enfraquecimento das grandes democracias e pelo aparecimento de regimes totalitários.
Lowi (T. S.), *The End of Liberalism*, Nova York, W. W. Norton, 1969.
Revel (Jean-François), *La Tentation Totalitaire*, Paris, Laffont, 1976.
Molnar (Thomas), *Le Socialisme sans Visage. L'Avènement du Tiers Modèle*, Paris, PUF.

2 Sobre os problemas da modernização, consultar Eisenstadt. Sobre a atração das fórmulas autoritárias ou totalitárias, consultar Molnar e Schwartzenberg.
Eisenstadt (S. N.), "Transformation of Social, Political and Cultural Orders in Modernization", *American Sociological Review*, vol. 30, 1965, p. 659-73.
———— *Modernization: Protest and Change*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.
Molnar (Thomas), *Le Socialisme sans Visage. L'Avènement du Tiers Modèle, op. cit.*
Schwartzenberg (Roger-Gérard), *Sociologie Politique, op. cit.*

3 Esse aspecto é conhecido desde Marx. Foi objeto de numerosos estudos antropológicos, nos últimos anos.
Marx (Karl), *Le 18 Brumaire de Louis-Napoléon Bonaparte, op. cit.*
Balandier (Georges), *Anthopologie Politique, op. cit.*

4 Rudolph (Lloyd I.), "The Modernity of Tradition: the Democratic Incarnation of Caste in India", *op. cit.*

5 Park (R. L.), *India's Political System*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1967.

6 Foi a tentação a que sucumbiu Indira Gandhi.

7 Léon (Pierre), *Economies et Société de l'Amérique Latine, 1815-1967*, Paris, SEDES, 1968.
Lambert (J.), *Amérique Latine, Structures Sociales et Institutions Politiques*, Paris, PUF, 1963.
Lambert (D. C.) e Martin (J. M.), *L'Amérique Latine. Economies et Société*, Paris, Armand Colin, 1971.

8 *Ibid.*

9 Molnar (Thomas), *Le Socialisme sans Visage, op. cit.*
Poulantzas (Nicos), *Fascisme et Dictature*, Paris, Maspero, 1970.

10 Rémond (René), *La Droite en France*, Paris, Aubier, 1955.

11 Molnar (Thomas), *Le Socialisme sans Visage, op. cit.*
Schwartzenberg (Roger-Gérard), *Sociologie Politique, op. cit.*

12 A menos que utilizem uma ideologia contra-revolucionária. Mas esta pode também animar um governo parlamentar, como na experiência francesa da Restauração.
Molnar (Thomas), *La Contre-Révolution*, Paris, Union Génerale d Editions, 1972. Edição original: *The Counter-Revolution*, 1969.

13 Cf. capítulo VII.

14 Os soviéticos da década de 1920 sonhavam em remodelar suas cidades, mas não o conseguiram. A lógica do sistema exige, porém, que se exerça pressão sobre a organização social pelo controle das populações: da utopia, passa-se rapidamente ao *gulag*.
Kopp (Anatole), *Ville et Révolution. Architecture et Urbanisme Soviétiques des Années Vingt*. Paris, Anthropos, 1967.
Soljenitsyne (A.), *L'Archipel du Goulag*, Paris, Le Seuil, 1974, t. I.
Glucksmann (André), *La Cuisinière et le Mangeur d'Hommes. Essai sur l'Etat, le Marxisme, les Camps de Concentration*. Paris, Le Seuil, 1975.

15 Sobre todos esses aspectos da estrutura econômica dos países do Leste e sobre as limitações resultantes, consultar:
Claval (Paul), *Eléments de Géographie Economique, op. cit.* Cf. p. 226-58.

16 Sobre as dificuldades atuais do regime soviético:
Amalrik (A.), *L'URSS Survivra-t-elle en 1984*, Paris, 1970.

17 Jelen (C.), *Les Normalisés*, Paris, Albin Michel, 1975.

Capítulo 10: Poder e relações internacionais

1 Chaunu (Pierre), *L'Histoire, Science Sociale, op. cit.*

2 Grousset (René), *Bilan de l'Histoire, op. cit.*

3 Chaunu (Pierre), *L'Histoire, Science Sociale, op. cit.*
Merle (Marcel), *La Clôture de l'Espace et son Impact sur le Système International*, X Congresso da Associação Internacional de Ciência Política, Edimburgo, 1976.
Henrikson (Alan K.), *The Idea of "Closed Space" and American Foreign Policy*, X Congresso da Associação Internacional de Ciência Política, Edimburgo, 1976.

4 Ancel (Jacques), *Géographie des Frontières, op. cit.*
Guichonnet (Paul) e Raffestin (Claude), *Géographie des Frontières*, Paris, PUF, 1974.

Minghi (Julian V.), "Boundary Studies in Political Geography", *Annals, Association of American Geographers*, vol. 53, 1963, p. 407-28.
Kristof (Ladis K. D.), "The Nature of Frontiers and Boundaries", *Annals, Association of American Geographers*, vol. 49, 1959, p. 269-82.
Slouka (Zdenek J.), *Technological Change and the Hardening of International Boundaries*, X Congresso da Associação Internacional de Ciência Política, Edimburgo, 1976.

5 Claval (Paul), "L'Étude des Frontières et la Géographie Politique", *Cahiers de Géographie de Québec*, vol. 18, 1974, p. 7-22.
Raffestin (Claude), Guichonnet (Paul) e Hussy (Jocelyne), *Frontières et Sociétés. Le Cas Genevois*, Lausanne, L'Âge d'Homme, 1975.

6 Sobre a sociologia das relações internacionais:
Merle (Marcel), *Sociologie des Relations Internationales*, Paris, Dalloz, 2.ª edição, 1976.
Alger (Chadwick F.), *The Impact of Cities on International Systems*, X Congresso da Associação Internacional de Ciência Política, Edimburgo, 1976.
Alger (Chadwick F.), *The International Relations of Cities: an Experimental Framework for Research and Participatory Learning*, X Congresso da Associação Internacional de Ciência Política, Edimburgo, 1976.

7 Polanyi (Karl), Arensberg (Conrad) e Pearson (Harry), *Trade and Markets in the Early Empires, op. cit.*

8 Bouthoul (Gaston), *Traité de Polémologie. Sociologie des Guerres*, Paris, Payot, 1970.

9 Claval (Paul), *Principes de Géographie Sociale, op. cit.*

10 Delbez (L.), *Les Principes Généraux du Droit International Public*, Paris, Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 1964.
Loussouarn (Y.), *Droit International Privé*, Paris, Dalloz, 1970.

11 Segue-se o desenvolvimento da dominação européia no mundo através desses problemas de direito em:
Renouvin (Pierre), *Histoire des Relations Internationales*, Paris, Hachette, 1953-1958, 7 vols.
Consulte-se, por exemplo, o tomo VI: *De 1871 a 1914. L'Apogée de l'Europe*, Paris, Hachette, 1955.

12 Piettre (André), *Monnaie et Economic Internationale du XIXe Siècle à nos Jours*, Paris, Cujas, 1967.
L'Huillier (Jacques), *Le Système Monétaire International*, Paris, A. Colin, 1971.
Carreau (Dominique), *Le Système Monétaire International*, Paris, A. Colin, 1972.

13 Sobre os detalhes desses casos de intervenção, consultar:
Renouvin (Pierre), *Histoire des Relations Internationales, op. cit.*

14 Merle (Marcel), *Sociologies des Relations Internationales, op. cit.*
Alger (Chadwick F.), *The International Relations of Cities: An Experimental Framework of Research and Participatory Learning, op. cit.*
———— *The Impact of Cities on International Systems, op. cit.*

15 Palloix (Christian), *L'Economie Mondiale Capitaliste et les Firmes Multinationales*, Paris, Maspero, 1974, 2 vols.

16 Merle (Marcel), "Le Système International", *Sociologie des Relations Internationales, op. cit.*

17 *Ibid.*
Frank (André Gunder), *L'Accumulation Mondiale 1500-1800*, Paris, Calmann-Lévy, 1977. Edição original: *Accumulating Exploitation*, 1977.

18 Baumont (Maurice), *L'Essor Industriel et l'Impérialisme Colonial*, Paris, Alcan, 1937.
Hobson (John A.), *Imperialism. A Study*, Londres, 1902. Nova edição, Allen & Unwin, 1938.
Lénine, *L'Impérialisme, State Suprême du Capitalisme*, 1.ª edição, 1917, Paris, Editions Sociales, 1945.

19 É a razão do êxito das teses do almirante Mahan e de Mackinder:
Mackinder (Halford), "The Geographical Pivot of History", *op. cit.*
Mahan (Almirante Alfred T.), *The Influence of Sea-Power upon History, op. cit.*

20 Bretton (Philippe), Chaudet (Jean-Pierre), *La Coexistence Pacifique*, Paris, A. Colin, 1971.
Venezia (Jean-Claude), *Stratégie Nucléaire et Relations Internationales*, Paris, A. Colin, 1971.

21 É o próprio tipo de sistema político Tiv-Nuer:
Evans-Pritchard (E. E.), "The Nuer of the Southern Sudan", *op. cit.*
Bohannan (Laura), "Political Aspects of Tiv social organization", *op. cit.*

22 Procura-se isso na óptica do crescimento limitado previsível no futuro:
Sprout (Harold e Margaret), *Towards a Politics of the Planet Earth*, Nova York, D. Van Nostrand & Reinhold, 1971.

Composto e impresso nas oficinas da
FOLHA CARIOCA EDITORA LTDA.
Rua João Cardoso, 23, tel.: 223-0562
CEP 20.220 - Rio de Janeiro - RJ